



# Editoração Casa Civil

# CÉARÁ

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 18 de maio de 2023 | SÉRIE 3 | ANO XV Nº093 | Caderno 4/4 | Preço: R\$ 21,97

### SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL (Continuação)

**RESOLUÇÃO Nº007/2023 – CEDI CEARÁ**, 10 de maio de 2023.

**AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ AO PROJETO “ALFABETIZAÇÃO COM INCLUSÃO”, DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA DA UNIÃO CORAÇÃO DE MARIA (CNPJ: 41.409.186/0001-14)**

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ – CEDI CEARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº15.851 de 14 de setembro de 2015; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e da eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO a Lei no 13.019/2014 alterada pela Lei no 13.204/2015 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), que Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999; CONSIDERANDO a Lei Complementar no 153 de 04 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE) e Resolução do CEDI/CE no 005/2019 de 24 de julho de 2019, que dispõe sobre as normas de funcionamento do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE e dá outras providências; CONSIDERANDO os preceitos estabelecidos no Decreto 32.810/2018, que dispõe sobre regras para celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre órgãos e entidades do poder executivo estadual e as organizações da sociedade civil e Lei complementar no 119/2012 define as regras para convênios, instrumentos congêneres, termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, que envolvam ou não transferência de recursos financeiros, celebrados entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e entes e entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado, pessoas físicas e organização da sociedade civil para consecução de finalidades de interesse público e recíproco no regime de mútua cooperação. CONSIDERANDO que compete ao CEDI Ceará regular a captação de recursos e aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual do Idoso do Ceará, FEICE, na forma do Estatuto do Idoso e leis estaduais acima citadas. CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado do CEDI/CE, na 46ª Reunião Extraordinária realizada em 10 de Maio de 2023. RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE, para o Projeto “ALFABETIZAÇÃO COM INCLUSÃO” da Associação Beneficente Casa da União Coração de Maria, teve aporte total do seu valor através das aplicações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas no valor global de R\$ 268.350,00 (duzentos e sessenta e oito mil e trezentos e cinquenta reais) em consonância a RESOLUÇÃO Nº014/2021 - CEDI -CE.

ENTIDADE	PROJETO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL FEICE 5%	VALOR FINAL A SER REPASSADO
Associação Beneficente Casa da União Coração de Maria	ALFABETIZAÇÃO COM INCLUSÃO	R\$268.350,00	R\$ 13.417,50	R\$ 254.932,50

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social– SPS para efetuar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Fabiane Danni Araújo

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ

\*\*\* \*\*

**RESOLUÇÃO Nº008/2023 – CEDI CEARÁ**, 10 de maio de 2023.

**AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ AO PROJETO “CONSTRUÇÃO DA PAZ”, DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA DA UNIÃO CORAÇÃO DE MARIA (CNPJ: 41.409.186/0001-14)**

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ – CEDI CEARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº15.851 de 14 de setembro de 2015; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e da eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO a Lei no 13.019/2014 alterada pela Lei no 13.204/2015 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), que Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999; CONSIDERANDO a Lei Complementar no 153 de 04 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE) e Resoluções do CEDI/CE no 005/2019 de 24 de julho de 2019, que dispõe sobre as normas de funcionamento do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE e dá outras providências; CONSIDERANDO os preceitos estabelecidos no Decreto 32.810/2018, que dispõe sobre regras para celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre órgãos e entidades do poder executivo estadual e as organizações da sociedade civil e Lei complementar no 119/2012 define as regras para convênios, instrumentos congêneres, termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, que envolvam ou não transferência de recursos financeiros, celebrados entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e entes e entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado, pessoas físicas e organização da sociedade civil para consecução de finalidades de interesse público e recíproco no regime de mútua cooperação. CONSIDERANDO que compete ao CEDI Ceará regular a captação de recursos e aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual do Idoso do Ceará, FEICE, na forma do Estatuto do Idoso e leis estaduais acima citadas. CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado do CEDI/CE, na 46ª Reunião Extraordinária realizada em 10 de Maio de 2023. RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE, para o Projeto “CONSTRUÇÃO DA PAZ” da Associação Beneficente Casa da União Coração de Maria, teve aporte total do seu valor através das aplicações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas no valor global de R\$ 35.943,68 (trinta e cinco mil e novecentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos) em consonância a RESOLUÇÃO Nº025/2020- CEDI-CE.

ENTIDADE	PROJETO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL FEICE 5%	VALOR FINAL A SER REPASSADO
Associação Beneficente Casa da União Coração de Maria	CONSTRUÇÃO DA PAZ	R\$35.943,68	R\$ 1.797,18	R\$ 34.146,50

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social – SPS para efetuar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Fabiane Danni Araújo

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ

\*\*\* \*\*

**RESOLUÇÃO Nº009/2023 – CEDI CEARÁ, 10 de maio de 2023.****AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ AO PROJETO “DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA (ILPI)”, DA ASSOCIAÇÃO CEARENSE PRÓ IDOSOS (CNPJ: 05.812.383/0001-16)**

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ – CEDI CEARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº15.851 de 14 de setembro de 2015; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e da eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO a Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), que Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 153 de 04 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE) e Resoluções do CEDI/CE nº 005/2019 de 24 de julho de 2019, que dispõe sobre as normas de funcionamento do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE e dá outras providências; CONSIDERANDO os preceitos estabelecidos no Decreto 32.810/2018, que dispõe sobre regras para celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre órgãos e entidades do poder executivo estadual e as organizações da sociedade civil e Lei complementar nº 119/2012 define as regras para convênios, instrumentos congêneres, termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, que envolvam ou não transferência de recursos financeiros, celebrados entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e entes e entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado, pessoas físicas e organização da sociedade civil para consecução de finalidades de interesse público e recíproco no regime de mútua cooperação. CONSIDERANDO que compete ao CEDI Ceará regular a captação de recursos e aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual do Idoso do Ceará, FEICE, na forma do Estatuto do Idoso e leis estaduais acima citadas. CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado do CEDI/CE, na 46ª Reunião Extraordinária realizada em 10 de Maio de 2023. RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE, para o Projeto “DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA (ILPI)” da Associação Cearense Pró Idosos - ACEPI, teve aporte total do seu valor através das aplicações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas no valor global de R\$ 198.744,00 (cento e noventa e oito mil setecentos e quarenta e quatro reais) em consonância a RESOLUÇÃO Nº026/2022 - CEDI -CE.

ENTIDADE	PROJETO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL FEICE 5%	VALOR FINAL A SER REPASSADO
Associação Cearense Pró Idosos - ACEPI	DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA A PESSOA IDOSA (ILPI)	R\$198.744,00	R\$ 9.937,20	R\$188.806,80

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social– SPS para efetuar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.  
Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Fabiane Danni Araújo

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ

\*\*\* \*\*

**RESOLUÇÃO Nº010/2023 – CEDI CEARÁ, 10 de maio de 2023.****AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ AO PROJETO “AMPLIAR PARA MELHOR ACOLHER”, DA ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DO CEARÁ - FILIADA À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CARIDADES - AIC (CNPJ: 07.356.793/0001-25)**

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ – CEDI CEARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº15.851 de 14 de setembro de 2015; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e da eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO a Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), que Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 153 de 04 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE) e Resoluções do CEDI/CE nº 005/2019 de 24 de julho de 2019, que dispõe sobre as normas de funcionamento do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE e dá outras providências; CONSIDERANDO os preceitos estabelecidos no Decreto 32.810/2018, que dispõe sobre regras para celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre órgãos e entidades do poder executivo estadual e as organizações da sociedade civil e Lei complementar nº 119/2012 define as regras para convênios, instrumentos congêneres, termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, que envolvam ou não transferência de recursos financeiros, celebrados entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e entes e entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado, pessoas físicas e organização da sociedade civil para consecução de finalidades de interesse público e recíproco no regime de mútua cooperação. CONSIDERANDO que compete ao CEDI Ceará regular a captação de recursos e aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual do Idoso do Ceará, FEICE, na forma do Estatuto do Idoso e leis estaduais acima citadas. CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado do CEDI/CE, na 46ª Reunião Extraordinária realizada em 10 de Maio de 2023. RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE, para o Projeto “AMPLIAR PARA MELHOR ACOLHER” da Associação Regional da Caridade de São Vicente de Paulo do Ceará- Filiada à Associação Internacional de Caridades – AIC, teve aporte total do seu valor através das aplicações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas no valor de R\$ 121.279,00 (cento e vinte e um mil duzentos e setenta e nove reais) em consonância a RESOLUÇÃO Nº027/2022 - CEDI-CE.

ENTIDADE	PROJETO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL FEICE 5%	VALOR FINAL A SER REPASSADO
Associação Regional da Caridade de São Vicente de Paulo do Ceará- Filiada à Associação Internacional de Caridades – AIC	AMPLIAR PARA MELHOR ACOLHER	R\$121.279,00	R\$ 6.063,95	R\$ 115.215,05

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social – SPS para efetuar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.  
Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Fabiane Danni Araújo

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ

\*\*\* \*\*

**RESOLUÇÃO Nº011/2023 – CEDI CEARÁ, 10 de maio de 2023.****AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ AO PROJETO “AUTONOMIA: ENSINANDO A CUIDAR DO PRÓPRIO DINHEIRO”, DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO TANCREDO NEVES (CNPJ: 07.794.357/0001-38)**

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ – CEDI CEARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº15.851 de 14 de setembro de 2015; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e da eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO a Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), que Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 153 de 04 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE) e Resoluções do CEDI/CE nº 005/2019 de 24 de julho de 2019, que dispõe sobre as normas de funcionamento do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE e dá outras providências; CONSIDERANDO os preceitos estabelecidos no Decreto 32.810/2018, que dispõe sobre regras para celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre órgãos e entidades do poder executivo estadual e as organizações da sociedade civil e Lei complementar nº 119/2012 define as regras para convênios, instrumentos congêneres, termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, que envolvam ou



não transferência de recursos financeiros, celebrados entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e entes e entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado, pessoas físicas e organização da sociedade civil para consecução de finalidades de interesse público e recíproco no regime de mútua cooperação. CONSIDERANDO que compete ao CEDI Ceará regular a captação de recursos e aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual do Idoso do Ceará, FEICE, na forma do Estatuto do Idoso e leis estaduais acima citadas. CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado do CEDI/CE, na 46ª Reunião Extraordinária realizada em 10 de Maio de 2023. RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE, para o Projeto “AUTONOMIA: ENSINANDO A CUIDAR DO PRÓPRIO DINHEIRO” da Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves, teve aporte total do seu valor através das aplicações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas no valor global de R\$ 227.126,32 (duzentos e vinte e sete mil, cento e vinte e seis reais e trinta e dois centavos) em consonância a RESOLUÇÃO Nº021/2022 – CEDI-CE.

ENTIDADE	PROJETO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL FEICE 5%	VALOR FINAL A SER REPASSADO
Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves	Autonomia: Ensinando a cuidar do próprio dinheiro	R\$ 227.126,32	R\$ 11.356,32	R\$ 215.770,00

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social – SPS para efetuar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 10 de maio de 2022.

Fabiane Danni Araújo

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ

\*\*\* \*\*

**RESOLUÇÃO Nº012/2023 – CEDI CEARÁ**, 10 de maio de 2022.

**AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ AO PROJETO “CULTURA DIGITAL”, ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO TANCREDO NEVES (CNPJ: 07.794.357/0001-38)**

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ – CEDI CEARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº15.851 de 14 de setembro de 2015; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e da eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO a Lei no 13.019/2014 alterada pela Lei no 13.204/2015 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), que Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999; CONSIDERANDO a Lei Complementar no 153 de 04 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE) e Resoluções do CEDI/CE no 005/2019 de 24 de julho de 2019, que dispõe sobre as normas de funcionamento do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE e dá outras providências; CONSIDERANDO os preceitos estabelecidos no Decreto 32.810/2018, que dispõe sobre regras para celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre órgãos e entidades do poder executivo estadual e as organizações da sociedade civil e Lei complementar no 119/2012 define as regras para convênios, instrumentos congêneres, termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, que envolvam ou não transferência de recursos financeiros, celebrados entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e entes e entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado, pessoas físicas e organização da sociedade civil para consecução de finalidades de interesse público e recíproco no regime de mútua cooperação. CONSIDERANDO que compete ao CEDI Ceará regular a captação de recursos e aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual do Idoso do Ceará, FEICE, na forma do Estatuto do Idoso e leis estaduais acima citadas. CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado do CEDI/CE, na 46ª Reunião Extraordinária realizada em 10 de Maio de 2023. RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE, para o Projeto “Cultura Digital” da Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves, teve aporte total do seu valor através das aplicações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas no valor global de R\$ 286.473,68 (duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos) em consonância a Resolução nº022/2022 – CEDI-CE.

ENTIDADE	PROJETO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL FEICE 5%	VALOR FINAL A SER REPASSADO
Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves	Cultura Digital	R\$ 286.473,68	R\$ 14.323,68	R\$ 272.150,00

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social – SPS para efetuar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 10 de maio de 2022.

Fabiane Danni Araújo

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ

\*\*\* \*\*

**RESOLUÇÃO Nº013/2023 – CEDI CEARÁ**, 10 de maio de 2023.

**AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ AO PROJETO “CENTRO DE REABILITAÇÃO VISUAL DO IDOSO”, DA SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS– (SAC) (CNPJ:07.018.138/0001-67)**

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ – CEDI CEARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº15.851 de 14 de setembro de 2015; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e da eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO a Lei no 13.019/2014 alterada pela Lei no 13.204/2015 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), que Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999; CONSIDERANDO a Lei Complementar no 153 de 04 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE) e Resoluções do CEDI/CE no 005/2019 de 24 de julho de 2019, que dispõe sobre as normas de funcionamento do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE e dá outras providências; CONSIDERANDO os preceitos estabelecidos no Decreto 32.810/2018, que dispõe sobre regras para celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre órgãos e entidades do poder executivo estadual e as organizações da sociedade civil e Lei complementar no 119/2012 define as regras para convênios, instrumentos congêneres, termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, que envolvam ou não transferência de recursos financeiros, celebrados entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e entes e entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado, pessoas físicas e organização da sociedade civil para consecução de finalidades de interesse público e recíproco no regime de mútua cooperação. CONSIDERANDO que compete ao CEDI Ceará regular a captação de recursos e aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual do Idoso do Ceará, FEICE, na forma do Estatuto do Idoso e leis estaduais acima citadas. CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado do CEDI/CE, na 46ª Reunião Extraordinária realizada em 10 de Maio de 2021. RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE, para o Projeto “CENTRO DE REABILITAÇÃO VISUAL DO IDOSO” da Sociedade de Assistência aos Cegos – (SAC), teve aporte parcial do seu valor através das aplicações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas no valor global de R\$ 529.561,03 (quinhentos e vinte e nove mil quinhentos e sessenta e um reais e três centavos) em consonância COM a RESOLUÇÃO Nº018/2021-CEDI-CE.

ENTIDADE	PROJETO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL FEICE 5%	VALOR FINAL A SER REPASSADO
Sociedade de Assistência aos Cegos – (SAC)	CENTRO DE REABILITAÇÃO VISUAL DO IDOSO	R\$ 529.561,03	R\$ 26.478,05	R\$ 503.082,98

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social – SPS para efetuar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Fabiane Danni Araújo

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ

\*\*\* \*\*



**RESOLUÇÃO Nº014/2023 – CEDI CEARÁ, 10 de maio de 2022.****AUTORIZA A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DO IDOSO DO CEARÁ AO PROJETO “NOSSO LAR”, ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS (CNPJ: 07.257.462/0005-61)**

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ – CEDI CEARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº15.851 de 14 de setembro de 2015; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e da eficiência, previstos no caput do artigo 37 da Constituição Federal; CONSIDERANDO a Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), que Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 153 de 04 de setembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE) e Resoluções do CEDI/CE nº 005/2019 de 24 de julho de 2019, que dispõe sobre as normas de funcionamento do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE e dá outras providências; CONSIDERANDO os preceitos estabelecidos no Decreto 32.810/2018, que dispõe sobre regras para celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre órgãos e entidades do poder executivo estadual e as organizações da sociedade civil e Lei complementar nº 119/2012 define as regras para convênios, instrumentos congêneres, termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação, que envolvam ou não transferência de recursos financeiros, celebrados entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e entes e entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado, pessoas físicas e organização da sociedade civil para consecução de finalidades de interesse público e recíproco no regime de mútua cooperação. CONSIDERANDO que compete ao CEDI Ceará regular a captação de recursos e aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo Estadual do Idoso do Ceará, FEICE, na forma do Estatuto do Idoso e leis estaduais acima citadas. CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado do CEDI/CE, na 46ª Reunião Extraordinária realizada em 10 de Maio de 2023. RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a destinação de recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE, para o Projeto “Nosso Lar” da Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, teve aporte parcial do seu valor através das aplicações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas no valor de R\$ 377.410,43 (trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e três centavos) em consonância a RESOLUÇÃO Nº030/2022 - CEDI-CE.

ENTIDADE	PROJETO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL FEICE 5%	VALOR FINAL A SER REPASSADO
Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas	NOSSO LAR	R\$ 377.410,43	R\$ 18.870,52	R\$ 358.539,91

Art. 2º – Fica autorizada a Secretaria da Proteção Social– SPS para efetuar os procedimentos necessários e cabíveis ao repasse de recursos.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 10 de maio de 2022.

Fabiane Danni Araújo

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO DO CEARÁ

**SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**

O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto Nº 33.879, de 30 de Dezembro de 2020 e publicado no Diário Oficial do Estado em 30 de Dezembro de 2020, RESOLVE **NOMEAR, RAUL VIANA DA MOTA**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3 integrante da Estrutura Organizacional da SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, a partir da data da publicação. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 16 de abril de 2023.

Roberto Bassan Peixoto

SUPERINTENDENTE

Onélia Maria Moreira Leite de Santana  
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

\*\*\* \*\*

O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto Nº 33.879, de 30 de Dezembro de 2020 e publicado no Diário Oficial do Estado em 30 de Dezembro de 2020, RESOLVE **NOMEAR, PAOLA CAMILA BAIA DO NASCIMENTO**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS3 integrante da Estrutura Organizacional da SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, a partir da data da publicação. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 16 de abril de 2023.

Roberto Bassan Peixoto

SUPERINTENDENTE

Onélia Maria Moreira Leite de Santana  
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CC 0024/2023-SEAS** - O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 33.879 de 30 de Dezembro de 2020, RESOLVE **DESIGNAR RAUL VIANA DA MOTA**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, para ter exercício no(a), Célula de Gestão Financeira, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 16 de abril de 2023.

Roberto Bassan Peixoto

SUPERINTENDENTE

Onélia Maria Moreira Leite de Santana  
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CC 0025/2023-SEAS** - O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 33.879 de 30 de Dezembro de 2020, RESOLVE **DESIGNAR PAOLA CAMILA BAIA DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, para ter exercício no(a), Célula de Regulação de Vagas, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 16 de abril de 2023.

Roberto Bassan Peixoto

SUPERINTENDENTE

Onélia Maria Moreira Leite de Santana  
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CC 0027/2023-SEAS** - O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 33.879, de 30 de Dezembro de 2020, RESOLVE **DESIGNAR CARLOS EDUARDO NUNES DE SENA**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, para ter exercício no(a), Assessoria Jurídica, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Roberto Bassan Peixoto

SUPERINTENDENTE

Onélia Maria Moreira Leite de Santana  
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CC 0027/2023-SEAS** - O(A) SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Nº 33.879, de 30 de Dezembro de 2020, RESOLVE **DESIGNAR CUMULATIVAMENTE**, nos termos do art. 41, parágrafo único da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, o(a) servidor(a) **CARLOS EDUARDO NUNES DE SENA**, para responder



pelo Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Coordenador, símbolo DNS-2, integrante da Estrutura organizacional do(a) SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, a partir de 02 de Maio de 2023 até ulterior deliberação. SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Roberto Bassan Peixoto  
SUPERINTENDENTE  
Onélia Maria Moreira Leite de Santana  
SECRETÁRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO PELO TÉRMINO DO PRAZO

ADMITENTE: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SEAS, órgão integrante da administração direta do Governo do Estado do Ceará, inscrito no CNPJ nº 25.150.364/0001-89, localizado na Avenida Oliveira Paiva, nº 941, Bloco A, Bairro Cidade dos Funcionários, Fortaleza/CE, CEP 60.822-130. ADMITIDO(A): **FRANCISCA ANGELICA SOUSA CAMPOS RODRIGUES**, brasileiro(a), Solteiro(a), Assistente Social, portador(a) do CPF nº 898.054.703-00, matrícula nº 3002614-4. OBJETO: Fica **rescindido**, a partir de 01 de maio de 2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de admissão de profissional por tempo determinado firmado entre as partes acima descritas, datado de 02 de maio de 2022**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 13, inc. I, da Lei Complementar Estadual nº 163, publicada no Diário Oficial do Estado de 05 de julho de 2016, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 169, publicada no Diário Oficial do Estado de 28 de dezembro de 2016, e nos termos do Processo Administrativo NUP 47011.002133/2023-50. FORO: Comarca de Fortaleza, Capital do estado do Ceará. SIGNATÁRIO: ROBERTO BASSAN PEIXOTO, Superintendente e FRANCISCA ANGELICA SOUSA CAMPOS RODRIGUES, Assistente Social, matrícula nº 3002614-4. Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Roberto Bassan Peixoto  
SUPERINTENDENTE

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO

ADMITENTE: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SEAS, órgão integrante da administração direta do Governo do Estado do Ceará, inscrito no CNPJ nº 25.150.364/0001-89, localizado na Avenida Oliveira Paiva, nº 941, Bloco A, Bairro Cidade dos Funcionários, Fortaleza/CE, CEP 60.822-130. ADMITIDO(A): **GLAUBER FERREIRA VIANA**, brasileiro(a), solteiro(a), socioeducador(a), portador(a) do CPF nº 393.423.793-20, matrícula nº 3000235-0. OBJETO: Fica **rescindido**, a partir de 02 de maio de 2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de admissão de profissional por tempo determinado firmado entre as partes acima descritas, datado de 01 de junho de 2022**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 12, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 169, de 27 de dezembro de 2016, publicada no DOE-CE de 28.12.2016 e Processo Administrativo NUP 47011.002076/2023-17. FORO: Comarca de Fortaleza, Capital do estado do Ceará. SIGNATÁRIO: ROBERTO BASSAN PEIXOTO, Superintendente e GLAUBER FERREIRA VIANA, Socioeducador, matrícula nº 3000235-0. Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Roberto Bassan Peixoto  
SUPERINTENDENTE

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO

ADMITENTE: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SEAS, órgão integrante da administração direta do Governo do Estado do Ceará, inscrito no CNPJ nº 25.150.364/0001-89, localizado na Avenida Oliveira Paiva, nº 941, Bloco A, Bairro Cidade dos Funcionários, Fortaleza/CE, CEP 60.822-130. ADMITIDO(A): **FRANCISCO EXPEDITO CARNEIRO FILHO**, brasileiro(a), solteiro(a), socioeducador(a), portador(a) do CPF nº 029.228.793-30, matrícula nº 3000103-6. OBJETO: Fica **rescindido**, a partir de 08 de maio de 2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de admissão de profissional por tempo determinado firmado entre as partes acima descritas, datado de 01 de junho de 2022**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 12, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 169, de 27 de dezembro de 2016, publicada no DOE-CE de 28.12.2016 e Processo Administrativo nº 10951172/2022. FORO: Comarca de Fortaleza, Capital do estado do Ceará. SIGNATÁRIO: ROBERTO BASSAN PEIXOTO, Superintendente e FRANCISCO EXPEDITO CARNEIRO FILHO, Socioeducador, matrícula nº 3000103-6. Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Roberto Bassan Peixoto  
SUPERINTENDENTE

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO

ADMITENTE: SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SEAS, órgão integrante da administração direta do Governo do Estado do Ceará, inscrito no CNPJ nº 25.150.364/0001-89, localizado na Avenida Oliveira Paiva, nº 941, Bloco A, Bairro Cidade dos Funcionários, Fortaleza/CE, CEP 60.822-130. ADMITIDO(A): **LUANA VENTURA CORDEIRO DE SOUZA**, brasileiro(a), Solteiro(a), Assistente Social, portador(a) do CPF nº 066.310.493-93, matrícula nº 3002589-X. OBJETO: Fica **rescindido**, a partir de 02 de maio de 2023, em todas as suas cláusulas, **o contrato de admissão de profissional por tempo determinado firmado entre as partes acima descritas, datado de 02 de maio de 2022**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 13, inc. II, da Lei Complementar Estadual nº 163, publicada no Diário Oficial do Estado de 05 de julho de 2016, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 169, publicada no Diário Oficial do Estado de 28 de dezembro de 2016, e nos termos do Processo Administrativo NUP 47011.002008/2023-40. FORO: Comarca de Fortaleza, Capital do estado do Ceará. SIGNATÁRIO: ROBERTO BASSAN PEIXOTO, Superintendente e LUANA VENTURA CORDEIRO DE SOUZA, Assistente Social, matrícula nº 3002589-X. Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Roberto Bassan Peixoto  
SUPERINTENDENTE

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº20230003 (SEAS/ASGEC) PROCESSO Nº01060392/2022

O SUPERINTENDENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, no uso de suas atribuições legais, considerando que a Central de Licitações, vinculada operacionalmente à Procuradoria-Geral do Estado, cumpriu todas as exigências do procedimento do Pregão Eletrônico nº 20230003 (SEAS/ASGEC), objetivando a aquisição de materiais diversos de fomento ao esporte com fins a execução do Programa Gera Ação, vem **HOMOLOGAR a presente licitação** para que produza os efeitos legais e jurídicos, conforme dispõe o inciso XXII, artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, nos termos indicados no Relatório de Conclusão da Licitação emitido pela Central de Licitações/Procuradoria-Geral do Estado, referente aos itens e em favor das **EMPRESAS** a seguir relacionadas:

ITEM	EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR
01	G. M. BAUER COMÉRCIO E LICITAÇÕES – CNPJ Nº 45.740.175/0001-73	R\$ 53.479,98
02	BACKUP MANUTENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA. – CNPJ Nº 07.196.900/0003-67	R\$ 2.754,00
03	G. M. BAUER COMÉRCIO E LICITAÇÕES – CNPJ Nº 45.740.175/0001-73	R\$ 3.397,86
04	G. M. BAUER COMÉRCIO E LICITAÇÕES – CNPJ Nº 45.740.175/0001-73	R\$ 3.870,00
05	IMPÉRIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS E PÚBLICAS LTDA. – CNPJ Nº 23.106.657/0001-33	R\$ 29.160,00
06	RBM ESPORTES LTDA. – CNPJ Nº 45.819.743/0001-26	R\$ 323,64
09	MEDIAN COMERCIAL LTDA. – CNPJ Nº 30.141.903/0001-53	R\$ 12.245,40
10	RMM SPORTS COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA. – CNPJ Nº 22.382.705/0001-53	R\$ 1.687,68
11	RBM ESPORTES LTDA. – CNPJ Nº 45.819.743/0001-26	R\$ 692,28
12	RBM ESPORTES LTDA. – CNPJ Nº 45.819.743/0001-26	R\$ 1.895,04
13	RBM ESPORTES LTDA. – CNPJ Nº 45.819.743/0001-26	R\$ 462,12
14	RBM ESPORTES LTDA. – CNPJ Nº 45.819.743/0001-26	R\$ 365,40
15	GOLAÇO SPORTS LTDA. – CNPJ Nº 02.934.682/0001-35	R\$ 1.728,00
16	BACKUP MANUTENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA. – CNPJ Nº 07.196.900/0003-67	R\$ 3.999,60
17	GOLAÇO SPORTS LTDA. – CNPJ Nº 02.934.682/0001-35	R\$ 3.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 120.374,04</b>

Fortaleza/CE, 12 de maio de 2023.

Roberto Bassan Peixoto  
SUPERINTENDENTE



## SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

**PORTARIA Nº197/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 159/2023, datada de 23 de março de 2023, publicada no D.O.E., de 31 de março de 2023, RESOLVE autorizar com fundamento no art. 78 combinado com o art. 120 da Lei nº 9.809, de 18.12.73, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS** a **MARIA DAS GRAÇAS MAIA**, Datilógrafo, desta Secretaria, matrícula nº 116232-1-2, folha 0133, a importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). A referida despesa está classificada na conta de dotação constante dos Empenhos nº 2023NE000211 e 2023NE000212 datado de 11/05/2023, Orçamento 2023. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo ser a despesa comprovada até 15 (quinze) dias após concluído o prazo de aplicação. SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Fortaleza, 11 de maio de 2023.

Ramon Flávio Gomes Rodrigues  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº198/2023** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 159/2023, datada de 23 de março de 2023, publicada no D.O.E., de 31 de março de 2023, RESOLVE AUTORIZAR, a servidora **MARIA ALICE GUEDES MARQUES**, ocupante do cargo de Geólogo/Supervisor de Núcleo DAS-I, matrícula n.º 039556-2-1, deste Órgão, a **viajar** às cidades de Guaraciaba do Norte, Cariré, Uruoca e Acaraú, no período de 12 a 16/06/2023, a fim representar a SRH no XV Seminário do Programa Selo Município Verde de 2023, concedendo-lhe 4½ (quatro diárias e meia), no valor unitário de R\$ 77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$ 346,95 (trezentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea "b", § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, classe III do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária deste Órgão. SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Fortaleza, 12 de maio de 2023.

Ramon Flávio Gomes Rodrigues  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

## SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS

## EXTRATO DE CONTRATO

## Nº DO DOCUMENTO 13/2023/SOHIDRA

CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS – SOHIDRA, doravante denominada SOHIDRA ou CONTRATANTE, com sede na Rua: Adualdo Batista nº 1550 – Parque Iracema, Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.360.517/0001-70 CONTRATADA: **NTSEC SOLUÇÕES EM TELEINFORMÁTICA LTDA**, com sede na Av. Dom Luis, 906, Sala 101, Aldeota, Fortaleza/CE, Cep: 60.160-196, inscrita no CNPJ sob o nº 09.137.728/0002-15, Tel: (85) 3055.3540. OBJETO: **Serviço para contratações de solução de proteção de redes incluindo aquisições de hardware e software e respectivo serviço de implantação, posterior monitoramento e suporte técnico 24x7x365**, contemplando utilização de equipamentos obrigatoriamente todos novos e de primeiro uso, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 20210007- ETICE e na proposta da CONTRATADA, Ata de Registro de Preços nº 2022/12762, publicada em 18/05/2022, (Item 01). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Comarca de Fortaleza-CE. VIGÊNCIA: Os prazos de vigência e de execução contratual obedecerão ao disposto abaixo: Em caso de contratação dos itens 1 a 25, os prazos de vigência e de execução contratual serão de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da ordem de serviço. Em caso de contratação dos itens 26 a 30, os prazos de vigência e de execução contratual serão de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento da ordem de serviço. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993. A publicação resumida do instrumento de contrato dar-se-á na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993. VALOR GLOBAL: R\$ 17.456,00 (dezesete mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais) pagos em Prazo. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 29200001.18.544.732.11074.15.449052.1.5009100000.0-3468. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 15 de maio de 2023. SIGNATÁRIOS: PAULO JOSE GOMES FERREIRA e THIAGO CHAVES HOLANDA COSTA.

Adauto José Araújo Mota  
ASSESSOR CHEFE DA ASJUR

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº01/2023/SOHIDRA

CEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS - SOHIDRA, localizada na Rua Adualdo Batista nº 1550 – Parque Iracema, Fortaleza - CE, Cep: 60.824-140, inscrita no CNPJ Nº 12.360.517/0001-70 CESSIONÁRIA: **COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (COGERH)**, com sede na Rua Adualdo Batista, 1550 - Parque Iracema, Fortaleza/CE - CEP: 60.824.140, CNPJ: 74.075.938.0001/07, Tel: (85) 3195.0757 OBJETO: Tem por objeto este instrumento a **Cessão**, por parte da SOHIDRA é **COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – COGERH**, de Cessão de uso de **03 (tratores) e de 01 (caminhão)** FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. VIGÊNCIA: A presente Cessão de Uso terá sua vigência contada a partir da sua publicação e finalizará no dia 5 de janeiro de 2027 FORO: Comarca de Fortaleza-CE DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 15 de maio de 2023 SIGNATÁRIO: PAULO JOSE GOMES FERREIRA e YURI CASTRO DE OLIVEIRA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS – SOHIDRA, em Fortaleza, 16 de maio de 2023.

Adauto José Araújo Mota  
ASSESSOR CHEFE DA ASJUR

\*\*\* \*\*

## CORRIGENDA

No Diário Oficial nº (03), ano XV, nº 062 e páginas (115), Fortaleza de 30 de março de 2023, que publicou o APOSTILAMENTO, da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO, inscrita no CNPJ sob o nº 07.778.129/0001-74. **Onde se lê:** 03/2022 – SIC 1199640 CONTA NOVA AGENCIA 3845-8 CONTA 71.124-1 OPERAÇÃO 006 CAIXA ECONOMICA **Leia-se:** 03/2022 – SIC 1199640 CONTA NOVA AGENCIA 3845-8 CONTA 71.142-1 OPERAÇÃO 006 CAIXA ECONOMICA Fortaleza, 15 de maio de 2023.

Francisco Hemirton Lemos Peixoto  
DIRETOR ADM.FINANCEIRO

## FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS

**PORTARIA Nº048/2023** - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS-FUNCEME, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES:** Diógenes Passos Fontenele, mat. 3000343-8, João Dehon de Araújo Pontes Filho, mat. 3000373-X, e Rafaela da Silva Alves, mat. 3000354-3, a **viajarem** à cidade de Quixeramobim-CE., no período de 17 a 19 de maio de 2023, com o objetivo de realizar atividades de campo relacionadas à animação territorial. Salientamos que as despesas serão custeadas pelo PROJETO SERTÕES, portanto, sem qualquer ônus para o erário estadual, de acordo com o art. 3º, parágrafo único do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011. FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS-FUNCEME, em Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins  
PRESIDENTE

## COMPANHIA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ

## EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº074/2022/COGERH

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO; II - CONTRATANTE: COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – COGERH; III - ENDEREÇO: RUA ADUALDO BATISTA, Nº 1550; BAIRRO: PARQUE IRACEMA; CEP.: 60.824-140; FORTALEZA-CE; IV - CONTRATADA: **SULZER BRASIL S.A;** V - ENDEREÇO: RUA ENGENHEIRO JOÃO FERNANDES GIMENEZ MOLINA, Nº 905; BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL; CEP.: 13.213-080; JUNDIAÍ-SP; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se este Termo Aditivo na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COGERH, art. 61, inciso II, § 1º, bem como na justificativa emitida pela Gerência de Manutenção – GEMAN da COGERH às fls. 02 e tudo mais o que consta do Processo Administrativo protocolado sob o nº 01140118/2023/COGERH, parte integrante deste instrumento independentemente de transcrições; VII- FORO: Fortaleza-CE; VIII - OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a **alteração quantitativa**, por meio da adequação da planilha de quantitativos, tendo em vista que foi encontrado um erro de somatório na proposta comercial, fls. 23 à 37 do processo administrativo nº: 07983891/2022, onde não foi calculado o valor referente ao item 4.2 – Consultoria, referente a serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva nas moto-bombas Sulzer, modelos SMNV 802-1000/44, da Estação de Bombeamento Castanhão em Nova Jaguaribara/CE; IX - VALOR GLOBAL: R\$ 4.030.951,02 (Quatro milhões, trinta mil, novecentos e cinquenta e um reais e dois centavos); X - DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 07/12/2023;

XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Nº 074/2022/COGERH, ora aditado;  
XII - DATA: 03/04/2023; XIII - SIGNATÁRIOS: Yuri Castro de Oliveira, João Ricardo Filgueiras Rios / CONTRATANTE e Marcelo Alves dos Santos e Rafael Luis Nascimento de Souza / CONTRATADA.

Francisco Assis Rabelo Pereira  
ASSESSOR JURÍDICO

Publique-se.

#### SECRETARIA DA SAÚDE

**PORTARIA 097/2023** - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SAÚDE, no uso das competências que lhe confere a Portaria nº 090/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de fevereiro de 2019, e tendo em vista o que consta do processo nº 24001.000916/2023-12 do SUITE, RESOLVE NOTIFICAR O **FALECIMENTO DE MANUEL VIEIRA DA SILVA**, que exerceu a função/cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS nesta Secretaria, matrícula nº 40221514, folha nº 62, ocorrido em 31 de janeiro de 2023, conforme Certidão de Óbito expedida pelo Cartório Cavalcanti Filho / Registro Civil das Pessoas Naturais / Comarca de Fortaleza/Ce, em 02 de fevereiro de 2023, face ao que dispõe o art. 64, inciso II da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, combinado com os Incisos I e II do art. 4º do Decreto nº 20.768, de 11 de junho de 1990, publicado no Diário Oficial de 12 de junho de 1990. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 14 de março de 2023.

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

\*\*\* \*\*

**PORTARIA 098/2023** - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SAÚDE, no uso das competências que lhe confere a Portaria nº 090/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de fevereiro de 2019, e tendo em vista o que consta do processo nº 24001.001445/2023-60 do SUITE, RESOLVE NOTIFICAR O **FALECIMENTO DE EDILSON BENÍCIO SAMPAIO**, que exerceu a função/cargo de VIGIA nesta Secretaria, matrícula nº 401599-1-6, folha nº 2500, ocorrido em 08 de fevereiro de 2023, conforme Certidão de Óbito expedida pelo Cartório Cavalcanti Filho – Registro Civil das Pessoas Naturais / Comarca de Fortaleza/Ce, em 13 de fevereiro de 2023, face ao que dispõe o art. 64, inciso II da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, combinado com os Incisos I e II do art. 4º do Decreto nº 20.768, de 11 de junho de 1990, publicado no Diário Oficial de 12 de junho de 1990. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 14 de março de 2023.

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº176/2023** - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SAÚDE, no uso das competências que lhe confere a Portaria nº 090/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de fevereiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo nº 02289970/2022 do VIPROC, RESOLVE CONCEDER, nos termos dos arts. 12, V, 14 e 17, §4 da Lei Complementar nº 270, de 30 de dezembro de 2021, a servidora **BRÍGIDA PEREIRA OLIVEIRA**, matrícula nº 40020918, que ocupa a função de Agente de Administração, em exercício funcional na Célula de Planejamento e Monitoramento de Custeio e Investimento, **GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO PROFISSIONAL** de 20% (VINTE POR CENTO) sobre seu vencimento - base, referente a Graduação em Pedagogia, com vigência a partir de 09 de Março de 2022. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de abril de 2023.

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

\*\*\* \*\*

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco “C”, Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.001959/2022-34, **notifica** a empresa **UNIÃO QUÍMICA FARMACEÚTICA NACIONAL S.A.**, inscrita no CNPJ nº 60.665.981/0009-75, estabelecida na Rodovia Fernão Dias, BR 381, S/N, Parte 2KM - 8625, Bairro: Distrito Industrial, CEP: 37.556-830, Pouso Alegre - MG, para entrega IMEDIATA do material hospitalar contido na Nota de Empenho nº 2022NE026122 (emitida em 10/11/2022), objeto da Ata de Registro de Preço nº 2022/15025 e para que apresente Defesa Prévia que deverá ser entregue exclusivamente junto à Unidade Gestora contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, bem como informar e-mail para demais tratativas quanto à inadimplência. Outrossim, caso não seja regularizada a situação, fica, desde já, ciente sobre a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no instrumento respectivo. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 11 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco “C”, Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.003204/2023-55, **notifica** a empresa **AMEDICA DESCARTÁVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 41.851.336/0001-45, estabelecida na Avenida Goias, nº 0, Bairro: Setor Central, CEP: 76.220-000, Fazenda Nova – GO, para entrega IMEDIATA do material hospitalar contido na Nota de Empenho nº 2022NE001187 (emitida em 17/02/2023), objeto da Ata de Registro de Preço nº 2022/09988 e para que apresente Defesa Prévia que deverá ser entregue exclusivamente junto à Unidade Gestora contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, bem como informar e-mail para demais tratativas quanto à inadimplência. Outrossim, caso não seja regularizada a situação, fica, desde já, ciente sobre a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no instrumento respectivo. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 11 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco “C”, Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.000544/2023-24, **notifica** a empresa **SANTA BRANCA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.053.353/0001-36, estabelecida na Avenida da Universidade, nº 3089, Altos, Bairro: Benfica, CEP: 60.020-181, Fortaleza – CE, concedendo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data do recebimento desta notificação, finalizar a entrega do medicamento DOXAZOSINA (MESILATO), 2MG, COMPRIMIDO, UNIDADE 1.0, objeto do Empenho 2022NE029451, visto que, ainda constam pendente para liquidar a referida Nota de Empenho e apresentar defesa que justifique a inadimplência no cumprimento das suas obrigações. Ressaltamos que esta é a última notificação a ser enviada antes da aplicação da sanção administrativa pelo descumprimento contratual, conforme Lei Federal nº 8.666/1993. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 11 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco “C”, Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.000467/2023-11, **notifica** a empresa **SANTA BRANCA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.053.353/0001-36, estabelecida na Avenida da Universidade, nº 3089, Altos, Bairro: Benfica,



CEP: 60.020-181, Fortaleza – CE, para entrega IMEDIATA do medicamento contido na Nota de Empenho nº 2022NE026706 (emitida em 16/11/2022), objeto da Ata de Registro de Preço nº 2022/0273 e para que apresente Defesa Prévia que deverá ser entregue exclusivamente junto à Unidade Gestora contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, bem como informar e-mail para demais tratativas quanto à inadimplência. Outrossim, caso não seja regularizada a situação, fica, desde já, ciente sobre a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no instrumento respectivo. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 11 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco “C”, Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.002061/2022-83, **notifica** a empresa **SANTA BRANCA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.053.353/0001-36, estabelecida na Avenida da Universidade, nº 3089, Altos, Bairro: Benfica, CEP: 60.020-181, Fortaleza – CE, para entrega IMEDIATA do medicamento contido na Nota de Empenho nº 2022NE020962 (emitida em 14/09/2022), objeto da Ata de Registro de Preço nº 2021/07435 e para que apresente Defesa Prévia que deverá ser entregue exclusivamente junto à Unidade Gestora contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, bem como informar e-mail para demais tratativas quanto à inadimplência. Outrossim, caso não seja regularizada a situação, fica, desde já, ciente sobre a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no instrumento respectivo. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 11 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco “C”, Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.002052/2022-92, **notifica** a empresa **SANTA BRANCA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.053.353/0001-36, estabelecida na Avenida da Universidade, nº 3089, Altos, Bairro: Benfica, CEP: 60.020-181, Fortaleza – CE, concedendo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data do recebimento desta notificação, finalizar a entrega do medicamento ALPRAZOLAM, 2MG, COMPRIMIDO, objeto do Empenho 2022NE020844, visto que, ainda constam pendente para liquidar a referida Nota de Empenho e apresentar defesa que justifique a inadimplência no cumprimento das suas obrigações. Ressaltamos que esta é a última notificação a ser enviada antes da aplicação da sanção administrativa pelo descumprimento contratual, conforme Lei Federal nº 8.666/1993. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 11 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco “C”, Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.002070/2022-74, **notifica** a empresa **SANTA BRANCA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.053.353/0001-36, estabelecida na Avenida da Universidade, nº 3089, Altos, Bairro: Benfica, CEP: 60.020-181, Fortaleza – CE, para entrega IMEDIATA do medicamento contido na Nota de Empenho nº 2022NE026398 (emitida em 11/11/2022), objeto da Ata de Registro de Preço nº 2021/02200 e para que apresente Defesa Prévia que deverá ser entregue exclusivamente junto à Unidade Gestora contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, bem como informar e-mail para demais tratativas quanto à inadimplência. Outrossim, caso não seja regularizada a situação, fica, desde já, ciente sobre a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no instrumento respectivo. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 11 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco “C”, Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.003794/2023-16, **notifica** a empresa **ATHENA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES - EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.412.925/0001-61, estabelecida na Rodovia Presidente Dutra, nº S/N, KM 154.7, Prédio 22 Ala B, Bairro: Jardim das Indústrias, CEP: 12.240-420, São José dos Campos – SP, para entrega IMEDIATA do material hospitalar contido na Nota de Empenho nº 2022NE001862 (emitida em 02/03/2023), objeto da Ata de Registro de Preço nº 2022/05073 e para que apresente Defesa Prévia que deverá ser entregue exclusivamente junto à Unidade Gestora contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, bem como informar e-mail para demais tratativas quanto à inadimplência. Outrossim, caso não seja regularizada a situação, fica, desde já, ciente sobre a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no instrumento respectivo. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 11 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco “C”, Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.006058/2023-10, **notifica** a empresa **F & F DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 0.854.165/0003-46, estabelecida na Rua Manoel Arruda, nº 381, Bairro: Messejana, CEP: 60.842-090, Fortaleza – CE, para entrega IMEDIATA do medicamento contido na Nota de Empenho nº 2022NE003195 (emitida em 28/03/2023), objeto da Ata de Registro de Preço nº 2023/05306 e para que apresente Defesa Prévia que deverá ser entregue exclusivamente junto à Unidade Gestora contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, bem como informar e-mail para demais tratativas quanto à inadimplência. Outrossim, caso não seja regularizada a situação, fica, desde já, ciente sobre a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no instrumento respectivo. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 10 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco “C”, Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.002147/2022-14, **notifica** a empresa **AMEDICA DESCARTÁVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 41.851.336/0001-45, estabelecida na Avenida Goias, nº 0, Bairro: Setor Central, CEP: 76.220-000, Fazenda Nova – GO, para entrega IMEDIATA do material hospitalar contido na Nota de Empenho nº 2022NE028430 (emitida em 28/11/2022), objeto da Ata de Registro de Preço nº





2022/09988 e para que apresente Defesa Prévia que deverá ser entregue exclusivamente junto à Unidade Gestora contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, bem como informar e-mail para demais tratativas quanto à inadimplência. Outrossim, caso não seja regularizada a situação, fica, desde já, ciente sobre a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no instrumento respectivo. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 11 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco "C", Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 890700227028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.006055/2023-86, **notifica** a empresa **SANTA BRANCA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.053.353/0001-36, estabelecida na Avenida da Universidade, nº 3089, Altos, Bairro: Benfica, CEP: 60.020-181, Fortaleza – CE, para entrega IMEDIATA do medicamento contido na Nota de Empenho nº 2022NE002114 (emitida em 14/03/2023), objeto da Ata de Registro de Preço nº 2022/10356 e para que apresente Defesa Prévia que deverá ser entregue exclusivamente junto à Unidade Gestora contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, bem como informar e-mail para demais tratativas quanto à inadimplência. Outrossim, caso não seja regularizada a situação, fica, desde já, ciente sobre a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no instrumento respectivo. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 10 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.571/0001-04, estabelecida na Av. Almirante Barroso nº 600, Bloco "C", Praia de Iracema, Fortaleza-CE, neste ato representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 890700227028 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, considerando os autos do processo NUP 24001.005942/2023-37, **notifica** a empresa **SANTA BRANCA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.053.353/0001-36, estabelecida na Avenida da Universidade, nº 3089, Altos, Bairro: Benfica, CEP: 60.020-181, Fortaleza – CE, para entrega IMEDIATA do medicamento contido na Nota de Empenho nº 2022NE001832 (emitida em 07/03/2023), objeto da Ata de Registro de Preço nº 2022/11845 e para que apresente Defesa Prévia que deverá ser entregue exclusivamente junto à Unidade Gestora contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do edital, bem como informar e-mail para demais tratativas quanto à inadimplência. Outrossim, caso não seja regularizada a situação, fica, desde já, ciente sobre a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no instrumento respectivo. Informamos, ainda, que os autos do processo administrativo se encontram à disposição da Notificada no endereço supra, onde obterá cópia. Fortaleza/CE, 10 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/15336**

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESAS FORNECEDORAS: REY-GLASS COMERCIAL LTDA – EPP; MOLECULAR BIOTECNOLOGIA E REPRESENTAÇÃO LTDA – ME III – OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO - INSUMOS DE LABORATÓRIO**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230093 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 09617221/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESAS E ITENS: REY-GLASS COMERCIAL LTDA – EPP: ITEM: 3; 432850 - MEIO DE CULTURA, LOWENSTEIN JENSEN, FRASCO 500.0 GRAMAS- obs: QUANT.: 350; VALOR UNITÁRIO: R\$ 309,9900; MOLECULAR BIOTECNOLOGIA E REPRESENTAÇÃO LTDA – ME: ITEM: 2; 385389 - MEIO DE CULTURA, AGAR SS, SALMONELLA - SHIGELLA, EMBALAGEM 500.0 GRAMAS- obs: QUANT.: 1.555; VALOR UNITÁRIO: R\$ 371,9900; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230093; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 26/04/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa  
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/15337**

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESAS FORNECEDORAS: BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA. III – OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE INSUMOS DE LABORATÓRIO**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230280 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 09132244/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESAS E ITENS: BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA: ITEM: 1; 494883 - MEIO DE CULTURA, LIQUIDO PARA CULTIVO DE MICOBACTERIAS COMPOSTO DE CALDO MIDDLEBROOK 7H9 MODIFICADO, COM PEPTONA DE CASEINA E GLICEROL, UNIDADE 1.0 FRASCO - obs: QUANT.: 26.450; VALOR UNITÁRIO: R\$ 63,7900; ITEM: 2; 1461700 - KIT, TESTES DE SENSIBILIDADE ANTIMICROBACTERIANA DE MYCROBACTERIUM TUBERCULOSIS, RASCO LIOFILIZADO DAS DROGAS, ESTREPTOMICINA, ISONIAZIDA, RIFAMPICINA, ETAMIBUTOL E FRASCOS DO SUPLEMENTO SIRE, 40 UNIDADES, KIT 1.0 UNIDADE - obs: QUANT.: 190; VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.950,0000; ITEM: 3; 1461900 - KIT, FRASCOS DE SOLUCAO DE ENRIQUECIMENTO PARA MICROBACTERIAS, CONTENDO ACIDO OLEICO, ALBUMINA BOVINA, DEXTROSE, CATALASE E POLIOXIETILENO ESTERATO POES OADC E MISTURA LIOFILIZADA DE 05 ANTIBIOTICOS POLIMIXINA B, ANFOTERICINA B, ACIDO NALIDIXICO, TRIMETOPRIM E AZLOCILINA PANTA, KIT 1.0 UNIDADE - obs: QUANT.: 610; VALOR UNITÁRIO: R\$ 3.914,5000; ITEM: 4; 1461710 - KIT, SOLUCAO DE ENRIQUECIMENTO PARA MICROBACTERIAS, ALBUMINA BOVINA, ACIDO OLEICO, CATALASE, DEXTROSE, OADC, KIT 1.0 UNIDADE - obs: QUANT.: 650; VALOR UNITÁRIO: R\$ 366,5000; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230280; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 26/04/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa  
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/15350**

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESAS FORNECEDORAS: AGF MEDICAL LTDA -EPP; GASTROVISION PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA- ME; MEDI GLOBE BRASIL LTDA; PAULO CESAR AGOSTINI ORTOPEDICOS; MANANCIAL MEDICAL LTDA; III – OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MEDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20222305 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 08372780/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESAS E ITENS: AGF MEDICAL LTDA -EPP: ITEM: 3; 839897 - PRÓTESE, ENTERAL METALICA AUTOEXPANSIVEL NAO RECOBERTA, ESTERIL, CATETER INTRODUTOR 10FR +/-1FR, DIAMETRO INTERNO 22MM COMPRIMENTO 12CM +/-1CM, COMPATIVEL COM FIO GUIA SAVARY, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 24; VALOR UNITÁRIO: R\$ 4.200,0000; ITEM: 4; 839900 - PROTESE, ENTERAL METALICA AUTOEXPANSIVEL NAO RECOBERTA, DIAMETRO INTERNO 22MM E 9CM A 10CM COMPRIMENTO, CATETER INTRODUTOR 10FR +/-1FR, COMPATIVEL COM FIO GUIA SAVARY, ESTERIL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 16; VALOR UNITÁRIO: R\$ 4.200,0000; ITEM: 5; 1195703 - BALAO, 5,5CM A 6CM COMPRIMENTO, DIAMETROS PROGRESSIVOS MAXIMO 18MM, DILATACAO ENDOSCOPICO DESCARTAVEL, FIO GUIA COMPATIVEL COM CANAL DE TRABALHO 2,8MM COM 230CM COMPRIMENTO, TTS, PARA ESOFAGO, ESTOMAGO E COLON, ESTERIL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 321; VALOR UNITÁRIO: R\$ 635,0000; ITEM: 6; 823422 - MANOMETRO, TTS MEDICAO DE INSUFLACAO DE BALOES DILATADORES PARA TTS UTILIZADOS EM ENDOSCOPIA

DIGESTIVA, COM MEDIDAS EM ATM E MMHG, ESTERIL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 23; VALOR UNITÁRIO: R\$ 222,0000; ITEM: 7; 1195713 - BALAO, 5,5CM A 6CM DE COMPRIMENTO, DIAMETROS PROGRESSIVOS MAXIMO 12MM, CANAL DE TRABALHO 2,8MM, 230CM COMPRIMENTO, DILATAÇÃO ENDOSCÓPICO DESCARTÁVEL, TTS, PARA ESÓFAGO, ESTOMAGO E COLON, ESTERIL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 320; VALOR UNITÁRIO: R\$ 635,0000; ITEM: 8; 1195723 - BALAO, 5,5CM A 6CM COMPRIMENTO, DIAMETROS PROGRESSIVOS MAXIMO 20MM, CANAL DE TRABALHO DE 2,8MM X 230CM COMPRIMENTO, DILATAÇÃO ENDOSCÓPICO DESCARTÁVEL, TTS, PARA ESÓFAGO, ESTOMAGO E COLON, ESTERIL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 282; VALOR UNITÁRIO: R\$ 635,0000; ITEM: 10; 1195763 - PROTESE, DIAMETRO 5FR, COMPRIMENTO 5CM, PANCREÁTICA, USO ENDOSCÓPICO, PLÁSTICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 80; VALOR UNITÁRIO: R\$ 470,0000; ITEM: 11; 1195773 - PROTESE, DIAMETRO 5FR, COMPRIMENTO 7CM, PANCREÁTICA, USO ENDOSCÓPICO, PLÁSTICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 80; VALOR UNITÁRIO: R\$ 842,5000; GASTROVISION PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA- ME: ITEM: 2; 823189 - PROTESE, ESOFÁGICA METÁLICA NAO RECOBERTA, AUTOEXPANSIVEL, DIAMETRO INTERNO 23MM +/-1MM, COMPRIMENTO 9CM A 10CM, CATETER INTRODUTOR DE 7MM A 8,5MM, COMPATÍVEL COM FIO GUIA DE SAVARY, ESTERIL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 42; VALOR UNITÁRIO: R\$ 10.000,0000; MEDI GLOBE BRASIL LTDA: ITEM: 1; 6535410 - MANOMETRO, MEDICAÇÃO DA INSUFILAÇÃO DE BALÕES DILATADORES PARA ACALASIA UTILIZADOS EM ENDOSCOPIA DIGESTIVA, MEDIDAS EM ATM E MMHG, ESTERIL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 60; VALOR UNITÁRIO: R\$ 440,0000; PAULO CESAR AGOSTINI ORTOPEDICOS: ITEM: 12; 1195753 - ESCOVA, LIMPEZA PARA O CANAL DO BALAO, PARA ECO ENDOSCOPIO OLYMPUS, MODELO GF UCT180, PROCESSÁVEL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 108; VALOR UNITÁRIO: R\$ 155,0000; MANOANCIA MEDICAL LTDA: ITEM: 9; 1195733 - PINÇA, ESPÍCULA PARA CANAL 2,8, COMPRIMENTO 230CM, BIÓPSIA PARA COLONOSCOPIA, FENESTRADA, PROCESSÁVEL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 180; VALOR UNITÁRIO: R\$ 688,0000; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20222305; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 26/04/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa  
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/15356

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESAS FORNECEDORAS: **PROHOSPITAL COMERCIO HOLANDA LTDA**. III – OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20222275 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 08029415/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESAS E ITENS: PROHOSPITAL COMERCIO HOLANDA LTDA: ITEM: 1; 1528127 - MONITOR, PARA MENSURAÇÃO DA GLICOSE E CETONA NO SANGUE, ATRAVES DE FITAS REATIVAS DISTINTAS PARA CADA MEDIDA, TIPO FREESTYLE ORIGINAL OU CARACTERÍSTICAS SIMILARES, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 2; VALOR UNITÁRIO: R\$ 151,3500; ITEM: 2; 1527750 - TIRA, REATIVA PARA MENSURAÇÃO DA CETONA NO SANGUE, COMPATÍVEL COM O MONITOR TIPO FREESTYLE ORIGINAL OU COM CARACTERÍSTICAS SIMILARES, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 2.760; VALOR UNITÁRIO: R\$ 2,1600; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20222275; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 26/04/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa  
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/15368

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESAS FORNECEDORAS: **ATOMED - PRODUTOS MEDICOS E DE AUXILIO HUMANO LTDA**. III – OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MEDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230031 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 09774467/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESAS E ITENS: ATOMED - PRODUTOS MEDICOS E DE AUXILIO HUMANO LTDA: ITEM: 1; 1031243 - APARELHO AUDITIVO, RECEPTOR NO CANAL AUDITIVO, PERDAS AUDITIVAS GRAU LEVE E SEVERA, PROCESSAMENTO DIGITAL DO SINAL, CONTROLE DE SAÍDA, COMPRESSÃO DE LIMITAÇÃO, COMPRESSÃO NAO LINEAR, MULTICANAIS, CONTROLES DISPONÍVEIS GANHO, CORTE DE GRAVE E AGUDO, SAÍDA MÁXIMA, CONTROLE DO LIMAR, RAZÃO DE COMPRESSÃO, CONTROLE AUTOMÁTICO DE VOLUME, BOBINA TELEFONICA, ENTRADA DE AUDIO, MULTIMEMORIA, SUPRESSOR DE RUÍDO DIGITAL, 8 CANAIS, INDICADOR DE PILHA FRACA, GANHO MÁXIMO 55 A 63DB, SAÍDA MÁXIMA 126 A 132DB, FREQUENCIA 100 - 7700HZ, PILHA Nº 312, 3 RECEPTORES EXTERNOS, 2 NÍVEIS DE DESEMPENHO INCLUINDO GERADOR DE RUÍDO PARA ZUMBIDO, COMPATIBILIDADE SISTEMA FM, APARELHO TIPO C, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 100; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.100,0000; ITEM: 3; 8070410 - APARELHO AUDITIVO, DE AMPLIFICAÇÃO SONORA, RETROAURICULAR, PERDAS SEVERA A PROFUNDA COM 6 CANAIS DE PROCESSAMENTO DO SINAL, PROCESSAMENTO POWER, GERENCIADOR DE MICROFONIA, SUPRESSOR DE RUÍDO EM 6 CANAIS, 4 PROGRAMAS MANUAIS, PROTETOR DE VENTO E UMIDADE DO MICROFONE, BOBINA TELEFONICA, BOTÃO DE PROGRAMA, CONTROLE DE VOLUME MANUAL, ENTRADA DIRETA DE AUDIO, RESISTENCIA A ÁGUA, REGISTRO DE DADOS DE USO, PILHA 675. POSSIBILIDADE DE GANCHO PEDIÁTRICO, TRAVA NO COMPARTIMENTO DA BATERIA, AVISO SONORO DE BATERIA FRACA, GANHO DE 75 A 85DB, SAÍDA MÁXIMA DE 135 A 144DB, FAIXA DE FREQUENCIA DE 100 - 4900HZ, GANCHOS PEDIÁTRICO E ADULTO, COMPATIBILIDADE PARA SISTEMA FM, APARELHO TIPO B, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 150; VALOR UNITÁRIO: R\$ 700,0000; ITEM: 4; 1031223 - APARELHO AUDITIVO, DIGITAL MINIRETROAURICULAR, PARA PERDAS AUDITIVAS DE GRAU LEVE A SEVERA, PROCESSAMENTO DIGITAL DO SINAL TECNOLOGIA DE RECEPTOR NO CANAL (PADRAO E POWER), SAÍDA MÁXIMA 129 A 134DB SPL, COM GANHO MÁXIMO 65 A 67DB, FAIXA DE FREQUENCIA DE 100 A 7100HZ, 8 CANAIS, COMPRESSÃO NAO LINEAR, 4 MEMÓRIAS DE PROGRAMAÇÃO GERENCIADOR DE RUÍDO DE VENTO E MECANICO, CANCELADOR DE MICROFONIA, AJUSTE DE VOLUME E TROCA DE MEMÓRIA, MICROFONE DIRECIONAL DINAMICO, PILHA Nº 312, BOTÃO DE PROGRAMAÇÃO, INDICADOR DE BATERIA FRACA E TROCA DE MEMÓRIA, TELEFONE AUTOMATICO, AJUSTES RÁPIDOS GANHO GERAL, SAÍDA MÁXIMA, FREQUENCIAS BAIXAS E ALTAS E CONTROLE DE OCLUSÃO, ACOMPANHAMENTO DAS OLIVAS ABERTAS, FECHADAS E POWER, GERADOR DE SOM, COMPATÍVEL COM SISTEMA FM, APARELHO TIPO C, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 100; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.100,0000; ITEM: 6; 693095 - APARELHO AUDITIVO, DIGITAL MINIRETROAURICULAR, PILHA 13, 8 CANAIS, PROGRAMAS OMNIDIRECIONAL E DIRECIONAL FIXO, EXPANSÃO, COMPRESSÃO WDRC, COMPRESSÃO DE LIMITAÇÃO DE SAÍDA, GERENCIADOR DE MICROFONIA, REDUTOR DE RUÍDO, BOBINA TELEFONICA, ENTRADA DIRETA DE AUDIO(DAI) DATALOGGING, LIGA/DESLIGA (GAVETA DE PILHA), BOTÃO DE PROGRAMA, CONTROLE DE VOLUME, SAÍDA MÁXIMA 122 A 128DB SPL, GANHO MÁXIMO 66 DB, FAIXA DE FREQUENCIA 100 - 4900 HZ, COMPATIBILIDADE PARA SISTEMA FM, APARELHO TIPO C, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 100; VALOR UNITÁRIO: R\$ 700,0000; ITEM: 7; 1030668 - APARELHO AUDITIVO, INTRA CANAL, ITC, 6 BANDAS DE COMPRESSÃO DE PROCESSAMENTO DE SINAL, 6 CANAIS DE GANHO, DIRECIONALIDADE ADAPTATIVA DE FOCO AMPLO, DIRECIONALIDADE FIXA, PROGRAMAÇÃO AUTOMÁTICA, REDUÇÃO DE RUÍDO, MICROFONE INTEGRADO, FEEDBACK, CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS DE AJUSTE, SOFTWARE COMPATÍVEL COM AS ESPECIFICAÇÕES, BOBINA TELEFONICA, CONTROLE DE VOLUME, TAMANHO DE BATERIAS Nº 312, INDICADOR DE BATERIA FRACA, BOTÃO DE PROGRAMAÇÃO, APARELHO TIPO C, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 50; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.100,0000; ITEM: 9; 693359 - APARELHO AUDITIVO, RETROAURICULAR PARA PERDAS AUDITIVAS DE GRAU LEVE A MODERADAMENTE SEVERA, 8 CANAIS DE PROCESSAMENTO DO SINAL, POSSIBILIDADE ADAPTAÇÃO COM MICROTUBO PARA ADAPTAÇÕES ABERTAS, GERENCIADOR DE MICROFONIA, SUPRESSOR DE RUÍDO EM 8 DIRECIONAL ADAPTATIVO, 4 PROGRAMAS MANUAIS, PROTETOR DE VENTO E UMIDADE DO MICROFONE, BOBINA TELEFONICA, BOTÃO DE PROGRAMA, CONTROLE DE VOLUME MANUAL E/OU AUTOMATICO, ENTRADA DIRETA DE AUDIO, REGISTRO DE DADOS DE USO, PILHA 13, POSSIBILIDADE DE GANCHO PEDIÁTRICO E TRAVA NO COMPARTIMENTO DA BATERIA, AVISO SONORO DE BATERIA FRACA, GANHO DE 58DB, SAÍDA DE 128 A 134DB, FAIXA DE FREQUENCIA DE OUVIDO DE 100 A 7200HZ, COMPATIBILIDADE PARA SISTEMA FM, APARELHO TIPO C, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 50; VALOR UNITÁRIO: R\$ 700,0000; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230031; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 26/04/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa  
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

\*\*\* \*\*



**EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 379/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO – SESA; CONTRATADA: **WEGH ASSESSORIA E LOGÍSTICA INTERNACIONAL LTDA**; OBJETO: **Serviços de Despacho Aduaneiro, visando assessoria e o desembaraço alfandegário de Medicamentos e Materiais Médico-Hospitalares**, incluindo pagamento da Taxa de Delivery Fee e da Taxa Siscomex, Emissão de Licença de Importação (LI), Petições e de Declaração de Importação (DI), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Edital do Pregão Eletrônico nº 20230434 – SESA/COSUP e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua publicação; VALOR GLOBAL: R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 24200884.10122.211.20779.03.339039.1.5009100000.0; DATA DA ASSINATURA: 02/05/2023; SIGNATÁRIOS: Luiz Otávio Sobreira Filho e Maria Aparecida Linhares.

Cicero Douglas Silva Rufino  
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº01/2023  
POLI/RUIXADÁ**

CONTRATANTE: o Estado do Ceará, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ- SESA e os Municípios de BABABUIÚ, CHORÓ, IBARETAMA, IBICUITINGA, MILHÁ, PEDRA BRANCA, QUIXADÁ, QUIXERAMOBIM, SENADOR POMPEU, SOLONÓPOLE; CONTRATADO: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE QUIXADÁ - CPSMQ**; OBJETO: a **execução de SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS**, no limite territorial do município e da região de Saúde, pelos contratantes da gestão da Policlínica Dr Francisco Carlos Cavalcante Roque – Regional de Quixadá, unidade integrante da rede Própria da Secretaria da Saúde. §1º – São partes integrantes deste CONTRATO DE PROGRAMA, independentemente de transcrição, os anexos abaixo relacionados: ANEXO I – SERVIÇOS MÍNIMOS DEFINIDOS E ESTRUTURADOS CONFORME CAPACIDADE INSTALADA ANEXO II – INDICADORES DE DESEMPENHO E MONITORAMENTO ANEXO III – AVALIAÇÃO DO CONTRATO, METAS E INDICADORES § 2º – A criação de novos serviços e/ou ampliação e alteração dos limites poderão ser alterados, remanejados, acrescidos, desde que haja disponibilidade de recursos financeiros, considerando prioritariamente o perfil epidemiológico, condicionada ao bom desempenho dos serviços ofertados, passando pela análise do Conselho Consultivo e homologados na Assembléia Consorcial.; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: diretrizes do SUS estabelecidas na Constituição Federal, arts. 196 a 200, Lei 8080/90, regulamentado pelo Decreto 7.508/2011, Lei 8.142/1990 e outras normatizações estabelecidas, Lei Nº. 11.107/2005, Decreto Nº. 6017/2007; Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 141/2012, Lei 4320/64, normas gerais e específicas do Direito Financeiro, Contrato de Consórcio Público Ratificado pelos poderes legislativos municipais, por meio das Leis Municipais de BANA-BUIÚ (Lei nº 453/2009, de 26 de outubro de 2009), de CHORÓ (Lei nº 313/2009, de 28 de outubro de 2009), de IBARETAMA (Lei nº 017/2009 de 05 de outubro de 2009), de IBICUITINGA (Lei nº 474/2009, de 20 de novembro de 2009), de MILHÁ (Lei nº 218/2009 de 29 de setembro de 2009), de PEDRA BRANCA (Lei nº 424/2009 de 24 de setembro de 2009), de QUIXADÁ (Lei nº 2413/2009 de 13 de novembro de 2009), de QUIXERAMOBIM (Lei nº 2334/2009 de 17 de dezembro de 2009), de SENADOR POMPEU (Lei nº 1219/2009 de 05 de outubro de 2009), de SOLONÓPOLE (Lei nº 998/2009 de 08 de outubro de 2009) e Lei Ratificadora Estadual nº 14.458/09, de 15 de setembro de 2009, e Lei nº 17.006, 30 de setembro de 2019, que dispõe sobre a integração, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, das ações e dos serviços de saúde em Regiões de Saúde no Estado do Ceará e outras normas pertinentes; FORO: Fortaleza - CE; VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro do corrente ano; DATA DA ASSINATURA: 10/01/2023; SIGNATÁRIOS: TÂNIA MARA SILVA COELHO, VANIA MARIA CAVALCANTE DE SOUSA, ELIRIA MARIA FREITAS DE QUEIROZ, FRANCISCO JOSÉ MAGALHÃES CARNEIRO, CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA, LUIZ ALAN PINHEIRO MACEDO, ANTÔNIO MAURÍCIO PINHEIRO JUCÁ, FRANCISCO HERMES NOBRE, MARCONDES DE HOLANDA JUCÁ, RICARDO JOSÉ ARAÚJO SILVEIRA, MATHEUS PEREIRA MENDES, ANA VLÁDIA NOGUEIRA PINHEIRO JUCÁ.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº DO DOCUMENTO 124/2023**

PROCESSO Nº: 03126414/2023 / VIPROC / SESA OBJETO: A **aquisição emergencial de SISTEMA DE BOMBA DE INFUSÃO CONTÍNUA DE INSULINA (SICI) E MONITOR DE GLICEMIA – BOMBA DE INSULINA ACCU-CHEK COMBO**, a fim de atender 02 (dois) pacientes portadores de Diabetes Mellitus Tipo 1 (CID10 – E14), oriundos de ações judiciais, que culminaram em decisões desfavoráveis ao Estado, sendo determinado o fornecimento do Sistema de Bomba de Insulina JUSTIFICATIVA: A necessidade do cumprimento de decisão judicial, considerando que o seu descumprimento está sujeito as sanções cabíveis, sob as advertências de responsabilização cível e criminal na forma da lei, bloqueio de valores e incidência de multa para o Estado e gestores VALOR GLOBAL: R\$ 46.000,00 ( quarenta e seis mil reais ) DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 24200154.10.302.631.20086.03.339032.1.500.9100000.0 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 26, da Lei Federal nº 8.666/1993 CONTRATADA: **SELLENE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA** DISPENSA: 12/05/2023 - Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho RATIFICAÇÃO: 12/05/2023 - Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº DO DOCUMENTO 37/2023**

PROCESSO Nº: 03128743/2023 / VIPROC / SESA OBJETO: **prestação de serviços especializados na área da saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS**, viabilizando o acesso aos atendimentos cirúrgicos de média e alta complexidade, na especialidade de OFTALMOLOGIA, objetivando a redução da fila de espera de cirurgias eletivas e assim ofertando qualidade de vida aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), regulados pela Central de Regulação do Estado do Ceará, respeitando os critérios de regionalização JUSTIFICATIVA: Considerando a demanda reprimida ambulatorial, bem como a paralisação das cirurgias eletivas durante a pandemia da COVID-19, sendo evidenciado um grande número de pacientes aguardando para avaliação e realização de procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade. Considerando a demanda de processos judiciais para realização de procedimentos cirúrgicos, em tramitação na Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, visto que a Rede SESA não dispõe de capacidade instalada suficiente para atender todas as solicitações, acarretando na morosidade na realização de cirurgias. Considerando a baixa oferta ambulatorial relacionado a pré-consultas na Rede SESA, e a pequena rotatividade da fila cirúrgica eletiva, fica evidenciado a necessidade de contratação de serviços de saúde complementar ao SUS. A contratualização em questão visa atender a necessidade da população do Estado do Ceará, registrada na Central de Regulação, relacionado a demanda reprimida com a finalidade de prestar assistência através de procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. VALOR GLOBAL: R\$ 51.975,36 ( cinquenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos ) DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 24200074.10.302.631.10428.03.339039.1.500.910.0 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: caput do art. 25 e no art. 26, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações CONTRATADA: **HOSPITAL DE OLHOS LEIRIA DE ANDRADE LTDA** DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: 05/05/2023 - Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho RATIFICAÇÃO: 05/05/2023 - Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho.

Cicero Douglas Silva Rufino  
SUPERINTENDENTE

\*\*\* \*\*

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº28/2023  
RESULTADO PARCIAL****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CREDENCIAMENTO Nº001/2023**

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DESTA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador do RG nº 8907002027028 SSP CE, inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, tendo em vista o resultado parcial do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO Nº 001/2023/SESA, faço saber que **HOMOLOGO o referido resultado**, onde restou evidenciado através da análise técnica e jurídica, bem como do relatório conclusivo da Comissão Especial de Acompanhamento do Processo de Credenciamento, conforme elementos contidos no processo VIPROC nº 02924759/2023, a **HABILITAÇÃO do INSTITUTO PRÁXIS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL**, inscrito no CNPJ sob nº 05.481.950/0005-22, para fins de credenciamento, por atender às exigências editalícias. Fortaleza/CE, 02 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho  
SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA  
PROCESSOS Nº02289970/2022**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, conferidas pela lei nº 16.710/2018, a fim de atender às necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.571/0001-04, com sede na Avenida Almirante Barroso nº 600, Bairro Praia de Iracema, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE, de acordo com o art. 37 da Lei nº 4.320/1964 e §2º do art.22 Decreto nº 93.872/1986, **reconhecer dívida** no valor de R\$ 4.592,92 (quatro mil, e quinhentos e noventa e dois reais e



noventa e dois centavos), junto (o)a requerente **BRÍGIDA PEREIRA OLIVEIRA** que exerce o cargo/função de Agente de Administração (Grupo Ocupacional Atividades Técnico Administrativas da Saúde/ADS), matrícula nº. 4002091-8, lotado(a) no(a) Célula de Planejamento e Monitoramento de Custeio e Investimento – CEMOC, referente à Gratificação de Incentivo Profissional no valor de 20% (vinte por cento), sobre seu vencimento-base, pertinente aos períodos de 03/2022 a 12/2022. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 28 de abril de 2023.

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**PROCESSO Nº03287299/2023**

O DIRETOR DO HOSPITAL GERAL DR. CÉSAR CALS DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 72, da Lei nº 9.809/1973, a fim de atender as necessidades do Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira, inscrito no CNPJ sob o nº 07.954.571/0039-87, com sede na Avenida Imperador, 545, Bairro Centro, Fortaleza – Ce, e CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, e com fundamento no art. 63, § 1º e 2º da Lei Federal nº 4.320/1964, RESOLVE: **Reconhecer a Dívida** no valor de R\$ 11.224,71 (onze mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos) junto a **COOPERATIVA DOS OFTALMOLOGISTAS DO CEARÁ LTDA - COFTALCE**, inscrita no CNPJ sob o nº 63.303.978/0001-42, referente ao pagamento dos serviços dos profissionais Médicos Oftalmologistas, objeto do contrato nº 638/2022, realizados no período de 30 de janeiro a 20 de fevereiro de 2023, para atender as necessidades do HGCC. HOSPITAL GERAL DR. CÉSAR CALS DE OLIVEIRA/SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de maio de 2023.

Francisco Paulo Ponte Prado Júnior  
DIRETOR TÉCNICO - HGCC, RESPONDENDO PELA DIREÇÃO GERAL

\*\*\* \*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**  
**PROCESSO NUP 24001.003581/2023-94**

A DIRETORA GERAL DO CENTRO DE SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS DR. ROCHA FURTADO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 72, da Lei nº 9.808/1973, a fim de atender às necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o número 07.954.571/0001-04, com sede na Avenida Almirante Barroso nº 600, Bairro Praia de Iracema. CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo cujo número em epígrafe, RESOLVE, de acordo com o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, demais legislações aplicáveis e entendimento do TCE e TCU, bem assim conforme entende a Procuradoria-Geral do Estado e CGE, ante a vedação ao enriquecimento ilícito da Administração, **reconhecer a dívida** de R\$ 207.408,45 (duzentos e sete mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e cinco centavos), junto a **COOPERATIVA DE TRABALHO DE ATENDIMENTO PRÉ E HOSPITALAR LTDA - COAPH**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.768.319/0001-88, referente a pagamento de obrigação com eficácia pós-contratual (por via indenizatória), vinculada ao Contrato nº 1029/2022, que teve por objeto a prestação de serviço em horas de profissionais de saúde na categoria médico generalista, no mês de março de 2023, no Centro de Serviço de Verificação de Óbito Dr. Rocha Furtado (SVO). SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de abril de 2023.

Anacélia Gomes de Matos Mota  
DIRETORA GERAL DO SVO

**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA**

**PORTARIA Nº09/2023** - O SUPERINTENDENTE DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 31.129, de 21 de fevereiro de 2013 e, CONSIDERANDO o Edital de nº 01/2023, do Município de Itapipoca/Ce, conforme os elementos contidos no Processo Administrativo nº 04105941/2023, com vistas a Seleção Pública de Provas, destinado a contratação de AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) do Município de Itapipoca/Ce; RESOLVE: Art. 1º – **Constituir uma Comissão** Examinadora no âmbito da Escola de Saúde Pública do Ceará, com a finalidade de acompanhar todas as etapas do processo seletivo e julgar os recursos administrativos que porventura venham a ser interpostos pelos participantes do certame. Art. 2º – Designar para compor a Comissão Examinadora os seguintes **MEMBROS**, sob a presidência do primeiro: I – MARIA ELCI MOREIRA GALVÃO II – LEILANNE MARIA COSTA LIMA III – VANESSA ALENCAR DE ARAÚJO Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 12 de maio de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti  
SUPERINTENDENTE

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**

**PORTARIA Nº2385/2022-GS** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei nº 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1º do Decreto nº 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2º do Decreto nº 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 15 de dezembro de 2022.

Adriano de Assis Sales  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº 2385 /2022 – GS, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

POLICIAIS	CARGO/POSTO/GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
JOSE ROBERTO BARBOSA PESSOA	POLICIAL CIVIL	198.137-1-1	01 PISTOLA 9MM; 02 CARREGADORES	1000,00	250,00
EZEQUIEL CANDIDO DOS SANTOS	POLICIAL CIVIL	404.699-1-5			250,00
FELIPE DE CARVALHO PEREIRA	POLICIAL CIVIL	198.219-1-9			250,00
HELDER CASSIEL RAMOS DE B. LIMA	POLICIAL CIVIL	300.836-1-X			250,00

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
--------------	---------------------

PCS =04  
VALOR GERAL = R\$ 1000,00  
ARMAMENTO APREENDIDO:  
PISTOLA=01  
CARREGADORES=02

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº2420/2022-GS** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei nº 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1º do Decreto nº 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2º do Decreto nº 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 14 de dezembro de 2022.

Adriano de Assis Sales  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA



## ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº 2420/2022 – GS, 14 DE DEZEMBRO DE 2022

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
ALEXANDRO SALES DE LIMA	SARGENTO PM	300.819-1-9	01 REVÓLVER CAL 38; 06 MUNIÇÕES CAL 38; 01 PISTOLA CAL 9; 39 MUNIÇÕES CAL 9; 01 ACESSÓRIO; 01 PISTOLA CAL 40; 11 MUNIÇÕES CAL 40;	2524,00	229,45
NEMESIO SILVEIRA ARRUDA NETO	SOLDADO PM	308.705-6-5			229,45
ANTÔNIO BRUNO RIBEIRO ALVES	SOLDADO PM	308.908-2-5			229,45
CARLOS JANAEL SOUSA GOMES	SOLDADO PM	308.656-3-4			229,45
FRANCISCO EVERARDO SOARES DO SANTOS	SUBTENENTE PM	113.020-1-7			229,45
PAULO CAETANO DE ABREU HOLANDA	SARGENTO PM	136.534-1-0			229,45
PAULO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA	CABO PM	303.944-1-0			229,45
FRANCISCO JOSÉ DA SILVA XAVIER	CABO PM	303.835-1-6			229,45
PAULO SÉRGIO ANDRADE DE OLIVEIRA	CABO PM	304.206-1-6			229,45
ALISSON ERLAN ARAÚJO RODRIGUES	CABO PM	304.455-1-1			229,45
MARCOS ANDRÉ MOREIRA BATISTA FARIA	SOLDADO PM	306.939-1-4			229,45
TOTAL					R\$ 2.524,00

PM'S = 11  
 VALOR GERAL = R\$ 2.524,00  
 ARMAMENTO APREENDIDO:  
 PISTOLAS = 2  
 REVÓLVER = 1  
 MUNIÇÕES = 56  
 ACESSÓRIO = 1

\*\*\* \*\* \*

**PORTARIA Nº2456/2022-GS** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 14 de dezembro de 2022.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

ANEXO ÚNICO PORTARIA Nº 2456/2022 – GS, 14 DE DEZEMBRO DE 2022

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
RAIMUNDO NONATO FERREIRA ABREU	SUBTENENTE PM	109.150-1-5	01 REVÓLVER CAL. 38	400,00	133,33
FRANCISCO JOSÉ ALVES MARQUES	CABO PM	304.146-1-6			133,33
JOSENILDO DE SOUSA LIMA	CABO PM	309.093-7-2			133,33
TOTAL				R\$ 400,00	

PM'S = 3  
 VALOR GERAL = R\$ 400,00  
 ARMAMENTO APREENDIDO:  
 REVÓLVER = 1

\*\*\* \*\* \*

**PORTARIA Nº0833/2023-GS** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 18 de abril de 2023.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0833/2023 - GS, 18 de abril de 2023

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Helio Gabalo Angelo Menezes	Policial Militar	109.767-1-5	04 munições cal.12	16,00	5,33
Isaac Nunes Franca	Policial Militar	308.982-3-0			5,33
Jefferson Fidelis da Silva	Policial Militar	300.733-1-2			5,33
TOTAL				R\$ 16,00	

PM's = 03  
 Valor Geral = R\$ 56,00  
 Armamento Apreendido:  
 Munições = 14

\*\*\* \*\* \*

**PORTARIA Nº0834/2023-GS** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 18 de abril de 2023.

Adriano de Assis Sales  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

**Anexo Único Portaria nº 0834/2023 - GS, 18 de abril de 2023**

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Francisco Welder Barbosa Barros	Policial Militar	303.414-1-4	02 munições cal.38	8,00	2,67
Douglas de Lima Barga	Policial Militar	303.863-1-0			2,67
Raimundo Luiz Silva Souza	Policial Militar	307.549-1-3			2,67
TOTAL				R\$ 8,00	

PM's = 03

Valor Geral = R\$ 8,00

Armamento Apreendido:

Munições = 02

\*\*\* \*\* \*

**PORTARIA Nº0910/2023-GS** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 19 de abril de 2023.

Adriano de Assis Sales  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

**Anexo Único Portaria nº 0910/2023 - GS, 19 de abril de 2023**

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Francisco Eudes Moreira de Oliveira	Policial Militar	303.635-1-5	01 munição cal.04	4,00	1,33
Aluizio Rodrigues do Nascimento Neto	Policial Militar	308.776-9-1			1,33
Francisco Ricardo Oliveira de Lima	Policial Militar	307.438-1-4			1,33
TOTAL				R\$ 4,00	

PM's = 03

Valor Geral = R\$ 4,00

Armamento Apreendido:

Munições = 14

\*\*\* \*\* \*

**PORTARIA Nº0921/2023-GS** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 25 de abril de 2023.

Adriano de Assis Sales  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

**Anexo Único Portaria nº 0921/2023 - GS, 25 de abril de 2023**

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Francisco Washington Nunes de Sousa	Policial Militar	303.208-1-6	01 pistola cal.380; 08 munições cal.380	432,00	108,00
Raimundo Januário do Rego Neto	Policial Militar	587.919-1-1			108,00
Reginaldo Freitas Bessa	Policial Militar	308.772-2-5			108,00
Antônio Carlos da Rocha Júnior	Policial Militar	308.646-0-3			108,00
TOTAL				R\$ 432,00	

PM's = 04

Valor Geral = R\$ 432,00

Armamento Apreendido:

Pistola = 01

\*\*\* \*\* \*



**PORTARIA Nº0931/2023-GS** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 28 de abril de 2023.

Adriano de Assis Sales  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

**Anexo Único Portaria nº 0931/2023 - GS, 28 de abril de 2023**

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
José Araújo Camelo Júnior	Policial Militar	307.152-1-7	01 revólver cal.38; 05 munições cal.38	420,00	105,00
Francisco Wagner Matos de Lima	Policial Militar	308.671-0-6			105,00
Leocadio Ferreira Mendes	Policial Militar	308.844-3-4			105,00
Luy Felipe Pinheiro Bastos	Policial Militar	308.719-1-X			105,00
TOTAL				R\$ 420,00	

PM's = 04

Valor Geral = R\$ 420,00

Armamento Apreendido:

Revólver = 01

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1085/2023-GS** - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº151-D/2023-GS**, datada de 11 de abril de 2023 e publicada no DOE de 17 de abril de 2023. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Adriano de Assis Sales  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA 1178/2023 - GS** - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 10001.006174/2023-24, RESOLVE NOTIFICAR O **FALECIMENTO de FRANCISCA AURICELIA DE SOUSA**, matrícula nº 087.153-1-9, agente de administração, ocorrido em 24/02/2021, conforme Certidão de Óbito expedida pelo Cartório Norões Milfont, em 25/02/2021, com fundamento no art. 64, inciso II da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974 e os incisos I e II do art. 4º do Decreto nº 20.768, de 11 de junho de 1990. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 16 de maio de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**ATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº2019.0013/SSPDS - PROCESSO Nº03953003/2019**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições previstas no inciso II do Art. 52 da Lei nº 16.710 de 21/12/2018, com fulcro no Artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e nos princípios que regem a Administração pública, mormente o da legalidade e da autotutela, e CONSIDERANDO que o objeto da referida licitação era parte do escopo do Plano de Trabalho do Convênio nº 880772/2018 - Modernizar a Polícia Militar do Ceará por meio da aquisição de armamentos, coletes balísticos e viaturas; CONSIDERANDO que em razão da impugnação ocorrida no decorrer da licitação houve a necessidade de alteração do plano de trabalho; Considerando que em razão da alteração ocorrida, o objeto foi adquirido por meio de adesão a Ata de Registro de Preços da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, efetivado, por meio do Contrato Administrativo nº 01/2022-SSPDS, tendo sido a solução mais viável, economicamente, devidamente comprovada no processo de aquisição. RESOLVE: **REVOGAR o processo de PREGÃO ELETRÔNICO Nº2019.0013/SSPDS** que tinha por objeto a AQUISIÇÃO DE COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III-A PARA A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, tendo em vista que a demanda fora devidamente atendida. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, 16 de maio de 2023.

Adriano de Assis Sales  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se. Publique-se.

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**Nº DO DOCUMENTO 16/2023 - SSPDS**

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 01.869.566/0001-17; CONTRATADA: **WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI** – CNPJ Nº 07.340.993/0001-90; OBJETO: Constitui objeto deste contrato o **registro de preço para Taxa por Transação (Transaction Fee) visando futuras e eventuais contratações de serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional e demais serviços correlatos** (passagens rodoviárias e ferroviárias no âmbito internacional, serviços de reservas de hotéis e veículos terrestres de qualquer porte, traslado, seguro de saúde e de bagagem), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20220013 – CASA CIVIL e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, tudo de acordo com o NUP Nº 10001.002605/2023-83; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo Nº 16/2023 - SSPDS (SACC 1270383) será de 12 (doze) meses contado a partir do dia 24/06/2023; VALOR GLOBAL: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), pagos em parcelas mensais; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente contratação correrão por conta de Recursos Ordinários, próprios da CONTRATANTE, (MAPP 101901 / PF 100000012020C), conforme a seguinte classificação funcional programática:– 10100001.06.181.521.20015.03.339033.1.5009100000.0; DATA DA ASSINATURA: 09 de maio de 2023; SIGNATÁRIOS: Sr. Adriano de Assis Sales – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Segurança Pública e Defesa Social e o Sr. Hugo Henrique Aurélio de Lima – Representante Legal da CONTRATADA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, em 09 de maio de 2023.

Hiro da Justa Porto  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**Nº DO DOCUMENTO 17/2023 - SSPDS**

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 01.869.566/0001-17; CONTRATADA: **SALINAS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** – CNPJ Nº 73.694.788/0001-57; OBJETO: Constitui objeto deste contrato **registro de preços para futuros e eventuais serviços de montagem de sistema de fechamento para espaços abertos do tipo gradil**, para substituição e instalação de fechamentos de edifícios públicos e outras demandas do Governo Estadual do Ceará, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20220020 – SOP e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento



de seu objeto, tudo de acordo com o NUP Nº 10001.002165/2023-64; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo Nº 17/2023 - SSPDS (SACC 1271419) será de 12 (doze) meses contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 731.167,44 (setecentos e trinta e um mil cento e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), pagos em parcela única; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente contratação correrão por conta de Recursos Ordinários, próprios da CONTRATANTE, (MAPP 1117 / PF 10000100120221), conforme a seguinte classificação funcional programática: 10100001.06.181.521.10210.03.449039.1.5009100000.0; DATA DA ASSINATURA: 12 de maio de 2023; SIGNATÁRIOS: Sr. Adriano de Assis Sales – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Segurança Pública e Defesa Social e o Sr. Flávio Nancelio Campelo Viana – Representante Legal da CONTRATADA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, em 12 de maio de 2023.

Hiro da Justa Porto  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO  
Nº DO DOCUMENTO 18/2023 - SSPDS**

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 01.869.566/0001-17; CONTRATADA: **SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA** – CNPJ Nº 58.619.404/0008-14; OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **Aquisição de Solução Integrada de Videowall, Equipamento de som profissional, Sistema de Videoconferência e Sistema de Sinalização Digital** para a CIOPS, Gabinete de Gestão de Eventos Complexos - GGEC da SSPDS do novo Centro Integrado de Segurança Pública - CISP, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico Nº. 20220031 - SSPDS, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, tudo de acordo com o NUP.: 10001.000230/2022-36; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo Nº 18/2023 - SSPDS (SACC 1271451) será 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 3.452.000,00 (três milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil reais) pagos em parcelas; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente contratação correrão por conta de Recursos Ordinários, próprios da CONTRATANTE, (MAPP 1116 / PF 10000101520221 / PF 10000101920221 / PF 10000102020221), conforme a seguinte classificação funcional programática: – 10100001.06.181.521.10210.03.449052.30000.0 – R\$ 723.649,95; – 10100001.06.126.521.10212.03.449052.30000.0 – R\$ 2.216.150,05; – 10100001.06.126.521.10212.03.449040.3000.0 – R\$ 512.200,00; DATA DA ASSINATURA: 11 de maio de 2023; SIGNATÁRIOS: Sr. Adriano de Assis Sales – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Segurança Pública e Defesa Social e a Sra. Maria Fernanda Madi Wenzel – Representante Legal da CONTRATADA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, em 12 de maio de 2023.

Hiro da Justa Porto  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº DO DOCUMENTO 007/2023**

PROCESSO Nº: 007 / 2023 SSPDS OBJETO: **Prestação de serviços referente ao fornecimento de 01 (uma) assinatura digital do periódico “Diário do Nordeste”**. JUSTIFICATIVA: a) A assinatura do periódico Diário do Nordeste é essencial à SSPDS, pois visa também dotar os integrantes desta Pasta de informações importantes para o desenvolvimento de suas atividades; b) É através do periódico que são veiculadas as publicações dos processos licitatórios realizados pela SSPDS, e o acompanhamento destas faz-se elemento essencial ao processo administrativo; c) Neste contexto, a EDITORA VERDES MARES LTDA detém a exclusividade na venda de assinaturas do periódico “DIÁRIO DO NORDESTE”, conforme declaração emitida pela Associação Nacional de Jornais, responsável pela produção do referido veículo de comunicação; d) Com supedâneo no art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, este Signatário Declara a Inexigibilidade de Licitação para execução do presente objeto, por intermédio da EDITORA VERDES MARES LTDA. VALOR GLOBAL: R\$ 109,00 (cento e nove reais) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10100001.06.122.211.20604.03.339039.1.5009100000.0 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: De acordo com o art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993 CONTRATADA: **EDITORA VERDES MARES LTDA**, CNPJ nº nº 07.209.299/0001-38 DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: Adriano de Assis Sales – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social RATIFICAÇÃO: Samuel Eládio de Oliveira Júnior – Secretário da Segurança Pública e Defesa Social.

Hiro da Justa Porto  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS PATRIMONIAIS Nº3947/2023 –SUPEP**

TRANSMITENTE: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS, inscrita no CNPJ sob nº 01.869.566/0001-17, com sede na Av. Bezerra de Menezes, 581 – bairro São Gerardo, em Fortaleza/CE, CEP: 60.325-003. BENEFICIÁRIO: **SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ – SUPEP**, inscrita no CNPJ sob nº 31.045.919/0001-25, com sede na Av. Bezerra de Menezes, 581 – bairro São Gerardo, em Fortaleza / CE, CEP: 60.325-003. OBJETO: **Bens especificados no ANEXO ÚNICO DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS PATRIMONIAIS Nº3947/2023**. Nº DO PROCESSO: NUP 10001.004416/2023-45 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Firmam o presente Termo na forma da Lei Estadual nº 13.476, de 20 de maio de 2004, alterada pela Lei 14.891 de 31 de março de 2011, mediante as Cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam. FORO: Fica eleito o FORO de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para conhecer as questões relativas ao presente termo, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza - CE, 12 de maio de 2023.

Hiro da Justa Porto  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS PATRIMONIAIS Nº3950/2023 –PCCE**

TRANSMITENTE: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS, inscrita no CNPJ sob nº 01.869.566/0001-17, com sede na Av. Bezerra de Menezes, 581 – bairro São Gerardo, em Fortaleza/CE, CEP: 60.325-003. BENEFICIÁRIO: **POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ – PCCE**, inscrita no CNPJ sob nº 01.869.564/0001-28, com sede na Rua do Rosário, 199 – Centro, em Fortaleza / CE, CEP: 60.055-090. OBJETO: **Bens especificados no ANEXO ÚNICO DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS PATRIMONIAIS Nº3950/2023**. Nº DO PROCESSO: NUP 10001.004460/2023-55 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Firmam o presente Termo na forma da Lei Estadual nº 13.476, de 20 de maio de 2004, alterada pela Lei 14.891 de 31 de março de 2011, mediante as Cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam. FORO: Fica eleito o FORO de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para conhecer as questões relativas ao presente termo, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza - CE, 12 de maio de 2023.

Hiro da Justa Porto  
COORDENADOR JURÍDICO

**SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL**

**PORTARIA Nº540/2023-GDGPC** - O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art.144, §4º, da Constituição da República Federativa do Brasil; pelo art. 183, §1º, da Constituição do Estado do Ceará; e pelos art. 4º, art. 7º, Estatuto da Polícia Civil de Carreira, aprovado pela Lei nº12.124/93, bem como: CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, Estatuto da Polícia Civil de Carreira, a Polícia Civil é fundada na hierarquia e disciplina; CONSIDERANDO que, nos termos do art. 7º, Estatuto da Polícia Civil de Carreira, compete ao Delegado Geral exercer a gestão superior, a coordenação e a supervisão da Polícia Civil do Estado do Ceará; CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e, sobretudo, o princípio fundante da supremacia do interesse público; CONSIDERANDO os critérios da oportunidade e da conveniência, harmonizados com o princípio da motivação do ato administrativo, relativamente à organização interna da Polícia Civil; CONSIDERANDO o disposto no art. 32 e no art. 33, Estatuto da Polícia Civil de Carreira; CONSIDERANDO a aplicação subsidiária do art. 37 e do art. 38, Lei Estadual n. 9.826/1974, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado; CONSIDERANDO, por fim, demais motivos e circunstâncias colacionados no processo administrativo registrado sob o Número de Protocolo Único – NUP – nº 10051.005396/2023-34, junto ao Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica – SUITE. Resolve **TORNAR SEM EFEITO a portaria nº438/2022-GDGPC**, datada de 04/04/2022, que DESIGNOU, A PEDIDO, **MARIA LIDIA BEZERRA BRILHANTE**, matrícula 30125479, ocupante do cargo de DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL para ter exercício na Delegacia Metropolitana de Maranguape, vinculada ao Departamento de Polícia Judiciária da Região Metropolitana da Polícia Civil do Estado do Ceará. GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL, Fortaleza, 19 de abril de 2023.

Márcio Rodrigo Gutiérrez Rocha  
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

\*\*\* \*\*





**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº37/2023**  
**PROCESSO NUP: 10051.005607/2022-58**

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 01.869.564/0001-28, com sede nesta capital, na Delegacia Geral de Polícia, situada na Rua do Rosário, nº 199, Bairro: Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60055-090, **reconhece expressamente que deve** ao servidor **PABLO LIRA BRAGA**, matrícula 3011081-1, o valor de R\$ 2.425,32 (dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos), referente as verbas salariais proporcionais do mês de Dezembro de 2022 (01/12/2022 à 12/12/2022), nos termos do processo supra e manifestações de sua Assessoria Jurídica. Compromete-se, portanto, a Polícia Civil do Estado do Ceará a pagar a dívida acima reconhecida sob as Dotações Orçamentárias que seguem abaixo, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução: • 10100002.002.01.06.122.521.20406.0.1.5.00.9.10000.0.3.1.90.11.15.1.1.0000.E0000 – red. 8698; • 10100002.002.01.06.122.521.20406.0.1.5.00.9.10000.0.3.1.91.13.15.1.1.0000.E0000 – red. 530; • 10100002.002.01.06.122.521.20407.0.1.5.00.9.10000.0.3.1.90.12.15.1.1.0000.E0000 – red. 3748; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Arts. 112 e 113 da Lei Estadual nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973; e Resolução COGERF nº 12/2021. Fortaleza, 13 de fevereiro de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho  
 ORDENADOR DE DESPESA

\*\*\*\*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº69/2023**  
**PROCESSO VIPROC: 11368207/2021**

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 01.869.564/0001-28, com sede nesta capital, na Delegacia Geral de Polícia, situada na Rua do Rosário, nº 199, Bairro: Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60055-090, **reconhece expressamente que deve** ao servidor **FRANCISCO JORGE COSTA DA SILVA**, matrícula: 1062591-2, o valor de R\$ 33.127,98 (trinta e três mil, cento e vinte e sete reais e noventa e oito centavos), referentes aos subsídios e auxílio alimentação do período de novembro/2021 a fevereiro/2022, nos termos do processo supra e manifestações de sua Assessoria Jurídica. Compromete-se, portanto, a Polícia Civil do Estado do Ceará a pagar a dívida acima reconhecida sob as Dotações Orçamentárias que seguem abaixo, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução: • 10000000.06.122.521.20407.15.3.190.92.1.5009100000.0 – red 3748; • 10100002.06.122.211.20799.15.339092.1.5009100000.0 – red 516. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Arts. 112 e 113 da Lei Estadual nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973; e Resolução COGERF nº 12/2021. Fortaleza/CE, 12 de maio de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho  
 DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

\*\*\*\*\*

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº70/2023**  
**PROCESSO VIPROC: 11368207/2021**

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 01.869.564/0001-28, com sede nesta capital, na Delegacia Geral de Polícia, situada na Rua do Rosário, nº 199, Bairro: Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60055-090, **reconhece expressamente que deve** ao servidor **INAILDO SERAFIM MAIA**, matrícula: 1062851-2, o valor de R\$ 33.127,98 (trinta e três mil, cento e vinte e sete reais e noventa e oito centavos), referentes aos subsídios e auxílio alimentação do período de novembro/2021 a fevereiro/2022, nos termos do processo supra e manifestações de sua Assessoria Jurídica. Compromete-se, portanto, a Polícia Civil do Estado do Ceará a pagar a dívida acima reconhecida sob as Dotações Orçamentárias que seguem abaixo, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução: • 10000000.06.122.521.20407.15.3.190.92.1.5009100000.0 – red 3748; • 10100002.06.122.211.20799.15.339092.1.5009100000.0 – red 516. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Arts. 112 e 113 da Lei Estadual nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973; e Resolução COGERF nº 12/2021. Fortaleza/CE, 17 de abril de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho  
 DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

**POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ**

O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE CESSAR OS EFEITOS**, a partir de 01 de Junho de 2023, da **designação** de **MARCUS ALLEN FREIRE MONTEIRO**, constante no Decreto Nº 35076/22, datado de 23 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado de 26 de Dezembro de 2022, para responder pelo Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão d e Orientador de Célula, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura organizacional do(a) POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 15 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
 CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
 Samuel Elanio de Oliveira Junior  
 SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\*\*\*

O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o ( a ) Decreto nº 34.053, de 30 de Abril de 2021, **RESOLVE NOMEAR**, o(a) servidor(a) **ISABEL MARIA SILVA BRAGA**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Supervisor de Núcleo, símbolo DAS-1, integrante da Estrutura Organizacional do(a) POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a partir da data da publicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 15 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
 CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
 Samuel Elanio de Oliveira Junior  
 SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\*\*\*

O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o ( a ) Decreto nº 34.053, de 30 de Abril de 2021, **RESOLVE NOMEAR**, o(a) servidor(a) **DANIELLE DE SALES PINHEIRO**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Supervisor de Núcleo, símbolo DAS-1, integrante da Estrutura Organizacional do(a) POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a partir da data da publicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 15 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
 CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
 Samuel Elanio de Oliveira Junior  
 SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\*\*\*

O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o ( a ) Decreto nº 34.053, de 30 de Abril de 2021, **RESOLVE NOMEAR**, o(a) servidor(a) **GERALDO LIBANIO CAMILO FILHO**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura Organizacional do(a) POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a partir da data da publicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 14 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
 CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
 Samuel Elanio de Oliveira Junior  
 SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\*\*\*



O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o ( a ) Decreto nº 34.053, de 30 de Abril de 2021, RESOLVE **NOMEAR**, o(a) servidor(a) **FRANCISCO WALBER DE MEDEIROS INOCENCIO**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Articulador, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura Organizacional do(a) POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a partir da data da publicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 14 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
Samuel Elanio de Oliveira Junior  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\* \*\*

O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto nº 34.053, de 30 de Abril de 2021, RESOLVE **NOMEAR**, o(a) servidor(a) **LUIZ GEYZON MARTINS DE FREITAS**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Subcomandante de Companhia, símbolo DAS-2, integrante da Estrutura Organizacional do(a) POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a partir da data da publicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 14 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
Samuel Elanio de Oliveira Junior  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\* \*\*

O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o ( a ) Decreto nº 34.053, de 30 de Abril de 2021, RESOLVE **NOMEAR**, o(a) servidor(a) **MARCIA FERREIRA DOS SANTOS**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Assistente Técnico, símbolo DAS-2, integrante da Estrutura Organizacional do(a) POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a partir da data da publicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 14 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
Samuel Elanio de Oliveira Junior  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº120/2023 – GC** - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Decreto nº 31.957, de 30 de maio de 2016, que regulamenta o art. 217 da Lei nº 13.729 de 11 de janeiro de 2006, ao que consta no VIPROC nº 04315393/2023, RESOLVE conceder a **Indenização** por Reforço do Serviço Militar Operacional ao **POLICIAL MILITAR** relacionado no anexo único desta Portaria, referente ao período de 1 de fevereiro 28 de fevereiro de 2023. QUARTEL DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de abril de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº120/2023–GC, DE 27 DE ABRIL DE 2023  
ATIVIDADES: INDENIZAÇÃO DE REFORÇO DE SERVIÇO OPERACIONAL – PERÍODO DE 01/02/2023 A 28/02/2023

OPM: 3ºCIPM/4ºCRPM

ORDEM	CARGO	NOME COMPLETO	MATRÍCULA	HORAS	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
1	CAP PM	JOSE PEREIRA DA SILVA FILHO	308532-1-0	8	R\$ 34,91	R\$ 279,28
2	1ºSGT PM	CICERO BERNARDO DE ALMEIDA	134568-1-X	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
3	1ºSGT PM	FRANCISCO ALFREDO DE OLIVEIRA IRMAO	134612-1-X	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
4	1ºSGT PM	PAULO GEORGE FERRAZ GOMES	136487-1-9	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
5	2ºSGT PM	FRANCISCO INALDO LOPES	136179-1-0	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
6	2ºSGT PM	WELISON CAVALCANTI LACERDA	136489-1-3	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
7	2ºSGT PM	JOAO PAULO DE SA BENVENUTO	136457-1-X	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
8	3ºSGT PM	ARY DA SILVA MELO	151734-1-6	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
9	3ºSGT PM	JOSE EVILACIO ALBERTO	300787-1-3	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
10	3ºSGT PM	RODRIGO FERREIRA DA SILVA	301689-1-7	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
11	3ºSGT PM	GILDEONE TOMAS DE SOUZA	302599-1-2	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
12	3ºSGT PM	JOSE JANILSON LOURENCO DINIZ	302610-1-1	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
13	3ºSGT PM	DANILO DA SILVA PEREIRA	302594-1-6	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
14	3ºSGT PM	EDVALDO RUMAO DA LUZ	307800-1-9	8	R\$ 29,09	R\$ 232,72
15	CB PM	ISRAEL BEZERRA DA SILVA	587347-1-3	8	R\$ 23,27	R\$ 186,16
16	CB PM	EMMANUEL ALVES ARRAES	304800-1-5	8	R\$ 23,27	R\$ 186,16
17	CB PM	CLAUDEMIR JOSE DE SOUZA MORENO	300060-1-1	8	R\$ 23,27	R\$ 186,16
18	CB PM	CLAUDEMY CAVALCANTE DA SILVA	305736-1-7	8	R\$ 23,27	R\$ 186,16
19	SD PM	LUAN SANTOS PEREIRA	306845-1-6	8	R\$ 23,27	R\$ 186,16
20	SD PM	LENI TITO CASTRO DOS SANTOS	307377-1-7	8	R\$ 23,27	R\$ 186,16
21	SD PM	MATTEUS RIBEIRO CARVALHO	308771-4-4	8	R\$ 23,27	R\$ 186,16
22	SD PM	WLISSES LOPES DE SIQUEIRA NETO	308900-6-X	8	R\$ 23,27	R\$ 186,16
TOTAL DE MILITARES:						22
TOTAL DE HORAS:						176
VALOR TOTAL (R\$):						R\$ 4.793,92

RELATÓRIO FINANCEIRO GERAL

ORD.	UNIDADE POLICIAL	QTD. DE MILITARES	VALOR (R\$)
1	3ºCIPM/4ºCRPM	22	R\$ 4.793,92

José Kilderlan Nascimento de Sousa – CEL QOPM  
COORDENADOR GERAL DE OPERAÇÕES  
MAT. 108.098-1-9

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CC 0238/2023-PMCE** O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e n o ( a ) Decreto 34.053 de 30 de Abril de 2021, RESOLVE **DESIGNAR** o(a) servidor(a) **MARCIA FERREIRA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente Técnico, símbolo DAS-2, para ter exercício no(a), Assessoria do Gabinete do Comando-Geral, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 14 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
Samuel Elanio de Oliveira Junior  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\* \*\*



**PORTARIA CC 0239/2023-PMCE** O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 34.053 de 30 de Abril de 2021, **RESOLVE DESIGNAR** o(a) servidor(a) **LUIZ GEYZON MARTINS DE FREITAS**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Subcomandante de Companhia, símbolo DAS-2, para ter exercício no(a), 2ª Companhia do 7º BPM, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 14 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
Samuel Elanio de Oliveira Junior  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CC 0244/2023-PMCE** O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 34.053 de 30 de Abril de 2021, **RESOLVE DESIGNAR** o(a) servidor(a) **FRANCISCO WALBER DE MEDEIROS INOCENCIO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Articulador, símbolo DNS-3, para ter exercício no(a), Célula de Atividades de Polícia Judiciária Militar, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 14 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
Samuel Elanio de Oliveira Junior  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CC 0245/2023-PMCE** O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 34.053 de 30 de Abril de 2021, **RESOLVE DESIGNAR** o(a) servidor(a) **GERALDO LIBANIO CAMILO FILHO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Orientador de Célula, símbolo DNS-3, para ter exercício no(a), Célula de Atividades de Polícia Judiciária Militar, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 14 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
Samuel Elanio de Oliveira Junior  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CC 0252/2023-PMCE** O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 34.053 de 30 de Abril de 2021, **RESOLVE DESIGNAR** o(a) servidor(a) **DANIELLE DE SALES PINHEIRO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Supervisor de Núcleo, símbolo DAS-1, para ter exercício no(a), Núcleo de Controle de Contratos, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 15 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
Samuel Elanio de Oliveira Junior  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CC 0255/2023-PMCE** O(A) CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 34.053 de 30 de Abril de 2021, **RESOLVE DESIGNAR** o(a) servidor(a) **ISABEL MARIA SILVA BRAGA**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Supervisor de Núcleo, símbolo DAS-1, para ter exercício no(a), Núcleo de Controle de Contratos, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, Fortaleza, 15 de maio de 2023.

Klenio Savyo Nascimento de Sousa  
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
Samuel Elanio de Oliveira Junior  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

#### PERÍCIA FORENSE DO CEARÁ

**PORTARIA Nº348/2023** - O PERITO GERAL ADJUNTO, da Perícia Forense do Estado do Ceará, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78 combinado com o art. 120 da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973, **RESOLVE AUTORIZAR**, nos termos do inciso do art. 123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, a servidora **MARIA AUXILIADORA LIMA LUSTOSA DA COSTA**, ocupante do cargo de PERITO CRIMINAL, matrícula nº 300.295-6-9, lotada nesta PEFCE, a importância de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), sendo R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), relativa à natureza de despesa: 33903000 – para aquisição de Materiais Diversos. A aplicação dos recursos não poderá ocorrer para despesa diversa das Notas de Empenhos, e não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo sua comprovação acontecer em até 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de maio de 2023.

Atila Einstein de Oliveira  
PERITO GERAL ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE RECONHECIMENTO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR Nº023/2023 PROCESSO NUP: 10011.002154/2022-84

A PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ - PEFCE, inscrita no CNPJ nº 10.263.825/0001-52, situada na Av. Presidente Castelo Branco, 901, Moura Brasil, Fortaleza-CE, neste ato representado pelo Perito Geral Adjunto, Atila Einstein de Oliveira, DOE de 12/02/2023; CONSIDERANDO as informações existentes no Processo NUP: 10011.002154/2022-84, relativo ao pagamento de quatro meias diárias devida referente em realização de levantamentos periciais, nos dias 16, 18, 19 e 20 de maio de 2022, nas cidades de Trairi-CE e Paracuru-CE, pela servidora **HELAYNE LIMA PINHEIRO**, matrícula nº 300.332-9-9, ocupante do cargo de PERITO CRIMINAL, lotada no Núcleo de Perícia Forense em Fortaleza-CE; CONSIDERANDO que a atividade foi realizada fora da sua comarca de lotação, e por força dos art.84 da lei nº 12.124/93 (Estatuto do Policial Civil), art. 112 da lei nº 9.809/1973 (Código de Contabilidade do Estado do Ceará) e o Decreto nº 30.719/2011, de 25 de outubro de 2011; **RESOLVE: Reconhecer a obrigação de pagar** o valor de R\$ 129,66 (cento e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), referente à diária de atividade pericial realizada no exercício financeiro anterior, a ser paga através da dotação orçamentária 10100007.06.122.521.20180.03.339092.1.5009100000.0. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de maio de 2023.

Atila Einstein de Oliveira  
PERITO GERAL ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE RECONHECIMENTO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR Nº051/2023 PROCESSO NUP: 10011.002600/2022-51

A PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ - PEFCE, inscrita no CNPJ nº 10.263.825/0001-52, situada na Av. Presidente Castelo Branco, 901, Moura Brasil, Fortaleza - CE, neste ato representado pelo Perito Geral Adjunto, Atila Einstein de Oliveira, DOE de 12/02/2023; CONSIDERANDO as informações existentes no Processo NUP: 10011.002600/2022-51, relativo ao pagamento de meia diária devida referente em realização de levantamentos periciais, no dia 25 de novembro de 2022, na cidade de Independência-CE, pelo servidor **MILTON LEON REBOUÇAS BEZERRA**, matrícula nº 300.000-8-0, ocupante do cargo de PERITO CRIMINAL, lotado no Núcleo de Perícia Forense em Crateús-CE; CONSIDERANDO que a atividade foi realizada fora da sua comarca de lotação, e por força dos art.84 da lei nº 12.124/93 (Estatuto do Policial Civil), art. 112 da lei nº 9.809/1973 (Código de Contabilidade do Estado do Ceará) e o Decreto nº 30.719/2011, de 25 de outubro de 2011; **RESOLVE: Reconhecer a obrigação de pagar** o valor de R\$ 32,41 (trinta e dois reais e quarenta e um centavos), referente à diária de atividade pericial realizada no exercício financeiro anterior, a ser paga através da dotação orçamentária 10100007.06.12.521.20180.12.339092.1.5009100000.0. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Atila Einstein de Oliveira  
PERITO GERAL ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*



## TERMO DE RECONHECIMENTO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR Nº054/2023

PROCESSO NUP: 10011.002534/2022-19

A PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ - PEFOCE, inscrita no CNPJ nº 10.263.825/0001-52, situada na Av. Presidente Castelo Branco, 901, Moura Brasil, Fortaleza-CE, neste ato representado pelo Perito Geral Adjunto, Atila Einstein de Oliveira, DOE de 12/02/2023; CONSIDERANDO as informações existentes no Processo NUP: 10011.002534/2022-19, relativo ao pagamento de seis meias diárias devida referente em realização de levantamentos periciais, nos dias 05, 11, 12, 13, 18 e 20 de setembro de 2022, nas cidades de Santa Quitéria-CE, Capistrano-CE, Paramoti-CE, Itatira-CE e Boa Viagem-CE, pelo servidor **GUILHERME ANDERSON RODRIGUES MENDES**, matrícula nº 300.325-1-9, ocupante do cargo de PERITO CRIMINAL, lotado no Núcleo de Perícia Forense em Canindé-CE; CONSIDERANDO que a atividade foi realizada fora da sua comarca de lotação, e por força dos art.84 da lei nº 12.124/93 (Estatuto do Policial Civil), art. 112 da lei nº 9.809/1973 (Código de Contabilidade do Estado do Ceará) e o Decreto nº 30.719/2011, de 25 de outubro de 2011; RESOLVE: **Reconhecer a obrigação de pagar** o valor de R\$ 194,49 (cento e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos), referente à diária de atividade pericial realizada no exercício financeiro anterior, a ser paga através da dotação orçamentária 10100007.06.122.521.20180.10.339092.1.5009100000.0. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Atila Einstein de Oliveira  
PERITO GERAL ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

## ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

**PORTARIA Nº96/2023** - NUP 10041.000405/2023-10 A DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria de nº 93/2023 DG/AESP RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR E TUTORAR AULAS NO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA INSPETOR CLASSE B, TURMA IV, REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 2023, conforme NUP nº 10041.000405/2023-10, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Kamilly Távora Campos  
DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº96/2023 DE 09 DE MAIO DE 2023  
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA INSPETOR DE CLASSE B - PERÍODO (10/04 A 30/04/2023)

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
PÂMELA COSTA LANDIM SABOYA	15183810	TUTOR	MESTRE	R\$ 96,63	PLANEJAMENTO OPERACIONAL	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.739,34
JOSÉ ITAMAR FERREIRA ANDRADE	13579210	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	DOCTRINA DE PRÁTICAS SAUDÁVEIS E EDUCAÇÃO FÍSICA	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
SÂNZIO RAFAELO SEGUNDO E SOUSA	1188671X	TUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	DOCTRINA DE ABORDAGEM POLICIAL	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 993,78
WANNINI GALIZA RIZZI DIAS	300.799-1-4	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO APLICADA À POLÍCIA JUDICIÁRIA II	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
TULIO ITALO DA SILVA OLIVEIRA	30026918	TUTOR	DOCTOR	R\$ 124,24	CRIMINALÍSTICA	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 2.236,32
PAULA KATIUCIA ALVES NERI	404.894-1-X	TUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	DOCTRINA DE TIRO POLICIAL DEFENSIVO	36	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.987,56
JULIANA FRANÇA VERAS	30162919	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA INSPETOR DE CLASSE B - PERÍODO (10/04 A 30/04/2023)... GRUPO - 4	40	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 2.760,80

TOTAL DE H/A PORTARIA: 166  
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 12.202,52

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº99/2023** - NUP 10041.000414/2023-19 A DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria de nº 58/2023 DG/AESP RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR E TUTORAR AULAS NO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA ESCRIVÃO DE CLASSE C, TURMA I, REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 2023, conforme NUP nº 10041.000414/2023-19, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Kamilly Távora Campos  
DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº99/2023 DE 09 DE MAIO DE 2023  
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA ESCRIVÃO DE CLASSE C - PERÍODO (10/04 A 30/04/2023)

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
GUTTEMBERG DE SOUZA	13443610	TUTOR	MÉDIO	R\$ 27,60	DOCTRINA DE TIRO POLICIAL DEFENSIVO	36	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 993,60
EMANUELE LIMA ALVES	30305418	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL E REDAÇÃO OFICIAL I	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
LUIS ANDRÉ GASPAR LOPES	134.52717	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	DOCTRINA DE TÉCNICAS OPERACIONAIS	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
JOSE SARTO DE LIMA FREIRE JUNIOR	19820319	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ESTATÍSTICA E ANÁLISE CRIMINAL	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
EMÍLIA MARIA FACE MOURA MELO	30600614	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ÉTICA, CIDADANIA E DIVERSIDADES SOCIAIS	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
LIDIANA SOUSA MENDES	301.230-9-3	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	LEGISLAÇÃO APLICADA A POLÍCIA JUDICIÁRIA I	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
POLLYANA KARLA ALVES DOS SANTOS	303.048-1-0	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA ESCRIVÃO DE CLASSE C - PERÍODO (10/04 A 30/04/2023)... GRUPO - 1	40	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 2.760,80

TOTAL DE H/A PORTARIA: 166  
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 9.966,20

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº100/2023** - NUP 10041.000415/2023-55 A DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria de nº 93/2023 DG/AESP RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR E TUTORAR AULAS NO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA INSPETOR CLASSE B, TURMA X, REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 2023, conforme NUP nº 10041.000415/2023-55, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Kamilly Távora Campos  
DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.



**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº100/2023 DE 09 DE MAIO DE 2023**  
**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA INSPETOR DE CLASSE B - PERÍODO (10/04 A 30/04/2023)**

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
LUCIANA MOREIRA DA SILVA	1050214	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO APLICADA À POLÍCIA JUDICIÁRIA II	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
LUCIANA COSTA VALE	19874818	TUTOR	MESTRE	R\$ 96,63	CRIMINALÍSTICA	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.739,34
FRANCISCO GLAUCIO GOMES PEIXOTO	10262011	TUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	PLANEJAMENTO OPERACIONAL	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 993,78
ALYNNE MARIA GOMES DE LIMA	40491414	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	DOCTRINA DE TIRO POLICIAL DEFENSIVO	36	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 2.484,72
DANILO TÁVORA DA FONSECA	30113918	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	DOCTRINA DE PRÁTICAS SAUDÁVEIS E EDUCAÇÃO FÍSICA	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
THIAGO REZENDE TATAGIBA	30123832	TUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	DOCTRINA DE ABORDAGEM POLICIAL	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 993,78
BRUNO CARLOS SILVA	30342518	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA INSPETOR DE CLASSE B - PERÍODO (10/04 A 30/04/2023)... GRUPO - 10	40	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 2.760,80

TOTAL DE H/A PORTARIA: 166  
 VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 11.457,14

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº101/2023** - NUP 10041.000416/2023-08 A DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria de nº 93/2023 DG/AESP RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR E TUTORAR AULAS NO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA INSPETOR CLASSE B, TURMA II, REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 2023, conforme NUP nº 10041.000416/2023-08, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Kamilly Távora Campos  
 DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº101/2023 DE 09 DE MAIO DE 2023**  
**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA INSPETOR DE CLASSE B - PERÍODO (10/04 A 30/04/2023)**

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
CLAUDOMIRO SOUZA DA SILVA	12550510	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	PLANEJAMENTO OPERACIONAL	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
NEIARA NÍVEA LIMA COSTA	19821714	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CRIMINALÍSTICA	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
LUCAS DE FARIAS CAMELO	40500413	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	DOCTRINA DE TIRO POLICIAL DEFENSIVO	36	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 2.484,72
RONDINELLI DA COSTA MOREIRA	11279716	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	DOCTRINA DE ABORDAGEM POLICIAL	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 1.242,36
RACHEL DE OLIVEIRA VASCONCELOS	30086619	TUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	DOCTRINA DE PRÁTICAS SAUDÁVEIS E EDUCAÇÃO FÍSICA	18	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 993,78
KLEINA CHAVES NOGUEIRA	30140710	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA INSPETOR DE CLASSE B - PERÍODO (10/04 A 30/04/2023)... GRUPO - 2	40	10/04/2023 a 30/04/2023	R\$ 2.760,80

TOTAL DE H/A PORTARIA: 148  
 VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 9.966,38

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº104/2023** - NUP 10041.000452/2023-63 A DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria de nº 104/2023 DG/AESP RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR E MONITORAR E INSTRUIR AULAS NO CURSO DE OPERAÇÕES DE PREVENÇÃO E APOIO ÀS COMUNIDADES \_COPAC 2023\_TURMA I, REFERENTE AO MÊS DE MARÇO DE 2023, conforme NUP nº 10041.000452/2023-63, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Kamilly Távora Campos  
 DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº104/2023 DE 10 DE MAIO DE 2023**  
**CURSO DE OPERAÇÕES DE PREVENÇÃO E APOIO ÀS COMUNIDADES \_COPAC 2023\_TURMA I**

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
JOSÉ MESSIAS MENDES FREITAS	12528019	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CURSO DE OPERAÇÕES DE PREVENÇÃO E APOIO ÀS COMUNIDADES _COPAC 2023_TURMA I... GRUPO - 1	40	13/03/2023 a 31/03/2023	R\$ 2.760,80
PAULO ELISEU ALBANO	13630410	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CURSO DE OPERAÇÕES DE PREVENÇÃO E APOIO ÀS COMUNIDADES _COPAC 2023_TURMA I... GRUPO - 1	40	13/03/2023 a 31/03/2023	R\$ 2.760,80
OLAVO GOMES GOIS	10480817	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	INSTRUCAO TATICA INDIVIDUAL	15	15/03/2023 a 21/03/2023	R\$ 828,15
JOSÉ EDINARDO JUCA COUTO	13587213	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	EQUIPAMENTO DE CONDUTIVIDADE ELETRICA	10	14/03/2023 a 14/03/2023	R\$ 690,20
SÂMILA DE SOUSA RIBEIRO	20235314	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	MOBILIZACAO COMUNITARIA E CONSELHOS COMUNITARIOS DE SEGURANCA	3	17/03/2023 a 17/03/2023	R\$ 207,06
WESLEY BARBOSA FARIAS	13535515	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	TIRO POLICIAL DEFENSIVO.	10	29/03/2023 a 29/03/2023	R\$ 552,10
JOSÉ ALEX SAMPAIO MENDES	12543018	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	TIRO POLICIAL DEFENSIVO.	10	29/03/2023 a 29/03/2023	R\$ 690,20
PASCOAL ANTONIO APOLONIO NETO	15209712	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	TIRO POLICIAL DEFENSIVO.	10	29/03/2023 a 29/03/2023	R\$ 690,20
JOSE NILTON SILVA DOS SANTOS	11895018	INSTRUTOR	MÉDIO	R\$ 27,60	TIRO POLICIAL DEFENSIVO.	10	29/03/2023 a 29/03/2023	R\$ 276,00
EDUARDO SOUSA DE GOES	30000102	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	LEI Nº8.069/90 (ECA), LEI Nº10.741/03 (ESTATUTO DO IDOSO), LEI Nº7.719/89 (DISCRIMINACAO OU PRECONCEITO) NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO: LEI Nº 13.869/2019 (ABUSO DE AUTORIDADE), LEI Nº 11.340/06 (LEI MARIA DA PENHA)	3	16/03/2023 a 17/03/2023	R\$ 165,63
EDUARDO SOUSA DE GOES	30000102	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21		3	13/03/2023 a 16/03/2023	R\$ 165,63
EDUARDO RAMOS	30844114	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	TIRO POLICIAL DEFENSIVO.	10	29/03/2023 a 29/03/2023	R\$ 552,10
MARCOS PAULO DA COSTA	30846610	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	TEORIA DE POLICIAMENTO DO GSE (GRUPO DE SEGURANCA ESCOLAR)	3	22/03/2023 a 22/03/2023	R\$ 207,06

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
EDNALDO GADELHA MACIEL	843.980-1-2	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	TEORIA DO POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO FOCADA - GPF	3	16/03/2023 a 16/03/2023	R\$ 207,06
EDNALDO GADELHA MACIEL	843.980-1-2	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	TEORIA DE POLICIAMENTO DO GSC (GRUPO DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA)	3	20/03/2023 a 20/03/2023	R\$ 207,06
ELESBAO CONTARDO SOUZA PASSOS	10384419	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	INTELIGÊNCIA APLICADA EM MICRO TERRITÓRIO	5	18/03/2023 a 18/03/2023	R\$ 276,05
CARLA MELO DA ESCÓSSIA	632910	INSTRUTOR	DOCTOR	R\$ 124,24	O CONCEITO DE TERRITÓRIO E SUAS DINAMICAS NAO CRIMINAIS	5	27/03/2023 a 27/03/2023	R\$ 621,20
ALESSANDRA ALBUQUERQUE GUEDES	30119320	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ATUACAO POLICIAL FRENTE AOS GRUPOS VULNERAVEIS E MINORIAS	3	30/03/2023 a 30/03/2023	R\$ 207,06
GERFESON ALVES DANTAS	843.961-4-1	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ACOES POLICIAIS DE PREVENCAO SOCIAL EM TERRITORIOS DE VULNERABILIDADE	3	23/03/2023 a 23/03/2023	R\$ 207,06
GERFESON ALVES DANTAS	843.961-4-1	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ESTAGIO DE POLICIAMENTO DE GAVV	5	24/03/2023 a 24/03/2023	R\$ 345,10
GERFESON ALVES DANTAS	843.961-4-1	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	AVALIACAO FINAL	2	31/03/2023 a 31/03/2023	R\$ 138,04
GERFESON ALVES DANTAS	843.961-4-1	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ESTAGIO DE POLICIAMENTO DE GSC	5	23/03/2023 a 23/03/2023	R\$ 345,10
GERFESON ALVES DANTAS	843.961-4-1	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ESTAGIO DE POLICIAMENTO EM BASES COMUNITARIAS COPAC	5	30/03/2023 a 30/03/2023	R\$ 345,10
VANESSA MARIA GRANJA DE MACEDO	843.966-4-8	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	ESTAGIO DE POLICIAMENTO DE GSE	5	30/03/2023 a 30/03/2023	R\$ 276,05
INGRID DE SOUZA DE OLIVEIRA	30894677	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	TEORIA DE POLICIAMENTO DO GAVV (BRUPO DE APOIO A VITIMAS DE VIOLENCIA)	3	15/03/2023 a 15/03/2023	R\$ 165,63
JOSÉ GLAYDSON SALES DA SILVA	30427912	INSTRUTOR	MÉDIO	R\$ 27,60	TECNICAS DE PREENCHIMENTO DE FORMULARIOS DO COPAC	2	13/03/2023 a 23/03/2023	R\$ 55,20
ALOÍZIO CARVALHO ACCIOLY	30932706	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ESTAGIO DE POLICIAMENTO DE GPF	5	27/03/2023 a 27/03/2023	R\$ 345,10
TOSCANO FILHO PAULO DALLAS BARBOSA MARQUES	302.889-1-2	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	TEORIA DE POLICIAMENTO EM BASES COMUNITARIAS COPAC	3	22/03/2023 a 22/03/2023	R\$ 207,06
ANDERSON DUARTE BARBOZA	1518521X	PROFESSOR	DOCTOR	R\$ 124,24	ESTRATEGIA DE POLICIAMENTO EM MICROTERRITORIOS	3	23/03/2023 a 23/03/2023	R\$ 372,72
ANA JÚLIA DANTAS MENEZES ANDRADE	30840011	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	O SER POLICIAL NO ESTADO DEMOCRATICO DE DIREITO	3	13/03/2023 a 13/03/2023	R\$ 165,63
CARLA MELO DA ESCÓSSIA	632910	PROFESSOR	DOCTOR	R\$ 124,24	REDE DE ATENCAO E CUIDADO COMO ESTRATEGIA DE SEGURANCA PUBLICA	3	31/03/2023 a 31/03/2023	R\$ 372,72
HEDILBERTO HERMES AGUIAR EVANGELISTA JOSEANNA	30234316	PROFESSOR	MÉDIO	R\$ 27,60	TECNICAS DE SEGURANCA PRIMARIA PARA OS RESIDENTES EM AREAS DE MICROTERRITÓRIO E VITIMOLOGIA	2	15/03/2023 a 15/03/2023	R\$ 55,20
CARLA ALVES DE OLIVEIRA	301.231-2-3	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	ESCUTA ESPECIALIZADA/ DEPOIMENTO ESPECIAL	5	28/03/2023 a 28/03/2023	R\$ 276,05

TOTAL DE H/A PORTARIA: 240  
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 15.736,12

#### SECRETARIA DO TURISMO

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 02/2023

PROCESSO Nº : 36001.000306 / 2023-06 Inexigibilidade de Licitação. OBJETO: **Fornecimento de vale-transporte eletrônico (VTE) do tipo A** para os servidores da Secretaria do Turismo, pelo prazo de 12 (doze) meses. JUSTIFICATIVA: Considerando a instituição pela Administração Estadual do benefício vale-transporte em favor dos servidores públicos, conforme art. 12, Lei nº 11.601, de 06 de setembro de 1989; Considerando não contar a SETUR com meios próprios ou contratados para viabilizar o deslocamento residência-trabalho-residência de seus colaboradores; Considerando ser ônus do órgão/entidade de origem o custeio da parcela que exceder a 6% (seis por cento) do vencimento ou salário básico dos servidores, nos termos do parágrafo único do art. 12, Lei nº 11.601/89 e inciso II do art. 3º, Decreto nº 23.673, de 03 de maio de 1995; Considerando que o SINDIÔNIBUS detém a exclusividade na emissão e comercialização do vale-transporte no Município de Fortaleza e na Região Metropolitana de Fortaleza, nos termos do art. 2º, Decreto Municipal nº 9.142, de 08 de julho de 1993, o qual, inclusive, registra a aprovação do instrumento de delegação (cessão de direito) em que as empresas permissionárias do Sistema de Transporte Coletivo do Município de Fortaleza-CE, cederam ao Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Ceará, o direito de emitir e comercializar o Vale-Transporte; DECLARO inexigível a licitação, com arrimo nas justificativas técnicas, no parecer jurídico constante nos autos do Processo NUP 36001.000306/2023-06, nos demais documentos acostados ao processo em epígrafe. VALOR GLOBAL: R\$ 47.520,00 ( Quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais ). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 36100006.23.695.211.20767.03.339039.1.500.9100000.0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL : Artigo 25, caput da Lei nº 8.666/1993. CONTRATADA : **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ – SINDIÔNIBUS**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.341.423/0001-14, situada na Av. Borges de Melo, nº 60, Bairro Aerolândia, CEP: 60.415-510, Fortaleza, Ceará. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE : Fortaleza, 10 de maio de 2023. Camila de Oliveira e Lima (Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna). RATIFICAÇÃO : Fortaleza, 11 de maio de 2023. Yrwana Albuquerque Guerra (Secretária do Turismo).

Yrwana Albuquerque Guerra  
SECRETÁRIA DO TURISMO

\*\*\* \*\*

#### PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO 08/2023 – SETUR E ORDEM DE SERVIÇO Nº02/2023

A SECRETARIA DO TURISMO DO CEARÁ – SETUR, situada na Av. Washington Soares, 999, Edson Queiroz - Centro de Eventos do Ceará – Pavilhão Leste, 2º mezanino, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 00.671.077/0001-93, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por sua Secretária do Turismo, Sra. Yrwana Albuquerque Guerra, portadora da cédula de identidade de nº 95021012349, órgão expedidor SSPDC CE, e do CPF/MF de nº 812.315.393-72, residente e domiciliada nesta capital, e a empresa **ACESSO SEGURANÇA PRIVADA LTDA.** com sede na Rua Barão do Crato, nº 1951, Vila Ellery, Fortaleza - CE, CEP: 60.320-270, inscrita no CNPJ sob o nº 14.292.203/0001-03, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por sua representante legal Sra. Maria Auxiliadora da Cunha Rodrigues, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 8912001001749 e do CPF nº 424.319.053-49, residente e domiciliada em Fortaleza - CE, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: 1.1 – O presente Instrumento tem por objeto a **retificação do valor constante cláusula quinta, subitem 5.1 do contrato nº08/2023 e Ordem de Serviço nº02/2023**, que passam a ter a seguinte redação, respectivamente: CTR Nº 08/2023 [...] CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA REPACTUAÇÃO 5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 710.989,56 (setecentos e dez mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos). ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2023 [...] Valor: R\$ 710.989,56 (setecentos e dez mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos). CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS 2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato nº 08/2023, bem como da Ordem de Serviço nº 02/2023, não alteradas por este instrumento, continuam com a mesma redação e efeitos jurídicos da data em que foram celebradas. E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitar as condições aqui dispostas, razão pela qual, na presença das testemunhas abaixo firmadas, assinam este Termo para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Fortaleza, 28 de abril de 2023. Yrwana Albuquerque Guerra (Secretária do Turismo - CONTRATANTE) e Maria Auxiliadora da Cunha Rodrigues (Acesso Segurança Privada Ltda - CONTRATADA).

Nathália Macêdo de Moraes  
COORDENADORA - ASJUR

**CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO**

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância Administrativa registrada sob o SPU nº 191013550-7, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 600/2020, publicada no D.O.E CE nº 274, de 10 de dezembro de 2020, em face dos militares estaduais, 1º SGT PM LAERT DA SILVA NUNES, CB PM ADALBERTO DE FREITAS OLIVEIRA e SD PM CÍCERO PESSOA ANDRADE em razão de uma ocorrência com resultado morte decorrente de intervenção policial, fato ocorrido no dia 01/11/2019 na localidade de “Povoado da Base”, município de Pacajus/CE. Consta ainda no raio apuratório, referência ao IP nº 461-536/2019 – Delegacia Municipal de Horizonte/CE, que perlustrou os fatos; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória os sindicados foram devidamente citados (fl. 100, fl. 101 e fl. 102) e apresentaram as respectivas defesas prévias às fls. 104/105, fls. 107/108 e fls. 110/111, momento processual em que se reservaram no direito de apreciar o mérito quando das alegações finais, com indicação de 07 (sete) testemunhas. Demais disso, a Autoridade Sindicante ouviu os 07 (sete) testemunhas, dentre estas, a maioria indicada no rol das respectivas defesas, ouvidas às (fl. 124, fl. 129, fl. 130, fl. 131, fl. 132, fl. 133 e fl. 134). Posteriormente, os acusados foram interrogados (fl. 142, fl. 143 e fl. 144) e abriu-se prazo para apresentação da defesa final (fl. 145); CONSIDERANDO que as testemunhas, de forma geral, souberam do ocorrido por “ouvir dizer”, tendo a maioria corroborado com a versão dos policiais, ou seja, de que se tratava de uma dupla de assaltantes, em local ermo, e que teriam desferido disparos contra os PPMM, e na oportunidade, fora apreendida uma arma tipo espingarda, calibre 12. Por fim, enalteceram a conduta profissional dos sindicados, desconhecendo qualquer fato desabonador; CONSIDERANDO que, em sede de interrogatório (fl. 142), o sindicado, 1º SGT PM Laert da Silva Nunes, asseverou que foram acionados pela CIOPS, para um suposto caso de roubo a um bar, na localidade de “Base”, em Pacajus/CE, e ao chegarem, o proprietário do estabelecimento afirmou que o delito não havia se concretizado porque não havia ninguém no local. Ocasão em que imprimiram diligências e em uma estrada carroçável localizada entre os municípios de Pacajus e Horizonte, teriam sido inadvertidamente abordados por 02 (dois) homens, um deles portando uma espingarda calibre 12 e outro supostamente, portando um revólver, os quais, ao perceberem que se tratava de uma viatura policial, aparentemente se assustaram e efetuaram disparos, ao que revidaram, atingindo um dos indivíduos, tendo sido socorrido de pronto, à UPA do município de Horizonte, onde veio a falecer. Demais disso, asseverou que 02 (dois) dias antes do acontecido, os indivíduos praticavam assaltos na região e que a ação se deu em legítima defesa. No mesmo sentido, foram as declarações do CB PM Adalberto de Freitas Oliveira (fl. 143) e do SD PM Cícero Pessoa Andrade (fl. 144), corroborando que tratava-se de local ermo e mal iluminado, e mesmo com 01 (um) dos indivíduos atingido, o outro continuou a efetuar disparos contra a composição; CONSIDERANDO que, ao se manifestar em sede de razões finais (fls. 152/158), a defesa do SD PM Cícero Pessoa Andrade, após narrar os acontecimentos, ou seja, de que no fatídico dia os sindicados se encontravam de serviço quando foram acionados via CIOPS, para uma ocorrência em que 02 (dois) indivíduos se encontravam praticando assaltos em determinada região, e ao se depararem com os acusados, estes investiram contra a viatura, pois não pensavam tratar-se de policiais, passando na sequência a efetuar disparos contra os PPMM, momento em que revidaram à injusta agressão, e em seguida ao perceberem que havia um indivíduo alvejado, socorreram-no de imediato à UPA do município de Horizonte/CE, onde veio a falecer, tendo sido apreendido no local uma espingarda, calibre 12. Desse modo, aduziu que os sindicados, agiram em estrito cumprimento do dever legal e sob o manto da legítima defesa, conforme Art. 25 do CP: [Art. 25. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes]. Nesse sentido, assentou que a legítima defesa é causa de exclusão de ilicitude que consiste em repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio ou alheio, usando moderadamente dos meios necessários, citando seus requisitos, conforme ensina Damásio de Jesus: “(a) Agressão injusta, atual ou iminente; (b) direitos do agredido ou terceiro, atacado ou ameaçado de dano pela agressão; (c) repulsa com os meios necessários; (d) uso moderado de tais meios; (e) conhecimento da agressão e necessidade da defesa (vontade de defender-se) (Direito Penal, 1º vol., 26ª ed., pág. 385), destacando ainda, o Art. 23 do Código Penal Brasileiro: “Art. 23 – Não há crime quando o agente pratica o fato: I – em estado de necessidade; II – em legítima defesa; III – em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”. Dessa forma, aduziu a defesa, que na conduta em tela, percebe-se que estão presentes todos os requisitos da excludente de ilicitude, posto que no exercício da missão, o sindicado, acabou por defender a si próprio de agressão injusta e iminente, fomentada naquele momento pelo acusado e seu comparsa que deflagraram disparos em direção a composição, em circunstâncias em que não se evidenciou excesso na ação policial, agindo estritamente em função de cumprir seu dever legal de garantir a ordem pública, e impedir a fuga de 01 (um) dos suspeitos. Logo, seria visível que a causa da intervenção policial, comprovadamente se fez necessária naquela circunstância, haja vista que pelas declarações dos policiais restou claro que os indivíduos, cada um portando arma de fogo, dotadas de efetivo potencial lesivo, ao surpreenderem a viatura policial e perceberem se tratar de agentes de segurança, resolveram atirar contra os mesmos, tentando fugir, ainda que tal ação pusesse em risco a integridade física ou a vida dos policiais. Assim, restou evidente que no presente caso os agentes públicos agiram em legítima defesa e no estrito cumprimento do dever legal, portanto, causas de excludentes de ilicitudes, devendo serem absolvidos da acusação do cometimento de transgressão disciplinar. Com tal propósito citou jurisprudência pátria. Assentou ainda, que duas testemunhas afirmaram que a área onde se deu o ocorrido é conhecida por seu elevado índice de delitos e que o indivíduo que veio a óbito já seria conhecido por praticar ações semelhantes na referida região, arguindo assim, que em nenhum momento o sindicado agiu de forma a violar a deontologia militar estadual, pelo contrário, apenas cumpriu seu dever legal de proteger a sociedade. Outrossim, relatou que os autos inquisitoriais deixam claro a inexistência de excesso doloso ou culposos, tendo o agente utilizado moderadamente dos meios à sua disposição, e da mesma forma terem ocorrido o agressor à UPA do município de Horizonte/CE, onde constatou-se seu óbito. Por fim, requereu com supedâneo nos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade, considerando ainda o suporte do Art. 314 do CPPM, o arquivamento da presente sindicância; CONSIDERANDO que da mesma forma, em sede de razões finais (fls. 159/164), a defesa do 1º SGT PM Laert da Silva Nunes e do CB PM Adalberto de Freitas Oliveira, após pontuar o objeto da acusação, arguiu que restou provado, após colhidas nos autos todas as provas pertinentes ao caso, que os sindicados agiram em legítima defesa, haja vista que foram abordados pela vítima e seu comparsa que atiraram contra a viatura policial. Nesse sentido, asseverou que os PPMM estavam em patrulhamento quando foram acionados via CIOPS para uma ocorrência de roubo praticado por 02 (dois) indivíduos armados em uma motocicleta, e que ao diligenciaram no sentido de localizar os suspeitos, em determinado momento quando passavam pela localidade de Queimados, local ermo e utilizado por assaltantes para a prática de delitos, foram surpreendidos pelos 02 (dois) indivíduos com as mesmas características repassadas pela CIOPS, os quais se puseram à frente da viatura e passaram a efetuar disparos de arma de fogo em direção a composição, ocasião em que houve o revide, vindo a atingir um dos acusados, enquanto que o outro permaneceu efetuando disparos em direção a composição enquanto se evadia do local. Aduziu que logo em seguida, a pessoa alvejada fora socorrida à unidade de saúde local, onde veio a óbito. Frisou que de posse da vítima, foi encontrada uma espingarda calibre 12, a qual estava municiada e apresentada a autoridade policial. Registrou ainda, que deve ser levado em consideração o momento e as circunstâncias em que o fato se deu, haja vista que tornou impossível que os sindicados não reagissem em legítima defesa. Demais disso, enalteceu a conduta profissional dos PPMM e ressaltou que não existem nos autos, provas que alicerces a aplicação de pena disciplinar aos sindicados, porquanto a prova colhida nos autos, não oferece certeza e indubitosa da autoria das transgressões disciplinares apontadas na portaria, ao contrário, trazem a certeza da inocência. Por fim, requereu a improcedência das acusações, e o reconhecimento da inocência dos sindicados, pugnando pelo arquivamento dos autos; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante emitiu o Relatório Final nº 60/2022, às fls. 291/305, no qual, enfrentando os argumentos apresentados nas razões finais, manifestou-se pelo arquivamento do feito, pela incidência do in dubio pro reo, nesse sentido firmou o seguinte posicionamento, in verbis: “[...] ASSISTE RAZÃO À DEFESA quando alega não há provas suficientes que possam constatar que a conduta dos acusados seja passível de punição. Há de se destacar o grau de dificuldade de se constituir provas tendo em vista que o fato ocorreu em um lugar ermo, onde só se encontravam os policiais, a vítima, e mais um elemento mencionado pelos policiais. Mesmo a investigação preliminar, o Inquérito Policial Militar e o Inquérito Policial não conseguiram realizar tal feito de encontrar provas sobre a ocorrência. Nesta tentativa, foi realizado uma ordem de serviço, fl. 119, e a única testemunha encontrada não se recordava dos fatos. Assim, estabelece-se a dúvida sobre o ânimo dos policiais no momento da ocorrência e quais eram as reais circunstâncias da ação, de modo que, o que se conseguiu constatar foi que junto com a vítima foi encontrada uma arma longa, artesanal, calibre 12, como pode-se observar às fls. 55. Assim, por todas as análises e investigações sobre os fatos apurados nesta sindicância não foram encontradas provas que corroborassem com a condenação dos militares acusados, de modo que figura-se a presunção de inocência de acordo com o princípio do in dubio pro reo (grifou-se) [...]”; CONSIDERANDO que o parecer da Autoridade Sindicante foi acolhido integralmente pelo Orientador da CESIM/CGD por meio do Despacho nº 6237/2020 (fls. 307/307-V), no qual deixou registrado que: “[...] 2. Constatam dos autos que os policiais se encontravam de serviço na CP 15.222, na área de Pacajus, quando, por volta as 18h do dia 01.11.2019, foram chamados para atender a uma ocorrência de roubo. Na realização das diligências encontraram dois indivíduos que passaram a disparar com armas de fogo, sendo uma longa, contra a guarnição, a qual revidou atingindo a Yuri Jhosen Lopes do Nascimento que, embora socorrido para a UPA não resistiu. A vítima estava armada com espingarda cal. 12 artesanal e que foi apreendida. 3. O fato se encontra sob apuração no âmbito judicial tendo o representante do MP entendido que houve incidência da exclusão de ilicitude prevista no art. 42 do CPM e solicitou o arquivamento do Inquérito (fls. 288 a 290). 4. No âmbito administrativo o Sindicante também pugnou pelo arquivamento vez que o conjunto probatório não induz a dolo ou excesso na ação dos militares. 5. Concordamos com o sindicante pelo arquivamento nos termos do p.u., art. 72 do CDPM/BM, ou seja, reabertura, caso surjam fatos novos. (grifou-se) [...]”, cujo entendimento foi corroborado pelo Coordenador da CODIM/CGD por meio do Despacho nº 6270/2022 (fls. 308/309): “[...] 3. Por meio do Relatório Final nº 60/2022-CGD, fls. 291 à 304, o sindicante sugeriu o arquivamento do processo administrativo pois verificou que as condutas dos sindicados se enquadram como transgressão disciplinar, porém, com a incidência do princípio do in dubio pro reo, tendo em vista que a análise dos elementos de informação contidos no processo leva-se a reconhecer a inexistência de prova convincente e necessária que permita, de modo seguro, a formulação de um juízo de certeza quanto à culpabilidade dos ora acusados, no que concerne ao teor da imputação acusatória contra eles deduzida. 4. Considerando que, às fls. 307/307-V, consta o Despacho nº 6237/2022 da lavra do Orientador da Célula de Sindicância Militar – CESIM/CGD, concordando integralmente com o sindicante; 5. Assim sendo, considerando que a formalidade e as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa foram satisfatoriamente obedecidas, e diante do exposto, Salvo Melhor Juízo, entende-se que o procedimento ora em análise, encontra-se apto para julgamento. Em decorrência do Art. 18, IV do DECRETO Nº 33.447/2020, encaminho a deliberação superior com assessoramento jurídico. (grifou-se) [...]”; CONSIDERANDO que as testemunhas ouvidas não presenciaram a ocorrência, e souberam dos fatos por “ouvir dizer”, entretanto assentaram que os policiais teriam agido em legítima defesa, em revide a injusta agressão. Demais disso, abonaram a conduta profissional

dos sindicados; CONSIDERANDO que os sindicados foram uníssonos em narrar a mesma dinâmica dos fatos, notadamente que houve uma denúncia de roubo e que, em patrulhamento foram abordados por 02 (dois) indivíduos e que tão logo perceberam que tratava-se de policiais, efetuaram disparos contra a viatura, de modo que o revide dos sindicados se deu como forma de repelir a injusta agressão sofrida no exercício das funções, preservando suas vidas; CONSIDERANDO que a ocorrência concernente à abordagem, de fato foi registrada na CIOPS sob o número M20190696324 – AIS13 – PACAJUS – POVOADO DA BASE, conforme Relatório Técnico nº 386/2019 – COINT/CGD – 04/11/2019, nos seguintes termos, in verbis: “[...] ARMA APREENHIDA: CALIBRE 12, ARTESANAL. SUSPEITO/ÓBITO: DO SEXO MASCULINO NÃO IDENTIFICADO. LESÕES: DUAS, NO ABDÔMEN. COMPOSIÇÃO: 2º SGT 18.733 LAERT DA SILVA NUNES, MF: 125.727-1-9; SD 26.575 ADALBERTO DE FREITAS OLIVEIRA, ME: 587.792-1-0; SD 34.602 CÍCERO PESSOA ANDRADE, MF: 308984-0-0. VIATURA: RP15222 – RENAULT/DUSTER EXP16 SCE, COR: BRANCA, ANO: 2018/2019, PLACA: PNF3835-CE. DOS FATOS: OS POLICIAIS, PRIMEIRAMENTE ENTRARAM EM CONTATO COM O SR. FRANCISCO ALVES DA SILVA, O MESMO INFORMOU QUE POR VOLTA DAS 18:00, ELEMENTOS EM UMA MOTOCICLETA TENTARAM EFETUAR ASSALTOS NA ÁREA. A COMPOSIÇÃO SAIU EM PATRULHAMENTO, NAS PROXIMIDADES SE DEPAROU COM 2 SUSPEITOS ENCAPUZADOS EM UM VEÍCULO; OS POLICIAIS TENTARAM ABORDAR, MAS OS OCUPANTES VIRAM QUE SE TRATAVA DE UMA VIATURA E ATIRARAM CONTRA OS MILITARES, QUE REAGIRAM A INJUSTA AGRESSÃO. UM DOS ACUSADOS, SE EVADIU EM DIREÇÃO AO MATAGAL, E O OUTRO, LESIONADO, SOCORRIDO PELOS MILITARES À UPA DE HORIZONTE, ONDE FOI CONSTATADO QUE ELE TINHA VINDO A ÓBITO. FATO RELATADO A AUTORIDADE COMPETENTE. DA DMH, QUE LAVRADO INQUÉRITO Nº 461-536/2019. RP15222; CONSIDERANDO que conforme o registro da cópia autêntica nº 090/2019-CCPM/15ºBPM/2ªCIA – POLÍCIA MILITAR, extraída da página 179/V, do dia 01 para o dia 02/11/2019, turno B, do livro de registro de ocorrências do Supervisor e/ou Fiscal de Policiamento da 2ªCIA/15ºBPM, às fls. 68/71, consignou-se, in verbis (fls. 176/177): “[...] Por volta das 18 horas do dia 01 de novembro de 2019 a composição da CP 15222 formada pelo 2º Sgt PM 18733 M.F. 125727-1-9 Laert da Silva Nunes, Sd PM 26575 M.F. 587792-1-0 Adalberto de Freitas Oliveira e Sd PM 34602 M.F. 308984-0-0 Cícero Pessoa Andrade, receberam uma ocorrência via smartphone enviada pela CIOPS Euzébio dando conta que 02 (dois) indivíduos estavam realizando assaltos na localidade de base (Zona Rural de Pacajus) a Vtr fez S15 ao local e manteve contato com o Sr Francisco Alves da Silva mais conhecido por Tiquim proprietário de um bar na localidade citada, que informou que viu 02(dois) indivíduos passando armados, a vtr fez diligências na área e na localidade de Queimadas (Horizonte) e próximo ao Açude das Queimadas avistou 02(dois) indivíduos saindo de um matagal, sendo que 01(um) estava com uma arma longa e o outro estava portando um revólver, segundo os policiais os indivíduos possivelmente pensaram que a Vtr se tratava de um veículo particular e saíram em direção a Vtr efetuando disparos, os pm’s reagiram a injusta agressão, sendo que 01 (um) dos indivíduos empreendeu fuga no matagal e o outro foi baleado pela composição e socorrido para a UPA de Horizonte na Vtr e posteriormente veio a óbito na UPA, os policiais saíram ileso e a Vtr não foi atingida, vale ressaltar que a vítima não tinha identificação e não compareceu nenhum parente na UPA para fazer o reconhecimento do corpo, a composição se apresentou espontaneamente na DPC de Horizonte na presença da advogada Dra Milena Barbosa Montoril OAB 18345 e prestou depoimento ao delegado plantonista da DPC de Horizonte o Dr. Roberto Leão Júnior, na ocorrência foi apreendida uma arma longa calibre 12 artesanal com 01 (um) cartucho, Inquérito Nº 461-536/2019 (...) [...]”; CONSIDERANDO que às fls. 72/74, consta documentação concernente às justificativas de disparos de armas, decorrentes das ações dos sindicados; CONSIDERANDO que não obstante, os 03 (três) sindicados admitirem haver efetuado disparos, e constar às fls. 276/283, o laudo de eficiência balística nº 2020.0100197 (PEFOCE), referente às 04 (quatro) armas apreendidas, depreende-se que restringiu-se a indicar suas funcionalidades, logo não foi realizada perícia a fim de que fosse(m) definido(s), com exatidão, qual(is) disparo(s), e de qual(is) armas(s) partiram e/ou causou(aram), efetivamente o resultado morte, haja vista que nenhum projétil foi apreendido; CONSIDERANDO que a materialidade restou demonstrada pelo laudo cadavérico nº 2019.0048962 (PEFOCE), às fls. 29/34, atestando a morte real da vítima, apontando a existência de lesões por instrumento pífuro-contundente, compatível com entrada e saída de projétil de arma de fogo, que sugerem que o indivíduo foi atingido quando estava de frente para o oponente, em consonância, portanto, com a versão apresentada pelos sindicados. Outrossim, não foi possível localizar projéteis, pois transfixaram o corpo; CONSIDERANDO que consoante o auto de apreensão e apresentação, referente ao IP nº 461-535/2019-Delegacia Municipal de Horizonte/CE, à fl. 27, verifica-se que foi apreendido em posse do infrator, 01 (uma) espingarda, calibre 12; CONSIDERANDO que a fim de perflustar os acontecimentos, foi instaurado no âmbito da PMCE o IPM de Portaria nº 0638/2019-IPM-15ºBPM, datada de 20/12/2019 (fls. 168/287), cuja conclusão foi pelo não indiciamento dos militares. Nesse sentido, consignou-se, in verbis: “[...] VIII – CONCLUSÃO. Ante o exposto e pelo que foi constatado através do conteúdo fático probatório, reafirmo a conclusão de que sou favorável ao NÃO indiciamento dos policiais militares: 1º SGT PM 18.733 Laert da Silva Nunes, M.F. 125.727-1-9, SD PM 26.575 Adalberto de Freitas Oliveira, M.F. 587.792-10 e o SD PM 34.602 Cícero Pessoa Andrade, M.F. 308.984-0-0, visto que a ocorrência de confronto entre os indivíduos e os policiais militares, que agiram no desempenho de suas atividades laborais, foi em legítima defesa ao repelirem injusta agressão, fazendo cessar a ação dos infratores que tentaram contra as vidas dos PPMs ao serem surpreendidos no momento em que foram atender a uma ocorrência. Todavia, os três militares agiram dolosamente para, supostamente, revidar a agressão, o que nos faz inferir que estariam acobertados da excludente de ilicitude, através do instituto da legítima defesa, de acordo com o que versa o art. 42, inciso II, do Decreto Lei nº 1.001 de 21/10/1969 — CPM (Código Penal Militar). A conduta dos policiais militares estaria também tipificada na Lei 13.407 de 21/11/2003, que trata-se do Código Disciplinar dos Militares Estaduais do Ceará, tendo em vista que toda conduta típica, prevista no Código Penal Militar também é transgressão disciplinar. Porém os autos sugerem que tal conduta estaria também acobertada pelo instituto da legítima defesa, de acordo com o art. 34, inciso III, do Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, que reza que não haverá aplicação de sanção disciplinar quando for reconhecida a legítima defesa própria ou de outrem. (grifou-se) [...]”; CONSIDERANDO que da mesma forma, foi o parecer do Ministério Público Estadual, o qual requereu o arquivamento do IPM supra (processo nº 0208502-64.2021.8.06.0001), nos seguintes termos (fls. 288/289): “[...] Ao exame. Considerando todo lastro probatório supra, conclui-se que os policiais militares agiram de forma consciente, visando repelir injusta agressão, usando moderadamente dos meios necessários, estando neste caso, acobertados pela EXCLUDENTE DE ILICITUDE DE LEGÍTIMA DEFESA, prevista no art. 42, inciso II, do Código Penal Militar. Como se não bastasse, tem-se no caso em tela outra EXCLUDENTE DE ILICITUDE, a de ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL, prevista no art. 42, inciso III, do Código Penal Militar, pois houve uma abordagem policial ordinária, onde o agente possuía o dever legal de agir em uma situação de flagrância. Na situação fática, os policiais somente poderiam ser punidos pelo excesso, excesso este não presente no caso em comento. Daí, a presença no caso em exame, das duas EXCLUDENTES DE ILICITUDE. Ante o exposto, pelas razões explanadas, opina este órgão ministerial pelo ARQUIVAMENTO DESTA INQUÉRITO POLICIAL MILITAR, com escopo no art 42, inciso II (legítima defesa) e art. 42, inciso III (estrito cumprimento do dever legal), todos do Código Penal Militar, sem prejuízo de ser reaberta a investigação, caso surjam elementos indiciários que venham confrontar o entendimento aqui exposto. Outrossim, caso assim não entenda V. Ex.ª, que sejam os autos encaminhados ao douto procurador-geral de Justiça do Ceará, para se posicionar a respeito da controvérsia. É o parecer. (grifou-se) [...]”; CONSIDERANDO que conforme se depura das provas carreadas aos autos, seja na fase inquisitorial (Inquérito Policial nº 461-536/2019-Delegacia Municipal de Horizonte/CE e IPM nº de Portaria nº 0638/2019-15ºBPM), seja nesta Sindicância, não há respaldo probatório suficiente para aferir que os sindicados em algum momento agiram contra legem; CONSIDERANDO que cotejando-se as declarações em sede inquisitorial (fls. 09/12-V e fls. 216/221-V) com os interrogatórios dos sindicados, nesta Sindicância, sob o manto do contraditório (fl. 147 – mídia DVD-R), verifica-se não haver incongruências/contradições ante as narrativas apresentadas; CONSIDERANDO que os policiais militares envolvidos na ocorrência, prestaram socorro à vítima, a qual foi conduzida na viatura policial à Unidade de Pronto Atendimento local; CONSIDERANDO que a dinâmica dos fatos extraída da prova pericial, documental e testemunhal, é consonante com as versões apresentadas pelos militares nos respectivos autos de qualificação e interrogatório (fl. 147 – mídia DVD-R), isto é, que a intervenção policial, deu-se dentro de uma conjuntura fática de clara reação a uma agressão injusta por parte da vítima fatal, tendo sido efetuados disparos quando houve aproximação dos PPMs, forçando-os a revidarem, inclusive foi encontrado de posse da pessoa lesionada, uma espingarda, calibre 12, enquanto que um segundo indivíduo que também disparou contra os PPMs, se evadiu do local; CONSIDERANDO que da mesma forma, diante da conjuntura relatada, não se aferiu nos autos elementos que pudessem consubstanciar qualquer excesso por parte dos sindicados; CONSIDERANDO que a parte final inc. VI do Art. 386 do Código de Processo Penal, aplicável ao processo em curso por força do Art. 73 da Lei nº 13.407/03, prevê que a fundada dúvida sobre uma causa excludente do crime já é suficiente para impor a absolvição do acusado, ou seja, as excludentes de antijuridicidade, por afastarem a responsabilização disciplinar, não necessitam ser comprovadas mediante o mesmo nível de certeza exigido para imposição de sanção, em consonância com o princípio in dubio pro servitor, corolário da presunção de inocência. Todavia, o fundamento da decisão nessa hipótese é o mesmo de uma absolvição por falta de provas, não se confundindo com o reconhecimento peremptório de uma causa excludente de ilicitude, o que autoriza a incidência do Art. 72, parágrafo único, III, da Lei nº 13.407/2003, isto é, fraqueia-se a possibilidade de abertura de outro feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste processo; CONSIDERANDO que embora tenha se atestado a morte, os elementos presentes nos autos garantem verossimilhança para a versão apresentada pelos policiais de que o ofendido praticou injusta agressão; CONSIDERANDO que o Art. 25 do CPB, assim dispõe acerca do instituto da legítima defesa: “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”. No mesmo sentido, o Código Penal Militar (Art. 42, II); CONSIDERANDO que de mais a mais, cumpre levar-se em consideração que na circunstância de risco em que os sindicados se encontravam, outra conduta não seria esperada diante de uma injusta agressão atual ou iminente, evidenciando-se suas ações como causa de justificação transgressiva, prevista no Art. 34, III, da Lei nº 13.407/2003 (“Não haverá aplicação de sanção disciplinar quando for reconhecida: legítima defesa própria ou de outrem”); CONSIDERANDO que de acordo com o apurado, se depreende dos autos que os sindicados no dia 01/11/2019, durante diligências com o objetivo de localizar 02 (dois) indivíduos suspeitos de roubo, foram surpreendidos com disparos de arma em suas direções, os quais revidaram e neutralizaram um dos infratores, e que inobstante haver sido socorrido para a unidade de saúde local, veio a falecer. Na oportunidade, foi apreendido em poder do suspeito, 01 (uma) espingarda, cal. 12; CONSIDERANDO por fim, que o conjunto das provas coligadas aos autos possui elementos que apontam no sentido da conduta ter se dado acobertada pela legítima defesa, ou, noutros termos, o acervo dos autos consubstanciou lastro probatório razoável, que se afigura suficiente para atestar a regularidade da conduta perpetrada pelos sindicados; CONSIDERANDO que as instâncias administrativa e penal são parcialmente inter-relacionadas, interagindo na medida da lei, de modo que a interdependência entre as esferas aparece como a regra; CONSIDERANDO os princípios da livre valoração da prova e do livre convencimento motivado das decisões; CONSIDERANDO os resumos de assentamentos dos militares estaduais, respectivamente, sito às fls. 75/78, fl. 75 e fl. 76: 1) 1º SGT PM Laert da Silva Nunes, o qual conta com aproximadamente 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço, 24 (vinte e quatro) elogios por bons serviços prestados e outras motivações, sem registro de sanção disciplinar, encontrando-se no comportamento Excelente; 2) CB PM Adalberto de Freitas Oliveira, o qual conta com



mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço, 01 (um) elogio por bons serviços prestados, sem registro de sanção disciplinar, encontrando-se no comportamento Ótimo e 3) SD PM Cícero Pessoa Andrade, o qual conta com mais de 04 (quatro) anos de efetivo serviço, sem registros de elogio ou sanção disciplinar, encontrando-se no comportamento Bom; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Sindicante sempre que a solução estiver em conformidade com as provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, diante do exposto: a) **Acatar, em parte, o entendimento exarado no relatório de fls. 291/305, e absolver os MILITARES:** 1º SGT PM LAERT DA SILVA NUNES – M.F nº 125.727-1-9, CB PM ADALBERTO DE FREITAS OLIVEIRA – M.F nº 587.792-1-0 e SD PM CÍCERO PESSOA ANDRADE – M.F nº 308.984-0-0, com fundamento no reconhecimento da causa de justificação prevista no inc. III do Art. 34, ressaltando a possibilidade de reapreciação do feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003) e, por consequência, **arquivar o presente feito** em desfavor dos mencionados militares; b) Nos termos do Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019 – CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; c) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; d) Da decisão proferida pela CGD, será expedida comunicação formal, determinando o registro na ficha ou assentamento funcional dos servidores. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I, do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 08 de maio de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes no Conselho de Disciplina registrado sob o SPU nº 200729653-0, desmembrado do SPU nº 200186334-3, este instaurado sob a égide da Portaria CGD nº 82/2020, publicada no D.O.E. CE Nº 037, de 21 de fevereiro de 2020, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos militares estaduais CB PM JOÃO PAULO SILVA DIAS, SD PM FRANCISCO MARIO ERVEN EUFRÁZIO DA SILVA e SD PM JOSÉ EVANDERSON DE OLIVEIRA DA SILVA, os quais, supostamente, conforme o informado no ofício nº 225/2020-SUBCMDO-GERAL/PMCE (encaminhando cópia da Portaria nº 121/2020-2ºCRPM/IPM, referente a fatos ocorridos no dia 18/02/2020), por volta das 19h30min, após a segunda rendição das viaturas operacionais do 12ºBPM, compareceram na Rua Coronel João Lecínio, na frente do portão do 12º Batalhão, em torno de 06 (seis) mulheres que passaram a esvaziar e/ou furar pneus das viaturas que estavam parada na frente do Batalhão, de forma que as viaturas CP 12321, CP 6351, CP 12261, R-28 e R29 chegaram na sede do 12ºBPM e tiveram seus pneus esvaziados, contudo supostamente não havia razões que justificassem a ida das referidas viaturas para referido quartel, não havendo nenhuma ocorrência criada junto à CIOPS ou determinação de superiores hierárquicos e que os aconselhados eram componentes das referidas viaturas. A Portaria narrou que os fatos descritos demonstram que a ação transcorreu de forma concatenada com vistas a promover um movimento de caráter reivindicatório que objetivava paralisar as atividades operacionais do policiamento, algo que é terminantemente vedado aos integrantes das Corporações Militares Estaduais, conforme preceitos constitucionais e norma estadual; CONSIDERANDO a existência de indícios de que os policiais militares retromencionados tenham concorrido com a ação tida a priori como transgressiva, dando azo a ocorrência de evidenciado prejuízo à segurança pública quando permitiram, ou ao menos concorreram de modo omissivo, que a viatura que estava sob sua responsabilidade tivesse seus pneus esvaziados, impedindo sua adequada utilização, deixando assim de cumprir a incumbência de zelar pelo patrimônio público que estava sob sua guarda; CONSIDERANDO que durante a produção probatória, os Aconselhados foram devidamente citados às fls. 277/278, 279/280 e 281/280, apresentaram Defesas Prévias às fls. 300/316. Foram ouvidas 03 (três) testemunhas arroladas pela Comissão Processante, 07 (sete) testemunhas indicadas pela Defesa. Em seguida, os Aconselhados foram interrogados. Todas as audiências foram realizadas por meio de videoconferência, com registro constante na mídia das fls. 656. Por fim, foram apresentadas Razões Finais às fls. 618/630; CONSIDERANDO que a testemunha TEN CEL PM Francisco Hermeti Macena da Silva afirmou que no dia dos fatos, estava no descanso laboral. Disse que visualizou as viaturas com pneus esvaziados no outro dia. Narrou que o TEN CEL PM ALVES relatou que uma pessoa avisou na frequência que o 12º BPM estava sendo atacado por facções. Relatou que o TEN CEL PM ALVES afirmou ter entrado na frequência e esclareceu que o quartel não estava sendo atacado por ninguém. Disse que não foi identificado quem informou na frequência que havia ataques no quartel. Não soube informar em que momento as viaturas foram no quartel. Disse que tomou conhecimento dos fatos quando compareceu ao expediente no dia seguinte; CONSIDERANDO que a testemunha MAJ PM Wagner Nunes Vasconcelos afirmou que na época estava de IRSO com mais outros dois policiais. Disse ter feito a preleção com o 2º TEN PM VITOR, fiscal de policiamento. Após a preleção as viaturas foram para suas áreas. Afirmou que por volta das 20h00min, o TEN CEL PM ALVES telefonou ao depoente para informar que algumas mulheres foram ao quartel e secaram os pneus das viaturas. Relatou que recebeu determinação de permanecer na área. Disse que por volta de meia-noite, voltou para o quartel, após fim da IRSO, e visualizou várias viaturas com pneus esvaziados e algumas pessoas encapuzadas. A rua do quartel estava fechada com viaturas. O depoente ao chegar no quartel, foi impedido por mulheres encapuzadas dizendo que o depoente não poderia entrar no quartel. Disse que havia vários policiais fardados no quartel. Disse que insistiu para entrar porque precisava falar com o TEN CEL PM ALVES. Asseverou que estavam o TEN CEL PM ALVES e o 2º TEN PM VITOR. Disse que tomaram providências para comunicar o fato por meio de Relatório. Enfatizou que não visualizou o momento do esvaziamento dos pneus das viaturas. Disse que tomou conhecimento por vídeos de que mulheres secavam pneus, mas não presenciou porque não estava no local naquele momento. Não soube informar qual foi o intervalo de tempo entre o aviso falso de que o quartel fora invadido por facções e os esclarecimentos realizados pelo TEN CEL PM ALVES. Disse que ao chegar ao quartel, uma mulher possuía a chave do cadeado que trancava o portão. Aduziu que o depoente levou um compressor ao quartel a fim de encher novamente os pneus, mas não foi utilizado porque havia uma cautela em relação à animosidade dos manifestantes. Disse não saber quais foram os critérios para definir quais nomes dos policiais militares seriam inseridos no Relatório. Não soube precisar quais policiais militares permaneceram no quartel no dia posterior. Não soube precisar se houve adesão dos aconselhados ao movimento reivindicatório. Disse que somente digitou o Relatório. Afirmou que após o dia dos fatos, alguns policiais militares contactaram o depoente para informar que haviam sido inseridos no Relatório injustamente, uma vez que sequer haviam saído do quartel. Não soube informar se os policiais militares constantes no Relatório sabiam que seus nomes haviam sido incluídos lá. Disse que as cobranças oriundas do Comando Geral eram realizadas diretamente com o TEN CEL PM ALVES. Narrou que todos os policiais militares que estavam no quartel estavam sob o comando do TEN CEL PM ALVES, este por sua vez estava em contato constante com o Comando Geral; CONSIDERANDO que a testemunha 1º TEN PM Samuel Fabiano da Silva Gaudêncio afirmou não ter presenciado os fatos, nem presenciou as viaturas terem seus pneus esvaziados. Somente tomou conhecimento dos fatos por terceiros. Disse ter ciência de um vídeo em que o TEN CEL PM ALVES chama os policiais para dentro do quartel para evitar um confronto maior. Relatou não saber de nada em desfavor dos aconselhados acerca de terem facilitado para que as viaturas fossem sido tomadas, porque a situação ocorreu por conta de uma mensagem falsa solicitando apoio no quartel, o que ocasionou o deslocamento das viaturas. Afirmou que até onde sabia, o autor da mensagem falsa não havia sido identificado. Não soube precisar se o TEN CEL PM ALVES teria emitido determinação para as viaturas permanecerem na área somente após elas terem chegado ao quartel. Narrou que não identificou os nomes dos aconselhados em colaboração com o movimento paredista. Disse que havia duas viaturas que não foram para a área, mas não soube especificar quais seriam. Asseverou que na condição de Subcomandante da 1ª CIA do 12º BPM, chegou a conversar com o TEN CEL PM ALVES e verificou que havia ocorrido equívocos no Relatório. Informou, como exemplo, que havia policial militar que constava na escala de serviço, contudo havia permutado, e mesmo assim teve seu nome inserido no Relatório. Entendia que o Relatório, produzido no dia dos fatos, não apresentou com precisão o que ocorrera. Disse que cogitou-se uma intervenção mais incisiva em relação aos manifestantes, mas foi deliberado que isso poderia trazer mais prejuízos e era razoável se evitar o confronto; CONSIDERANDO o termo prestado pela testemunha indicada pela Defesa, 2º TEN PM José Vitor Feliciano Moreno, no qual afirmou que entrou de serviço por volta 18h30min, e que após a preleção para a tropa, realizada pelo depoente e pelo MAJ PM NUNES, as viaturas saíram do quartel e se deslocaram para suas áreas de serviço. Disse que, por volta de 19h35min, algumas viaturas retornaram ao quartel afirmando que tiveram pneus de suas viaturas esvaziados. Narrou que relatou o ocorrido ao TEN CEL PM ALVES, acrescentando que havia cerca de seis mulheres do lado de fora do quartel. Afirmou que o TEN CEL PM ALVES orientou a não ter enfrentamento com as referidas manifestantes. Ressaltou que foram chegando outras composições, tendo os pneus das viaturas esvaziados, de forma que o TEN CEL PM ALVES reiterou que não houvesse enfrentamento. Salientou que uma das mulheres colocou um cadeado no portão do quartel para que ninguém saísse, mas ela entregou a chave ao TEN CEL PM ALVES. Disse que ouviu um chamado na frequência para que as viaturas retornassem ao Batalhão, mas o autor deste chamado não foi identificado. Afirmou que a única viatura solicitada ao Batalhão foi a do SGT PM ALDENIR. Aduziu que somente visualizou uma viatura que não saiu do quartel, sendo a do CB PM Fernandes, as demais viaturas foram liberadas para irem para área, mas não tinha como confirmar se elas conseguiram chegar nas áreas. Disse que visualizou mulheres esvaziando pneus de viaturas no decorrer da noite. Enfatizou que o fato das mulheres que esvaziavam os pneus serem parentes de policiais militares poderia incrementar o atrito que ocorria naquele momento caso os policiais das viaturas as enfrentassem diretamente. Confirmou que o TEN CEL PM ALVES entrou na frequência que não era necessário o retorno para o quartel, contudo algumas viaturas já estavam com pneus esvaziados. Reiterou que mesmo após as viaturas chegarem, o TEN CEL PM ALVES determinou aos policiais militares que ali estavam que não confrontassem as mulheres, possivelmente parentes de policiais militares, para evitar maiores atritos. Confirmou que o TEN CEL PM ALVES disse para que os policiais militares que tiveram pneus de viaturas esvaziados ficassem dentro do quartel porque aquele seria o local mais seguro. Disse que o MAJ PM NUNES digitou o Relatório enquanto o TEN CEL PM ALVES narrava o fato, e que foi solicitado pelo TEN CEL PM ALVES as pessoas que estavam de serviço no dia. Afirmou que chegou inicialmente ordem superior do Comando Geral de que enviassem a relação com todos os comandantes de viaturas, depois que fossem enviados os nomes de todos das composições, estabelecendo-se um prazo

de cinco minutos para o envio. Assim, foram inseridas no Relatório praticamente todas as viaturas do Batalhão. Disse que o TEN CEL PM ALVES determinou que não fosse nada relatado em livro do quartel, pois tudo seria enviado no Relatório confeccionado. Destacou que todos os aconselhados são excelentes profissionais. Confirmou que o Relatório retratava inconsistências tendo em vista o curto prazo que foi oportunizado para o envio, levando-se em conta também a complexidade do ocorrido. Disse que não se sabia qual seria o propósito do referido Relatório. Relatou que acreditava que os policiais atenderam prontamente o pedido de apoio, que se descobriu falso depois, e foram surpreendidos ao chegarem no quartel pelas manifestantes e respectivo esvaziamento dos pneus das viaturas. Disse que à época dos fatos, as viaturas de área não possuíam armamento não letal; CONSIDERANDO o termo prestado pela testemunha indicada pela Defesa, 1º TEN PM Pedro Henrique de Sousa Moura, no qual afirmou que no dia dos fatos, recebeu determinação do CEL PM PINHEIRO para que se deslocasse em seu serviço para o 18º BPM. Dessa forma, não presenciou os fatos ocorridos no 12º BPM; CONSIDERANDO o termo prestado pela testemunha indicada pela Defesa, CEL PM RR José Wellington Alves da Silva, no qual afirmou que no dia dos fatos, encontrava-se em sua residência, já na reserva. Disse que tomou conhecimento dos fatos pela mídia e por comentários. Limitou-se a elogiar a conduta profissional dos Aconselhados neste processo; CONSIDERANDO o termo prestado pela testemunha indicada pela Defesa, SD PM John Walyson Silva de Sousa, no qual afirmou que estava presente no dia dos fatos, juntamente ao Comandante do Batalhão, o TEN CEL PM ALVES. Disse que estava na função de patrulheiro. Afirmou que ao final do serviço, foi realizada uma preleção, e após isso se deslocaram para a residência do TEN CEL PM ALVES. No caminho receberam uma ligação solicitando que o TEN CEL PM ALVES retornasse ao quartel imediatamente. Ao retornarem, já se encontravam viaturas com pneus furados e vários manifestantes em frente ao portão do quartel. Houve resistência dos manifestantes para que o TEN CEL PM ALVES entrasse no quartel. O depoente notou que já havia policiais militares que foram impossibilitados de sair em deslocamento para o serviço por conta dos pneus de suas viaturas terem sido esvaziados, incluindo a composição dos aconselhados. O TEN CEL PM ALVES determinou todos os policiais “dessem baixa” nos equipamentos e aguardassem no local seguro do quartel, próximo ao alojamento dos cabos e soldados. Disse que eram muitos manifestantes do lado de fora do quartel. Reiterou que os aconselhados estavam dentro da unidade militar, e a viatura estava no pátio que fica em local externo. Por sua vez, a viatura dos aconselhados teve seus pneus esvaziados, o que os impediu de assumir o serviço; CONSIDERANDO o termo prestado pela testemunha indicada pela Defesa, ST PM Mario Chaves Maia, no qual afirmou que estava de serviço na guarda do quartel, como auxiliar. Disse que como havia muitas pessoas encapuzadas no portão, não foi possível visualizar quem esvaziou os pneus das viaturas. Confirmou que presenciou o TEN CEL PM ALVES determinar que os policiais que fossem chegando em suas viaturas, e os que ainda estavam no quartel, para que permanecessem dentro da unidade militar, porque ali era o melhor local para eles ficarem; CONSIDERANDO o termo prestado pela testemunha indicada pela Defesa, ST PM Luciano da Rocha Almeida, no qual afirmou que somente visualizou as viaturas com os pneus esvaziados quando chegou no Batalhão. Disse que mulheres também secaram os pneus da viatura em que o depoente estava, reforçando que eram muitas mulheres. Confirmou que o TEN CEL PM ALVES determinou que os policiais militares entrassem no Batalhão e que se afastassem do portão. Confirmou que algumas composições não conseguiram sair do quartel. Afirmou que não houve determinação superior para que os policiais militares que estavam no quartel fizessem cessar as manifestações que ocorriam naquela unidade militar; CONSIDERANDO o termo prestado pela testemunha indicada pela Defesa, CB PM Ricardo da Silva Alves, no qual afirmou que na noite do fato, logo após a preleção do TEN CEL PM ALVES, mulheres encapuzadas chegaram na frente do portão e atrapalharam a saída dos policiais militares para o serviço. Confirmou que embora não tenha conseguido se identificar o autor da falsa determinação, houve chamada pelo rádio para que as viaturas retornassem ao quartel. Disse que o TEN CEL PM ALVES determinou que os policiais militares se afastassem do portão e ficassem no pátio do Batalhão. Confirmou que a composição dos aconselhados estava no quartel e sequer saiu daquele local, porque as mulheres secaram os pneus da viatura antes deles as assumirem. Reiterou que o TEN CEL PM ALVES determinou que os policiais que ainda não haviam saído do quartel ficassem na unidade militar, e permanecessem longe do portão da entrada; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o aconselhado CB PM João Paulo Silva Dias declarou que estava próximo a assumir o serviço, iniciando-se às 19h00min. Afirmou que houve uma preleção pelo MAJ PM NUNES e o 2º TEN PM VITOR, e após isso foram liberados para ir para área. Disse que se deslocou para a viatura, que estava estacionada no lado de fora, na rua, mais precisamente na lateral do quartel. Ao chegar, visualizou que os dois pneus do lado direito da viatura estavam vazios. Retornou e relatou o ocorrido, então foi determinado pelo 2º TEN PM VITOR que o aconselhado aguardasse no Batalhão. Narrou que os pneus da viatura já estavam secos, mas não visualizou quem os esvaziou. Relatou que após um tempo, mulheres encapuzadas começaram a aparecer, de forma que o TEN CEL PM ALVES determinou que todos permanecessem dentro do Batalhão e ficassem longe do portão. Negou que tenha facilitado esvaziamento dos pneus das viaturas. Negou que tivesse participação no movimento paredista. Afirmou que foi acusado injustamente de ter levado a viatura ao quartel após deslocamento, contudo sequer saiu de lá; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o aconselhado SD PM Francisco Mário Erven Eufrázio da Silva afirmou que morava próximo ao Batalhão. Disse que após a preleção foi conferir a viatura, e verificou que dois pneus estavam secos. Disse que ao informar ao 2º TEN PM VITOR da situação, em sequência este determinou que aguardassem dentro do Batalhão. Ressaltou que não visualizou quem esvaziou os pneus. Afirmou que sequer saíram do quartel. Salientou que a determinação era permanecer no quartel até segunda ordem. Disse que o TEN CEL PM ALVES determinou que ficassem afastados do portão. Disse que como a viatura permanecia estacionada fora do quartel, não era possível visualizá-la durante a preleção; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o aconselhado SD PM José Evanderson de Oliveira da Silva declarou que após a preleção a composição foi até a viatura para que fossem para sua área, porém ela se encontrava com os pneus secos. Ao informar a situação, receberam determinação para que aguardassem o TEN CEL PM ALVES retornar ao quartel. Disse que o TEN CEL PM ALVES determinou que todos permanecessem dentro da unidade militar, e evitassem qualquer contato com o pátio externo. Afirmou que o TEN CEL PM ALVES afirmou que o Batalhão era o melhor local para ficarem naquele momento. Asseverou que permaneceram no Batalhão até o final do serviço. Disse que a viatura fora anteriormente estacionada pela guarnição que saía de serviço. Confirmou que a guarnição sequer foi para área; CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais, a Defesa dos aconselhados (fls. 618/630) alegou, em resumo, que acerca dos depoimentos das testemunhas, colhidos durante a instrução processual, não houve qualquer conteúdo que vinculasse os aconselhados aos movimentos paredistas ilegais. Destacou que os aconselhados cumpriram seus deveres funcionais, cumprindo determinação do TEN CEL PM ALVES e sequer saíram do quartel para se deslocar até a área de serviço, dessa forma não praticaram os fatos descritos na Portaria. Reforçou que as testemunhas foram contundentes em confirmar a versão dos processados de que não cometeram qualquer transgressão disciplinar. Por fim, requereu a absolvição dos aconselhados e o consequente arquivamento do feito; CONSIDERANDO que a Comissão Processante emitiu o Relatório Final nº 15/2022, às fls. 663/669V, no qual firmou o seguinte posicionamento: “[...] 5. CONCLUSÃO E PARECER Ex positos, ao final dos trabalhos, não restou comprovada nenhuma infração disciplinar cometida pelo CB PM DIAS, SD PM ERVEN e SD PM EVANDERSON, porquanto o que foi apurado, onde se demonstrou que na data dos fatos, após assumirem o serviço, constataram que a viatura CP 12261, na qual estavam escalados, apresentava uma pane, tendo em vista que dois pneus estavam vazios, impossibilitando que se deslocassem à área de serviço, permanecendo de serviço no interior do quartel do 12ºBPM, em cumprimento a determinação do então Comandante do 12ºBPM, o TEN CEL PM ALVES. Após minuciosa análise de tudo contido nos autos, em especial da Defesa Prévia e Defesa Final, esta Comissão Processante passou a deliberar, em sessão própria e previamente marcada, em 28/01/2022, conforme respectiva ata (fls. 655/655v-CD), com a participação, por videoconferência, do Dr. FRANCISCO DE PAULA NETO - OAB/CE Nº 9497, representando os ACUSADOS, e presencial do Defensor Público MATHEUS SILVA MACHADO, membro da Comissão Externa, e ao final da referida sessão, restou deliberado e decidido, na conformidade do art. 98, §1º, da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM), de forma unânime, que: 1. CB PM 25.233 - JOÃO PAULO SILVA DIAS - MF: 303.950-1-8: I - NÃO É CULPADO das acusações constantes na portaria inicial; e II - NÃO ESTÁ incapacitado de permanecer na ativa da Corporação Policial Militar. 2. SD PM 34.609 - FRANCISCO MÁRIO ERVEN EUFRÁZIO DA SILVA - MF: 309.054-6-6: I - NÃO É CULPADO das acusações constantes na portaria inicial; e II - NÃO ESTÁ incapacitado de permanecer na ativa da Corporação Policial Militar. 3. SD PM 34.436 - JOSÉ EVANDERSON DE OLIVEIRA DA SILVA - MF: 309.033-6-6: I - NÃO É CULPADO das acusações constantes na portaria inicial; e II - NÃO ESTÁ incapacitado de permanecer na ativa da Corporação Policial Militar. [...]”. Assim, a Comissão Processante se posicionou com a sugestão pela absolvição dos aconselhados, com o consequente arquivamento dos autos por ausência de provas da prática de transgressões disciplinares; CONSIDERANDO o Despacho nº 1511/2022, do Orientador da CEPREM/CGD (fls. 671/672), e o Despacho nº 2358/2022 (fls. 673/676), do Coordenador da CODIM/CGD, estes ratificaram que a formalidade pertinente ao feito foi atendida. O Coordenador da CODIM/CGD reforçou, com sua respectiva ratificação e homologação, o entendimento pela absolvição por insuficiência de provas: “[...] 6. Ante o exposto, tendo em vista que as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa foram satisfatoriamente obedecidas, e que o substrato probatório coligido aos autos no curso da instrução processual não foi suficiente para demonstrar comprovadamente a culpabilidade dos aconselhados CB PM 25.233 João Paulo Silva Dias – MF: 303.950-1-8; SD PM 34.609 Francisco Mário Erven Eufrázio da Silva – MF: 309.054-6-6 e SD PM 34.436 José Evanderson de Oliveira da Silva – MF: 309.033-6-6 pelas acusações expostas na peça inaugural, ratifica-se e se homologa, com fulcro no Art. 18, VI, do Decreto nº 33.447/2020, o inteiro teor do parecer exposto no Relatório Final nº 15/2022, por seus fundamentos fático-jurídicos, corroborando-se com a conclusão de que tais militares não são culpados, nem tampouco estão incapacitados de permanecerem na ativa da PMCE, e, por conseguinte, com a sugestão de arquivamento do feito, ressalvada a possibilidade de ser reaberto caso surjam fatos ou circunstâncias posteriormente que assim o autorize. [...]”; CONSIDERANDO o Resumo de Assentamentos do CB PM João Paulo Silva Dias (fls. 359/361) verifica-se que este ingressou na Polícia Militar em 08/09/2010, sem registros de punições disciplinares, possui 03 (três) elogios, encontrando-se no comportamento “ÓTIMO”. No Resumo de Assentamentos do SD PM Francisco Mário Erven Eufrázio da Silva (fls. 362/363) verifica-se que este ingressou na Polícia Militar em 11/06/2018, sem registros de punições disciplinares, sem registros de elogios, encontrando-se no comportamento “BOM”. No Resumo de Assentamentos do SD PM José Evanderson de Oliveira da Silva (fls. 364/365) verifica-se que esta ingressou na Polícia Militar em 11/06/2018, sem registros de punições disciplinares, sem registros de elogios, encontrando-se no comportamento “BOM”; CONSIDERANDO que diante da instrução probatória realizada neste Conselho de Disciplina, vislumbra-se a insuficiência de provas para o convencimento de que os aconselhados tenham sido negligentes ou tenham atuado em conluio com os invasores do quartel no dia dos fatos. Por sua vez, os elementos presentes nos autos depreendem verossimilhança para a versão apresentada pelos aconselhados de que cumpriam determinação e que não dispunham de meios possíveis para fazer oposição eficiente aos manifestantes, no impedimento de que estes esvaziassem os pneus da viatura que se encontrava no lado externo do quartel naquele momento, em razão da complexidade para a efetivação de ações de enfrentamento frente ao delicado contexto e das vulnerabilidades inerentes à situação. Outrossim, conforme ratificado pelas testemunhas do processo, os aconselhados seguiram determinações emanadas pelo Comandante do Batalhão, o TEN CEL PM ALVES, para que evitassem confronto com os manifestantes, cumprindo, assim, a jornada de serviço dentro do próprio Batalhão. Nesse sentido, as testemunhas confirmaram que os aconselhados não se deslocaram para área, haja vista que os pneus da respectiva viatura já se encontravam esvaziados tão logo se iniciou serviço;

CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final nº15/2022** (fls. 663/669V) e, por consequência, **absolver os ACONSELHADOS** CB PM JOÃO PAULO SILVA DIAS – M.F. nº 303.950-1-8, SD PM FRANCISCO MARIO ERVEN EUFRÁZIO DA SILVA – M.F. nº 309.054-6-6 e SD PM JOSÉ EVANDERSON DE OLIVEIRA DA SILVA – M.F. nº 309.033-6-6, em relação as acusações constantes na Portaria inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003); b) **Arquivar o presente Conselho de Disciplina** instaurado em face dos mencionados militares; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E. CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, e, CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº 52/2020, referente ao SPU nº 18872428-1, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 390/2020, publicada no D.O.E. CE nº 232, de 19 de outubro de 2020, visando apurar a responsabilidade disciplinar do IPC FERNANDO JEFFERSON SALES PINHEIRO, em razão de, supostamente, conforme denúncias ao Sistema de Ouvidoria – SOU, ser uma pessoa agressiva; exibir arma de fogo; traficar substâncias anabolizantes; ter se desentendido, discutido e apontado sua arma de fogo para o delegado de polícia, então diretor de departamento da PCCE, no interior da Delegacia Municipal de Trairi-CE; postar, em sua rede social, fotos trajando roupa caracterizada da Polícia Civil e portando arma de fogo, em cima de uma mesa, associando tal prática à atividade policial; além de vídeos fazendo propaganda de anabolizantes e, ainda, teria postado no instagram uma operação policial, na qual aparece quebrando gaiolas e soltando pássaros (fl. 174), sem adotar o procedimento policial adequado. Fora destacado na Portaria Instauradora que em duas destas denúncias constam cópias de postagens na rede social identificadas como “pitbull assessoria esportiva”, nas quais o IPC Jefferson aparece trajando roupa caracterizada da Polícia Civil (fls. 101/102), bem como imagens de anabolizantes (fl. 17, fl. 59, fl. 81), arma de fogo (fl. 14) e carregador de munições (fls. 11/12). Em mídia, acostada aos autos, consta imagens publicadas pelo IPC Jefferson, em sua rede social nominada “fj assessoria esportiva”, nas quais o referido servidor aparece usando balaclava e filmando a fachada da delegacia, viaturas e objetos apreendidos, contrariando o disposto na Portaria nº 01/2020 – PCCE (fls. 190/191). Consta no raio apuratório que em declarações prestadas à CGD, no dia 21/11/2018, o IPC Jefferson afirmou que expôs sua arma de fogo em algumas ocasiões e que comprou diversos tipos de anabolizantes injetáveis, sem prescrição ou receita médica, para consumo próprio (fls. 29/31). Salientou-se ainda na exordial que, segundo declarações constantes nos autos, o IPC Jefferson estava sentado de forma relaxada em uma cadeira na delegacia, quando foi advertido, pelo Diretor de Departamento da Polícia Civil, quanto a inadequação da sua postura enquanto policial (fl. 28), fato que resultou num clima tenso e arriscado, chegando o IPC Jefferson a colocar a mão na sua pistola. Na ocasião da discussão, em tese, o IPC Jefferson estava descontrolado, tendo o superior solicitado que entregasse sua arma, porém o servidor atendeu o pedido. Fora enfatizado que o IPC Jefferson conhecia a autoridade policial, inclusive sabia que ocupava o cargo de diretor do departamento da PCCE e que estava na delegacia, inobstante permaneceu com a postura inadequada. Destaca-se que, à época dos fatos, o IPC Jefferson estava em estágio probatório, nos termos do Art. 17, §7º da Lei nº 12.124/93 (fls. 414/425, fl. 498, fls. 498v/499, fl. 501v); CONSIDERANDO que a conduta delineada na Portaria Inaugural, praticada pelo referido servidor, em tese, constitui violação de deveres previstos no Art. 100, incisos I, III, VIII e XII, bem como transgressão disciplinar prevista no Art. 103, “a”, inciso IV, “b”, incisos II, XXIX e XLII, e “c”, incisos III, VI e XII da Lei nº 12.124/1993 (fls. 05/06); CONSIDERANDO que este subscritor concluiu que a conduta, em tese, praticada pelo processado não preenchia os pressupostos legais e autorizadores contidos na Lei nº 16.039/2016 e na Instrução Normativa nº 07/2016 – CGD, de modo a viabilizar a submissão do caso ao Núcleo de Soluções Consensuais – NUSCON (fls. 225/227); CONSIDERANDO que durante a produção probatória, o processado foi citado (fl. 251) e apresentou defesa prévia (fls. 253/263); foram ouvidas 13 (treze) testemunhas (fl. 300, fl. 302, fl. 304, fl. 306, fl. 308, fl. 309, fl. 311, fl. 313, fl. 315, fl. 337, fl. 339, fl. 341, fl. 343); o acusado foi qualificado e interrogado (fl. 353) e apresentou Alegações Finais (fls. 358/402, fl. 507); CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 300), Marcos Aurélio Elias de França, Delegado de Polícia, então Diretor de Departamento da PCCE, DPI – Norte, declarou que tinha o hábito de visitar, sem avisar, as delegacias subordinadas ao departamento. No dia dos fatos, chegou no cartório da Delegacia Municipal de Trairi e viu uma escrivã trabalhando e um policial sentado numa cadeira, com os “pés em cima de outra cadeira”, mexendo no celular, no horário do expediente. Assim, questionou aquela postura, momento em que o rapaz, aparentemente desequilibrado emocionalmente, veio em sua direção, necessitando ser contido por outros policiais. Depois, o IPC Jefferson lhe “pediu desculpas”, alegando que estava com problemas pessoais e que “não sabia que o depoente era o diretor”. Diante da retratação, o depoente decidiu não representar criminalmente contra o policial, destacando que aquela era a primeira vez que via aquele policial. Confirmou que, na ocasião, o policial apontou sua arma de fogo para o depoente. Assim, solicitou que o policial entregasse sua arma de fogo aos policiais militares. O IPC Jefferson atendeu sua ordem e entregou sua arma. Em razão da forma acintosa e violenta contra sua pessoa, o depoente deu voz de prisão ao referido policial civil. Quando os ânimos se acalmaram, o IPC Jefferson foi até a sala onde estava o depoente, “momento que conversaram e entendeu o que passou na cabeça do policial”. Após, restituiu a arma ao servidor. Para o depoente, a situação se tratou de um caso pontual, pois o IPC Jefferson não tinha problemas os colegas na delegacia; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 304), Ernesto Euclides Feijão Júnior, inspetor de polícia civil, declarou que estava de folga, quando foi chamado para comparecer à delegacia, pois tinha ocorrido um desentendimento entre o processado e o DPC Marcos Aurélio. Quando chegou ao local, a discussão já havia cessado. Relatou que fazia pouco tempo que o IPC Jefferson estava trabalhando na Delegacia de Trairi. Na ocasião, o IPC Jefferson estava nervoso e lhe asseverou que não sabia que se tratava do DPC Marcos Aurélio, diretor do DPI Norte. Narrou que a servidora terceirizada Vizângela mencionou que lhe ligou desesperada, em razão de ambos estarem armados e terem se desentendido após uma reclamação do DPC Marcos ao IPC Jefferson, não tendo sido feito nenhum procedimento policial, pois o IPC Jefferson e o DPC Marcos Aurélio se entenderam; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 306), Deise Ourique Francisco, então escrivã de polícia civil, declarou que estava trabalhando no cartório da Delegacia Municipal de Trairi e que o IPC Jefferson estava em outra sala, na companhia das servidoras terceirizadas, quando o DPC Marcos Aurélio viu que o IPC Jefferson estava com os pés em cima de uma mesa, tendo chamado sua atenção. Nesse momento, o DPC Marcos Aurélio pôs a mão na cintura, o IPC Jefferson se assustou e sacou sua arma de fogo, apontando-a para o DPC Marcos Aurélio, tendo este delegado também sacado sua arma e apontado para o IPC Jefferson, iniciando-se uma confusão. Depois, o IPC Jefferson conversou com o DPC Marcos Aurélio, lhe informando que estava passando por alguns problemas, que tinha se assustado e que não sabia quem era o DPC Marcos Aurélio. Após, o DPC Marcos Aurélio se entendeu com o IPC Jefferson e resolveu não fazer o procedimento. A depoente afirmou não saber qual dos dois sacou a arma primeiro. O processado nunca foi agressivo com a testemunha, mas possuem divergências; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 309), Francisco Hermenegildo Beserra Severino, inspetor de polícia civil, declarou que participou da operação policial realizada por determinação do DPC Carlos Eduardo, do 17º DP. Nessa operação estava o IPC Jefferson. Os bandidos entraram no manguê, tendo os policiais também adentrado na tentativa de capturá-los. No manguê existiam gaiolas quebradas, com dois pássaros e ao voltarem os pássaros tinham sido liberados. Somente soube que teria sido o IPC Jefferson, que teria quebrado as gaiolas e liberado os pássaros, quando tomou conhecimento da instauração deste PAD para apurar a conduta dele, não entendendo o motivo da instauração, uma vez que os pássaros não eram pássaros silvestres e o objetivo da operação era prender os assaltantes; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 311), Jardim Félix de Moura, policial militar, declarou, sobre o desentendimento entre o processado e o DPC Marcos Aurélio na Delegacia de Trairi, que ouviu um barulho e saiu de sua sala para ver do que se tratava. Afirmou que ao chegar na delegacia, tomou conhecimento do desentendimento e tentou apaziguar a situação levando o IPC Jefferson para sua sala, momento em que este tomou conhecimento de que o DPC Marcos Aurélio era seu superior, diretor do DPI norte. Relatou que já conhecia o DPC Marcos Aurélio e na ocasião estavam todos confusos. Pelo que entendeu, o DPC Marcos Aurélio mandou o IPC Jefferson tirar os pés de cima da cadeira e como o IPC Jefferson não conhecia o DPC Marcos Aurélio teve início o desentendimento. Asseverou que depois ficou tudo bem, não presenciou agressão ou injúria e ambos ficaram se falando normalmente. Não viu o IPC Jefferson sacar arma de fogo. Todavia presenciou os ânimos aflitos, mas não houve agressão entre os mencionados policiais civis. O IPC Jefferson ajudou em muitas prisões no Trairi e região, sempre sendo muito profissional; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 313), Vanessa Maria Carneiro de Sousa, servidora terceirizada, declarou, sobre o desentendimento entre o IPC Jefferson e o DPC Marcos Aurélio, que estava no cartório da delegacia, juntamente com Vizângela e o IPC Jefferson. Afirmou que o referido policial estava com os pés em cima da cadeira e o DPC Marcos Aurélio chamou a atenção dele, alegando que aquela não era postura de um policial. Declarou que o IPC Jefferson não conhecia o DPC Marcos Aurélio. A depoente afirmou que Vizângela lhe contou que ambos pegaram em suas armas, mas não apontaram um para o outro. Inclusive viu o IPC Jefferson com a mão em sua arma de fogo. Ambos estavam descontrolados. O IPC Jefferson sempre cumpriu com seus deveres. A depoente afirmou que nunca teve problemas com o processado; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 315), Vizângela Maria Carneiro de Sousa, servidora terceirizada, declarou, sobre a discussão entre o IPC Jefferson e o DPC Marcos Aurélio na delegacia de Trairi, que estava na sala com Vanessa, a então EPC Deise e o IPC Jefferson, quando o DPC Marcos Aurélio chegou e ao ver o IPC Jefferson com os pés em cima de uma cadeira, chamou a atenção dele, afirmando que aquela não era postura de um policial, iniciando-se uma discussão entre eles. Não recordou quem primeiro colocou a mão sobre a arma de fogo, mas nenhum sacou a arma. O IPC Jefferson pediu desculpas, reconhecendo que tinha errado. Por isso não foi feito nenhum procedimento

policial. afirmou que o IPC Jefferson sabia que Marcos Aurélio era delegado, porém não sabe se ele tinha conhecimento que a autoridade policial era o Diretor do DPI. Durante o período em que trabalhou com o IPC Jefferson, nunca ouviu nada que desabonasse a conduta do servidor; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 331), Carlos Eduardo Silva de Assis, Delegado de Polícia Civil, declarou, a respeito da denúncia de que o IPC Jefferson teria postado no seu perfil do instagram uma operação policial na qual aparece quebrando gaiolas e liberando pássaros em vez de ter levado os animais para a delegacia a fim de realizar o procedimento policial adequado, que somente tomou conhecimento do fato quando foi intimado deste procedimento disciplinar. Assim, acredita que o IPC Jefferson não apreendeu os pássaros e os levou para a delegacia, em razão de os animais terem sido encontrados no terreno atrás de uma casa abandonada, não existindo ninguém para ser conduzido. Destacou que nunca teve problemas de ordem pessoal ou no trabalho com o IPC Jefferson, que caracterizasse conduta irregular ou transgressiva; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 343), Marcos Edson Matos Cavalcante, inspetor de polícia civil, declarou que trabalha na comunicação social do SINPOL, que tem o objetivo de divulgar os trabalhos positivos da Polícia Civil. Narrou que à época do motim de policiais militares, foi feita uma concentração no CÓDE, onde se encontravam o Delegado Geral, o representante do SINPOL, policiais civis, inclusive o depoente e o processado. No dia dessa operação foi feita divulgação no perfil do SINPOL e da ADEPOL semelhante ao que foi postado pelo IPC Jefferson. Relatou que nessa noite foram feitas apreensões de armas e várias pessoas fizeram a divulgação no grupo denominado “Apoio Alfa”, postando imagens de apreensões feitas pela Polícia Civil em outros grupos, o que seria um retorno das equipes sobre o resultado da operação; CONSIDERANDO que, em sede de interrogatório (fl. 353), o processado declarou que as postagens, mostrando arma de fogo e carregador, não foram realizadas como forma de exibicionismo, mas por imaturidade, quando foi fotografar sua tatuagem e acabou mostrando parte da arma. O declarante refutou ter comportamento agressivo, alegando vir de uma doutrina militar, sendo um policial sempre disposto a trabalhar e ajudar, inclusive elogiado por sua conduta respeitosa quanto a hierarquia. Também refutou traficar anabolizantes, aduzindo que nunca comercializou tais substâncias, inclusive os ‘prints’ demonstram que não vende, nem oferece os produtos. Asseverou que comprou anabolizantes pela internet para consumo próprio, para aumentar sua autoestima e performance física, pois é lutador e fisiculturista. Atualmente, sofre de abstinência de uso de esteroides, sendo acompanhado por uma psiquiatra e pelo DAMPS. Percebeu que o uso de anabolizantes estava fazendo mal a sua saúde, inclusive esteve internado com o diagnóstico de estrangulamento de apêndice, o que reforçou a necessidade de cessar o uso desses produtos e se tratar. Dessa forma, por imaturidade, postou as substâncias anabolizantes em seu perfil no instagram, pois não tinha conhecimento que poderia resultar numa penalidade. Destacou que nunca quis colocar a instituição policial em situação vexatória. Em relação as postagens no perfil @pitbull\_assessoria\_esportiva, em que aparece trajando roupa caracterizada da PCCE, afirmou que à época havia grande evasão institucional, motivo pelo qual procurava incentivar a carreira. Ainda esclareceu que a frase transcrita na postagem de fl. 15 se refere a um trecho de uma canção militar da época em que era fuzileiro naval, não se tratando de qualquer tipo de apologia, inclusive a Portaria nº 001/2020/PCCE, ainda não estava em vigor. Salientou que em tal Portaria há uma exceção, que permite a divulgação em redes sociais do trabalho policial referente a operação. Assim, no dia das postagens das imagens da fachada da delegacia e da saída das viaturas, havia um grande efetivo da PCCE no local, bem como as assessorias de imprensa de algumas emissoras, a assessoria de imprensa da SSPDS, o Delegado Geral, os representantes do SINPOL e da ADEPOL e dois representantes políticos da categoria, ocasião em que os policiais civis foram incentivados a divulgar esse trabalho policial, como forma de dar um ‘feedback’ social e acalmar a população, haja vista a paralisação dos policiais militares. Dessa forma, a maioria dos policiais civis que participaram da operação fizeram postagens das prisões, apreensões e do ‘saturamento’ da área, como forma de divulgar a atividade policial preventiva. Os ‘prints’ constantes deste PAD são de apreensões que foram feitas por outros policiais e colocadas em grupos de whatsapp, tendo postado em seu story. Inclusive juntou aos autos vídeos dos perfis do SINPOL e da ADEPOL postando as mesmas coisas que postou em seu perfil. Portanto, não teve a intenção de se autopromover. Seu perfil no instagram era aberto e algumas pessoas não concordavam com seus posicionamentos políticos, motivo pelo qual foram feitas as denúncias em seu desfavor. Quanto a sua conduta na Delegacia Municipal de Trairi, destacou que se tratou de um mal-entendido, pois à época dos fatos não conhecia o DPC Marcos Aurélio, inclusive posteriormente esta autoridade policial lhe ajudou a permanecer na Delegacia Municipal de Trairi. No dia dos fatos, o interrogando estava sentado com a perna esquerda em cima de uma cadeira, conversando com uma terceirizada, quando entrou um homem e questionou sua postura, afirmando que esta não seria a postura de um policial, porém não se identificou. Assim, respondeu que não retiraria a perna e que ele não tinha nada a ver com aquela situação. O homem disse que o interrogado estava ficando doido, ocasião em que respondeu que lhe respeitasse. Em seguida, o homem questionou se o interrogado sabia com quem estava falando, tendo respondido que não queria nem saber. Assim, o homem disse que ia lhe dar voz de prisão, tendo respondido que quem estava preso era ele e colocou a mão sobre o coldre onde estava sua arma de fogo. O homem também colocou a mão na arma dele e verbalizou que era o diretor do departamento da PCCE. Portanto, somente neste momento soube que o referido homem se tratava do diretor do departamento, DPC Marcos Aurélio, pois acreditava se tratava de um advogado ou popular. Depois do ocorrido, foi para uma sala onde conversou com o DPC Marcos Aurélio, explicando a situação, relatando problemas pessoais e por fim pediu desculpas. O DPC Marcos Aurélio aceitou as desculpas, não tendo representado sobre os fatos, inclusive o interrogado permaneceu trabalhando na Delegacia Municipal de Trairi, onde ganhou elogios e posteriormente faz operações policiais com a referida autoridade. A respeito da quebra da gaiola e da liberação dos pássaros, declarou que foi acionado pelo DPC Carlos para cumprir um mandato de prisão. Quando os primeiros policiais chegaram na casa, lhe avisaram que o alvo se encontrava no quintal. Assim, teve que entrar em um terreno abandonado, para que pudesse chegar ao local indicado. Quando voltava da perseguição ao alvo, visualizou gaiolas abertas, uma quebrada e outra com um pássaro sem água e comida, no interior do terreno abandonado. O pássaro estava quase morto e por pena fez a liberação. Como participa de projetos sociais de proteção ao meio ambiente e aos animais, fez a postagem. Assim, tal ação não teve nada a ver com o objeto da operação policial. Assim, os ‘prints’, foram apresentados de forma descontextualizada. O interrogado mencionou que se candidatou ao cargo de vereador de um determinado município, tendo feito postagens referente a irregularidades na referida região. Desta forma, ocorreu desgaste e passou a sofrer com denúncias anônimas com a finalidade de lhe prejudicar. Por fim, mostrou reportagens de projetos sociais do qual faz parte pelo DAMPS, denominado ‘Polícia Cidadã’, alegando que incomodou muita gente e despertou essa perseguição; CONSIDERANDO que a 1ª Comissão Processante emitiu o Relatório Final nº 01/2023 (fls. 431/453), no qual firmou o seguinte posicionamento, in verbis: “concluimos que não restaram demonstradas as denúncias de: 1. Agressividade por parte do servidor, não incidindo na violação de dever previsto no artigo 100, inciso XII da Lei nº 12.124/1993; 2. Tráfico de anabolizantes, não incidindo na transgressão disciplinar prevista no artigo 103, alínea “c”, inciso XII da mesma lei; 3. Postagens com o objetivo de fazer propaganda dos anabolizantes que usava, não incidindo na transgressão disciplinar prevista no artigo 103, alínea “b”, inciso II da Lei nº 12.124/1993; 4. Filmagem da fachada da delegacia e das viaturas descumprindo a norma regulamentar da PCCE, não violando o dever previsto no artigo 100, inciso I da Lei nº 12.124/93. Relativo às denúncias que constituem violação de deveres e transgressão disciplinar, restaram demonstradas as condutas abaixo relacionadas, conforme fundamentação acima, no entanto, não sendo possível considerá-las para fins de aplicação de sanção disciplinar, em virtude da ocorrência da prescrição, quais sejam: 1. Compra de anabolizantes, sem receita médica, para consumo próprio, incidindo na violação de dever prevista no artigo 100, inciso I da Lei nº 12.124/1993, alcançada pela prescrição, conforme dispõe o artigo 112, § 1º, inciso I da Lei nº 12.124/1993; 2. Conduta desleixada e comportamento desurbano, demonstrando que o servidor praticou a violação de dever prevista no artigo 100, inciso XII da Lei nº 12.124/1993, encontrando-se prescrito, conforme dispõe o artigo 112, § 1º, inciso I, da Lei nº 12.124/1993; 3. Liberação dos pássaros sem adoção das formalidades legais, diante da violação do dever prescrito no artigo 100, inciso I da Lei nº 12.124/1993. Conforme já explicamos acima, diante da ocorrência da prescrição em relação a este fato, conforme consta no artigo 112, § 1º, inciso I da Lei nº 12.124/1993, não é possível aplicar a sanção prevista; Por fim, as denúncias que restaram devidamente comprovadas na instrução probatória e conforme fundamentação acima, que, de forma vinculante, geram a aplicação de sanção ao servidor: 1. A exibição da arma de fogo, quando de suas postagens em seu perfil de rede social, constantes das fotografias (fls. 11,12 e 14), o que caracteriza o disposto no artigo 103, alínea “a”, inciso IV da Lei nº 12.124/1993, devendo ser aplicada ao servidor a sanção de suspensão, conforme dispõe o artigo 104, inciso II c/c artigo 106, inciso I, todos da Lei nº 12.124/1993; 2. Postagens do servidor trajando uniforme operacional, demonstrando apreço pelas substâncias anabolizantes, associando a imagem ao cargo que o servidor exerce, restou caracterizada a prática da transgressão disciplinar prevista no artigo 103, alínea “b”, inciso II da Lei nº 12.124/1993, a qual deve ser aplicada a sanção de suspensão, conforme dispõe o artigo 104, inciso II c/c artigo 106, inciso II, todos da Lei nº 12.124/1993. 3. Tratamento desrespeitoso do IPC Fernando Jefferson em relação ao DPC Marcos Aurélio, incidindo na prática da transgressão disciplinar do artigo 103, alínea “b”, inciso XXIX da Lei nº 12.124/1993. Ressalte-se que, em relação às denúncias comprovadas, estas não foram alcançadas pela prescrição, uma vez que os fatos ali denunciados ocorreram no ano de 2018, tendo o prazo sido interrompido na data da instauração da portaria, esta datada de 13/10/2020, tendo a contagem do prazo sido reiniciada. [...] Do Estágio Probatório [...] No presente caso, os requisitos previstos no inciso IV (cumprimento dos deveres e obrigações do servidor público, inclusive com observância da ética profissional), do § 3º do Art. 17, não foram cumpridos pelo IPC Fernando Jefferson Sales Pinheiro. Continuando nessa digressão, verifica-se que o mesmo Art. 17, em seu § 8º, deixa claro que as instâncias administrativas da avaliação especial de desempenho e do processo administrativo disciplinar são independentes, enquanto que o Art. 18 da Lei nº 12.124/1993 determina que “o servidor que durante o estágio probatório não satisfizer qualquer dos requisitos previstos no § 3º artigo anterior, será exonerado, nos casos dos itens I e II, e demitido nas hipóteses dos itens III e IV.” É dizer, durante o estágio probatório, não cumpridos os deveres e comprovada a prática de transgressões disciplinares, em sede de PAD, o servidor, por ser norma vinculativa, deve ser demitido [...] Isto posto, em face do conjunto probatório carreado aos autos e das argumentações expendidas na fundamentação, e ainda levando em conta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a 1ª Comissão Civil entende que o Inspetor de Polícia Civil Fernando Jefferson Sales Pinheiro incorreu na prática das transgressões disciplinares previstas no Art. 103, alínea “a”, inciso IV e alínea “b”, inciso II, da Lei nº 12.124/93, as quais devem ser apenadas com a sanção de SUSPENSÃO. No entanto, a maioria dos membros da Comissão, em virtude de tais condutas transgressivas terem sido praticadas durante o estágio probatório, e em cumprimento ao que dispõe o Art. 18 da Lei nº 12.124/1993, como norma vinculante deve ser aplicada a sanção de demissão ao servidor”. Esse entendimento (fls. 431/453) foi ratificado, por meio do Despacho nº 6693/2023 (fls. 512/515), pelo Orientador da CEPAD e homologado pela Coordenadora da CODIC (fl. 516), in verbis: “Quanto ao mérito, homologamos na íntegra o relatório da Comissão constante às fls. 431/453, em razão de restar demonstrada a prática de infrações disciplinares em período de estágio probatório, nos termos do Art. 18 da Lei nº 12.124/93, cabendo pena de demissão, ratificado pelo Orientador da CEPAD, fls. 512/515”; CONSIDERANDO que foram acostados aos autos os seguintes documentos: cópias de ‘postagens de fotos’ do acusado em rede social, nas quais menciona que consome anabolizantes fl. 13, fl. 16, fl. 17, fl. 59, fl. 81; cópias de ‘postagens de fotos’ do acusado em rede social, mostrando arma, distintivo e carregador (fl. 14, fls. 101/102, fls. 11/12); mídia contendo vídeos e fotos (fl. 182, fl. 246); ‘ofício nº 505/18’ (fl. 28) exarado pelo então Diretor do DIP Norte, DPC Marcos Aurélio Elias de França, em resposta à Comissão Processante, referente aos fatos ocorridos na Delegacia Municipal de Trairi, ora em apuração; Portaria nº 344/98 (fls. 42/44v), referente a substâncias sujeitas a controle especial; Portaria nº 01/2020 – PCCE (fls. 190/191); e Relatório nº 64/2019/COINT/CGD (fls. 151/154), no qual consta que

o acusado é réu no processo nº 0005575-08.2019.8.06.0025, que tramita no 1º Juizado Especializado no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher da comarca de Manaus/AM (fl. 152); CONSIDERANDO a ficha funcional do IPC Fernando Jefferson Sales Pinheiro (fls. 414/425), verifica-se que o servidor ingressou na PCCE em 07/12/16, possui um elogio funcional (fl. 470) e não há registro de punição disciplinar. Segundo a Informação nº 248/22-CEPRO/CGD (fl. 426), o acusado responde a este PAD e a uma investigação preliminar. Também não há registro de prisão, pelo Poder Judiciário do Ceará, nos assentamentos funcionais do referido policial civil; CONSIDERANDO que o acusado, à época dos fatos em apuração (ano 2017, fl.420; e ano 2018, fl. 17), estava em estágio probatório. Impende salientar, que consta nos autos a "Declaração de cumprimento do estágio probatório", no período de 07/12/16 a 07/12/19, pelo processado (fl. 498), bem como o 'Relatório referente a declaração de estabilidade' do referido servidor (fls. 498v/499), além da 'Folha de Informação e Despacho do DRH da PCCE (fl. 501v); CONSIDERANDO o conjunto probatório, testemunhal (fl. 300, fl. 302, fl. 304, fl. 306, fl. 308, fl. 309, fl. 311, fl. 313, fl. 315, fl. 337, fl. 339, fl. 341, fl. 343) e documental (fl. 28, fl. 14, fls. 101/102, fl. 17, fl.59, fl.81, fl. 182, fl. 246), juntado aos autos sob o manto do contraditório e da ampla defesa, restou demonstrada a acusação de que o processado exibiu desnecessariamente arma de fogo e distintivo na sua rede social, notadamente pelas cópias das postagens (fl. 14, fls. 101/102) e pelo interrogatório do acusado (fl. 353), no qual admitiu o fato alegando imaturidade, configurando a prática de transgressão disciplinar de primeiro grau, prevista no Art. 103, 'a', inciso IV (exibir desnecessariamente arma, distintivo ou algema); também foi comprovada a acusação (fls. 05/06) de que o processado teria postado fotos suas trajando uniforme caracterizado da PCCE, mostrado imagens de produtos anabolizantes e demonstrado apreço quanto ao uso de tais substâncias, notadamente pelas cópias das postagens (fl.17, fl.59, fl.81) e pelo interrogatório do acusado (fl. 353), no qual admitiu que fez as postagens por imaturidade, bem como consumiu substâncias anabolizantes para performance física, que posteriormente lhe causaram prejuízos a saúde, configurando a prática de transgressão disciplinar de segundo grau, prevista no Art. 103, 'b', inciso II (não proceder na vida pública ou particular de modo a dignificar a função policial); ainda foi demonstrada a acusação (fls. 05/06) de que o processado tratou seu superior hierárquico, então Diretor do DPI Norte da PCCE, DPC Marcos Aurélio Elias de França, sem o devido respeito, notadamente pelo ofício exarado pela referida autoridade policial em resposta a comissão processante (fl. 28) e por seu depoimento (fl. 300), além do interrogatório do acusado (fl. 353), no qual confirma ter sido advertido pelo DPC Marcos Aurélio, quanto a sua "postura relaxada", com as "pernas estendidas", no interior da Delegacia Municipal de Trairi, tendo se excedido em razão de problemas pessoais e por erro sobre a pessoa, ou seja, não sabia que era o seu superior, acreditando ser um advogado ou popular, portanto um erro venável, tendo se retratado junto ao mencionado delegado, configurando a prática de transgressão disciplinar de segundo grau, prevista no Art. 103, 'b', inciso XXIX (tratar superior hierárquico, subordinado, ou colega, sem o devido respeito ou deferência), todos da Lei nº 12.124/93, pelo IPC Fernando Jefferson Sales Pinheiro. As demais acusações delineadas na Portaria inaugural (fls. 05/06), em desfavor do processado, não restaram comprovadas de forma indubitável; CONSIDERANDO, ainda, que a legislação estatutária aplicável aos policiais civis de carreira do Estado do Ceará preconiza que o servidor público em estágio probatório estará sujeito a um período de avaliação, no qual será observado o atendimento dos requisitos necessários à confirmação do servidor nomeado em virtude de concurso público, conforme se depreende do Art. 17 da referida Lei. O §3º do referido dispositivo legal enumera os requisitos de avaliação do servidor policial civil em estágio probatório, dentre aos quais, aqueles que podem resultar na demissão do servidor, conforme disposto no Art. 18. Ocorre que a demissão prevista no referido artigo não se confunde com a sanção demissória prevista no Art. 104, inciso III da Lei nº 12.124/1993, cuja aplicação somente se dá quando do cometimento de transgressão disciplinar de terceiro grau, nos termos do Art. 107 do mencionado diploma normativo, a ser apurada por meio de Processado Administrativo Disciplinar, de competência desta Controladoria Geral de Disciplina, conforme disposto na Lei Complementar nº 98/2011. Por sua vez, a demissão prevista no Art. 18 da Lei Estadual nº 12.124/1993 é resultado de uma eventual reprovação na avaliação especial de desempenho a ser realizada por comissão especial, especialmente instituída para essa finalidade, consoante inteligência do Art. 17, § 1º c/c Art. 18, §1º da Lei Estadual nº 12.124/1993. Destarte, esta Controladoria Geral de Disciplina não tem competência para aplicar a sanção de demissão com fundamento no Art. 18 do mencionado diploma normativo. Vale ressaltar que, consoante fora demonstrado outrora, consta nos autos a Declaração de cumprimento do estágio probatório', referente ao período de 07/12/16 a 07/12/19, fl. 498, bem como o 'Relatório referente a declaração de estabilidade' do referido servidor (fls. 498v/499); CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Comissão Processante, salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar parcialmente o Relatório Final nº01/2023** (fls. 431/453), emitido pela Comissão Processante; b) **Punir com 60 (sessenta) dias de Suspensão** o Inspetor de Polícia Civil **FERNANDO JEFFERSON SALES PINHEIRO** - M.F. nº 300.841-1-X, de acordo com o Art. 106, inc. II, pela prática de atos que constituem transgressões disciplinares, nos termos do Art. 103, alínea "a", inciso IV, e alínea "b", incisos II e XXIX, todos da Lei nº 12.124/93, em face do cabedal probandi acostado aos autos, bem como por ter praticado tal conduta durante o estágio probatório (conforme informação constante da ficha funcional do servidor às fls. 414/425) convertendo-a em multa de 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos correspondentes ao período da punição, sendo o referido Inspetor de Polícia Civil obrigado a permanecer em serviço, tendo em vista o interesse público e a essencialidade do serviço prestado, na forma do § 2º do Art. 106, do referido diploma legal. Ademais, diante da gravidade da conduta transgressiva praticada pelo processado, conclui-se pela inaplicabilidade dos institutos despenalizadores previstos na Lei nº 16.039/2016; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019 - CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou quando julgado o recurso, a decisão deverá ser encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha ou assentamento funcional do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 - CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\*\* \* \* \* \*

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância Disciplinar registrada sob o SPU nº 190002562-8, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 155/2021, publicada no DOE CE nº 078, de 05 de abril 2021, com a Portaria CGD nº 736/2021 - Substituição de Autoridade Sindicante, publicada no D.O.E CE nº 279, de 15/12/2021, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos militares CB PM MARCELO ARANHA DE LEMOS, CB PM EDILSON DOS SANTOS TORRES FILHO, SD PM HERRISON BANDEIRA CAMPINA, CB PM ANTÔNIO ANDERSON DE LIMA SILVA e SD PM SAMUEL VIEIRA BENÍCIO, em razão destes, conforme Ofício nº 3889/2018 da Delegacia Regional de Aracati/CE, ao serem condutores de um procedimento de flagrante, supostamente teriam agredido o flagranteado no interior de sua residência, além de haver indícios de ilegalidade no procedimento, sendo o fato decorrente de uma abordagem policial, realizada pela equipe de policiais militares acima, no dia 14/12/2018, no município de Beberibe/CE; CONSIDERANDO que a alínea "e" do § 1º do inc. II do Art. 74 da Lei nº 13.407/2003 dispõe que a prescrição da transgressão disciplinar compreendida como crime se verifica nos mesmos prazos e condições estabelecidos na legislação penal, especialmente no Código Penal ou Penal Militar; CONSIDERANDO que, na hipótese descrita na exordial acusatória, a conduta imputada aos sindicados se equipara, em tese, ao delito de abuso de autoridade, cometido ainda na égide da Lei nº 4.898/65 (Art. 6º, § 3º, "a"), cuja pena máxima em abstrato é de até 06 (seis) meses; CONSIDERANDO que, conforme estabelecido no Art. 109, inc. VI, do CPB, o delito cuja pena máxima não exceda a 01 (um) ano, prescreve no prazo de 03 (três) anos, hipótese em que se enquadra o suposto delito de abuso de autoridade; CONSIDERANDO o entendimento das cortes superiores de que o prazo prescricional da lei penal se aplica às transgressões disciplinares mesmo quando não há apuração criminal contra o servidor (E.g.: STJ, 1ª Seção, MS nº 20.857/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em: 28/08/2019); CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 5º, XL, assevera que "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu" e, por sua vez, o parágrafo único, do Art. 2º, do Código Penal, determina que "a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado"; CONSIDERANDO que na seara do direito administrativo, também é reconhecida a retroatividade benéfica da lei posterior, ou seja, o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica alcança as leis que disciplinam o direito administrativo sancionador; CONSIDERANDO não constar informações nos autos acerca da instauração de procedimento de natureza policial e/ou processual em desfavor dos sindicados pelos mesmos fatos, posto que mesmo ponderando-se a independência das instâncias poderiam subsidiar com outros indícios e/ou provas o presente feito; CONSIDERANDO que a prescrição, instituto com natureza jurídica de direito material, opera verdadeira perda do direito de punir por parte da Administração e é matéria de ordem pública, que pode, por tal razão, ser reconhecida em qualquer fase processual; CONSIDERANDO por fim que já transcorreram mais de 03 (três) anos até a presente data, verificando-se a consumação da prescrição administrativa; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar em parte a fundamentação exarada no Relatório Final** de fls. 297/308, bem como o Relatório Complementar de fls. 322/324, haja vista a incidência de causa extintiva da punibilidade, consubstanciada no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar estatal, nos termos do Art. 74, inc. II e § 1º, alínea "e", da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará), assim, por consequência, b) **Arquivar a presente Sindicância Disciplinar** registrada sob o SPU nº 190002562-8 instaurado em face dos **SERVIDORES** CB PM MARCELO ARANHA DE LEMOS - M.F. nº 587.600-1-3, CB PM EDILSON DOS SANTOS TORRES FILHO - M.F. nº 300.081-1-1, SD PM HERRISON BANDEIRA CAMPINA - M.F. nº 308.686-6-8, CB PM ANTÔNIO ANDERSON DE LIMA SILVA - M.F. nº 305.847-1-6 e SD PM SAMUEL VIEIRA BENÍCIO - M.F. nº 308.348-1-X. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E SE CUMPRA. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza/CE, 08 de maio de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\*\* \* \* \* \*



O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I, da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância Disciplinar registrada sob o SPU nº 18443737-7, instaurada sob a égide da Portaria nº 015/2019 – GAB/CGD, publicada no DOE CE nº 014, de 18 de janeiro de 2019, que versa sobre denúncia em desfavor dos militares 1º SGT PM ANTONIO MAURÍLIO ALVES BEZERRA e CB PM CLEYVAN FERREIRA DE CARVALHO, em fato ocorrido no dia 31/05/2018, por volta das 18h30, no Sítio Gameleira, zona rural de Iguatu/CE, onde tais policiais entraram em discussão acalorada, motivada por outra confusão envolvendo uma pessoa de alcunha “sossegado”, chegando a vias de fato, ocasião em que o CB PM Cleyvan foi lesionado no rosto e teve seus olhos quebrados. Os fatos supra foram objetos do Termo Circunstanciado de Ocorrência, TCO nº 479-126/2018, por infração ao Art. 129 do CPB; CONSIDERANDO que a alínea “e” do § 1º do inc. II do Art. 74 da Lei nº 13.407/2003 dispõe que a prescrição da transgressão disciplinar compreendida como crime se verifica nos mesmos prazos e condições estabelecidos na legislação penal, especialmente no Código Penal ou Penal Militar; CONSIDERANDO que, na hipótese descrita na exordial acusatória, a conduta imputada aos acusados se equipara, em tese, aos delitos de lesão corporal (Art. 129 do CPB), cuja pena máxima em abstrato é de até 01 (um) ano de detenção; CONSIDERANDO que, conforme estabelecido no Art. 109, inc. V, do CPB, o delito cuja pena máxima não exceda a 02 (dois) anos, prescreve no prazo de 04 (quatro) anos, hipótese em que se enquadra o suposto delito de lesão corporal; CONSIDERANDO o entendimento das cortes superiores de que o prazo prescricional da lei penal se aplica às transgressões disciplinares mesmo quando não há apuração criminal contra o servidor (E.g.: STJ, 1ª Seção, MS nº 20.857/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em: 28/08/2019); CONSIDERANDO que o decurso de tempo necessário para extinguir a pretensão punitiva em relação às transgressões equiparadas ao delito em epígrafe, além do período de suspensão do prazo prescricional estabelecido pela Lei Complementar Estadual nº 216, de 23 de abril de 2020, e dos Decretos nº 33.633 e nº 33.699, que fizeram cessar o transcurso do prazo prescricional entre os dias 16 de março e 31 de julho do ano de 2020 em razão do quadro pandêmico ocasionado pelo vírus da Covid-19, totalizando 138 (cento e trinta e oito) dias de suspensão, operou-se a prescrição no caso concreto em decorrência do termo final do prazo ter sido atingido; CONSIDERANDO que a prescrição, instituto com natureza jurídica de direito material, opera verdadeira perda do direito de punir por parte da Administração e é matéria de ordem pública, que pode, por tal razão, ser reconhecida em qualquer fase processual; CONSIDERANDO por fim que já transcorreram mais de 04 (quatro) anos até a presente data, levando-se em conta todas as suspensões do prazo prescricional, verifica-se a consumação da prescrição administrativa; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Deixar de acatar a fundamentação exarada no Relatório Final nº108/2019** (fls. 123/131), haja vista a incidência de causa extintiva da punibilidade, consubstanciada no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar estatal, nos termos do inc. II, c/c § 1º, alínea “e”, do Art. 74 da Lei nº 13.407/03 – Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará e, por consequência, b) **Arquivar a presente Sindicância Disciplinar instaurada em face dos SERVIDORES 1º SGT PM ANTONIO MAURÍLIO ALVES BEZERRA – M.F. nº 109.919-1-9 e CB PM CLEYVAN FERREIRA DE CARVALHO – M.F. nº 301.112-1-4. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E SE CUMPRA.** CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza/CE, 08 de maio de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº 028/2021, registrado sob o SPU nº 210460309-3, instaurado por intermédio da Portaria CGD nº 253/2021, publicada no DOE CE nº 122, de 25 de maio de 2021, visando apurar a responsabilidade disciplinar do servidor IPC JOSÉ FLAVIO TÁVORA LOPES, o qual, no dia 16/05/2021, em Itapituna/CE, estava em um bar consumindo bebida alcoólica com alguns conhecidos e, em determinado momento, levantou-se, subiu a camisa para mostrar que portava uma pistola na cintura, tendo disparado e atingido a cabeça de Francisco Adriano Porto Pereira, que veio a óbito, o processado se evadiu do local em um veículo e foi perseguido e abordado por policiais militares no cruzamento da Rua José Jathai com Av. Sargento Herminio, em Fortaleza/CE, ao parar o veículo, desceu do carro e correu, sendo detido pelos policiais. Fora destacado na Portaria Instauradora que dentro do carro foram encontradas uma pistola .40 com 03 (três) munições e uma faca, bem como estava o filho do processado. Ressalte-se que a pistola não é do acervo da Polícia Civil, além disso, na carteira do processado havia um aviso de que não podia portar arma; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória o processado foi devidamente citado (fl. 38), apresentou Defesa Prévia (fls. 55/68), bem como fez o requerimento de instauração de incidente de insanidade mental do servidor, conforme VIPOC nº 07445839/2021, no qual a comissão processante entendeu que, diante dos argumentos e documentação apresentados pela defesa, restaram dúvidas razoáveis acerca da higidez mental do processado, motivo pelo qual, em conformidade com a Instrução Normativa nº 02/2012-CGD, sugeriram à autoridade a instauração de incidente de insanidade mental (fl. 112 do VIPOC nº 07445839/2021); CONSIDERANDO que o Controlador Geral de Disciplina, por meio do Despacho às fls. 180/182 dos autos apartados, deferiu a instauração do incidente de insanidade, entendendo haver indícios de doença mental incapacitante, ocasião em que determinou, como consequência, a suspensão do processo e submissão do acusado à perícia médica para aferição de sua sanidade mental; CONSIDERANDO que foi realizado exame pericial psiquiátrico no processado, com a consequente emissão do Laudo Pericial nº 2023.0292550 (fls. 198/214 dos autos apartados), no qual os dois peritos encarregados (Dra. Ticiania Autran Cavalcante – Médica Perita Legista – M.F. nº 104-1-3 e o Dr. Márcio Magalhães Arruda Lira – Médico Perito Legista – M.F. nº 205-1-6) diagnosticaram o periciando com Transtorno Esquizoafetivo (CID-10 – F25) e concluíram que, “os elementos indicam que em virtude de doença mental, o periciado era, ao tempo dos fatos em apuração, totalmente incapaz de autodeterminar-se de acordo com o adequado entendimento” (grifamos). Nessa toada, os quesitos formulados pela Comissão Processante foram respondidos do seguinte modo: “(...) ‘O servidor era, no dia 16 de maio de 2021, portador de doença mental ou de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, bem como inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito dos fatos ou de determinar-se de acordo com esse entendimento; época em que ocorreu o homicídio, oportunidade em que portava arma de fogo e em que teria ingerido bebida alcoólica. Em caso positivo, tal situação ainda perdura até o momento? Resposta: Sim, o periciado era portador de doença mental (Transtorno esquizoafetivo) à época dos fatos. Entende-se que na época de interesse era inteiramente incapaz de autodeterminar-se de acordo com o adequado entendimento. Trata-se de doença de caráter crônico e permanente, sendo indicado farmacoterapia visando controle dos sintomas, como realiza atualmente.’ (...) ‘O servidor tem condições de continuar trabalhando na atividade-fim, no cargo de inspetor de polícia civil, sem o respectivo acompanhamento psiquiátrico ou psicológico? Em caso negativo, pode ser reabilitado em outra função? Resposta: Os elementos analisados indicam que o periciado se encontra incapacitado para exercer atividade policial de caráter definitivo. Entende-se que com adequado acompanhamento por equipe de saúde mental, poderia ser tentada readaptação para outras funções, compatível com suas limitações (...)’ (grifamos). Os quesitos formulados pela Defesa foram respondidos do seguinte modo: “O DEFENDENTE, ao tempo da ação que culminou no crime em que é processado, era portador de doença mental pré-existente que ocasionasse desenvolvimento mental incompleto ou desenvolvimento mental retardado? Resposta: Sim. Doença mental. ‘Em caso positivo, qual a doença ou anomalia psíquica? Resposta: Transtorno Esquizoafetivo (CID 10 F25).’ “Em razão da doença/anomalia psíquica o requerente era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato de determinar-se de acordo com esse entendimento? Resposta: Sim, era inteiramente incapaz de autodeterminar-se de acordo com adequado entendimento.” “Em razão das mesmas circunstâncias referidas no quesito anterior, o requerente possuía, ao tempo da ação, reduzida capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? Resposta: Não.” (grifamos); CONSIDERANDO que, após a juntada do aludido laudo aos autos, a Comissão Processante emitiu o Relatório às fls. 246/248, no qual sugeriu, de acordo com o Art. 4º, inc. II, da Instrução Normativa CGD nº 02/2012, o arquivamento dos autos em razão do reconhecimento pericial da inimputabilidade do processado; CONSIDERANDO que a sugestão de arquivamento com fulcro no Art. 4º da Instrução Normativa nº 02/2012 foi corroborada pelo então Orientador da CEPAD/CGD (fl. 251) e pela Coordenadora da CODIC/CGD (fl. 252); CONSIDERANDO que o Laudo Pericial nº 2023.0292550 (fls. 198/214 dos autos apartados) cumpriu o determinado pelo Art. 2º, II, da Instrução Normativa nº 02/2012 ao preceituar que a perícia, para aferir a sanidade mental de acusados em processos disciplinares, fora realizada por Junta Médica; CONSIDERANDO que, ao tempo das condutas que compõe a acusação, o acusado fora considerado completamente inimputável em virtude do Transtorno Esquizoafetivo (F25 – CID10), afastando-se, por via de consequência, a culpabilidade do processado em relação aos fatos que lhe foram imputados, porquanto ele não teria capacidade volitiva de autodeterminação; CONSIDERANDO que consta na fl. 208 do Laudo Pericial nº 2023.0292550 (fls. 198/214 dos autos apartados) relatório prontuário com 25 (vinte e cinco) LTS entre abril/2004 e abril/2019, totalizando aproximadamente 2660 (dois mil, seiscentos e sessenta) dias, com os seguintes diagnósticos CID 10: F29 (psicose não orgânica não especificada), F20.0 (esquizofrenia paranoide), F23.2 (transtorno psicótico agudo tipo esquizofrênico), F25.1 (transtorno esquizoafetivo do tipo depressivo), F25.9 (transtorno esquizoafetivo não especificado), F20.9 (esquizofrenia não especificada); CONSIDERANDO que, conforme preconiza o Art. 26, caput, do Código Penal, onde trata da inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, sendo isento o agente que, por esses motivos, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se segundo esse entendimento, ou seja, o agente que se encontra nessas condições é inimputável, como ocorre no presente caso destes autos; CONSIDERANDO que, fazendo-se um paralelo com a esfera penal, na qual a ausência de culpabilidade não permite a afirmação de que houve um crime, também aqui, no âmbito disciplinar, afastando-se a culpabilidade da conduta, devendo se concluir pela ausência de transgressão; CONSIDERANDO que a equipe médica oficial, por meio do Laudo Pericial nº 2023.0292550 (fls. 198/214 dos autos apartados), informou que o acusado não reúne mais condições de atuar como inspetor da Polícia Civil, sendo necessário ser observado o que consta previsto no Art. 89 e ss. da Lei nº 12.124/93 (Estatuto da Polícia Civil de Carreira), bem como, em atenção ao disposto no Art. 5º, inc. III, da Instrução Normativa CGD nº 02/2012, deverá ser informada a Polícia Civil do Ceará para adoção de providências de cunho funcional; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Sindicante, salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, diante do exposto: a) **Acatar o relatório exarado pela Comissão Processante** de fls. 246/248, e b) **Absolver o servidor IPC JOSÉ FLAVIO TÁVORA LOPES – M.F. nº 137.420-1-4, com fundamento na ausência de transgressão, porquanto a culpabilidade das condutas foi afastada pelo reconhecimento pericial da inimputabilidade do processado, e em consequência, c) Arquivar o presente procedimento instaurado em face do aludido servidor; e) Oficiar ao Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Ceará, com cópia do feito, para conhecimento e medidas que julgar cabíveis, mormente, no tocante a restrição do porte de arma e as consequências previstas nos Arts. 89 e ss. da Lei nº 12.124/93 (Estatuto da Polícia Civil de Carreira), haja vista a conclusão da junta médica da PEFOCE, constante do Laudo Pericial nº 2023.0292550 (fls. 198/214 dos autos apartados). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 11 de maio de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*





O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, e no Art. 32, inc. I, da Lei nº 13.407, de 2 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos consignados na Sindicância Administrativa Disciplinar protocolizada sob o SPU nº 18055024-1, instaurada com amparo na Portaria CGD nº 899/2018, publicada no D.O.E CE nº 200, de 24 de outubro de 2018, a fim de apurar a conduta e a eventual responsabilidade disciplinar do militar estadual SD PM PAULO ROQUE PEIXOTO CASTRO E SILVA, em razão dos fatos trazidos ao conhecimento deste Órgão de Controle Disciplinar Externo por meio do expediente contendo manifestação denunciando suposto disparo de arma de fogo em via pública efetuado, em tese, pelo aludido policial em direção ao filho do denunciante, fato ocorrido no dia 23/01/2018, por volta das 17h11min, na Rua Irmã Simas, bairro Varjota, nesta Urber. Fora pontuado na Portaria Instaurador que fora registrado o Boletim de Ocorrência nº 102-1263/2018, na Delegacia do 2º Distrito Policial; CONSIDERANDO que o militar em evidência, após iniciada a persecução disciplinar, foi devidamente citado (fls. 46/47). Consoante consignado pelo Sindicante (fls. 147/160), o militar sindicado, apesar de regularmente intimado, não apresentou defesa preliminar, nem indicou defensor legal no termo apazado, tampouco indicou testemunhas. A despeito disso, após ser devidamente intimado de forma prévia acerca de todos os atos processuais realizados e a apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, suas razões finais de defesa, o Sindicado, depois de encerrada a fase de instrução, apresentou as alegações finais defensivas (fls. 143/146); CONSIDERANDO as declarações do denunciante, Francisco Assis Pereira Távora (fls. 61/62), a seguir reproduzidas: “[...] perguntado se ratifica o teor do termo de declarações constante nas fls. 05/06 dos autos, respondeu que sim; QUE o depoente informa que no dia do fato, 23.01.2018 por volta das 17:00 horas, estava em sua residência, quando chegou em sua casa a irmã de sua esposa, que informa ser doente mental, de nome Sônia, a qual lhe disse que um policial militar tinha ido na casa de sua mãe, a Sra. Geraide Lopes da Silva, com arma em punho e dando chutes no portão; QUE Sônia, informou para o depoente, que o referido militar disse para a Sra. Geraide que em qualquer lugar que encontrasse Diego Lopes da Silva, enteado do depoente, o mataria; QUE diante de tal informação, o depoente seguiu para a casa da Sra. Geraide para saber como estava a situação; QUE salienta que mora no bairro Mucuri e a Sra. Geraide mora na Varjota; QUE ao chegar no referido bairro, em frente a casa da Sra. Geraide, o depoente conversou com um pedreiro que estava trabalhando na referida casa, tendo o pedreiro, o qual o depoente não conhece, dito que de fato, um homem que acredita ser policial militar, pois estava com arma em punho, tinha chutado o portão da Sra. Geraide várias vezes; QUE o depoente informa que desta feita, seguiu para a casa da Sra. Geraide, com sua esposa e Sônia; QUE após o depoente conversou com a Sra. Geraide, a qual confirmou referida história; QUE ao final da conversa, o depoente escutou 02 (dois) tiros, tendo seguido para um local chamado “Corrente”, que trata-se de uma ponte localizada na Varjota; QUE ao chegar próximo a este local, um homem que também o depoente não conhece, informou para o depoente e sua esposa, que um policial, que estava em um carro preto, tinha efetuado 02 (dois) disparos de arma de fogo na direção de Diego; QUE informou que Diego correu e se escondeu em um matagal próximo; QUE informa que após o fato acima descrito, quando o depoente foi para casa da Sra. Geraide, Diego já estava em casa, sem nenhuma lesão; QUE o depoente informa que Diego Lopes da Silva, já esteve preso por 10 (dez) meses, o qual respondeu 157 CP (assalto); QUE o depoente não viu o policial militar com a arma em punho efetuando disparos na direção de seu enteado, somente ouviu dizer, sequer conhece o policial militar, salientando que quem foi até a casa do policial militar no dia do fato, foi sua esposa Tânia; QUE respondeu que Diego é viciado em drogas; QUE nunca foi procurado pelo sindicado por essa denúncia, como dito anteriormente não o conhece; QUE o depoente quer acrescentar que ouviu dizer que no dia do fato, o Diego “esculhambou” o sindicado sem motivo aparente, mas que não viu a persecução, somente ouviu dizer; QUE acrescenta que Diego não é pessoa de boa índole; QUE acrescenta ainda, que certa feita, Diego chegou a furtar o aparelho celular do depoente. QUE DADA A PALAVRA AO DEFENSOR LEGAL, este nada perguntou, nem requereu. [...]”; CONSIDERANDO o depoimento da testemunha Tânia da Silva Távora (fls. 63/64), segundo a qual: “[...] perguntado se confirma o termo de depoimento prestado no GTAC fls. 17/18 dos autos, respondeu que sim; QUE a depoente é mãe de Diego Lopes da Silva e afirma que seu filho é dependente químico, tem problemas mentais, além de ingerir bebida alcoólica, o que o leva a ficar agressivo, sem controle; QUE seu filho já foi internado algumas vezes no Nosso Lar e no Hospital São Vicente de Paula, além de tomar medicação controlada; QUE informa que sua mãe a Sra. Geraide Lopes da Silva, comparece nesta Controladoria no dia de hoje, contudo a mesma não quer prestar termo de depoimento, tendo alegado que gostaria que esse caso fosse encerrado; QUE quanto ao fato denunciado, a depoente informa que no dia do fato recebeu uma ligação telefônica de sua irmã Sônia, a qual tem distúrbios mentais, a qual informou para a depoente que um policial militar tinha ido à casa da sua mãe, de arma em punho e chutando o portão, dizendo que iria matar Diego Lopes; QUE diante de tal informação a depoente seguiu até a casa de sua mãe Sra. Geraide, na companhia de seu marido o Sr. Fco. Assis Pereira Távora; QUE ao chegar na casa de sua mãe, a referida senhora confirmou a versão acima apresentada, momento em que a depoente escutou dois estampidos de arma de fogo, tendo a depoente corrido até um matagal próximo, e conversado com populares, os quais a depoente não conhece, tendo informado que um policial militar, o SD PM ROQUE, tinha efetuado disparos de arma de fogo em direção a Diego; QUE como no local a depoente não viu nem Diego, nem o policial sindicado, retornou para a casa de sua mãe, e com pouco tempo, Diego retorna pra casa, sem apresentar lesões, contudo informou que o policial Roque tinha efetuado disparos de arma de fogo em sua direção; QUE após a informação, no dia seguinte ao fato, a depoente seguiu até a casa do sindicado, ocasião em que o militar mandou a mesma procurar seus direitos; QUE a depoente informa que somente conheceu o policial militar sindicado no dia em que foi até a casa do mesmo, saber do motivo da persecução a seu filho, não o conhecia antes desse fato; QUE não viu o sindicado perseguir Diego, somente ouviu dizer; QUE a depoente informa que seu filho Diego já foi preso por assalto; QUE a depoente informa que atualmente as coisas estão calmas entre o sindicado e Diego Lopes da Silva, sendo que Diego inclusive já lavou até o carro do sindicado; QUE a depoente não tem testemunhas oculares do fato a apresentar. [...]”; CONSIDERANDO que o sindicado em seu interrogatório (fls. 130/131) declarou, o que adiante se segue: “[...] Que o interrogado foi a residência de Diego para tratar com o mesmo e familiares (para intermediar a situação) devido há não lograr êxito na primeira tentativa de diálogo; Que no momento que chegou a residência de Diego foi recebido por uma senhora idosa e uma mais jovem; Que as mesmas receberam de maneira hostil e quando o interrogado informou das supostas ameaças de Diego, elas responderam que Diego não fez nada e disseram que iriam procurar a Controladoria, tendo o interrogado respondido que era um direito delas e saiu daquele local entendendo que não resolveria nada ali; Que acredita que ação dos familiares procurarem a CGD foi por represália da prisão anteriormente feita ao Diego, cuja o interrogado somente deu apoio a uma dupla de policiais que estavam realizando aquela apreensão; Perguntado se nega todas as acusações feitas contra sua pessoa, respondeu que sim; Perguntado se conhece o enteado do denunciante Francisco Assis Pereira Távora de Diego Lopes da Silva, respondeu que não conhece a pessoa de Francisco Assis, tendo o visto somente nesta CGD, e que quanto a Diego conhecia somente de vista; Perguntado se possuía arma particular no dia do fato, respondeu que não, como também não tinha arma acautelada, que salienta que atualmente tem uma arma acautelada, como também deu entrada na compra de arma particular; Perguntado se possuía algum veículo na data da ocorrência, respondeu que sim, um GOL de cor CINZA ESCURO, e encontra-se com esse até a data de hoje; Perguntado se foi chamado na Delegacia ou Fórum para prestar esclarecimentos sobre este fato, respondeu que não, somente foi chamado a esta Controladoria; Perguntado sobre a Ação Penal constante às fls. 126 dos autos, respondeu que, salvo engano, se tratar de uma persecução policial onde resultou na apreensão de indivíduos infratores; Perguntado se chegou a prestar boletim de ocorrência sobre as supostas ameaças, respondeu que não; Perguntado quem foram as pessoas que disseram ao interrogado que Diego estaria lhe ameaçando, respondeu que não recorda; Perguntado qual era a suposta ameaça feita por Diego, respondeu que era do tipo: “esse pau no cu pensa o quê, depois morre e não sabe o porque”; QUE DADA A PALAVRA AO DEFENSOR LEGAL, este inquiriu ao interrogado se atualmente encontra-se em situação de intriga com Diego e seus familiares, respondeu que não, de forma alguma; Que hoje o interrogado encontra-se tranquilo em relação as supostas ameaças feitas por Diego; Que ver Diego constantemente, inclusive o rapaz chegou a pedir desculpas ao interrogado; Que ao se cruzarem na rua cumprimentam-se com bom dia, boa tarde e boa noite. [...]”; CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais, apresentadas em forma de memoriais (fls. 143/146), o militar em evidência, por intermédio de representante jurídico, fez menção, a princípio, ao teor do depoimento da Senhora Geraide Lopes da Silva (fls. 15/16), avó de Diego Lopes da Silva, prestado no âmbito da investigação preliminar, aduzindo que a referida senhora negou que os supostos disparos teriam sido efetuados pelo policial militar sindicado em direção a sua pessoa e que, tampouco, presenciou qualquer tipo de agressão física ou verbal por parte do policial SD PM Paulo Roque. Apontou ainda a declaração da testemunha de que o neto dela sofria de distúrbios mentais decorrentes do uso de drogas ilícitas e que fazia uso contínuo de medicamentos controlados. No tocante ao depoimento de Tânia da Silva Távora (fls. 17/18) – genitora de Diego Lopes da Silva –, também colhido em sede de investigação preliminar, a defesa asseverou que esta disse ter recebido a notícia, via telefone, que o policial sindicado encontrava-se de frente ao portão da casa de sua mãe ameaçando seu filho de morte. A Sra. Tânia Távora, conforme a defesa, teria declarado ter ouvido disparos de arma de fogo, visualizando, logo após, o sindicado se retirando do local a bordo de um veículo de cor cinza. A despeito disso, afirmou não ter presenciado nenhum tipo de agressão, seja física ou verbal, promovida pelo policial militar. O defensor alegou que as aludidas pessoas teriam sido indicadas apenas para confirmar a versão apresentada pelo denunciante (fls. 5/6), prejudicando, com isto, a narrativa suscitada pelo reclamante, a vista de não ter sido encontrada nenhuma ressonância nos autos. Sustentou a defesa que o Relatório de Missão nº 348/2018-GTAC/CGD (fls. 14) consignou que nenhum dos moradores do local confirmou os fatos denunciados em virtude de serem inverídicos. Argumentou haver um certo consenso nas declarações das pessoas ouvidas quanto aos distúrbios psicológicos apresentados pela suposta vítima em razão do uso de drogas ilícitas, o qual, provavelmente pelo fato de ser dependente químico, consumir bebidas alcoólicas e padecer de problemas mentais, não se portava adequadamente no bairro, sendo acusado de uma série de delitos e acessos de violência, consoante as declarações de seus familiares, inclusive contra o policial militar sindicado e sua família. Nessa linha, a defesa sustentou que a inocência do sindicado teria sido demonstrada de forma cabal no curso da investigação preliminar e do procedimento disciplinar, não havendo prova nos autos de conduta transgressiva a ensejar o sancionamento do servidor militar, devendo a acusação, por consequência, ser declarada totalmente improcedente, com o arquivamento do feito; CONSIDERANDO que, finalizada a instrução processual, a Autoridade Sindicante, enfrentando as teses suscitadas nas razões finais de defesa e perscrutando todos os aspectos probatórios da instrução, emitiu o Relatório Final nº 046/2021 (fls. 147/160) acolhendo os argumentos defensivos e firmando o entendimento pela não culpabilidade do policial militar processado em face das acusações imputadas na peça inicial acusatória, nos exatos termos seguintes: “[...] III – CONCLUSÃO E PARECER. Consta nos autos, às fls. 07, Boletim de Ocorrência nº 102-1263/2018, oriundo da 2ª Delegacia Distrital, registrado pelo denunciante afirmando que o sindicado desferiu 2 (dois) tiros em direção ao seu enteado, fato ocorrido em 23.01.2018, no entanto, foi informado pela autoridade competente daquela distrital através do ofício nº 5479/2020, não haver Inquérito policial instaurado e nem TCO em desfavor do sindicado, acerca do ocorrido (fls.138). Fora expedida Ordem de Serviço nº 425/2018, objetivando identificar testemunha e/ou imagem (ns) de câmara(s) de segurança que por ventura tenha registrado o narrado na denúncia (fls. 13), doravante, foi confeccionado o Relatório de Missão nº 348/2018, informando que não foi logrado êxito na missão, haja vista que moradores do local afirmaram não terem presenciado o fato denunciado (às fls. 14). Já nas fls. 36, consta certidão do encarregado da investigação preliminar, o qual em contato com o denunciante, a fim de notificá-lo para prestar

depoimento nesta CGD, o qual informou que seu enteado é usuário de drogas, passa dias fora de casa e não tem a minha condição de prestar termo de declarações na CGD, haja vista que ele seria a testemunha principal da denúncia, vez que as demais testemunhas arroladas não presenciaram o narrado na denúncia, apenas ouviram possíveis estampidos de arma de fogo. Ademais, conforme ofícios nº 022/2019 - CMB/CALP - PMCE e nº 473/2020 - 2ª Cia/17º BPM, os quais contêm informações que o sindicato não possui arma de fogo registrada em seu nome e também não consta no arquivo da companhia nenhum registro de alterações sobre disparo de arma, tampouco cautela de arma nominada a ele, e ainda, foi pesquisa do Sistema INFOSEG – SINESP e também não consta nenhuma arma de fogo registrada em nome do sindicato (fls. 59 - 105/106 -124 e 127). As fls. 122, há informações que o supervisor de policiamento de serviço do dia do fato, conforme Registro de Ocorrência de nº 2339/2020 - CESUT/CIOPS - SPSPDS, compareceu ao local do ocorrido, falou com populares e a solicitante, sendo que esta não se manifestou e não repassou informações quanto ao ocorrido e nada foi encontrado no local da ocorrência e populares não viram nenhum policial no local e nem ouviram disparos, é o que consta. Ainda, nas fls. 15/16, a Avô do jovem Diego, Senhora GERAIDE LOPES DA SILVA em fase preliminar, declarou que os disparos feitos pelo policial militar não foram em direção dele, no entanto, a mencionada testemunha não compareceu as requisições de notificações em sede de sindicância, contudo, no dia 06 de fevereiro de 2019, esta compareceu na CGD, onde se recusou a prestar depoimento alegando que gostaria que esse caso fosse encerrado (fls. 63). No depoimento do denunciante, fls. 61/62, relatou que no dia do fato estava em sua residência, e recebeu a irmã de sua esposa, que aduz ser doente mental, lhe informou que um policial militar tinha ido na casa de sua mãe, a Senhora Geraide, com arma em punho e dando chutes no portão e dizendo que em qualquer lugar que encontrasse Diego, o mataria, fato não comprovado no decorrer da instrução processual. Diante da informação, se deslocou até a residência de Geraide, e antes de chegar, em conversa com um pedreiro, o qual não conhece, confirmou o fato, em seguida ouviu dois tiros, desta feita não viu o sindicato efetuando disparos na direção de seu enteado, só ouviu dizer, tampouco viu a perseguição. Aduz a testemunha arrolada pelo denunciante (fls.63/64), mãe de Diego, afirma que seu filho é dependente químico, tem problemas mentais, além de ingerir bebida alcoólica, o que o leva a ficar agressivo e sem controle, doravante, informa que sua mãe, Geraide compareceu na CGD, contudo, se se recusou prestar depoimento, alegando que o caso fosse encerrado. Confirmar ter escutado dois estampidos de arma de fogo, onde populares informaram que o sindicato havia efetuado disparos de arma de fogo em direção à pessoa de Diego, e assegurou que não viu o sindicato perseguir Diego, somente ouviu dizer e não tem testemunhas oculares do fato a apresentar. Ademais, em Auto de Qualificação e Interrogatório, fls. 130/131, o sindicato nega todas as acusações feitas contra sua pessoa, bem como salienta que na época não possuía arma particular e nem da instituição acautelada em seu nome, fato comprovado através da documentação acostadas nas fls. 59 - 105/106 -124 e 127. Considerando que no decorrer da instrução processual, objetivando buscar a verdade real quanto aos fatos ora denunciando, bem como o direito a ampla defesa e o contraditório, não ficou provado que o sindicato tenha cometido às tipificações descritas da portaria inaugural, haja vista que os depoimentos colhidos não vislumbraram qualquer cometimento de transgressão disciplinar por parte do Sd PM Paulo Roque Peixoto Castro e Silva tenha de fato efetuado disparos de arma de fogo em direção ao enteado do denunciante, conforme depoimentos e documentação acostados aos autos deste procedimento disciplinar. Por fim, ente sindicante chegou à conclusão que não ficou provado que o policial sindicado seja culpado na denúncia ora em apuração nos autos deste procedimento, desta feita, não há razão para que a versão dada na denúncia seja tomada como verdade absoluta, portanto, corroborando com o entendimento do sindicato, onde REQUER o ARQUIVAMENTO dos autos, fundamentando que as provas da inocência do Sd PM PAULO ROQUE PEIXOTO CASTRO E SILVA estavam presentes no primeiro expediente, consoante os dois pareceres manifestos pelo arquivamento do feito, nada ocorreu durante a instrução levada a efeito na sindicância, que pudesse mudar esse quadro, muito ao contrário, as versão trazida pelo denunciante perdeu força, ganhou contradições perdendo a pouca credibilidade, de tal sorte que a improcedência das acusações assadas em desfavor do militar sindicado é medida que se impõe. De todo o exposto, com base nos argumentos fático-jurídicos apresentados e as provas constantes nos autos, sugiro o arquivamento da presente sindicância, tendo em vista não existir provas suficientes para a aplicação de sanção disciplinar ao sindicado, conforme prevê o Artigo 439, alínea “e”, do CPPM, c/c Artigo 73, da lei 13.407/2003. Código de Processo Penal Militar: Art. 439. O Conselho de Justiça absolverá o acusado, mencionando os motivos na parte expositiva da sentença, desde que reconheça: (...) e) não existir prova suficiente para a condenação; Código Disciplinar dos Militares Estaduais (lei 13.407/2003): Art.73 – Aplicam-se a esta Lei, subsidiariamente, pela ordem, as normas do Código do Processo Penal Militar, do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil. Portanto, entendo que o sindicato não é culpado das transgressões disciplinares contidas na Portaria Inaugural [...]” (sic); CONSIDERANDO que o parecer exarado pela Autoridade Sindicante foi integralmente acolhido pela então Orientadora da Célula de Sindicância Militar (CESIM/CGD), por meio do Despacho nº 10208/2021 (fl. 161), no qual, após observar o cumprimento dos requisitos formais e legais, referendou o entendimento quanto à ausência de culpabilidade do militar processado. Tal entendimento, por conseguinte, foi ratificado pelo Coordenador de Disciplina Militar (CODIM/CGD) no bojo do Despacho nº 13303/2021 (fl. 162), corroborando e ratificando em todos os seus termos o parecer exarado pela Orientadora da CESIM/CGD, submetendo os autos à Autoridade Julgadora para apreciação e prolação de decisão; CONSIDERANDO que a instrução processual transcorreu de forma regular e em observância aos preceitos constitucionais e legais; CONSIDERANDO que prevalece entendimento doutrinário e jurisprudencial de que a condenação não pode ser baseada apenas em elementos informativos coletados na fase inquisitorial não confirmados em sede processual, ressalvadas as provas cautelares, irrepetíveis e antecipadas, consoante inteligência do Art. 155, parte final, do CPP. Entretanto, servem para robustecer a convicção do julgador, desde que corroborado com as demais provas submetidas ao contraditório e ampla defesa; CONSIDERANDO que, apesar da condução diligente e do esforço desempenhado pelo Sindicante, não foi possível coletar os depoimentos das possíveis testemunhas oculares do fato, imprescindíveis ao esclarecimento do ocorrido, restando apenas os depoimentos de familiares diretos do suposto ofendido que, além de não terem presenciado os acontecimentos, reconheceram que a suposta vítima (Diego Lopes), a época do fato, fazia tratamento médico com o uso de medicamentos controlados e que padecia de problemas relacionados ao uso contínuo de drogas ilícitas, e que, não raro, adotava comportamento agressivo e, por vezes, delituoso, razão pela qual não pode ser notificado e, consequentemente, ouvido no procedimento disciplinar a fim de expor sua versão do ocorrido. Corroborando neste sentido a cópia de atestado médico informando que Diego Lopes da Silva esteve em tratamento psiquiátrico, sob regime de internação hospitalar, no Hospital Nosso Lar (fls. 19/20); CONSIDERANDO que, tanto no curso da investigação preliminar, quanto no decorrer da instrução processual, não foi possível coletar imagens ou gravações audiovisuais que pudessem comprovar materialmente o teor da denúncia; CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 022/2019 – CMB/CALP – PMCE (fl. 59), oriundo da Célula de Material Bélico/Coordenadoria de Apoio Logístico, datado de 17 de janeiro de 2019, informando que, conforme consulta aos bancos de dados à época do hipotético acontecimento ora apurado, o sindicato não possuía nenhuma arma de fogo particular registrada em seu nome. Além disso, colhe-se dos autos a informação de que o militar estadual acusado também não detinha qualquer arma de fogo acautelada em seu nome (fls. 105, 124 e 127); CONSIDERANDO que, conforme anotado no Ofício nº 473/2020 (fls. 105), oriundo da 2ª CIA/17º BPM, unidade em que estava lotado o sindicato, não foi constatado nenhum registro no livro de alterações de serviço relatando a ocorrência de disparo de arma de fogo tendo o militar em questão como autor; CONSIDERANDO que, segundo certidão de registro de ocorrência da Ciops (fls. 122 e 135/135-v) do dia do suposto fato, os policiais militares enviados para atender o chamado relataram que os populares com quem mantiveram contato disseram não ter presenciado nada. Além disso, não encontraram o solicitante e nem o acusado no local indicado; CONSIDERANDO que, como consectário lógico das provas coletadas, a fim de externar convicção acerca do elemento objetivo, atinente à eventual conduta reprovável praticada pelo servidor militar implicado, e do elemento subjetivo, atinente ao ânimo do agente infrator ao realizar eventual conduta considerada reprovável, a Autoridade Sindicante deu especial atenção à versão apresentada pelo processado em cotejo com o acervo probatório jungido aos autos, uma vez que não existiram outros elementos probatórios constituídos na instrução processual que pudessem contribuir para a elucidação da dinâmica da ocorrência e para a refutação, extreme de dúvidas, dos argumentos defensivos. É dizer, o cabedal probante constituído careceu da robustez necessária ao embasamento de um decreto condenatório condizente com as infrações disciplinares apontadas na inicial em face da insuficiência de provas capazes de sancionar o imputado no âmbito disciplinar; CONSIDERANDO que, em caso de dúvida à luz das provas obtidas sobre a existência de falta disciplinar ou da autoria, não se aplica penalidade, por ser a solução mais benígna, devendo o julgador adotar o princípio do “in dubio pro reo” (na dúvida, a favor do réu), em detrimento do “in dubio pro societate” (na dúvida, a favor da sociedade – que norteia a decisão da comissão de processar o servidor), e absolver o acusado; CONSIDERANDO que as provas carreadas ao feito mostraram-se insuficientes para embasar o reconhecimento de prática transgressiva por parte do processado. Não havendo, portanto, substrato probante suficiente para comprovar as acusações de que o Sindicato tenha violado a disciplina, os valores e deveres militares; ofendido a moral e os bons costumes por palavras, gestos ou ações; portado arma em desacordo com as normas vigentes; disparado arma por imprudência, negligência, imperícia, ou desnecessariamente; nem que tenha ferido a hierarquia ou a disciplina, de modo comprometedor para a segurança da sociedade e do Estado; CONSIDERANDO que, se devidamente garantido o direito à informação, à manifestação e à consideração dos argumentos manifestados, a ampla defesa foi exercida em sua plenitude, inexistindo ofensa ao art. 5º, LV, da CF/1988. Por si só, a ausência de advogado constituído ou de defensor dativo com habilitação não importa nulidade de processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, o Plenário da Corte Suprema assentou, em maio de 2008, a possibilidade de dispensa da presença de advogado após julgar o Recurso Extraordinário 434.059/DF, editando, por unanimidade, a Súmula Vinculante nº 5 com a seguinte redação: “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”; CONSIDERANDO que, como assentado pela Autoridade Sindicante, não foram encontradas e, portanto, não foram inquiridas testemunhas oculares do fato no curso da instrução processual, tampouco houveram outras provas que pudessem confrontar as argumentações defensivas sustentadas pelo policial militar sindicado. Assim sendo, diante da ausência de outros elementos albergando a acusação assentada na inicial, qualquer reconhecimento de prática transgressiva, neste cenário, estaria sustentado única e exclusivamente nas palavras do denunciante, o que se mostraria prática refutada pela ampla carga principiológica que rege o devido processo legal, impondo-se o reconhecimento de que as provas e os elementos de informação não se revelaram suficientes para justificar a imposição de reproche disciplinar; CONSIDERANDO que, no caso concreto, pode-se concluir, de modo mais consensuado com a integralidade do arcabouço probatório, que a reconhecimento da base empírica calcada nos elementos probatórios colhidos não permite uma reconstrução perfeita da dinâmica dos fatos, estando tudo que se pontuou até aqui no campo da probabilidade, o que, não obstante, é suficiente para impor dúvida razoável quanto à existência das supostas infrações deduzidas em desfavor do sindicato, o que configura, por hora, óbice intransponível a formação de juízo de certeza necessário à aplicação de sanção pelo poder punitivo disciplinar. Assim sendo, por não haver plena certeza quanto a todos os aspectos fáticos da denúncia, o fundamento da decisão nessa hipótese não pode ser outro senão a absolvição do acusado por insuficiência de provas, ressalvando a incidência do disposto no Art. 72, parágrafo único, III, da Lei nº 13.407/03, que autoriza a reabertura do feito caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento; CONSIDERANDO que, consoante a dicção do artigo 73 do Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, “Aplicam-se a esta Lei, subsidiariamente, pela ordem, as normas do Código do Processo Penal Militar, do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil”. Nessa linha de entendimento, incindível ao caso o teor do artigo 439



do Código de Processo Penal Militar, segundo o qual: “O Conselho de Justiça absolverá o acusado, mencionando os motivos na parte expositiva da sentença, desde que reconheça: (...) e) não existir prova suficiente para a condenação”; CONSIDERANDO o histórico e os antecedentes funcionais registrados na Ficha Policial Militar (fls. 98/101), no Resumo de Assentamentos (fls. 27/29) e na consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento Policial Militar (SAPM) referentes à vida profissional do sindicado, dando conta de que sua inclusão nas fileiras da PMCE se deu na data de 08/09/2010, ou seja, contabilizando, atualmente, cerca de 12 (doze) anos e 07 (sete) meses de serviços prestados à Corporação Policial Militar, registrando 1 (um) elogio por bons serviços prestados e 07 (sete) anotações disciplinares, estando classificado, nesta data, no comportamento BOM; CONSIDERANDO que, em relação à prescrição da pretensão punitiva do poder disciplinar, a alínea “e” do § 1º do inc. II do art. 74 da Lei nº 13.407/2003 dispõe que a prescrição da transgressão disciplinar compreendida como crime se verifica no mesmo prazo e condição estabelecida na legislação penal, especialmente no Código Penal ou Penal Militar. Por sua vez, o § 2º, inc. II, do art. 74, da mesma lei, estabelece que o início da contagem do prazo de prescrição de qualquer transgressão disciplinar é da data em que foi praticada, interrompendo-se pela instauração do procedimento disciplinar; CONSIDERANDO que, sem embargo, em que pese não se tenha notícia de deflagração de ação penal sobre o fato, o entendimento das cortes superiores é no sentido de que o prazo prescricional da lei penal se aplica às transgressões disciplinares mesmo quando não há apuração criminal contra o servidor (STJ, 1ª Seção, MS nº 20.857/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em: 28/08/2019); CONSIDERANDO que, in casu, a hipótese acusatória descrita na portaria inaugural se subsume, em tese, ao art. 15 da Lei 10.826/2003, cuja pena em abstrato é de reclusão de 02 (dois) a 04 (quatro) anos. Assim, o prazo prescricional se dará, a partir do último marco interruptivo, em 08 (oito) anos, consoante o art. 109, inc. IV, do Código Penal Brasileiro, somado ao período de 138 (cento e trinta e oito) dias de suspensão dos prazos prescricionais em decorrência do momento mais agudo da pandemia de Covid-19. Destarte, não se encontrando extinta a punibilidade no vertente caso, persiste o dever da Administração Pública de apurar o fato em toda sua extensão e, a depender das conclusões, responsabilizar o servidor faltoso; CONSIDERANDO que a Administração Pública é regida, dentre outros, pelos princípios constitucionais da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, publicidade, eficiência e economia processual; CONSIDERANDO que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Processante (Autoridade Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º, da Lei Complementar nº 98/2011; Por todo o exposto e por tudo que consta dos autos, apresentadas as razões de decidir, como medida de direito e de justiça pertinente ao caso sob apreço, RESOLVO: a) **Acatar a integralidade da fundamentação exarada no Relatório Final nº046/2021** (fls. 147/160) e, assim sendo, **absolver** o policial militar SD PM PAULO ROQUE PEIXOTO CASTRO E SILVA – M.F. nº 303.697-1-8, qualificado nos autos, em face da insuficiência de provas material e testemunhal aptas a consubstanciar a edição de decreto condenatório em relação às acusações constantes na Portaria Inicial e, por consequência, **arquivar a presente Sindicância** Administrativa instaurada em face do mencionado policial militar, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito caso surjam novos fatos ou evidências relativas às aludidas imputações posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme previsão do parágrafo único e inc. II do Art. 72 do Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003); b) Nos termos do Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, caberá recurso face a presente decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil posterior à data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor acerca do teor da presente decisão, nos termos do que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no D.O.E./CE nº 100, de 29/05/2019, o qual deverá ser dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (Codisp/CGD); c) Decorrido o prazo recursal, inadmitido ou julgado o recurso interposto, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertence o servidor para o imediato implemento da medida eventualmente imposta, adotando-se as providências determinadas no art. 99, inc. III, e no § 1º do mesmo excerto normativo da Lei nº 13.407/2003; d) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou nos assentamentos funcionais do servidor militar implicado, observando-se que, caso haja a aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente deverá determinar o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida decretada, consoante o disposto no Art. 34, §§ 7º e 8º, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E./CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 4/2018 – CGD, publicado no D.O.E./CE nº 013, de 18/01/2018. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMpra-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza/CE, 12 de maio de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003, CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar referente ao SPU nº 18641951-1, instaurado sob a égide da Portaria CGD nº 725/2018, publicada no DOE CE nº 165, de 23 de agosto de 2018, em face dos militares estaduais SD PM HUGO LEONARDO GOMES SIMÕES, SD PM PAULO ROBERTO MIRANDA, SD PM TIAGO DA SILVA e SD PM FRANCISCO DEMONTIER ANDRADE JÚNIOR, os quais participaram de ocorrência policial que se deu por volta das 02h da madrugada do dia 01 de agosto de 2018, iniciada após receberem informes de policiais de Antonina do Norte-CE dando conta de que um veículo Corolla de cor branca, com cerca de 04 (quatro) ocupantes, estaria em atitude suspeita próximo ao posto de combustível Pague Menos, naquela urbe, e se deslocando, via CE-371, em direção ao município de Campos Sales-CE. Por conta de tais informações, foram deslocadas viaturas policiais para a dita rodovia com intuito de interceptar o veículo em alusão, mas, segundo informações dos policiais militares, ao ser avistado o automóvel em questão, que seguia em alta velocidade e não teria obedecido a sinalização de parada, fora solicitado reforço policial para que houvesse a abordagem ao mencionado veículo, pelo que foi deslocada uma equipe do Batalhão de Divisas e montada uma barreira policial (bloqueio) na entrada da cidade de Campos Sales, com a intenção de abordar o veículo perseguido, ocasião em que foram efetuados vários disparos de arma de fogo pelos policiais militares, em direção ao veículo. De acordo com o raio apuratório, após o veículo ter parado, verificou-se que um dos ocupantes foi ferido na região abdominal, tendo sido conduzido ao Hospital Municipal de Campos Sales/CE, contudo, a vítima não resistiu aos ferimentos e veio a óbito, tratando-se da pessoa de José Messias Guedes Oliveira, enquanto um outro passageiro do Corolla, o Sr. Wendel Felix Xavier de Medeiros fora atingido de raspão no pescoço, não sendo feridos os outros, o motorista Gutiele Pereira de Araújo e o Josean Leite de Oliveira. Ainda conforme a exordial, após vistoria no interior do veículo e também nos seus ocupantes, não foram encontradas armas de fogo e nem outros materiais ilícitos, apenas “Tacos de sinuca”, pois, segundo informações, referidas pessoas iriam participar de um torneio de sinuca na cidade de São Luís/MA. Consta também que fora instaurado o Inquérito Policial nº 431-69/2018 na Delegacia de Polícia de Campos Sales a fim de apurar os aludidos fatos; CONSIDERANDO que os fatos foram inicialmente noticiados por meio da Comunicação Interna nº 1608/2018, datada de 02/08/2018, oriunda da Coordenação do então GTAC, fls. 06/07, com sugestão de instauração de Processo Regular em desfavor de 08 (oito) policiais militares. Contudo, devido ao excessivo número de acusados, houve desmembramento dos autos em dois processos distintos. Além dos acusados neste PAD, instaurou-se o Conselho de Disciplina de SPU nº 18625269-2 – em desfavor dos militares SGT PM Pedro Balduino da Silva, SD PM Jair Lima Cavalcanti de Araújo Filho, SD PM Francisco Adriano Gomes Lima, e SD PM Jairo César Alencar Santos; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória os acusados foram devidamente citados (fls. 46/47, 48/49, 50/51 e 52/53), ofertaram Defesa Prévia às fls. 96/107 e 108/110 e arrolaram, em conjunto, um total de 07 (sete) testemunhas, ouvidas às fls. 263, 264, 265, 266, 283, 290/291, 292. A Comissão Processante ouviu outras 17 (dezesete) pessoas, incluindo as vítimas (fls. 171/173, 174/176 e 177/178) e outros militares envolvidos com a ocorrência (fls. 208/209, 210/211, 212/213, 220/221, 223/224, 226/227, 228/229, 236/237, 238/240, 241/242, 242/244, 250/251, 252/253, 254/255). Os acusados foram interrogados (fls. 299/301, 302/304, 306/308 e 309/311) e abriu-se prazo para apresentação da Defesa Final, ofertada às fls. 478/526; CONSIDERANDO que, segundo o Relatório de Ocorrências Policiais da 4ªCIA/2ºBPM referente ao dia dos fatos (fls. 16/17), após ser montada uma barreira policial na entrada de Campo Sales-CE para abordar o veículo suspeito, o qual já estava sendo perseguido por duas viaturas, todas com os intermitentes e sinais sonoros ligados, “o condutor do veículo não obedeceu a ordem de parada dos policiais e investiu contra eles, que estavam na pista de rolamento, sendo necessário efetuar disparos para resguardar a integridade física dos policiais [...]”; CONSIDERANDO que às fls. 299/356 repousa o Exame Cadavérico nº 755237/2018, realizado no corpo do José Messias Guedes Oliveira, no qual se registrou “[...] a vítima supracitada, teve seu óbito consequente a choque hemorrágico por ferimento penetrante de abdômen por projétil único de arma de fogo que teve como entrada a região inguinal esquerda, tomando trajetos da esquerda para direita, de trás para frente e levemente de baixo para cima. Após exaustivo exame, só foram encontrados alguns fragmentos de projétil de arma de fogo. CONCLUSÃO: A vítima teve seu óbito a consequente a choque hemorrágico por ferimento penetrante de abdômen por projétil único de arma de fogo.”; CONSIDERANDO o interrogatório do acusado SD PM Hugo Leonardo Gomes Simões (fls. 396/301), no qual asseverou, in verbis: “(...) QUE o interrogado estava de serviço pelo Batalhão de Divisas no dia dos fatos, sob o comando Ten Queiroga; QUE naquele dia, durante o dia, o interrogado informa que foram recebidas informações do estado do Pernambuco que possivelmente haveria um assalto a um banco na cidade de Campos Sales; QUE diante das informações 02 equipes do Batalhão de Divisas se deslocaram para a cidade de Campos Sales, onde encontraram outras viaturas do policiamento ostensivo geral, isso por volta das 02h da manhã, onde permaneceram no centro da cidade; QUE certo momento chegou uma informação através de telefone de que foi avistado um veículo corola, de cor branca, em atitude suspeita, num posto de combustível na cidade de Antonina do Norte, e que haviam consultado a placa do corola, tendo resultado como sendo de um veículo Onix; QUE diante das informações, foi determinado que uma viatura da Força Tática e outra do POG se deslocassem até a cidade de Antonina do Norte, a fim de averiguar a situação; QUE cerca de 30 minutos depois, as viaturas que haviam se deslocado para a cidade de Antonina do Norte, informaram que estavam perseguindo o veículo corola, o qual estava em alta velocidade, mesmo as viaturas que faziam a perseguição estarem com as sirenes e os intermitentes ligados; QUE as viaturas que perseguiram o veículo suspeito corola, pediram apoio no sentido de que uma barreira fosse montada na entrada da cidade de Campos Sales; QUE de imediato o Ten Queiroga determinou que a barreira fosse montada, a qual era facilmente poderia ser vista por qualquer pessoa; Que momentos após, os policiais que compunham a barreira visualizaram o veículo a ser abordado, pois observaram que logo atrás vinham as viaturas que os intermitentes ligados perseguindo o veículo; QUE o veículo ao se aproximar da barreira, não diminuiu a velocidade, embora a sinalização de parada dada pelos policiais fosse bem visível, estando todas as viaturas com os intermitentes ligados e alguns policiais na via sinalizando com lanternas; QUE na ocasião, o interrogado utilizava um fuzil .556, tendo efetuado 04 disparos em direção aos pneus do veículo, a fim de fazê-lo parar; QUE atirou porque ouviu outros disparos, pois acreditou que estava havendo uma troca de tiros entre a polícia



e os indivíduos que ocupavam o corola, ressaltando o interrogado, que os disparos efetuados por ele se deram somente no momento em que o veículo transpunha a barreira; QUE na visão do interrogado, não tinha outra alternativa, a não ser efetuar os disparos; QUE cerca de 300 metros, depois da barreira, o veículo parou, no que foi realizada a devida abordagem ao veículo, sendo que a viatura do interrogado foi a última a chegar, onde visualizaram 03 indivíduos fora do veículo deitado ao solo sendo abordados, tendo um dos indivíduos dito que existia outro ocupante no interior do veículo, e que possivelmente estava ferido; QUE constatou-se que dois indivíduos haviam sido feridos à bala, os quais foram imediatamente socorridos para o hospital local por composições policiais; QUE momentos depois, tomou conhecimento através do Ten Queiroga, que um dos indivíduos havia vindo a óbito, cerca de 30 ou 40 minutos depois de ser socorrido, e que o outro ferido havia sido liberado, por haver sido atingido com um tiro de raspão; QUE tomou conhecimento posteriormente, que o motorista do veículo havia narrado que havia obedecido a ordem de parada dada pelos policiais, por acreditar que possivelmente seria um assalto; QUE em nenhum momento o interrogado imaginou que os disparos efetuados poderiam atingir policiais que ocupavam viaturas que perseguiam o veículo suspeito, haja vista que quando as viaturas que perseguiam o corola passaram pela barreira, os disparos já haviam cessado (...); CONSIDERANDO os interrogatórios dos demais acusados (fls. 302/304, 306/308 e 309/311), que confirmaram que havia informe da inteligência acerca de um assalto a banco em Campo Sales-CE, razão pela qual havia seis viaturas na cidade, sendo três delas do Batalhão de Divisões, bem como disseram que o SGT PM Viana teria entrado em contato com a equipe de policiais em Campo Sales-CE noticiando que havia um veículo Corolla, em Antonina do Norte-CE, se dirigindo a Campo Sales-CE com homens suspeitos, cuja placa correspondia a de um carro modelo Onix, após o que foi enviado duas viaturas com o intuito de interceptar o veículo ainda na rodovia que liga os municípios, todavia, como os policiais não obtiveram êxito, sugeriram que fosse montada uma barreira na entrada da cidade. Em suma apresentaram versão coesa dos acontecimentos. Acerca especificamente do momento da tentativa de abordagem ao automóvel suspeito, seguem os trechos dos respectivos interrogatórios. O SD PM SD PM Paulo Roberto Miranda (fls. 302/304) narrou, in verbis: [...] QUE momentos após, os policiais que compunham a barreira visualizaram o veículo a ser abordado, no que observaram que logo atrás vinham as viaturas que os intermitentes ligados perseguindo o veículo; QUE o veículo ao se aproximar da barreira, não diminuiu a velocidade, embora a sinalização de parada dada pelos policiais fosse bem visível, estando todas as viaturas com os intermitentes ligados e alguns policiais na via sinalizando com lanternas; QUE na ocasião, o interrogado utilizava um fuzil .556, tendo efetuado 01 disparo em direção aos pneus do veículo, a fim de fazê-lo parar; QUE atirou porque ouviu disparos, pois acreditou que os ocupantes do veículo corola estavam atirando contra os policiais, ressaltando o interrogado, que os disparos efetuados por ele se deram somente no momento em que o veículo transpunha a barreira; QUE na visão do interrogado, não tinha outra alternativa, a não ser efetuar os disparos, até mesmo porque se preocupou com sua segurança e resguardar sua vida [...]. O acusado SD PM Tiago da Silva (fls. 306/308) relatou, in verbis: [...] QUE o veículo ao se aproximar da barreira, não diminuiu a velocidade, embora a sinalização de parada dada pelos policiais fosse bem visível, estando todas as viaturas com os intermitentes ligados e policiais na via sinalizando com lanternas; QUE na ocasião, o interrogado utilizava Carabina .40, tendo efetuado 05 disparos em direção aos pneus do veículo, a fim de fazê-lo parar; QUE atirou porque o veículo avançou sobre os policiais e para evitar que o veículo chegasse a cidade a fim de evitar um mal maior; QUE no momento em que efetuou era a única opção que vislumbrava para resguardar sua vida e a de terceiro [...]. O acusado SD PM Francisco Demontier Andrade Júnior (fls. 309/311) asseriu, in verbis: [...] QUE momentos após, os policiais que compunham a barreira visualizaram o veículo a ser abordado, no que observaram que logo atrás vinham as viaturas que os intermitentes ligados perseguindo o veículo; QUE o veículo ao se aproximar da barreira, não diminuiu a velocidade, embora a sinalização de parada dada pelos policiais fosse bem visível, estando todas as viaturas com os intermitentes ligados e alguns policiais na via sinalizando com lanternas; QUE na ocasião, o interrogado utilizava uma carabina .40, tendo efetuado 05 disparos em direção aos pneus do veículo, a fim de fazê-lo parar; QUE atirou porque ouviu disparos, pois acreditou que os ocupantes do veículo corola estavam atirando contra os policiais (...); QUE foi a primeira ocorrência em que efetuou disparos de arma de fogo; QUE o interrogado ouviu o motorista do veículo narrando que não havia obedecido a ordem de parada dada pelos policiais, por acreditar que possivelmente bandidos; QUE em nenhum momento o interrogado imaginou que os disparos efetuados poderiam atingir policiais que ocupavam viaturas [...]; CONSIDERANDO que a vítima Gutely Pereira de Araújo (fls. 171/173), condutor do veículo alvejado, declarou, in verbis: “[...] QUE o declarante narra que estava se deslocando da cidade de Patos/PB com destino a de São Luiz no Maranhão, juntamente com mais três amigos; QUE no fatídico dia por volta de 01h da manhã resolveram parar em um posto de combustível na cidade de Antonina do Norte/CE a fim de lancharem, momento em que resolveram solicitar informações aos frentistas do referido posto sobre a distância entre algumas cidades, tais como, Picos/PI e outras; QUE todos os ocupantes do veículo desembarcaram e passaram a conversar com um frentista do referido posto de combustível; QUE o frentista indagou ao declarante sobre os objetos que estavam dentro do carro, tendo o depoente lhe informado que se tratava de tacos de sinuca, pois era jogadores profissionais e estavam indo para uma competição no Estado do Maranhão; QUE o declarante percebeu que no posto havia um outro veículo com uma mulher ao volante e um homem como passageiro do referido veículo, sendo que esse homem encarava o declarante e seus amigos de forma muito estranha; QUE por volta de 01h30 da manhã, resolveram seguir viagem tendo perguntado ao frentista a distância daquela localidade até a cidade de Picos/PI; QUE empreendiam uma velocidade média de aproximadamente 110 Km/h; QUE passaram por um posto da Polícia Rodoviária Estadual no entanto não foram abordados, haja vista não haver nenhum policial na pista, apenas uma viatura estacionada próximo ao posto (cabine); QUE antes da abordagem policial, o declarante não ouviu sirenes ou sinais de parada de quem quer que seja; QUE ao se aproximar da cidade de Campos Sales, o declarante narra que percebeu uma viatura vindo em sentido contrário ao seu, com o intermitente ligado; QUE a citada viatura, não sabendo se da polícia ou uma ambulância, e esta não fez qualquer sinal determinando a parada do declarante e seus amigos; QUE narra o declarante que a sua frente não havia cones ou obstáculos que indicasse que tinha que parar; QUE no momento em que a viatura da polícia passou pelo seu carro iniciaram os disparos; QUE inicialmente o declarante e seus amigos suspeitaram que se tratava de um assalto os tiros que vinham em direção ao veículo; QUE o declarante de início acelerou o máximo que podia, haja vista ser um local escuro e temia por suas vidas, pois inicialmente suspeitava de ser um assalto; QUE o declarante pensava apenas em chegar numa cidade mais próxima, pois imaginava que na cidade estaria mais seguro; QUE acredita que os disparos contra seu veículo tenham sido executados pelos policiais que estavam parados, isso posteriormente, após saber que se tratava realmente de policiais militares; QUE já na cidade de Campos Sales quando parou o veículo desceu acompanhado de Wendel e Josean, sendo que Messias não desceu do veículo, tendo o declarante inicialmente colocado as mãos para fora do veículo a fim de mostrarem que não estavam armados; QUE se identificaram para os policiais lhes informado que eram trabalhadores e não eram “vagabundos”; QUE os policiais determinaram que todos deitassem no chão e que o outro ocupante do veículo descesse; QUE os policiais a todo momento diziam que haviam duas pessoas ainda no veículo, quando na verdade só havia o amigo do declarante de nome Messias; QUE o declarante solicitava aos policiais que socorressem Messias; QUE os policiais perguntavam por que socorrer aquela pessoa em virtude de que, tendo o declarante dito “que os tiros que vocês efetuaram” que ouviu os policiais dizer que haviam atirado apenas nos pneus do veículo; QUE um dos policiais militares retirou Messias do veículo e o colocou dentro de uma viatura junto com Wendel que também havia sido lesionado com um tiro, e os socorreu a um dos hospitais de Campos Sales; QUE os policiais após a abordagem perguntaram por que o declarante não ter parado o veículo, tendo este dito que não havia nenhuma ordem de parada ou obstáculo na pista; QUE após socorrer Messias e Wendel, os policiais realizaram uma busca minuciosa no interior do veículo e seus ocupantes, não tendo encontrado nada irregular; QUE os policiais militares aparentavam estar bastante nervosos com a situação; QUE quando soube da morte do seu amigo Messias, ficou transtornado, tendo nesse momento se aproximado um policial militar e lhe dito “seja homem, você sabe que quem matou seu amigo foi você, porque você colocou o carro por cima da gente”; QUE momentos após foi procurado por um tenente da polícia o qual lhe disse que havia determinado aos policiais que cessassem o fogo, porém ainda houve disparos após a ordem dele; QUE não receberam voz de prisão na ocasião, tendo inclusive ficado aos cuidados da polícia militar; [...] QUE após os fatos não recebeu ameaças dos policiais; [...]”. Quando ouvido em sede de inquérito (fls. 386/387), Gutely afirmou: “[...] QUE quando estavam próximo a entrada desta cidade, avistou viaturas da polícia no acostamento, na faixa de rolamento contrária ao sentido do veículo em que estava o declarante; QUE no momento em que o veículo em que estava o DECLARANTE passou das viaturas policiais começaram os “disparos de arma de fogo” [...] QUE umas das viaturas da polícia que estava no acostamento se encontrava com o “giroflex” ligado; QUE o DECLARANTE não sabe informar a velocidade exata que conduzia o veículo no momento em que passou na frente da ‘barreira’ da Polícia, mas acredita que estava em torno de 110 Km/h”; CONSIDERANDO as declarações da vítima Josean Leite de Oliveira (fls. 174/176), in verbis: “[...] QUE seguia viagem com destino a São Luiz do Maranhão quando na cidade de Antonina do Norte/CE, resolveram parar num posto de combustíveis a fim de usarem o banheiro, tomar água assim como se informar do trajeto que fariam; QUE no referido posto estava também um veículo tipo palio preto, tendo uma das pessoas que ocupava o palio, um homem, lhe “encarava”; [...] QUE quando o declarante retornou ao veículo para seguirem viagem, o declarante comentou com seus amigos que o veículo palio que estava no posto de combustíveis havia encarado o declarante e que Gutely tivesse cuidado na estrada. QUE o declarante era um dos passageiros do banco de trás do veículo; QUE a aproximadamente dez quilômetros a frente, o declarante adormeceu, tendo acordado pelo barulho dos disparos que era efetuados contra o veículo; QUE inicialmente o declarante acreditava se tratar de pedras sendo arremedadas contra o veículo; QUE Messias nesse momento acordou e perguntou o que era, tendo Wendel dito que “era balas”; QUE o declarante acreditava se tratar de um assalto; QUE o declarante não viu viaturas da polícia militar; QUE o declarante solicitou a Gutely que acelerasse, tendo este dito que só pararia num claro; QUE acredita que estavam numa velocidade aproximadamente de 110 Km/h; QUE o declarante não ouviu em nenhum momento sinal sonoros nas viaturas; [...] QUE só percebeu que eram policiais quando deitou ao solo para ser abordado; [...] QUE os policiais perguntaram por que o declarante e seus amigos não pararam, tendo Gutely dito aos policiais que eles não haviam mandado parar; QUE um policial, careca, e salvo engano do declarante, era sargento, se aproximou de Gutely e disse “por que vocês não pararam, você não viu as cinco viaturas na pista” tendo Gutely dito ter visto apenas uma viatura vindo em sentido contrário ao veículo que estavam; QUE Gutely afirmou que não recebeu nenhuma ordem de parada, apenas cruzou com a viatura na estrada; QUE os policiais militares efetuaram buscas no veículo não tendo encontrado nada de ilícito; [...]”; CONSIDERANDO as declarações da vítima Wendel Félix Xavier de Medeiros (fls. 177/178), que estava ao lado do motorista, in verbis: “[...] QUE pagaram a conta e seguiram viagem; QUE passaram por dois postos da Polícia Rodoviária Estadual sem serem abordados; QUE no caminho visualizaram uma viatura da polícia com o giroflex ligado a qual cruzou com o veículo que o declarante estava; QUE vinham numa velocidade aproximada de 100Km/h; QUE quando passaram pela viatura começaram a ser alvejado; QUE inicialmente pensou se tratar de pedras sendo jogadas no carro; QUE percebeu quando o disparo atravessou o veículo, momento em que abaixou sua cabeça e foi alvejado; QUE logo em seguida Josean, que estava no banco de trás, acordou e disse para Gutely acelerar, pois seria um assalto; QUE Gutely disse que só pararia num claro, tendo parado mais a frente numa praça, momento em que começou a ouvir pessoas os chamando de “vagabundo” e mandando descer do carro; QUE somente veio a perceber que eram policiais militares quando se deitou no chão e olhou para os mesmos; [...] QUE o declarante narra que ficou com sequelas principalmente na visão em virtude do ferimento à bala recebido na cabeça [...] QUE o declarante narra que viu cerca de três viaturas paradas no acostamento do lado direito do motorista com os intermitentes desligados [...]” Quando ouvido em sede de inquérito (fls. 392/393), Wendel afirmou: “[...] QUE quando estavam próximo a entrada desta

cidade, avistou viaturas da polícia no acostamento, na faixa de rolamento contrária ao sentido do veículo em que estava o declarante; QUE no momento em que o veículo em que estava o DECLARANTE passou das viaturas policiais começaram os “disparos de arma de fogo” [...] QUE umas das viaturas da polícia que estava no acostamento se encontrava com o “giroflex” ligado [...]; CONSIDERANDO que o SGT PM Luciano de Lima Viana (SGT PM Viana), militar que noticiou aos policiais de Campo Sales-CE sobre o veículo Corolla branco, inclusive com a informação equivocada de que a placa constava como sendo de outro modelo de carro, foi ouvido às fls. 208/209, e narrou, in verbis: “[...] Que o depoente encontrava-se de folga no dia dos fatos ora em apuração; Que por volta das 21h, foi procurado por policiais militares de serviço, com o intuito de usar a senha de abastecimento do depoente; Que a viatura estava sob o comando do SGT PM OSCAR; Que o depoente foi informado pelo SGT PM OSCAR que iriam se dirigir até a cidade de Campos Sales-CE, pois havia informação de assalto a banco na região de Campos Sales; Que o abastecimento foi feito no posto de combustível Pague Menos que fica na rodovia; Que o depoente estava em uma churrascaria, quando por volta das 01h30min, se dirigiu até a residência de sua namorada, parando no mesmo posto onde havia abastecido a viatura; Que neste momento o depoente observou um veículo corolla de cor branca, vidro fumê, passado em baixa velocidade pelo posto; Que o depoente achou aquela atitude suspeita, pois o veículo passou e retornou, parando em uma parte escura; Que desceu do veículo quatro homens, pensando o depoente naquele momento que se tratava dos possíveis assaltantes; Que o depoente passou próximo ao veículo e decorou a placa do veículo sendo QFX-5350; Que o depoente consultou a placa do veículo e a placa indicava um veículo Ônix, o que lhe chamou a atenção haja vista ter visto os suspeitos em um corolla branco; Que o depoente não retornou ao posto para confirmar se de fato havia consultado a placa correta; Que o depoente não visualizou nada de anormal no interior do veículo; Que o depoente ligou para a pessoa do SGT PM OSCAR sobre o veículo e a forma como este agiu com atitude suspeita, informando inclusive que em consulta, havia verificado que era um ÔNIX e não um corolla; Que telefonou para o frentista para saber se o veículo ainda estaria no local, tendo este dito que o mesmo havia saído em direção a cidade de Campos Sales-CE; Que não foi informado mais nada por parte do frentista, apenas que se tratava de um corolla branco; Que não pediu apoio para fazer a abordagem ao veículo, pois a única viatura tinha seguido para a cidade de Campos Sales-CE; Que tomou conhecimento, posteriormente, por parte do SGT PM OSCAR, que ele havia comunicado o fato ao CAP PM MARCEL e este determinou que duas viaturas fossem em busca do veículo em atitude suspeita; Que o depoente não tem conhecimento do que ocorrera na abordagem pois estava de folga, só tomando conhecimento a posteriori do que ocorrera com os integrantes do veículo; Que o frentista era conhecido como GABRIEL; Que este após a notícia ser veiculada na empresa foi demitido do posto e encontra-se, segundo informações, no Estado do Pará [...]”; CONSIDERANDO o depoimento do CAP PM Adriano Marciel de Moraes (fls. 223/224), então comandante da Companhia Militar de Campos Sales, o qual narrou, in verbis: “[...] inclusive presidiu um IPM acerca dos fatos, chegando a realizar uma reconstituição dos fatos no local onde se deu o ocorrido; QUE o depoente tinha informes através das redes sociais, de que fatídico dia haveria um assalto a banco na cidade de Campos Sales; QUE diante do informe, o depoente determinou que composições dos destacamentos de Antonina de Norte e outro que não recorda, se deslocassem para a cidade de Campos Sales no sentido de reforçar o policiamento local; QUE na cidade de Campos Sales haviam 03 (três) composições do Batalhão de Divisas, sob o comando do Ten Queiroga, os quais tinham recebidos o mesmo informe; QUE o depoente narra que recebeu informação do Sgt B. Silva, o qual dava conta de que o Sgt Viana, que estava de folga, havia visto um veículo Corolla suspeito com 04 ocupantes num Posto de Combustível em Antonina de Norte, e que o veículo estava indo em direção a Assaré, e retornou seguindo para a cidade Campos Sales; [...] QUE as viaturas conseguiram visualizar o veículo suspeito vindo em direção a Campos Sales, no deram ordem de parada, porém a ordem não foi obedecida, haja vista a alta velocidade desenvolvida pelo veículo Corolla; QUE diante da situação, as viaturas que perseguiam o veículo suspeito, pediram apoio no sentido de interceptá-lo; QUE diante da situação as viaturas do Batalhão de Divisas montaram uma barreira na entrada de Campos Sales no intuito de abordar o veículo Corolla; QUE as viaturas se posicionaram no sentido contrário do veículo, tomando quase a metade da pista, isso segundo informações dos policiais que participaram diretamente da abordagem; Que segundo lhe informado, o TEN QUEIROGA, sinalizou para o veículo suspeito parasse, o que não foi atendido, ressaltando ainda que as viaturas estavam com o intermitente acionado; QUE ouviu dizer que através de policiais que os 02 ocupantes haviam comentado de que tinha visto a viatura com o intermitente ligado, porém não pararam por acreditar que seria um assalto; [...] QUE o depoente se dirigiu até o local da ocorrência, e ao chegar encontrou o Ten Queiroga e 02 ocupantes do veículo, e soube que outros dois teriam socorridos para o Hospital local, tendo o depoente ouvido lamúrias de condutor do veículo Corolla, o qual dizia que a culpa do ocorrido era dele, por não ter parado o veículo quando visualizou as viaturas, estando na ocasião desenvolvendo uma velocidade aproximada de 110 km/h, quando a via local permite apenas 40km/h; [...]”; CONSIDERANDO que os demais depoimentos de policiais podem ser divididos entre: 1º) os integrantes das duas viaturas que se deslocaram inicialmente com a intenção de interceptar o veículo suspeito na CE 371 e 2º) os das quatro viaturas que participaram da Barreira na entrada da cidade de Campo Sales-CE. Os depoentes das duas composições deslocadas para localizar o Corolla foram unânimes em afirmar que estavam com os intermitentes ligados e, no percurso, cruzaram com o carro suspeito, mas, devido a velocidade empreendida, não foi possível abordá-lo, tendo as viaturas retornado em perseguição, todavia, não conseguiram alcançá-lo. Um dos motoristas afirmou que “chegou a desenvolver uma velocidade aproximada de 160 Km/h na perseguição” (fls. 186). Enquanto retornavam à cidade, solicitaram, via rádio, que fosse feito uma barreira para abordar o veículo na entrada da cidade de Campos Sales e, quando alcançaram o veículo, a abordagem já tinha acontecido; CONSIDERANDO os depoimentos dos policiais que montaram a barreira e não atiraram contra o veículo, ouvidos como testemunhas, dos quais se extrai narrativa de que após saberem por rádio que as duas viaturas não conseguiram interceptar o veículo suspeito, se dirigiram à entrada da cidade e montaram uma barreira na qual dispuseram as viaturas com os intermitentes ligados numa parte da rodovia. Ao avistarem o veículo a ser abordado, uma parte dos policiais se colocou no centro da via com o objetivo de sinalizar, inclusive com lanternas, para que o veículo parasse, mas ele desenvolvia alta velocidade e transpôs a barreira policial, quase atropelando um dos militares. Nesse momento, teriam se iniciado os disparos, não sabendo as testemunhas afirmar se partiam dos ocupantes do automóvel ou dos policiais. Declinaram que o veículo só parou por volta de 600 a 800 metros após o local da barreira e afirmaram que o condutor, quando indagado, disse que não parou por acreditar que se tratavam de assaltantes, mesmo com os intermitentes ligados; CONSIDERANDO que as demais testemunhas indicadas pela defesa não presenciaram os fatos, tratando-se apenas de depoimentos abonatórios da boa conduta dos acusados; CONSIDERANDO que na mídia de fls. 297 consta arquivo em formato PDF do Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado para apurar os fatos. As fls. 110/111 do referido arquivo há comprovação de que circulava nos grupos de Whatsapp da PMCE a informação sobre um possível furto a banco em Campo Sales. Consta também no IPM Reconstituição feita no local dos fatos (fls. 418/424), realizada no período da noite, com imagens fotográficas nas quais aparecem três viaturas na faixa da esquerda com os intermitentes ligados e policiais na pista de rolamento com lanternas. Extrai-se que a velocidade regulamentada na entrada de Campo Sales é de 40 km/h. O encarregado registrou em todas as quatro fotografias, tiradas das distâncias de 70, 30, 20 e 10 metros, que era possível ter uma visão clara dos intermitentes e faróis das viaturas e, a partir de 30 metros, já era possível ver a silhueta de um policial portando lanterna. Além de fotografias, elaborou-se na reconstituição croquis com imagens da dinâmica dos fatos a partir dos depoimentos colhidos. No Relatório do IPM, o encarregado, após descrever minuciosamente os elementos informativos colhidos, apresentou a conclusão com entendimento de que os policiais agiram em legítima defesa, e passou a tecer comentários sobre a presença de todos os requisitos para a caracterização da exclutende de ilicitude, manifestando inclusive que não houve excesso na legítima defesa ao exarar, in verbis: “Para que se configure o excesso, é necessário reconhecer que, anteriormente, o agente se encontrava amparado pela exclutende de ilicitude. Fato este já relatado nos subitens anteriores. Mas ainda é necessário explicar que a reação humana jamais poderá ser utilizada como um medidor ou um transferidor dos meios necessários. Há de se constatar que foi uma ação simultânea de 08 (oito) policiais militares em repulsa a um veículo passando por eles e outros policiais militares a aproximadamente a 110km/h. A exclutende do excesso é vislumbrada por este encarregado no exato momento em que o veículo para no acostamento; assim o “marco” da injusta agressão é cessado, uma vez que os policiais só dispararam no momento que o veículo Corolla passou pelo bloqueio em alta velocidade. Depois deste “marco”, os policiais procederam uma abordagem técnica como proclama a doutrina policial.” Conforme publicação no Boletim Interno nº 02 de 11/01/2019 (fls. 560-A), a conclusão do IPM foi homologada pelo Comando do 2º Batalhão Policial Militar; CONSIDERANDO que a trinca processante solicitou ao Poder Judiciário cópia do procedimento de nº 000478-71.2018.8.06.0054 (fls. 440/463), que corresponde ao inquérito policial nº 431-69/2018. No aludido IP, a autoridade policial encaminhou os autos da investigação à Auditoria Militar, por entender que o caso seria de competência da Justiça Castrense. A Promotoria de Justiça Militar e Controle Externo da Atividade Policial Militar emitiu Parecer (fls. 559/56) pelo declínio de atribuições legais, posicionando-se pelo encaminhamento do IPM à Promotoria do Juri da Comarca de Campo Sales. As fls. 561/567, consta Decisão da Auditoria Militar do Estado do Ceará, expressando a “incompetência da Justiça Militar Estadual, nos termos do art. 125, § 4º da CF/88, 9º, § 1º, CPM e 82, Caput e § 2º do CPPM, para processar e julgar o feito”, devendo o mesmo ser remetido à vara do Juri da Comarca de Campos Sales-CE; CONSIDERANDO, todavia, que até a presente data o Inquérito nº 431-69/2018 não foi concluído, nem os investigados foram indicados pela autoridade policial ou denunciados pelos Ministérios Público; CONSIDERANDO que ao se manifestar em sede de Razões Finais (fls. 478/526), a defesa, representando os oito acusados nos dois processos, negou o cometimento das transgressões constantes na Portaria, aduzindo que os acusados não usaram de força necessária, não dispararam suas armas por imprudência, imperícia, desnecessariamente ou trabalharam mal. Fez um apanhado dos fatos no qual reforçou a existência de informes de inteligência dando conta de um possível assalto a banco em Campo Sales-CE, o qual era do conhecimento até do Comandante do Policiamento local (CAP PM Adriano Marcel), bem como a informação passada via ligação telefônica acerca de suspeitos, possivelmente armados, em um veículo Corolla, cuja placa corresponderia a de um carro modelo ônix e ainda que as duas viaturas inicialmente deslocadas para abordar os suspeitos não obtiveram êxito em razão da velocidade empreendida pelo veículo, que não obedeceu a ordem de parada. Destacou também que foi montada uma barreira com quatro viaturas com os intermitentes ligados e policiais sinalizando com lanternas, mas o automóvel Corolla transpôs a bloqueio em alta velocidade e quase atropelou um dos policiais. Em seguida, pontuou que, “Após este ato, foram efetuados disparos de arma de fogo, estes que, em um primeiro momento, não se podia determinar a origem, se dos policiais que compunham a barreira policial ou dos ocupantes do veículo em fuga, constatando-se ao final que foram disparos efetuados pelos policiais militares que tentaram, frente a investida do veículo desgovernado, fazê-lo parar, para tanto tais disparos se direcionaram tão somente para os pneus, considerando-se que as demais tentativas de ordens dadas para fazer parar o automóvel foram infrutíferas. Insta salientar que o local em que as viaturas estavam posicionadas era pouco iluminado, fato este que propiciava a fácil identificação da barreira policial, tanto pelos faróis das VTRs, como também pelos intermitentes e lanternas utilizados na sinalização do local, sendo praticamente impossível para qualquer pessoa não perceber que se tratava de policiais militares em barreira e/ou bloqueio policial.”(fls. 485/486) Proferiu a defesa que, após o veículo parar uns 500 metros depois da barreira, os militares conseguiram fazer a abordagem e, verificando que dois dos ocupantes do veículo estavam feridos, os socorreram. Alegou também que o motorista do veículo, quando perguntado pelos policiais sobre o motivo de não ter parado, afirmou que achou que fossem assaltantes. Relatou ainda a defesa que vários policiais, incluindo o comandante, CAP Adriano Marcel de Moraes Bezerra, ouviram o motorista Gutiele se lamentar e se culpar por não ter parado o veículo. O representante legal fez ainda o registro de que o motorista estava, segundo ele mesmo disse, a uma velocidade 110 Km/h, quando a velocidade máxima regulamentada seria de 40 km/h. Ato contínuo, firmou que não foi possível precisar de qual das armas partiu o tiro que culminou na morte da vítima fatal, consoante laudo pericial acostado aos autos. Ainda sobre a dinâmica dos fatos, frisou que nos autos do Inquérito Policial Militar presidido pelo CAP Marcel (fl. 178) consta

reconstituição realizada no local da ocorrência, na qual se colocou viaturas com intermitentes ligadas e policiais com lanternas na pista, conforme se observa nas imagens de fls. 418/419. Em análise dessas imagens, o defensor averbou “observa-se que seria impossível qualquer condutor de veículo não ter certeza que tratava de um bloqueio policial, não restando dúvidas de que seriam policiais militares em uma operação policial. Tanto é que a reconstituição realizada pelo insigne oficial cuidou de considerar nas imagens produzidas, as distâncias de 70m, 30m, 20m e 10m do bloqueio policial, na velocidade da via, de 40Km/h (CE 371). Da reconstituição produzida, percebe-se sem sombra de dúvidas que todos os policiais trazem ao presente processo a verdade real do que de fato aconteceu naquela data, que aplicaram a melhor técnica policial e agiram na forma da Lei [...] Mais, no item 5.5 do IPM, com o intuito de auxiliar a autoridade delegante do IPM, o Cap QOPM MARCEL incluiu CROQUIS com base nos depoimentos dos PPMM e dos ocupantes do veículo Corolla, com o objetivo de dirimir quaisquer dúvidas como também relatar a cronologia da ocorrência em partes, consoante fls. 420-424/C.D. Com riqueza de detalhes, com lastro nos depoimentos dos PPMM e dos demais envolvidos no fato, toda a dinâmica foi apresentada nas informações do IPM nos termos do que realmente ocorreu, o que nos faz concluir que os processados agiram na mais plena legalidade, estando albergados pelo instituto da legítima defesa, pois quando o veículo suspeito cruzou a barreira policial, investiu injustamente contra os militares que cumpriam suas atribuições profissionais. [...] O caso em comento trata-se de típica ação legítima da Polícia Militar, que constitucionalmente tem o dever de fazer a patrulha ostensiva e garantir a segurança pública.” (fls. 488/489) Especificamente quanto as teses jurídicas adotadas, a defesa exarou que “Tudo ocorreu da forma que ocorreu, porque a polícia tem o dever de se contrapor às ações de grupos armados que pretendam cometer qualquer tipo de delito, porém, sem sombra de dúvidas, no caso em apreço, houve uma série de fatos e/ou circunstâncias que foram colocadas ou incutidas na mente de cada policial envolvido na ocorrência que geraram em seu íntimo, a certeza de que o veículo Corolla conduzido por Gutiele se tratava de um grupo armado para fins criminosos. Está evidenciado que o instituto da legítima defesa restou caracterizado porque os militares estaduais, usaram de forma moderada os meios que estavam ao alcance com o fito de repelir injusta agressão, que por sinal, era atual, já que o que, além de transportar a barreira policial, cuidou de tentar atropelar a força de segurança que estava posta à frente.” (fls. 490) Na sequência, analisou todos os requisitos exigidos para caracterização da legítima defesa, sustentando que estão presente no caso em análise, pugnando, em razão disso, pelo arquivamento do feito. Ainda como argumentos da peça de defesa, arguiu-se que os policiais forma induzidos em erro, “porque há informações bastante nos autos que dá conta de que um terceiro (frentista) teria abastecido o carro dos paraibanos e, já nesse momento, suspeitado que eles fossem criminosos, pois que teria avistado objetos no interior do carro que se assemelhavam a armas longas [...] O frentista, quer queira quer não, foi o desencadeador de uma sequência de fatos que não existiram na realidade, mas que foram capazes de induzir ou incutir as composições que estavam a postos e diligenciando para evitar um assalto a banco [...] Não existe outra explicação, todos os acusados agiram dentro da normalidade e dentro da operacionalidade que se espera de agentes de segurança pública, contudo, pessoas, fatos e os próprios integrantes do veículo, mais precisamente o motorista, impuseram uma realidade aparente, que aos olhos de qualquer agente de polícia, indicaria serem os reais suspeitos e que seriam os responsáveis por mais um estouro a banco.” (fls. 494/495) Argumentou ainda que, nas circunstâncias em que os militares se encontravam, haveria inexistência de conduta diversa, pois “em meio à adrenalina, ao risco pessoal, à complexidade da operação, e envolvidos na conduta ardua do veículo, não era possível esperar que os policiais tomassem condutas diferentes, ou, deixassem de disparar. Vale lembrar, que da intervenção legítima da polícia ocorreu a morte de uma pessoa, entretanto, esta morte não foi prevista e nem querida por ninguém, apenas decorreu de um fato inevitável e especificamente da conduta do motorista, que, se de fato tivesse obedecido às ordens de parada, jamais os militares teriam acionado os gatilhos, pois que sempre se pautam no uso progressivo da força.” (fls. 497) Arguiu ainda que houve culpa exclusiva do motorista Gutiele, que “incorreu em postura totalmente incoerente e incompatível com o comportamento de um condutor responsável, prudente e respeitador das normas de trânsito e respeitador das normas provenientes das autoridades [...] Deveria ele, em primeiro lugar, estar transitando com o veículo em velocidade compatível com a via, porém desempenhou velocidade e aceleração superior (esteve a 110Km/h, quando a via comportava apenas 40 km/h, conforme declaração do próprio motorista). Aqui, não é demais dizer que houve, além de culpa exclusiva do motorista, a criação de um risco proibido [...] O motorista no caso em comento devia e podia ter agido para evitar o resultado, porque naquela situação ostentava a qualidade de garante dos seus amigos e passageiros, devendo pois exercer conduta compatível com o dever jurídico de cuidado e proteção [...] a defesa técnica dos militares enxerga que ocorreu a auto colocação em risco da “vítimas”, porque boa parte da diligência apenas se deu porque o motorista agiu reforçando a suspeita de serem eles criminosos [...]” (fls. 498). Por fim, pediu a absolvição dos processados com embasamento nos art. 439 do Código de Processo Penal Militar e art. 386 do Código de Processo Penal, bem como do art. 34, II e III da Lei Estadual nº 13.407/03; CONSIDERANDO que os membros da Comissão Processante decidiram, em conformidade com o Art. 98 c/c Art. 103 da Lei nº 13.407/03, na Sessão de Deliberação e Julgamento (fls. 529), que os aconselhados: “I - São culpados, em parte, das acusações formuladas no bojo do processo; II - Não estão incapacitados de permanecerem no quadro efetivo da PMCE, onde, por UNANIMIDADE DE VOTOS, esta comissão deliberou pela aplicação da reprimenda disciplinar não demissória aos aconselhados.”; CONSIDERANDO que na sequência a Comissão Processante elaborou o Relatório Final às fls. 534/562, no qual, ao fundamentarem a decisão, asseveraram que “Entendemos que a barreira policial montada na entrada da cidade de Campos Sales-CE demonstrava ampla visibilidade, sobretudo pelo que observamos na RECONSTITUIÇÃO elaborada em sede do Inquérito Policial Militar, bem como pelos depoimentos dos policiais militares que a compunham, os quais são unânimes em ressaltarem que primaram pela utilização dos sinais sonoros (Intermitentes das viaturas postadas no “bloqueio” e verbalização) e dos sinais luminosos (giroflex das viaturas e uso de lanternas dos policiais, desembarcados e acenando na via). Nos depoimentos, os policiais asseveraram que, ao transportar a barreira policial, o condutor do Corolla tentou “arremeter” o Corolla contra os policiais, pelo que se fez necessário a efetuação dos disparos com o fito de fazer parar o carro agressor. Consta nos autos que, ao visualizarem a aproximação do Corolla, os policiais postados na barreira intensificaram a sinalização, no afã de fazê-lo parar e proceder a abordagem. A retenção ocorreria no leito da rodovia, dentro da pista de rolagem. porém, as tentativas para pará-lo foram infrutíferas, tendo ainda “arremetido” o automóvel em direção a alguns policiais e seguindo em alta velocidade. Em não atendendo à ordem de parada, os policiais investigados, temerosos de que os ocupantes pudessem ser criminosos armados, sacaram suas armas e vieram a efetuar disparos em direção aos pneus do automóvel [...] Algumas considerações merecem ser pontuadas na análise do caso em tablado, pois, conquanto configure-se a inexistência do animus necandi, nota-se desproporcionalidade do ato praticado pelos aconselhados, haja vista não terem sido encontradas armas em poder dos ocupantes do veículo fugitivo, tampouco nenhum tipo de material ilícito ao vistoriarem o Corolla e realizarem buscas pessoais aos passageiros. A decisão de disparar arma de fogo pelo policial não é tarefa fácil, pois é imprescindível sopesar as circunstâncias e consequências que esse ato pode desencadear. No caso em concreto, os aconselhados foram submetidos a procedimentos penais e administrativos por supostamente terem incorrido em erro efetuarem os disparos, e, por consequência levado a óbito um dos ocupantes do veículo. A caracterização da justificante de EXCLUDENTE DE ILICITUDE, aventada pelos defensores, não encontra guarida jurídica, haja vista que, para tanto, seria necessário um dever legal imposto aos agentes para assegurar o cumprimento da lei ou das ordens superiores da Administração Pública. Não há que se falar em estrito cumprimento (somente os atos necessários justificariam tal comportamento) e nem um dever legal (a norma da qual emanaria o dever caracterizar-se-ia pela obrigatoriedade e juridicidade). Apesar de, no caso em apuração, a perseguição fora medida acertada (pois um veículo, em alta velocidade, desobedecia as ordens de parada quando já vinha perseguido por uma viatura), inadmitem-se os disparos (estes por demais discutíveis) ainda que fossem com o escopo de atingirem os pneus do carro, forçando-o a parar. Em determinadas situações, seria preferível a fuga, sob pena de macular o princípio da dignidade da pessoa humana. O uso da arma de fogo, os disparos propriamente dito, sempre traz riscos. A chance de se atingir um inocente ou até mesmo um objetivo não pretendido existe. Daí ser necessário o uso da ponderação, embora no cenário e dinâmica descritos, exigia-se uma rápida tomada de decisão entre o pensar e o agir. A verdade é que, em questão de segundos, os policiais se viram na contingência de decidir. Assim, incorrer em erros é ser responsabilizado pelo desfecho da ocorrência, fato comum no cotidiano policial militar. A despeito de, mesmo que o motorista do veículo perseguido tenha “furado” o bloqueio, jogando o carro contra os policiais, colocando suas vidas em risco, o ideal seria persegui-los e depois tentar cercá-los até por que, mesmo tratando-se de bandidos, poderia haver reféns sob o poder destes. Por conseguinte, ao agir de modo imprudente, os aconselhados violaram alguns valores e deveres disciplinares da norma Castrense, sobretudo o Art. 13, parágrafo 1º do Código Disciplinar PM/BM, no seguintes incisos, quando preconiza: II – usar de força desnecessária no atendimento de ocorrência ou no ato de efetuar prisão (G); XXXIV – desrespeitar, desconsiderar ou ofender pessoa por palavras, atos ou gestos, no atendimento de ocorrência militar ou em outras situações de serviço (G); L – disparar arma por imprudência, negligência, imperícia, ou desnecessariamente (G); E ainda, no mesmo Código, o parágrafo 2º: XVIII – trabalhar mal, intencionalmente ou por desídia, em qualquer serviço, instrução ou missão (M); XXI – não ter, pelo preparo próprio ou de seus subordinados ou instruendos, a dedicação imposta pelo sentimento do dever (M); LIII – deixar de cumprir ou fazer cumprir as normas legais ou regulamentares, na esfera de suas atribuições (M); Revela-nos o Exame Cadastrário (fls. 442 a 445) da vítima José Messias Guedes de Oliveira, realizado pelo perito Francisco Erivan Alves, que este “teve seu óbito consequente a choque hemorrágico por ferimento penetrante de abdômen por projeto único de arma de fogo (...)”. Acrescentando como conclusão: “A vítima teve seu óbito a consequente choque hemorrágico por ferimento penetrante de abdômen por projétil único de arma de fogo”. Por tal leitura, percebe-se que, como foram encontrados somente fragmentos no interior do corpo da vítima, houve um comprometimento à elucidação dos fatos, pois não existe o estabelecimento de qualquer conexão dos calibres utilizados pelos policiais e consequentemente direcionar o responsável pelo disparo letal. Atinente ao Exame de Vistoria Veicular (fls. 520 a 526), o perito Raimundo Carlos Alves Pereira, relata que: “(...) constatara-se em sua estrutura metálica e de vidros, por 23 (vinte e três) perfurações compatíveis com as produzidas por transfixação de projéteis únicos, arremessados por armas de fogo, com origem da frente para trás, da direita para a esquerda, da esquerda para a direita e de trás para a frente. Este signatário não constatara, no habitáculo do veículo questionado, pela presença de projéteis ou fragmentos, admitindo a possibilidade do referido haver sido manipulado por terceiros.”. Observa-se, assim, uma imprecisão dos calibres que transfixaram a lataria do carro, a qual não pôde ser observada pelo perito, por não haverem sido encontrados os projéteis no interior do carro, o que permitiria individualizar as condutas dos aconselhados. [...] Não tendo sido possível detalhar cada conduta, em nível disciplinar, mas com a certeza de que todos os aconselhados participaram da trágica operação policial em comento, tendo efetuado disparos de arma de fogo resultando em óbito do passageiro de um veículo que transpôs um “bloqueio” e arremessou o carro em direção à equipe de policiais, vislumbramos indícios robustos de cometimento de transgressões disciplinares, conforme se verá abaixo, todavia, corroboramos com o entendimento dos defensores, no sentido de que todos os policiais militares ora aconselhados reúnem condições de permanecerem nos quadros da PMCE. Movendo-se pelo senso de justiça que esteia qualquer instrumento processual e procurando elucidar e concatenar os dados obtidos nos depoimentos prestados, e aos fatos originários deste Processo Regular, somos favoráveis pelo enquadramento disciplinar dos aconselhados, os quais, no entendimento desta Comissão Processante, deve ser o que segue: Art. 7º, Incisos IV, V, IX e X; Art. 8º, Incisos II, IV, VIII, XI e XV; Art. 11, § 1º; Art. 12, § 1º, Incisos I e II, § 2º, Inciso II; Art. 13, § 1º, Incisos II, XXX, XXXIV, L e LVIII e § 2º, Incisos XVIII, XXI e LIII, todos da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM/CE) Diante das condutas transgressivas acima expostas, quando reunida na Sessão de Deliberação e Julgamento realizada no dia 20/09/2019, nesta CERC/CGD, esta Comissão Processante, após percuente e detida análise dos depoimentos e documentos carreados aos vertentes autos, bem assim, dos argumentos apresentados pela defesa dos aconselhados, concluiu e, em tal sentido, emitiu parecer, por unanimidade de votos, nos termos do que assim prevê o Art. 98, §1º, I e II, da Lei 13.407/2003, que as praças acusadas: I. São culpadas, em parte, das

acusações constantes na Portaria inaugural deste Conselho de Disciplina, haja vista a existência de provas capazes de ensejar um edito condenatório; 2. Não estão incapacitadas de permanecerem nas fileiras da Corporação, sugerindo esta comissão a aplicação de sanção disciplinar diversa da demissão.”; CONSIDERANDO que a Orientação da CEPREM/CGD (fl. 564/565), em despacho datado do dia 02 de outubro de 2019, inferiu que as formalidades pertinentes ao feito foram atendidas, mas, quanto ao mérito, adotou o seguinte posicionamento, in verbis: “[...] 4. Em conformidade com o art. 21, IV, do Decreto 31.797/2015, entendo cabíveis as seguintes considerações: 4.1. A comissão entendeu que os militares agiram com excesso ao atirar contra o veículo que desobedeceu ao bloqueio policial, não encontrando tais condutas justificativas no ordenamento jurídico brasileiro, mesmo levando-se em consideração a argumentação da defesa de que o veículo supostamente teria tentado atropelar os policiais. Ou seja, não se acolheu a tese de que a ação foi acobertada por uma excludente de ilicitude. Ressalve-se que o entendimento foi no sentido de que os acusados não teriam agido com dolo de matar os integrantes do automóvel, mas concluiu-se que os disparos foram desproporcionais. A propósito, há vedação legal ao disparo de arma de fogo contra veículo em fuga, prevista no parágrafo único do art. 2º da Lei 13.060/2014. 4.1. Da análise dos autos constata-se que não é possível individualizar as condutas e afirmar com precisão qual dos acusados deste Conselho de Disciplina, bem como dos aconselhados no Processo Administrativo Disciplinar de SPU nº 186419511 (que apura a responsabilidade disciplinar referente a este mesmo episódio), foi de fato o responsável pelo disparo que deu causa ao óbito de JOSÉ MESSIAS GUEDES OLIVEIRA. Portanto, pode-se entender que se trata de uma autoria incerta entre os acusados de ambos os processos. 4.2. No âmbito penal, foi instaurado Inquérito Policial Militar, que se encontra concluído com entendimento de que os acusados agiram em legítima defesa, no entanto, houve declínio de competência da Justiça Militar, que, acolhendo parecer do Ministério Público Militar, remeteu o feito à Vara do Juri de Campos Sales-CE. Deste modo, a persecução criminal ainda se encontra com a fase investigativa em andamento em inquérito policial instaurado em paralelo, no município de Campos Sales-CE, tendo havido prorrogação de prazo para conclusão deste. 4.3. Malgrado a fase acusatória no âmbito penal não tenha se iniciado, não se pode olvidar que, ao final os aconselhados podem ser condenados, e, como efeito da condenação, perderem o cargo, caso se enquadrem nas hipóteses legais do art. 92, I, alíneas a e b, do Código Penal. 4.4. Em suma, considerando que a finalidade precípua do Conselho de Disciplina é verificar a capacidade moral da praça para permanecer no serviço ativo militar, depreende-se de uma ocorrência policial extremamente difícil, onde os policiais, diante das informações e visando o enfrentamento do crime, montaram o bloqueio policial, e até por não haver prova nos autos de que os policiais agiram com animus necandi, corroboro com a sugestão da comissão processante, qual seja, sanção diversa da demissão (...)” (destacou-se) A Coordenação da CODIM/CGD (fl. 566) ratificou o entendimento da CEPREM/CGD; CONSIDERANDO que, em que pese o mesmo fato tenha dado origem a dois processos distintos (SPU nº 18625269-2 e SPU nº 186419511-1), é evidente que, por haver identidade quanto à acusação, a fundamentação conclusiva de ambos os processos deve ser uniforme e coerente. Assim, como a solução do Conselho de Disciplina de SPU nº 18625269-2 já foi publicada no DOE nº 044, de 06 de março de 2023, e sendo o arcabouço probatório dos dois procedimentos extremamente semelhantes, reiteram-se neste PAD as mesmas razões exaradas no deslinde do Conselho de Disciplina; CONSIDERANDO que, antes de se apresentar a ratio decidendi do presente feito, mormente em razão da complexidade dos fatos, se faz necessário expor, à luz da reconstrução processual possibilitada pelas provas dos autos, as premissas jurídicas que orientaram a decisão de mérito; CONSIDERANDO ser a primeira e mais elementar delas a impossibilidade de se acolher a tese de que possa ter havido uma legítima defesa real ao caso sob apreciação, porquanto inexistiu injusta agressão real (ocorrida efetivamente no mundo concreto) por parte dos ocupantes do carro modelo corolla guiado por Gutieley, uma vez que é controverso nos autos a tese de que ele tenha tentado atropelar os policiais e é certo que os ocupantes do veículo não portavam qualquer arma de fogo. Todavia, como o motorista exercia velocidade de 110 Km/h ao cruzar uma barreira policial, é razoável que os militares tenham, até por todo o contexto que os cercava, imaginado que se tratava de uma injusta agressão, o que autoriza a incidência da legítima defesa putativa, ainda que não cabalmente, mas ao menos a nível de fundadas razões. Segundo lição doutrinária: “A legítima defesa real é o revidado contra agressão efetivamente injusta, enquanto a legítima defesa putativa é a reação imaginária, erroneamente suposta, pois existe apenas na mente de quem a realiza (Masson, Cleber. Código Penal comentado 4. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.p. 230); CONSIDERANDO que, nesse contexto, é pertinente destacar todos os elementos que podem ter contribuído para a falsa representação da realidade pelos militares que dispararam contra o veículo. São eles: 1º) o informe de inteligência que circulava nos grupos dando conta de um possível crime patrimonial contra bancos em Campo Sales; 2º) A informação repassada pelo SGT PM Viana (fls. 208/209) aos policiais de serviço de que um veículo com quatro ou cinco homens suspeitos estava se dirigindo à Campo Sales; 3º) O dado equivocado, também passado pelo SGT PM Viana, referente à placa do veículo suspeito, que corresponderia ao modelo de um carro Onix e não de um carro Corolla; 4º) O comportamento do condutor do veículo, o qual, sem que se adentre ao mérito de sua intenção e de sua percepção sobre ter reconhecido as viaturas na estrada, mesmo tendo afirmado que “avistrou viaturas da polícia no acostamento” (fl. 387), objetivamente adotou conduta que pode ter contribuído em incutir na mente dos policiais que se tratava de um veículo suspeito, tanto por não terem as duas VTRs inicialmente deslocadas conseguido abordá-lo na CE-371, como por não ter sequer reduzido a velocidade ao se aproximar e cruzar com a “barreira” montada na entrada da cidade; CONSIDERANDO que, além desses fatores já mencionados, é preciso ainda frisar outro, qual seja, disparos foram efetuados, mas é necessário reconhecer que, após a primeira deflagração de projétil de arma de fogo, cujo policial autor não foi possível identificar, instaurou-se um cenário de caos, num ambiente já cercado de tensão, que incitou os demais militares a também deflagrarem novos tiros sem que soubessem de onde eles partiam, sendo forçoso reconhecer, de modo razoável, que podem ter imaginado que houvesse uma injusta agressão por arma de fogo por parte dos integrantes do veículo que queriam abordar, o que autorizaria mais uma vez a incidência, pelo menos com fundadas razões, de um erro de tipo permissivo (legítima defesa putativa) decorrente da falsa representação da realidade. Pertinente assentar que, nos depoimentos e interrogatórios, os militares afirmaram ter a percepção de que estava havendo disparos do carro suspeito, senão vejamos: “QUE atirou porque ouviu outros disparos, pois acreditou que estava havendo uma troca de tiros entre a polícia e os indivíduos que ocupavam o corola” - SD PM Hugo Leonardo Gomes Simões (fls. 396/301); “QUE atirou porque ouviu disparos, pois acreditou que os ocupantes do veículo corola estavam atirando contra os policiais, ressaltando o interrogado, que os disparos efetuados por ele se deram somente no momento em que o veículo transpunha a barreira” - SD PM SD PM Paulo Roberto Miranda (fls. 302/304); “QUE atirou porque ouviu disparos, pois acreditou que os ocupantes do veículo corola estavam atirando contra os policiais” - SD PM Francisco Demontier Andrade Júnior (fls. 309/311); “QUE em fração de segundos, ouviu disparos de arma de fogo, não sabendo precisar de onde partiam, se dos policiais ou dos ocupantes do veículo em fuga” - Testemunha TEN PM João Geraldo de Assis Queiroga (fls. 238/240). A partir de mais esse erro quanto aos fatos, isto é, terem imaginado uma possível troca de tiros, os disparos poderiam estar acobertados pela descriminante putativa, uma vez que estavam numa situação de extremo risco e num local com pouca iluminação. Caso não fosse razoável essa suposição na mente dos agentes, claramente haveria excesso na legítima defesa imaginária. Nessa hipótese de permissividade decorrente de erro, o excesso só restaria demonstrado se os tiros tivessem continuado após o veículo parar e os ocupantes colocarem as mãos para fora do veículo, momento em que não seria mais legítimo aos policiais suporem estar em perigo. As provas testemunhais colhidas dão conta de que os disparos só foram efetuados no momento em que o carro cruzou a barreira em alta velocidade; CONSIDERANDO que, mesmo que se coloque que o primeiro disparo foi efetuado por imprudência ou sem moderação, como não é possível determinar o militar que acionou primeiramente sua arma e deu causa à situação putativa em que os demais supuseram que suas vidas estivessem em perigo, não se pode punir todos os quatro acusados como se fossem responsáveis por deflagrar a situação de crise, sob pena de ocorrer a punição de três deles por algo que não fizeram e se infringir o princípio da intranscendência subjetiva das sanções. Tal incerteza quanto ao autor do tiro inicial exige que se suponha que todos os aconselhados somente atiraram após o primeiro estampido, sendo possível entender que estavam acobertados por uma descriminante putativa em razão de ser razoável que tenham entendido que os tiros poderiam estar vindo do veículo suspeito; CONSIDERANDO que, como o Brasil adota, consoante o item 17 da exposição de motivos do Código Penal, a teoria limitada da culpabilidade, temos que, diante de erro quanto à situações fáticas envolvendo excludentes de ilicitude, afasta-se o dolo. Assim, pertinente concordar tanto com a Comissão Processante, que assentou que não estava presente o dolo de matar (fls. 557), bem como com o despacho da CEPREM (fls. 565), que, corroborando com o entendimento da trinca, firmou “não haver prova nos autos de que os policiais agiram com animus necandi”; CONSIDERANDO que, quando estivermos diante das figuras de erro de tipo permissivo, é preciso analisarmos se o erro foi escusável (invencível) ou inescusável (vencível), conforme consta na parte final do Art. 20, § 1º, do Código Penal (É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos). Quando o erro for evitável, estaremos diante da chamada culpa imprópria, por assimilação, por extensão ou por equiparação. Segundo a doutrina, “ocorre a culpa imprópria quando o agente, embora tendo agido com dolo, nos casos de erro vencível, nas descriminantes putativas, responde por um crime culposos” (Greco, Rogério. Curso de Direito Penal: parte geral, volume I – 19. ed. – Niterói, RJ: Impetus, 2014. p. 218). Para sabermos se há ou não culpa imprópria, isto é, se o erro foi ou não vencível, Cezar Roberto Bitencourt leciona que: “Na verdade, antes da ação, isto é, durante a elaboração do processo psicológico, o agente valora mal uma situação ou os meios a utilizar, incorrendo em erro, culposamente, pela falta de cautela nessa avaliação; já, no momento subsequente, na ação propriamente dita, age dolosamente, finalisticamente, objetivando o resultado produzido, embora calcado em erro culposos” (Erro de tipo e erro de proibição – Uma análise comparativa. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 45); CONSIDERANDO que, na hipótese dos autos, é notório que houve algumas imprudências na valoração dos fatos em momentos anteriores ao desfecho trágico, tal qual a informação equivocada passada pelo SGT Viana de que o Veículo Corolla teria a placa correspondente a outro modelo de carro, no caso um Onix. Todavia, esse erro não pode ser imputado aos policiais que dispararam contra o veículo evasor, porquanto não tinham como verificar se a informação era ou não verdadeira. Os outros fatores (possível assalto a Banco e carro suspeito em alta velocidade que não reduziu a velocidade ao se aproximar e cruzar a barreira policial) também foram de ordem externas à esfera de controle dos policiais acusados. Deste modo, o erro, decorrente de vários aspectos, não derivou de culpa dos processados, pois a falsa percepção da realidade em que incorreram era apta a sequestrar a consciência de qualquer policial inserido na ocorrência em apuração. Noutros termos, não há como se dizer que os processados se colocaram nessa situação por negligência, imperícia ou imprudência, pois todas as informações que receberam denotavam razoabilidade na situação de risco que se apresentava, isto é, os elementos probatórios constantes no caderno processual não apontam que eles se colocaram nessa situação de percepção errônea da realidade por inobservância de um dever objetivo de cuidado; CONSIDERANDO que, a título de precedente, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, decidiu pela ocorrência da legítima defesa putativa em atuação policial nos seguintes termos: “O erro cometido pelo policial não decorreu de uma circunstância isolada, sendo motivado por um expressivo conjunto: o ínfimo espaço de tempo para reflexões; a pressão de uma operação policial, sob o dever específico de proteger seus companheiros; a razoável distância para o alvo e a forma da ferramenta empunhada ser similar a de uma arma de fogo. Na retrospectiva histórica do fato, qualquer policial teria a mesma ação que o agente, nas mesmas circunstâncias em que

este se encontrava. Em síntese, é isento de pena quem, por erro plenamente justificado, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima e não atípica, como sustenta a teoria dos elementos negativos do tipo.” (Processo nº: 0244942-82.2010.8.19.0001 TJ-RJ, 2011); CONSIDERANDO, portanto, que há fortes indícios de que todos esses acontecimentos revestiram a situação com uma verossimilhança de que realmente os ocupantes do veículo seriam possíveis assaltantes, incutindo na mente dos policiais a representação de um cenário de extremo risco operacional. Destarte, há ao menos a fundada dúvida de que toda essa conjuntura incutiu nos agentes um nível de representação que afasta a possibilidade de que tenham agido com dolo, porquanto é razoável que tenham imaginado estar em legítima defesa, ainda que na realidade a agressão inexistisse; CONSIDERANDO que, nessa toada, se entende que aos processados deve-se conferir o entendimento de que podem estar alcançados pela ressalva da parte final do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 13.060/2014, que dispõe: “Não é legítimo o uso de arma de fogo: [...] II - contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, exceto quando o ato represente risco de morte ou lesão aos agentes de segurança pública ou a terceiros”, ainda que putativamente; CONSIDERANDO que, no caso concreto em análise, o que se pode concluir, de modo mais consentâneo com a integralidade do arcabouço probatório, é que se afigura provável que tenha ocorrido uma situação que se enquadra no chamado erro de tipo permissivo ou discriminante putativa do tipo inevitável, invencível ou escusável, nos termos do que preceitua o Art. 20, § 1º, primeira parte, do Código Penal (É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima). Destaque-se, entretanto, que a reconhecimento da base empírica calçada nos elementos probatórios colhidos não permite uma reconstrução perfeita da dinâmica dos fatos, estando tudo que se pontuou até aqui no campo da probabilidade, o que, não obstante, é suficiente para impor dúvida razoável quanto à existência de uma causa excludente de antijuridicidade, ainda que na modalidade putativa, o que configura, por hora, óbice intransponível a formação do juízo de certeza necessário à aplicação de sanção pelo poder punitivo disciplinar. Entrementes, em consonância com o princípio in dubio pro servidor, corolário da presunção de inocência, as excludentes de ilicitude, ainda que que decorrentes de erros, por afastarem a responsabilização disciplinar, não necessitam ser cabalmente comprovadas, bastando que haja fundada dúvida de sua existência, conforme prevê a parte final inciso VI do Art. 386 do Código de Processo Penal, aplicável ao processo em curso por força do Art. 73 da Lei nº 13.407/03 (Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: [...] VI - existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena (arts. 20, 21, 22, 23, 26 e § 1º do art. 28, todos do Código Penal), ou mesmo se houver fundada dúvida sobre sua existência). Ou seja, a legítima defesa putativa, para ensejar a absolvição, não necessita do mesmo nível probatório exigido para se punir um servidor, bastando que gere dúvida razoável apta a infirmar a tese sob acusação. Todavia, por não haver plena certeza quanto a todos os aspectos fáticos, o fundamento da decisão nessa hipótese é o mesmo de uma absolvição por falta de provas, não se confundindo com o reconhecimento peremptório de uma causa excludente de ilicitude, o que autoriza a incidência do Art. 72, parágrafo único, III, da Lei nº 13.407/03, isto é, fraqueja-se a possibilidade de instauração de novo feito caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento; CONSIDERANDO que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar em parte o relatório** de fls. 534/562 e **Absolver** os **ACONSELHADOS** SD PM HUGO LEONARDO GOMES SIMÕES, MF.: 308.212-1-2; SD PM PAULO ROBERTO MIRANDA, MF.: 308.305-1-2; SD PM TIAGO DA SILVA, MF.: 308.358-1-6 e SD PM FRANCISCO DEMONTIER ANDRADE JUNIOR, MF.: 308.764-4-X, com fundamento na inexistência de provas suficientes para a condenação em relação às acusações constantes na Portaria inicial, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003) e, por consequência, **arquivar o presente Conselho de Disciplina** em desfavor dos mencionados militares; b) Nos termos do art. 30, caput da Lei Complementar nº 98, de 13/06/201, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; c) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; d) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no art. 34, §7º e §8º, do Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 - CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 11 de maio de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CGD Nº334/2023** - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de regularizar o deslocamento de servidores dessa Controladoria Geral de Disciplina, lotados nessa Célula Regional de Disciplina do Sertão de Sobral - CERSO, sediada em Sobral, objetivando intimar testemunha a ser ouvida em audiência no intuito de instruir Investigação Preliminar sob SPU Nº 2106268976, concedendo-lhes meia diária, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 09 de maio de 2023.

Julliana Albuquerque Marques Pereira

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº334/2023, DE 09 DE MAIO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			TOTAL
					QUANT.	VALOR	TOTAL	
FRANCISCO REGINALDO SILVA SOARES	SGT PM	V	19/05/2023	SOBRAL - CE / CAMOCIM - CE / SOBRAL - CE	0,5	61,33	61,33	30,67
JOSÉ NILTON BRANDAO JUNIOR	EPC	V	19/05/2023	SOBRAL - CE / CAMOCIM - CE / SOBRAL - CE	0,5	61,33	61,33	30,67
WALLACE BEZERRA RODRIGUES	EPC	V	19/05/2023	SOBRAL - CE / CAMOCIM - CE / SOBRAL - CE	0,5	61,33	61,33	30,67
TOTAL								92,01

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CGD Nº348/2023** - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de regularizar os deslocamentos de servidores lotados na Célula Regional de Disciplina dos Inhamuns - CERIN/CGD, com a finalidade de proceder diligências no sentido de qualificar e ouvir vítimas e testemunhas na(s) cidade(s) de Ipuéiras e Ipu(CE), referente as Investigações Preliminares nº2301638671 e 2210232303, visando cumprir a Ordem de Serviço nº268/2023, concedendo-lhes 1 (uma) diária e meia, de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 12 de maio de 2023.

Julliana Albuquerque Marques Pereira

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº348/2023, DE 12 DE MAIO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			TOTAL
					QUANT.	VALOR	TOTAL	
ADEMAR PEDROSA FERREIRA	SGT	V	23 a 24/05/2023	TAUÁ - CE / IPUÉIRAS - CE / IPÚ - CE - TAUÁ - CE	1,5	61,33	61,33	92,00
FREDERICO MARTINS CLAUDINO	EPC	V	23 a 24/05/2023	TAUÁ - CE / IPUÉIRAS - CE / IPÚ - CE - TAUÁ - CE	1,5	61,33	61,33	92,00
TOTAL								184,00

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CGD Nº349/2023** - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de regularizar o deslocamento de servidores lotados na Célula Regional de Disciplina do Sertão de Inhamuns - CERIN/

CGD para cidade de BOA VIAGEM, a fim de proceder serviço de levantamento de informação - identificar e notificar testemunhas, entre outros, tudo nos autos da Investigação Preliminar - SPU 2210663746, concedendo-lhes meia diária, de acordo com o artigo 3º; alínea "a", § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 12 de maio de 2023.

Juliana Albuquerque Marques Pereira  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº349/2023, DE 12 DE MAIO DE 2023.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			TOTAL
					QUANT	VALOR	TOTAL	
FRANCISCO BENEDITO BARBOSA DE CASTRO	SUBTEN PM	V	02/06/23	TAUÁ - CE / BOA VIAGEM - CE / TAUÁ - CE	0,5	61,33	61,33	30,67
ADEMAR PEDROSA FERREIRA	1º SGT PM	V	02/06/23	TAUÁ - CE / BOA VIAGEM - CE / TAUÁ - CE	0,5	61,33	61,33	30,67
TOTAL								61,34

PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº087/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 21 da Resolução Nº. 751, de 14.12.2022 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº 04097/2023, protocolado em 28 de abril de 2023; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos Art. 30 da Lei 17.091 de 14 de Novembro 2019 - D.O.E de 18/11/2019; RESOLVE: Art. 1º. Designar os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único deste Ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor no curso coordenado pela Escola Superior do Parlamento Cearense (UNIPACE) deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessa função a gratificação prevista no(s) inciso(s) I a IV do art. Art. 30 da Lei 17.091 de 14 de Novembro 2019 - D.O.E de 18/11/2019. Art. 2º. O pagamento das **gratificações** a que se referem o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização dos respectivos cursos/ treinamentos, mediante a apresentação das frequências pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao(s) 03 dia(s) do mês de maio do ano de 2023.

Deputado Evandro Leitão  
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº087/2023

MAT.	NOME	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CURSO/ TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
034602	Maria Do Socorro Tavares Timbó	Orientador da Célula de Fonoaudióloga	Especialista	Curso Voz, Dicção e Oratória, Turma III	MAIO	08 H/A	R\$ 88,59	R\$ 708,72
017458	Henrique Jorge Martins Bezerra	Membro Executivo Nível III	Graduado	Curso Voz, Dicção e Oratória, Turma III	MAIO	08 H/A	R\$ 66,44	R\$ 531,52

\*\*\* \*\*

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº093/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 45 da Resolução n.º 751, de 14 de dezembro de 2022. Considerando a indicação da liderança do Bloco Partidário PT/PC do B/ PSD/PMN/PSDB/Cidadania, RESOLVE: **Tornar público o nome** do Deputado **GUILHERME SAMPAIO** como **membro da Comissão** de Orçamento, Finanças e Tributação, e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, conforme Anexo Único, parte integrante deste Ato. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 10 de maio de 2023.

Deputado Evandro Leitão  
PRESIDENTE

Republicado por incorreção.

ANEXO ÚNICO  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

CONDIÇÃO	TITULARES	PARTIDO	SUPLENTE	PARTIDO
PRESIDENTE	SÉRGIO AGUIAR	PDT	QUEIROZ FILHO	PDT
VICE-PRESIDENTE	LARISSA GASPAR	PT	LUANA RIBEIRO	CIDADANIA
MEMBRO	ROMEU ALDIGUERI	PDT	JEOVÁ MOTA	PDT
MEMBRO	BRUNO PEDROSA	PDT	ANTÔNIO GRANJA	PDT
MEMBRO	DE ASSIS DINIZ	PT	ALYSSON AGUIAR	PC DO B
MEMBRO	GUILHERME SAMPAIO	PT	NIZO COSTA	PT
MEMBRO	CARMELO NETO	PL	ALCIDES FERNANDES	PL
MEMBRO	SARGENTO REGINAURO	UNIÃO	FELIPE MOTA	UNIÃO
MEMBRO	AGENOR NETO	MDB	DAVI DE RAIMUNDÃO	MDB

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

CONDIÇÃO	TITULARES	PARTIDO	SUPLENTE	PARTIDO
PRESIDENTE	JEOVÁ MOTA	PDT	ANTÔNIO GRANJA	PDT
VICE-PRESIDENTE	DE ASSIS DINIZ	PT	NIZO COSTA	PT
MEMBRO	ROMEU ALDIGUERI	PDT	MARCOS SOBREIRA	PDT
MEMBRO	CLÁUDIO PINHO	PDT	BRUNO PEDROSA	PDT
MEMBRO	GUILHERME SAMPAIO	PT	LARISSA GASPAR	PT
MEMBRO	DAVI DE RAIMUNDÃO	MDB	AGENOR NETO	MDB
MEMBRO	LEONARDO PINHEIRO	PROGRESSISTAS	ALMIR BIÉ	PROGRESSISTAS

Republicado por incorreção.

\*\*\* \*\*

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº094/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no inciso X do § 1º do art. 21 da Resolução Nº. 751, de 14.12.2022 (Regimento Interno), e tendo em vista o que consta do Processo nº04872/2023, protocolado em 12 de maio de 2023; CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do art. 132 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974; CONSIDERANDO o disposto nos termos dos Art. 30 da Lei 17.091 de 14 de Novembro 2019 - D.O.E de 18/11/2019; RESOLVE: Art. 1º. Designar o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único deste Ato, para o exercício das funções de magistério na categoria de professor no curso coordenado pela Escola Superior do Parlamento Cearense (UNIPACE) deste Poder, sendo concedida pelo exercício dessa função a gratificação prevista no(s) inciso(s) I a IV do art. Art. 30 da Lei 17.091 de 14 de Novembro 2019 - D.O.E de 18/11/2019. Art. 2º. O pagamento da(s) **gratificação(ões)** a que se refere(m) o art. 1º deste Ato está vinculado à comprovação da realização do(s) curso(s)/ treinamento(s), mediante a apresentação da(s) frequência(s) pela área responsável. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, ao(s) 15 dia(s) do mês de maio do ano de 2023.

Deputado Evandro Leitão  
PRESIDENTE



## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº094/2023

NOME	FUNÇÃO/ORGÃO	TITULAÇÃO	CURSO/TREINAMENTO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA HORA/AULA	VALOR TOTAL
EMANUEL FREITAS DA SILVA	Professor Adjunto Universidade Estadual do Ceará	Doutor	Ciências Políticas, Sociedade e Governo	03 a 07 de julho	20 h/a	R\$132,89	R\$ 2.657,80

\*\*\* \*\*

## ATO DA PRESIDÊNCIA Nº095/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista pelo Art. 17, inciso VI, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno); CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 698, de 31 de outubro de 2019, publicada no D.O.E de 08.11.2019 e a Resolução nº 703 de 12 de março de 2020, publicada no D.O.E de 24/03/2020; CONSIDERANDO a necessidade de melhor organização e eficiência das atividades desenvolvidas pelos Programas ou Grupos de Trabalho constituídos nos termos da legislação vigente; RESOLVE: Art. 1º. O **Grupo de Trabalho “Agenda 2030”**, criado pelo Ato da Presidência nº 021/2023, fica **acrescido dos Subgrupos “Acompanhamento da Implantação do Plano Estratégico nas Áreas Priorizadas” e “Sistematização do Monitoramento de Ações e a Validação de Resultados do ALECE 2030**. Art. 2º. Os **COMPONENTES** dos subgrupos referidos no Art. 1º serão **designados** por Ato da Presidência da Assembleia Legislativa, na forma e limites estabelecidos na Resolução nº 703, de 12 de março de 2020, publicada no D.O.E de 24/03/2020. Art. 3º. Este Ato terá vigência na data de sua publicação e efeitos financeiros a partir de 02 de maio de 2023. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 16 dias do mês de maio de 2023.

Deputado Evandro Leitão  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

## ATO DA MESA DIRETORA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, VI, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno) e tendo em vista o que consta do Processo nº 09597/2022. RESOLVE CONCEDER, a partir de 06.12.2022, ao servidor **CEZARIO AUGUSTO MARTINS MESQUITA**, matrícula nº 000453, ocupante do cargo/função Técnico Legislativo, NMD 08, o **ABONO DE PERMANÊNCIA** previsto no art. 8º da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, publicada no D.O.U. de 13.11.2019, c/c o caput do art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 210/2019, publicada no D.O.E. de 19.12.2019, por ter implementado as exigências para aposentadoria programada, com fundamento no art. 20, incisos I a IV, da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, c/c com o art. 1º, caput, e inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 210/2019, e optado por permanecer em atividade. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 05 de maio de 2023.

Dep. Evandro Leitão  
PRESIDENTE

Dep. Osmar Baquit

1º VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

Dep. David Durand

2º VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

Dep. Danniel Oliveira

1º SECRETÁRIO

Dep. Juliana Lucena

2º SECRETÁRIA

Dep. João Jaime

3º SECRETÁRIO

Dep. Dr. Oscar Rodrigues

4º SECRETÁRIO

\*\*\* \*\*

## ATO DA MESA DIRETORA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, VI, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno) e tendo em vista o que consta do Processo nº 09678/2022. RESOLVE CONCEDER, a partir de 07.12.2022, a servidora **ERLIENE ALVES DA SILVA VALE**, matrícula nº 000549, ocupante do cargo/função de Técnico Legislativo, NMD17, o **ABONO DE PERMANÊNCIA** por ter cumprido os requisitos para aposentadoria, e por ter optado em permanecer em efetivo exercício, nos termos dos arts. 8º e 20, incisos I a IV, da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, publicada no D.O.U. de 13.11.2019, c/c com o art. 1º, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 210/2019, publicada no D.O.E. de 19.12.2019, e optado por permanecer em atividade. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 05 de maio de 2023.

Dep. Evandro Leitão

PRESIDENTE

Dep. Osmar Baquit

1º VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

Dep. David Durand

2º VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

Dep. Danniel Oliveira

1º SECRETÁRIO

Dep. Juliana Lucena

2º SECRETÁRIA

Dep. João Jaime

3º SECRETÁRIO

Dep. Dr. Oscar Rodrigues

4º SECRETÁRIO

\*\*\* \*\*

## ATO DA MESA DIRETORA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, VI, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno) e tendo em vista o que consta do Processo nº 06085/2022. RESOLVE CONCEDER, a partir de 12.07.2022, ao servidor **JERONIMO ARAUJO COSTA NETO**, matrícula nº 000801, ocupante do cargo/função Técnico Legislativo- NMD14, o **ABONO DE PERMANÊNCIA** previsto no art. 8º da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, publicada no D.O.U. de 13.11.2019, c/c o caput do art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 210/2019, publicada no D.O.E. de 19.12.2019, por ter implementado as exigências para aposentadoria programada, com fundamento no art. 20, incisos I a IV, da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, c/c com o art. 1º, caput, e inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 210/2019, e optado por permanecer em atividade. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 05 de maio de 2023.

Dep. Evandro Leitão

PRESIDENTE

Dep. Osmar Baquit

1º VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

Dep. David Durand

2º VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

Dep. Danniel Oliveira

1º SECRETÁRIO

Dep. Juliana Lucena

2º SECRETÁRIA

Dep. João Jaime

3º SECRETÁRIO

Dep. Dr. Oscar Rodrigues

4º SECRETÁRIO

\*\*\* \*\*





**ATO DA MESA DIRETORA**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, VI, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno) e tendo em vista o que consta do Processo nº 07511/2022. RESOLVE CONCEDER, a partir de 15.09.2022, à servidora **JOSEFA DINIZ DANTAS**, matrícula nº 000931, ocupante do cargo/função Técnico Legislativo, o **ABONO DE PERMANÊNCIA** previsto no art. 8º da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, publicada no D.O.U. de 13.11.2019, c/c o caput do art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 210/2019, publicada no D.O.E. de 19.12.2019, por ter implementado as exigências para aposentadoria programada, com fundamento no art. 20, incisos I a IV, da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, c/c com o art. 1º, caput e inciso II da Lei Complementar Estadual nº 210/2019, e optado por permanecer em atividade. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de maio 2023.

Dep. Evandro Leitão

PRESIDENTE

Dep. Osmar Baquit

1º VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

Dep. David Durand

2º VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

Dep. Daniel Oliveira

1º SECRETÁRIO

Dep. Juliana Lucena

2ª SECRETÁRIA

Dep. João Jaime

3º SECRETÁRIO

Dep. Dr. Oscar Rodrigues

4º SECRETÁRIO

\*\*\* \*\*

**ATO DA MESA DIRETORA**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, VI, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno) e tendo em vista o que consta do Processo nº 04107/2022. RESOLVE CONCEDER, a partir de 17.05.2022, à servidora **LIANI MARIA BRAGA JACÓ**, matrícula nº 000957, ocupante do cargo/função de Técnico Legislativo - NMD 06, o **ABONO DE PERMANÊNCIA** previsto no art. 8º da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, publicada no D.O.U. de 13.11.2019, c/c o caput do art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 210/2019, publicada no D.O.E. de 19.12.2019, por ter implementado as exigências para aposentadoria programada, com fundamento no art. 4º, incisos I a V e § 2º da Emenda Constitucional Federal nº 103/2019, c/c com o art. 1º, caput e inciso I da Lei Complementar Estadual nº 210/2019, e optado por permanecer em atividade. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 05 maio de 2023.

Dep. Evandro Leitão

PRESIDENTE

Dep. Osmar Baquit

1º VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

Dep. David Durand

2º VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO

Dep. Daniel Oliveira

1º SECRETÁRIO

Dep. Juliana Lucena

2ª SECRETÁRIA

Dep. João Jaime

3º SECRETÁRIO

Dep. Dr. Oscar Rodrigues

4º SECRETÁRIO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE TERMO JUSTIFICATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO EDITAL Nº41/2023**

**OBJETO: PATROCÍNIO ao Projeto “DEMOCRACIA – UM LEGADO PARA CUIDAR”,** promovido pela EDITORA E GRÁFICA CEARACOM LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.915.244/0001-71. **JUSTIFICATIVA:** O projeto “DEMOCRACIA – UM LEGADO PARA CUIDAR” tem como objetivo explicar à população o que é a democracia, quais as vantagens desse regime político e qual a importância de defendê-lo, a fim de reforçar a necessidade de observância a um compromisso social com a democracia, combatendo fake news e desinformações em relação ao processo eleitoral brasileiro. **VALOR:** R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01000000.001.01.01.031.259.20740.0.1.5.00.9.100000.3.3.90.39.15.2.1.0 000.E0000 – Classificação Reduzida 33. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O Presente Termo Justificativo de Seleção Pública tem como fundamento jurídico o parágrafo primeiro do art. 6º da Lei Estadual nº 16.142/2016, alterada pela Lei nº 17.617 de 18 de Agosto de 2021, que dispõe sobre a política de patrocínio da Administração Pública do Estado do Ceará, e subsidiariamente, a Lei 8.666/93. ; **CONTRATADA: EDITORA E GRÁFICA CEARACOM LTDA.** **DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE:** A escolha da EDITORA E GRÁFICA CEARACOM LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.915.244/0001-71, deve-se ao fato de referida Entidade deter a exclusividade desta iniciativa, como bem atesta a Declaração de Exclusividade oriunda da Associação Cearense de Imprensa - ACI, anexa ao processo. . **RATIFICAÇÃO:** Considerando o Termo Justificativo emitido pela Comissão Permanente de Licitação desta Augusta Casa Legislativa, bem como, com amparo no Parecer exarado pela Douta Procuradoria deste Poder Legislativo, RATIFICO a presente INEXIGIBILIDADE DE SELEÇÃO PÚBLICA, para PATROCÍNIO do Projeto “DEMOCRACIA – UM LEGADO PARA CUIDAR”, nos termos do Parágrafo Primeiro do Art. 6º da Lei Estadual nº 16.142, de 06/12/2016, alterada pela Lei nº 17.617 de 18 de Agosto de 2021, que dispõe sobre a política de patrocínio da Administração Pública do Estado do Ceará, e subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores **DATA ASSINATURA:** 10/05/2023. **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ,** em Fortaleza, 10 de maio de 2023.

Paulo Henrique Parente Neiva Santos

DIRETOR GERAL, RESPONDENDO

\*\*\* \*\*

**CORRIGENDA AO EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº09/2021**

No Extrato de Aditivo ao Contrato nº 09/2021, celebrado entre esta Assembleia e a Empresa BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, publicado no Diário Oficial de 27/04/2023, **ONDE SE LÊ:** DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023. **LÊIA-SE:** DATA DA ASSINATURA: 09/05/2023. **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ,** em Fortaleza, 15 de maio de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães

DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\*

**CORRIGENDA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº18/2023**

No extrato de contrato 18/2023, publicado no Diário Oficial de 12/05/2023. **ONDE SE LÊ:** CONTRATANTE: EMPRESA JOSE ALBUQUERQUE NETO - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 07.900.551/0002-31, COM SEDE NA RUA DONA MENDINHA, Nº 999, A, BAIRRO CRISTO REDENTOR, CEP.: 60.337-385, FORTALEZA/CE. **LÊIA -SE:** CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 06.750.525/0001-20, SITUADA NA AV. DESEMBARGADOR MOREIRA, Nº 2807, DIONÍSIO TORRES, NESTA CAPITAL. **CONTRATADA:** EMPRESA JOSE ALBUQUERQUE NETO - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 07.900.551/0002-31, COM SEDE NA RUA DONA MENDINHA, Nº 999, A, BAIRRO CRISTO REDENTOR, CEP.: 60.337-385, FORTALEZA/CE. **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ,** em Fortaleza, 15 de maio de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães

DIRETORA GERAL



## OUTROS

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jardim - Aviso de Julgamento Final - Tomada de Preço nº 2023.01.12.1.** A CPL da Prefeitura Municipal de Jardim/CE, torna público, que fora concluído o julgamento referente à fase de proposta de preços do Certame Licitatório na modalidade Tomada de Preço nº 2023.01.12.1, conforme parecer do responsável técnico (Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Jardim), sendo a seguinte: Empresa Vencedora: Largem Construções Locações e Eventos EIRELI, por apresentar preços compatíveis com o orçamento básico e com os praticados no mercado. Destacou-se que as empresas desclassificadas foram: Ecos Edificações Construções e Serviços LTDA – ME apresentou alterações no custo total da parcela de material do orçamento base. Vision Construções e Serviços LTDA – ME apresentou proposta com número e objeto divergentes da licitação em questão. J.H.S Serviços e Obras EIRELI não explicitou o desconto e o fator multiplicador, apresentou custos unitários divergentes do orçamento base. TR Empreendimentos LTDA apresentou valores de custo total da parcela de mão de obra divergentes do orçamento base. Nordeste Construções e Infraestrutura LTDA apresentou alterações no custo total da parcela de material do orçamento base. Exata Serviços Construções e Locações EIRELI apresentou descontos e fatores variáveis, apresentou alterações no custo total da parcela de mão de obra e de material do orçamento base. V.F da Silva Construções apresentou descontos e fatores variáveis, apresentou alterações no custo total da parcela de mão de obra e de material do orçamento base. Construtora Astron LTDA – ME apresentou descontos e fatores variáveis, apresentou alterações no custo total da parcela de mão de obra e de material do orçamento base. Teotônio Constr Comér Indúst e Serviços LTDA – ME apresentou alterações no custo total da parcela de mão de obra e de material do orçamento base. Venus Serviços e Entretenimentos LTDA o cálculo do fator de multiplicação da planilha da Secretaria de Administração está com erro, consequentemente, também incide em erro o custo global, o valor total da proposta não condiz com os valores individuais apresentados para cada secretaria. Flay Engenharia Empreendimentos e Serv. – EIRELI apresentou descontos e fatores multiplicadores variáveis, o cálculo do fator de multiplicação está com erro, consequentemente, também incide em erro o custo global. Contecnica Cariri - Organização Empresarial EIRELI a empresa não apresentou planilhas das secretarias de Cultura, turismo e esporte, Saúde e Educação. PVX1 Serviços Administrativos EIRELI não apresentou orçamento adequado ao exigido no edital. S Stanislau da Silva não explicitou o desconto e nem o fator multiplicador, não apresentou orçamento adequado ao exigido no edital. Amparo Serviços e Empreendimentos EIRELI, J de Fonte Rangel EIRELI, Araguaia Empreendimentos EIRELI, Jose Urias Filho – ME, CONSTRUCER - Construção e Serviços de Terraplenagem LTDA, Fenix - Locações e Empreendimentos EIRELI, Eletrocampo Serviços e Construções LTDA, J2 Construções E Serviços LTDA – ME não apresentaram orçamentos adequados ao exigido no edital. JAO Construções e Serviços LTDA – ME não apresentou planilhas das secretarias de Cultura, turismo e esporte, Saúde e Educação. Ramalho Serviços e Obras EIRELI – ME, Roma Construtora EIRELI – ME apresentou custos unitários divergentes do orçamento base, não explicitou o desconto aplicado. não apresentou orçamento adequado ao exigido no edital. Drena Construções e Locações EIRELI – ME o cálculo do fator de multiplicação da planilha da secretaria de administração está com erro, consequentemente, também incide em erro o custo global. M Minervino Neto Construções apresentou alterações no custo total da parcela de material do orçamento base. Eugenia Fernanda Pereira Feitosa apresentou custos unitários divergentes do orçamento base, não explicitou o desconto aplicado. Não apresentou orçamento adequado ao exigido no edital. Meta Empreendimentos e Serviços de Locação de Mão de Obra EIRELI apresentou alterações no custo total da parcela de material do orçamento base, apresentou fator de multiplicação maior que o apresentado no orçamento base. A L S Construções, Serviços e Eventos EIRELI apresentou custos unitários divergentes do orçamento base, não explicitou o desconto aplicado. Não apresentou orçamento adequado ao exigido no edital. Tiago Alves França, VK Construções e Empreendimentos LTDA – ME apresentaram custos unitários divergentes do orçamento base, não explicitou o desconto aplicado. Não apresentou orçamento adequado ao exigido no edital. RM Clemente Candido apresentou alterações no custo total da parcela de mão de obra e de material do orçamento base. A Casa Construções e Serviços EIRELI – ME apresentou custos unitários divergentes do orçamento base, não explicitou o desconto aplicado. Não apresentou orçamento adequado ao exigido no edital. A.I.L. Construtora LTDA – ME apresentou custos totais divergentes do orçamento base, apresentou fator de multiplicação calculado de maneira errada. N3 Empreendimentos e Participações apresentou alterações no custo total da parcela de material do orçamento base. Caldas Empreendimentos e Construções EIRELI apresentou custos unitários divergentes do orçamento base, não explicitou o desconto aplicado. Não apresentou orçamento adequado ao exigido no edital. MT Projetos e Serviços de Engenharia LTDA apresentou as propostas sem assinatura do representante legal e do responsável técnico. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação, sito na Rua Leonel Alencar, nº 347 - Centro - Jardim/CE, ou pelo telefone (88) 34817445, no horário de 08:00 às 12:00 hs. **Jardim/CE, 17 de Maio de 2023. Francisco Arquimedes Soares Lucena – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Assaré - Aviso de Julgamento de Habilitação – Concorrência nº 2023.03.10.2.** A Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Assaré/CE, torna público que fora concluído o julgamento da fase de habilitação da Concorrência nº 2023.03.10.2, sendo a seguinte: Empresas Habilitadas – Construtora Moura Neto LTDA, Pro Limpeza Serviços e Construções EIRELI, Ecos Edificações Construções e serviços LTDA, Roma Construtora EIRELI, FF Empreendimentos e Serviços LTDA, Agape Engenharia e Serviços LTDA, Barbosa Construções e Serviços LTDA, Clezinaldo S de Almeida Construções ME, Cruz Domingos Engenharia LTDA, Teotônio Construções Comércio Industria e Serviços, Construtora Astron LTDA, Ramalho Serviços e Obras EIRELI, J. H. S. Serviços de Obras EIRELI, Elo Construções e Empreendimentos EIRELI, Tela Serviços e Eventos LTDA, Nordeste Construções e Infraestrutura LTDA, Evolução Construtora EIRELI, N3 Construtora EIRELI, Consbral Construções & Empreendimentos LTDA, Construtora Moraes LTDA, M. Minervino Neto Empreendimentos, WU Construções e Serviços LTDA, AOS Construções EIRELI, L. A. Locações e Serviços LTDA, S A Engenharia LTDA, A & P Edificações Construções e Empreendimentos LTDA, G.A. Rabelo Júnior, Saraiva Empreendimentos e Serviços EIRELI, Werton Engenharia & Arquitetura LTDA, Construtora Justo Júnior LTDA, Allenza - Engenharia, Arquitetura e Construção LTDA, Flay Engenharia Empreendimentos e Serviços EIRELI, Energy Serviços EIRELI, G 7 Construções e Serviços EIRELI, Real Serviços EIRELI, PV Engenharia, Serviços e Locações LTDA, STAFF - Construções e Edificações e Serviços Imobiliários LTDA, Apla Comércio, Serviços, Projetos e Construções LTDA, MT Projetos e Serviços de Engenharia LTDA, Venus Serviços e Entretenimentos LTDA, Amparo Serviços e Empreendimentos EIRELI, M&C Construções LTDA, AR Empreendimentos, Serviços e Locações EIRELI, Construtora Exito LTDA, GJS Construtora LTDA, João Nilton de Sousa LTDA, Prime Empreendimentos, Incorporadora e Serviços LTDA, A I L Construtora LTDA, S & T Construções e Locações de Mão de Obra EIRELI, Lima & Pereira Construções EIRELI, ID Construtora LTDA, Quality Empreendimentos LTDA, Vetor Obras de Engenharia EIRELI e ICV Construção Civil LTDA por cumprimento integral às exigências editalícias. J 2 Construções e Serviços LTDA, apresentou restrição junto a sua Regularidade para com a Fazenda Municipal; GR Máquinas Empreendimentos EIRELI, apresentou restrição junto a sua Regularidade para com a Fazenda Municipal; Sertão Construções Serviços e Locações LTDA, apresentou restrição junto a sua Regularidade para com a Fazenda Estadual, porém, caso venham sagrar-se vencedoras, fica concedido às mesmas o prazo legal para a regularização da situação por se tratarem de Microempresa em atendimento aos benefícios contidos na Lei Complementar nº 123/2006. Empresas Inabilitadas: Pilartex Construções LTDA, por descumprir o item 3.2.4.2 alínea “a” do Edital Convocatório; Tecta Construções e Serviços LTDA, por descumprir o item 3.2.4.2 alínea “a” do Edital Convocatório; Leal Empreendimentos, Serviços e Locações, por descumprir o item 3.2.4.2 alínea “a” do Edital Convocatório; I. A. S. Construções LTDA, por descumprir o item 3.2.4.2 do Edital Convocatório; Construtora Reis e Serviços EIRELI, por descumprir o item 3.2.4.2 alínea “a” do Edital Convocatório; V. F da Silva Construções, por descumprir o item 3.2.3.2 alínea do Edital Convocatório; José Urias Filho EIRELI, por descumprir o item 3.2.3.1.1 alínea “b” e “c” do Edital Convocatório; Medeiros Construções e Serviços LTDA, por descumprir o item 3.2.3.1.1 alínea “a” do Edital Convocatório; F da Rocha Forte Junior Consultoria e Serviços, por descumprir o item 3.2.1.1 do Edital Convocatório; S.L. Construções e Serviços EIRELI, por descumprir os itens 3.2.4.2 alínea “a”, 3.2.4.4, 3.2.4.5 e 3.2.4.6 do Edital Convocatório; T.C.S. da Silva Construções EIRELI, por descumprir o item 3.2.3.1.1 alínea “c” do Edital Convocatório; PVX1 Serviços Administrativos EIRELI, por descumprir os itens 3.2.3.1 e 3.2.4.1 do Edital Convocatório; S Stanislau da Silva, por descumprir o item 3.2.3.1 do Edital Convocatório; Momentum Construtora Limitada, por descumprir o item 3.2.3.1.1 alínea “c” do Edital Convocatório. Restaram Impossibilitadas as Empresas: Passaré Serviços Construção e Locação LTDA e Exata Serviços Construções e Locações EIRELI, por apresentarem o mesmo responsável técnico; Combace Construções e Empreendimentos EIRELI e JMC Conceito Empreendimentos EIRELI, por apresentarem o mesmo responsável técnico. Maiores informações: Sede da CPL, sito na Rua Dr. Paiva, nº 415, Vila Mota, no horário de 08:00 às 12:00 horas. **Assaré/CE, 17 de maio de 2023. Mickaelly Lohane Morais Tributino - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA AVISO DE ADIAMENTO RETIFICAÇÃO DO EDITAL E ANEXO TOMADA DE PREÇOS Nº 2023.05.04.01 A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA – CEARÁ COMUNICA AOS INTERESSADOS O ADIAMENTO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS, TOMBADO SOB O Nº 2023.05.04.01, COM FINS A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DO ACESSO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA LOCALIDADE DE PEDREIRAS (VILA ESPERANÇA), DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO DO EDITAL, INICIALMENTE MARCADA PARA O DIA 25 DE MAIO DE 2023, ÀS 09H:00MIN, O PRESENTE ADIAMENTO FAZ NECESSÁRIO TENHO EM VISTA AS ALTERAÇÕES NO PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA, CONFORME RAZÕES CIRCUNSTANCIADAS PELO ORDENADOR DE DESPESAS DESTE MUNICÍPIO DE ACOPIARA/CE. ASSIM, A NOVA DATA PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, SERÁ NO DIA 05 DE JUNHO DE 2023 ÀS 09H:00MIN, DEMAIS INFORMAÇÕES ENCONTRA-SE NA ÍNTEGRA NA SEDE DA COMISSÃO, NO CENTRO ADMINISTRATIVO - SITUADO NA AVENIDA JOSÉ MARQUES FILHO, 600, AROEIRAS – ACOPIARA – CEARÁ. NO HORÁRIO DE 08:00H ÀS 12:00H OU PELO SITE [HTTPS://WWW.TCE.CE.GOV.BR/LICITACOES](https://www.tce.ce.gov.br/licitacoes)- ANTÔNIA ELZA ALMEIDA DA SILVA - PRESIDENTE.**



**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR SÁ - AVISO DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR SÁ, ATRAVÉS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, O RESULTADO DA FASE DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 0504.001/23-TP, CUJO O OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS, INCLUINDO TREINAMENTO, ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE DE ÁREAS ESPECÍFICAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SENADOR SÁ/CE. EMPRESA(S) HABILITADA(S): CONDUZ ASSESSORIA CONTABIL LTDA - CNPJ Nº 40.948.836/0001-37, F2 CONTABILIDADE E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LIMITADA - CNPJ Nº 33.764.589/0001-53, YZALLON M. LOPES-ME - CNPJ Nº 41.766.364/0001-64, F.L. SANTOS CONSULTORIA-ME - CNPJ Nº 30.049.417/0001-00, POR ATENDEREM TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. EMPRESA (S) INABILITADA (S): T SOUSA DE OLIVEIRA LTDA - CNPJ N 24.959.960/0001-41, MACIEL MORAIS DOS SANTOS-ME - CNPJ N 35.875.322/0001-69, AVANTE EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ N 49.113.381/0001-04, ZUZA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS - ME - CNPJ N 47.145.561/0001-42, MEIDOMUNDO COMERCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA LTDA - CNPJ N 13.941.434/0001-38, DAGER COSTA CONSULTORIA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - CNPJ N 12.782.123/0001-00, JBR ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA-ME - CNPJ N 26.825.283/0001-02, R&A ASSESSORIA CONTÁBIL, SERVIÇOS E INFORMÁTICA S/S LTDA - CNPJ N 47.145.561/0001-42, DR LOCAÇÕES E SERVIÇOS-ME - CNPJ N 27.781.788/0001-77, MARIA TAINARA DO NASCIMENTO GOMES-ME - CNPJ N 30.029.176/0001-37, L&F COMERCIO E ASSESSORIA-ME - CNPJ N 28.174.793/0001-84, IVANILDO NASCIMENTO RODRIGUES-ME - CNPJ N 40.720.223/0001-48, N. LANDY BOTO PORTELA - ME - CNPJ N 23.347.561/0001-67, F M CRUZ DE SOUSA - ME - CNPJ N 30.192.023/0001-06, FRANCISCO ROMARIO DA SILVA PAULA-ME - CNPJ N 33.097.124/0001-96, FRANCISCO ANDERSON LUCIO - ME - CNPJ N 29.648.829/0001-87, POR NÃO PREENCHER OS REQUISITOS DO EDITAL, CONFORME MOTIVOS CONSTANTES EM ATA. A ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO CERTAME EM REFERÊNCIA, COM AS RAZÕES QUE MOTIVARAM O POSICIONAMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS, PARA CONSULTA, NA AV. ESTANISLAU JULIÃO, S/N, CENTRO - SENADOR SÁ-CE, BEM COMO NO SÍTIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ. FICA, PORTANTO, ABERTO O PRAZO RECURSAL PREVISTO NO ART. 109, I, ALÍNEA "A" DA LEI Nº 8.666/93 E ATUALIZAÇÕES, FICANDO DESDE JÁ AGENDADA A SESSÃO PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES "PROPOSTA DE PREÇOS", CASO NÃO HAJA RECURSOS, PARA O DIA 25 DE MAIO DE 2023, ÀS 09:00 HORAS. SENADOR SÁ - CE, 18 DE MAIO DE 2023.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Benedito – Julgamento de Habilitação – Tomada de Preços Nº 2023.04.11.01.** A Comissão Permanente de Licitação do Município de São Benedito-CE torna público para conhecimento dos interessados o resultado do julgamento dos documentos de habilitação apresentados para a licitação acima referida, cujo objeto é a contratação dos serviços técnicos especializados em engenharia civil, para a obra de construção de Unidades Habitacionais em diversas localidades do Município de São Benedito/CE para atender às famílias afetadas por danos causados pelas fortes chuvas ocorridas no Município, conforme projeto básico. A Comissão declarou Habilitadas as empresas: AB2 Engenharia, Indústria, Comércio E serviços LTDA; Apla Comércio, Serviços, Projetos e Construções EIRELI – ME; Apolo Serviços EIRELI; Arandela Empreendimentos LTDA; Cenpel Centro Norte Projetos e Empreendimentos LTDA; C.N.T – Construtora Nova Terra LTDA; Clezinaldo S de Almeida Construccoes ME; CONJASF - Construtora de Acudagem LTDA; Consbral Construções & Empreendimentos LTDA; Construmax Edificações LTDA; Construtora Moraes LTDA; Construtora Vipon LTDA; Delmar Construções EIRELI; D.S. Farias Serviços LTDA; Empreendimentos Carvalho de Menezes Construção de Edifícios LTDA; Engercon Construtora e Serviços LTDA; Fortalece Construtora EIRELI; G7 Construções e Serviços EIRELI; I.C.V. Construção Civil LTDA; Imperius Serviços e Construções EIRELI; L.B Construções EIRELI; L.E. Fernandes Fontinele Construções; Limpax Construções e Serviços LTDA; M.A Feitosa DE Sousa LTDA; Mandacaru Construções e Empreendimentos LTDA; Master serviços e Construções LTDA; Medeiros Construções e Serviços LTDA; Megaron Engenharia LTDA; Mourão Rodrigues Construções e Serviços LTDA; Podium Empreendimentos LTDA; Praciano Edificações e Empreendimentos EIRELI – ME; Premiere Locações e Serviços LTDA – ME; R.V.P Construções e Serviços LTDA; R7 Serviços e Construções LTDA; Ramilos Construções EIRELI – ME; R.S. Engenharia LTDA; S & T Construções e Locações de Mão de Obra EIRELI; Saraliss Construções LTDA – ME; Savires Iluminação e Construções LTDA; Tecta Construções e Serviços LTDA; Tomaz Construções LTDA; V.M. Construções Locações e Eventos LTDA; Whipec Empreendimentos LTDA e WU Construccoes e Servicos LTDA, visto que não se observou problemas em suas documentações. Foram declaradas Inabilitadas as empresas: Engercon LTDA - não atendimento ao item: 3.3.1.; F da Rocha Forte Junior Consultoria e Serviços ME - não atendimento ao item: 3.3.1.; MP Serviços de Construção de Edifícios e Locação de Equipamentos LTDA - não atendimento ao item: 3.3.1.; R.S.M Pessoa LTDA - não atendimento ao item: 3.3.1.; R.M. Mesquita ME não atendimento aos itens: 3.3.3.; 3.3.3.; 3.3.1.; 3.3.4; 3.4.1.; 3.4.1.1.; V.K Construções e Empreendimentos LTDA - não atendimento ao item: 3.3.1. Conforme prevê o Art. 109, inciso I da Lei 8.666/93 fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto em lei para apresentação de recursos a serem interpostos pelos recorrentes, caso assim desejem. São Benedito - CE, 17/05/2023. Ronaldo Lobo Damasceno - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR SÁ - EXTRATO DOS CONTRATOS EXTRATO DO INSTRUMENTOS CONTRATUAIS A ORDENADORA DE DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENADOR-SÁ, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS RESULTANTES DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1303.02/23-PE/SRP: UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL I E II E EJA, BUSCANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENADOR SÁ/CE, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIAS ELEMENTO DE DESPESA SEC. DE EDUCAÇÃO FUNCIONAMENTO DA REDE DE ENSINO INFANTIL CRECHE -FUNDEB 04.02.12.365.0128.2.021 3.3.90.30.00 SEC. DE EDUCAÇÃO FUNCIONAMENTO DA REDE DE ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLA -FUNDEB 04.02.12.365.0128.2.020 3.3.90.30.00 SEC. DE EDUCAÇÃO FUNCIONAMENTO DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 04.02.12.361.0109.2.019 3.3.90.30.00 SEC. DE EDUCAÇÃO FUNCIONAMENTO DA REDE DE ENSINO JOVENS E ADULTOS - FUNDEB 04.02.12.366.0129.2.022 3.3.90.30.00 CONTRATADOS (AS) VALOR GLOBAL L.A EDUCACIONAL EDITORA COMERCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA R\$ 269.534,20 (DUZENTOS E SEXTENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS) INOVE EDUCACIONAL LTDA R\$ 386.140,00 (TREZENTOS E OITENTA E SEIS MIL CENTO E QUARENTA REAIS) EDIÇÕES IPDH- GRAFICA EDITORA E SERVIÇOS R\$ 297.345,00 (DUZENTOS E NOVENTA E SETE MIL TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS) VIGÊNCIA DO CONTRATO: DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023. ASSINA PELA CONTRATADA: (L.A EDUCACIONAL EDITORA COMERCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA) LUIS ANTHONY GOMES DOS SANTOS (INOVE EDUCACIONAL LTDA) EDSON PINHEIRO COSTA JUNIOR (EDIÇÕES IPDH- GRAFICA EDITORA E SERVIÇOS) FRANCISCO LEONARDO DE CASTRO BEZERRA ASSINA PELA CONTRATANTE: FRANCISCA PRISCILA XAVIER LIMA SENADOR SÁ, 18 DE MAIO DE 2023 RAFAEL CASTELO BRANCO XIMENES PREGOEIRO MUNICIPAL**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR SÁ - EXTRATO DO CONTRATO EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL A ORDENADORA DE DESPESAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E CONTROLE URBANO DO MUNICÍPIO DE SENADOR-SÁ, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL RESULTANTE DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0302.01/23-TP: UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E CONTROLE URBANO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, AMPLIAÇÃO, REFORMA, MORDENIZAÇÃO, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DEMAIS SERVIÇOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DA SEDE E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE SENADOR SÁ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E CONTROLE URBANO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 0601 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E CONTROLE URBANO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 25.752.0117.1.019- AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA ELEMENTO DE DESPESAS 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES FONTE DO RECURSO RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATADOS (AS) VALOR GLOBAL VK SERVIÇOS E CONTRUÇÕES EIRELI R\$ 709.161,14 (SETECENTOS E NOVE MIL, CENTO E SEXTENTA E UM REAIS E CATORZE CENTAVOS) VIGÊNCIA DO CONTRATO: DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023. ASSINA PELA CONTRATADA: (VK SERVIÇOS E CONTRUÇÕES EIRELI) KAREN DANYELLA ALVES CAVALCANTE ASSINA PELA CONTRATANTE: ANTÔNIA DE OLIVEIRA DE MORAIS SENADOR SÁ, 18 DE MAIO DE 2023 ANTÔNIA DE OLIVEIRA DE MORAIS ORDENADORA DE DESPESAS DA SEC. DE OBRAS INFRAESTRUTURA E CONTROLE URBANO**

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Quixeramobim - O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público o Resultado do Julgamento da fase de Propostas de Preço da Concorrência Pública Nº 1401120123-CP. Após análise dos documentos de Propostas de Preços, foram classificadas as propostas das empresas para o lote 01: 1º Construtora Astral Ltda, R\$ 3.449.890,19; 2º R Meira Engenharia Ltda, R\$ 3.477.070,48; 3º CENPEL - Centro Norte Projetos e Empreendimentos Ltda, R\$ 3.531.764,47; 4º Construtora Plato Ltda, R\$ 3.537.525,51; 5º 3D Construções Ltda, R\$ 3.582.287,36; e 6º Águia Construções e Incorporações Ltda, R\$ 3.726.316,87. Foram desclassificadas para o lote 01: Arcturo Construções e Serviços Ltda; Construtora Beija-Flor Ltda; Eletrocampo Serviços e Construções Ltda; A & V Projetos e Construções Ltda; e Construtora Moraes Ltda. Foram classificadas as propostas das empresas para o lote 02: 1º Construtora Astral Ltda, R\$ 3.449.890,19; 2º R Meira Engenharia Ltda, R\$ 3.477.070,48; 3º CENPEL - Centro Norte Projetos e Empreendimentos Ltda, R\$ 3.531.764,47; 4º Construtora Plato Ltda, R\$ 3.537.525,51; e 5º Águia Construções e Incorporações Ltda, R\$ 3.720.997,85. Foram desclassificadas para o lote 02: Arcturo Construções e Serviços Ltda; Construtora Beija-Flor Ltda; Eletrocampo Serviços e Construções Ltda; Construtora Moraes Ltda; A & V Projetos e Construções Ltda; e Estrutural Engenharia e Construção Ltda. Assim a Comissão Permanente de Licitação declara vencedora a empresa CONSTRUTORA ASTRAL LTDA dos lotes 01 e 02, com o valor global de R\$ 3.449.890,19 (três milhões e quatrocentos e quarenta e nove mil e oitocentos e noventa reais e dezenove centavos) referente ao lote 01 e com o valor global de R\$ 3.449.890,19 (três milhões e quatrocentos e quarenta e nove mil e oitocentos e noventa reais e dezenove centavos) referente ao lote 02. Portanto fica aberto o prazo recursal, conforme preceitua o artigo 109, inciso I, letra b, da Lei Federal Nº 8.666/93. Maiores informações, na sede da Comissão de Licitação com endereço Rua Monsenhor Salviano Pinto, 707, CEP 63.800-000, Quixeramobim/CE no horário de 08h às 12h ou pelo site [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes). Jose Mac Dowel Teixeira Azevedo Neto.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 2022.12.05.01 A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA – CEARÁ, VEM CONVOCAR A EMPRESA META EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE LOCAÇÕES DE MÃO DE OBRA - ME - CNPJ: 07.471.421/0001-40, ESTABELECIDNA NA RUA ALEXANDRE BEZERRA DE SOUSA, Nº 200, BAIRRO: CENTRO, LAVRAS DA MANGABEIRA – CEARÁ, PARA DIRIGIR-SE A ESTA MUNICIPALIDADE PARA ASSINATURA DO CONTRATO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS CORRIDOS À CONTAR DESTA CONVOCAÇÃO, REFERENTE AO PROCESSO TOMADA DE PREÇO, TOMBADO SOB O Nº 2022.12.05.01, COM FINS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UM TEATRO MUNICIPAL LOCALIZADO NA RUA JOSÉ PEREIRA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO DO EDITAL. MAIORES INFORMAÇÕES NA SEDE DA COMISSÃO, NO CENTRO ADMINISTRATIVO - SITUADO NA AVENIDA JOSÉ MARQUES FILHO, 600, AROEIRAS – ACOPIARA-CE, NO HORÁRIO DE 08:00H AS 12:00H OU PELO SITE [HTTPS://WWW.TCE.CE.GOV.BR/LICITACOES](https://www.tce.ce.gov.br/licitacoes) - ANTÔNIA ELZA ALMEIDA DA SILVA-PRESIDENTE**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR SÁ - EXTRATO DOS CONTRATOS EXTRATO DO INSTRUMENTOS CONTRATUAIS A ORDENADORA DE DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENADOR-SÁ, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS RESULTANTES DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1804.01/2023-PE: UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETROELETRÔNICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA PACTO PELA APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE SENADOR/CE, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 093/2022, CELEBRADO COM O ESTADO DO CEARÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS ELEMENTO DE DESPESA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA -REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 30% 04.02.12.361.0109.2.019 4.4.90.52.00 CONTRATADOS (AS) VALOR GLOBAL POSITIVO COMERCIO DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA R\$ 10.199,00 (DEZ MIL CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS) VIGÊNCIA DO CONTRATO: DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023. ASSINA PELA CONTRATADA: (POSITIVO COMERCIO DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA) AECIO NOGUEIRA VASCONCELOS JUNIOR ASSINA PELA CONTRATANTE: FRANCISCA PRISCILA XAVIER LIMA SENADOR SÁ, 18 DE MAIO DE 2023 RAFAEL CASTELO BRANCO XIMENES PREGOEIRO MUNICIPAL**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR SÁ - EXTRATO DO CONTRATO EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL A ORDENADORA DE DESPESAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SENADOR-SÁ -CE, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL RESULTANTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1104.01/23 – PE: UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE SAÚDE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES (EXAMES DE IMAGEM E ULTRASSONOGRAFIA EM GERAL), DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SENADOR SÁ/CE, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS ELEMENTO DE DESPESA SEC. DE SAÚDE PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA 05.01.10.301.0111.2.026 3.3.90.39.00 CONTRATADOS (AS) VALOR GLOBAL M FEITOSA DE OLIVEIRA VASCONCELOS LTDA R\$ 560.000,00 (QUINHENTOS E SESENTA MIL REAIS) VIGÊNCIA DO CONTRATO: DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023. ASSINA PELA CONTRATADA: (M FEITOSA DE OLIVEIRA VASCONCELOS LTDA) MARYANA FEITOSA DE OLIVEIRA VASCONCELOS ASSINA PELA CONTRATANTE: GABRIELA LOPES DE SOUSA SENADOR SÁ, 18 DE MAIO DE 2023 RAFAEL CASTELO BRANCO XIMENES - PREGOEIRO MUNICIPAL**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Graça – Aviso de Julgamento de Habilitação – Tomada de Preços Nº 04.002/2023-TP.** A Presidente da CPL de Graça/CE torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Julgamento da Habilitação para a licitação acima referida, cujo objeto é a contratação de empresa para serviços de roçada manual as margens das diversas estradas e caminhos no Município de Graça/CE, declara Habilitadas: Construtora AG EIRELI – CNPJ: 34.326.829/0001-09; North Empreendimentos e Serviços EIRELI – CNPJ: 35.131.683/0001-09; Via Urbana Serviços e Empreendimentos LTDA – ME – CNPJ: 24.875.938/0001-13; Saralish Construções LTDA – ME – CNPJ: 36.332.613/0001-73; VK Construções e Empreendimentos LTDA – CNPJ: 09.042.893/0001-02; Fortalece Construtora EIRELI – CNPJ: 11.049.440/0001-50; Tecta Construções e Serviços LTDA – CNPJ: 20.160.697/0001-75; Completa Serviços e Construções EIRELI – ME – CNPJ: 17.411.277/0001-00. Inabilitados: Stan Construções EIRELI – EPP – CNPJ: 24.041.596/0001-36; Clezinaldo S de Almeida Construções – EPP – CNPJ: 22.575.652/0001-97; Projetar Construções e Serviços LTDA – CNPJ: 44.501.094/0001-58; Projet Construções Serviços e Transportes LTDA ME – CNPJ: 20.014.873/0001-60; V7 Sete Comercio e Serviços LTDA – CNPJ: 38.074.048/0001-17. Ficando disponíveis vistas ao processo e aberto o prazo para a interposição de recursos referente à decisão de julgamento dos documentos de habilitação. **Graça/CE, 16 de Maio de 2023. Karine Eduardo dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Ipu - Extrato da Ata de Julgamento da Documentação de Habilitação da Tomada de Preços nº 0052023TPCMI.** Empresas Habilitadas: F 2 Contabilidade e Assessoria Administrativa Limitada - Me, F. Denilson F. de Oliveira Ltda - Epp, Inova, Serviços & Assessoria Ltda - Me, ML Assessoria Administrativa Ltda - Me e Yzallon M. Lopes - Me. Empresas Inabilitadas: Dager Costa Consultoria Assessoria Empresarial Ltda - Me, por não ter apresentado junto ao seguro garantia a certidão de regularidade e certidão de administradores da SUSEP; E. F. de Carvalho - Me, por não ter apresentado junto ao seguro garantia a certidão de regularidade e certidão de administradores da SUSEP; F L Freitas Gomes - Me, por não ter apresentado junto ao seguro garantia a certidão de administradores da SUSEP; J P Lopes de Alcântara - Me, por ter apresentado seguro garantia destinado a Prefeitura Municipal de Ipu, sendo que o mesmo era para ser destinado a Câmara Municipal de Ipu; J P de Sousa Nascimento - Me, por não ter apresentado Certidão de Regularidade do FGTS, descumprindo o item 4.1.2 alínea “f” Certidão de Regularidade do Profissional contador responsável, emitido pelo órgão competente item 4.1.3 alínea “b”, Atestado de Capacidade Técnica solicitado item 4.1.4 alínea “a” e não apresentou Caução. JBR Assessoria e Consultoria Contábil Ltda - Me, por não ter apresentado junto ao seguro garantia a certidão de regularidade e certidão de administradores da SUSEP e A V Assessoria Contábil, Serviços e Informática Ltda, por não ter apresentado Certidão de Regularidade Profissional Contador responsável, emitido pelo órgão competente, descumprindo o item 4.1.3 alínea “b”. A Ata de julgamento dos documentos de habilitação estará disponível na sala da Comissão de licitação da Câmara Municipal de Ipu. **Ipu - Ce 17 de Maio de 2023. Gilson Paiva Martins - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Ipueiras – Aviso de Revogação de Licitação.** O Secretário de Obras, Infraestrutura e Recursos Hídricos, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 49 da Lei nº 8.666/ 93 e justificativa que consta nos autos do Processo Administrativo nº 003.23-TP-OBRAS, determinou a Revogação da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 003.23-TP-OBRAS, cujo objeto é a contratação de empresa para revitalização do calçamento do açude da cadeia, junto a Secretaria de Obra do Município de Ipueiras-CE. Maiores informações pelo e-mail: [cpl.ipueiras@gmail.com](mailto:cpl.ipueiras@gmail.com). **Ipueiras/CE, 17 de Maio de 2023. Lucas Matos de Abreu Oliveira - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**



**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GROAÍRAS - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** - A Prefeitura Municipal de Groaíras- CE, através da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, torna público o Extrato da Ata de Registro de Preços nº 2903.01/2023, resultante do Pregão Eletrônico Nº 2903.01/2023- PE SRP. **Empresa Detentora do Registro:** A4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA / CNPJ Nº 32.728.350/0001-65 e F.S.M. DA COSTA - ME/ CNPJ: 45.653.399/0001-48. **Secretaria Cultura, Turismo e Desporto. Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 2903.01/2023- PE SRP. **Objeto:** SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, ILUMINAÇÃO, DECORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, JUNTO A SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE GROAÍRAS. **Valor Total Registrado:** R\$ 752.195,80 (Setecentos e cinquenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta centavos) - A4 PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA e **Valor Total Registrado:** R\$ 135.900,00 (cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais) - F.S.M. DA COSTA - ME. **Fundamento Legal:** Leis Federais nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº123/06, Lei nº 8.666/93 – Lei das Licitações e Lei 10.520/2002. **Data de Assinatura:** 16/05/2023. **Vigência da Ata:** 12 (doze) meses. **Assina pelas Contratadas:** Atila Elmo Cruz Davi e Francisco Savio Marques da Costa. **Assina pela Contratante:** Luiz Carlos Rodrigues. Groaíras - CE, 17 de maio de 2023. **Luiz Carlos Rodrigues - Ordenador de Despesa - Gerenciador do Registro de Preços - Órgão Gestor – Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GROAÍRAS - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** - A Prefeitura Municipal de Groaíras- CE, através da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, torna público o Extrato da Ata de Registro de Preços nº 1001.01/2023, resultante do Pregão Eletrônico Nº 1001.01/2023 - PE SRP. **Empresa Detentora do Registro:** PGL SERVIÇOS LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI / CNPJ Nº 08.563.328/0001-28 e DTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA/ CNPJ: 13.640.830/0001-25. **Secretaria Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos. Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 1001.01/2023 - PE SRP. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GROAÍRAS / CE. **Valor Total Registrado:** R\$ 640.000,00 (Seiscentos e quarenta mil reais) - PGL SERVIÇOS LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI e **Valor Total Registrado:** R\$ 786.780,00 (Setecentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta reais) - DTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. **Fundamento Legal:** Leis Federais nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº123/06, Lei nº 8.666/93 – Lei das Licitações e Lei 10.520/2002. **Data de Assinatura:** 16/05/2023. **Vigência da Ata:** 12 (doze) meses. **Assina pelas Contratadas:** Francisco Cledeison Coelho Gomes e Daniel Teodosio Cardoso. **Assina pela Contratante:** Mychael Melo Farias. Groaíras - CE, 17 de maio de 2023. **Mychael Melo Farias - Ordenador de Despesa - Gerenciador do Registro de Preços - Órgão Gestor – Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.**

\*\*\* \*\*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE. Aviso de Revogação – Tomada de Preços nº 2023.02.15.1.** O Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica Revogado o procedimento licitatório modalidade Tomada de Preços nº 2023.02.15.1 o que faz com fundamento no Art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93. Maiores informações na sede da Comissão Permanente de Licitação, sito na Av. Leão Sampaio, nº 1748 - 1º andar – Lagoa Seca - CEP: 63.040-000, Juazeiro do Norte/CE, pelo telefone (88)3199-0363, no horário de 08:00 às 14:00 horas ou ainda pelo e-mail: cpl@juazeiro.ce.gov.br. Juazeiro do Norte/CE, 15 de maio de 2023. José Maria Ferreira Pontes Neto – Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**Aviso de Prosseguimento – Tomada de Preços nº 2023.03.21.1** - O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que estará dando prosseguimento ao processo licitatório modalidade Tomada de Preços nº 2023.03.21.1 com a abertura do envelope de proposta de preços da licitante habilitada, ficando marcada para o dia **22 de maio de 2023, às 10:00 horas**, na sede da Comissão de Licitação, localizada à Av. Leão Sampaio, nº 1748 - 1º andar - Lagoa Seca – CEP: 63.040-000. Juazeiro do Norte/CE, 16 de maio de 2023. Wandson de Freitas Pereira - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jaguaruana - Resultado de Habilitação.** O Município de Jaguaruana, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2023.03.27.03-TP, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a construção de 03 (três) praças no Município de Jaguaruana - CE. Empresas Habilitadas: 01 – G7 Construções e Serviços – EPP; 02 – Engercon Construtora e Serviços LTDA. Fica aberto o prazo recursal, previsto no art.109, inciso I, alínea “a” da Lei de Licitações. Caso não haja interposição de recurso os envelopes propostas de preços serão abertos no dia 29 de Maio de 2023, às 09:00 horas na sala da Comissão de Licitações. Maiores informações na Sala da comissão de licitações. **Jaguaruana (CE), 16 de Maio de 2023. Bruno Emanuel Fernandes - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Apuiarés - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 11.001/2023-PERP.** A Prefeitura Municipal de Apuiarés/CE, através da Secretaria de Saúde, por seu pregoeiro oficial, torna público que às 10:00 horas do dia 31 de maio de 2023, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL Via site: www.bll.org.br, realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico/Registro de Preço, conforme descrito no edital e seus anexos, visando a Seleção de melhor proposta para o registro de preços visando futuras e eventuais contratações de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças em até 20% dos equipamentos médicos hospitalar e odontológicos dos PSF's do Município de Apuiarés (CE). O edital poderá ser lido e obtido nos endereços eletrônicos www.bll.org.br e https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações na sede da Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Gomes da Silva, 99, Centro, Apuiarés/CE, no horário de 08h00min às 12h00min. **Apuiarés/CE, 16 de maio de 2023. José Cleandro Araújo Silva - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Ararendá - Extrato de Contrato - Tomada de Preços Nº TP-01.110423-SEOB.** Contratante: Secretaria de Secretaria de Obras. Contratado: JM Construção Locações e Serviços Urbanos LTDA e Objeto: contratação de prestação de serviços de locação de um caminhão munck junto à Secretaria de Obras do Município de Ararendá-CE. **Fundamento Legal:** Lei Federal Nº 8.666/93. **Valor Global:** R\$ 329.940,00. **Fonte de Recursos:** Proprios Dotação Orçamentária: 0601.15.452.0438.2.042 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública; **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica, **Vigência:** 12 (doze) meses. **Prazo de Execução:** 12 (doze) meses. **Foro:** Comarca de Ararendá-CE. **Data da Assinatura:** 11/05/2023. **Signatários:** Francisco das Chagas da Silva – Contratante; e João Maciel Sampaio Mendes - Contratado. **Ararendá - CE, Antônio Erivelton Alves do Nascimento - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Tururu - Aviso de Homologação - Edital de Licitação Nº 001/2023-TP-INF - Modalidade: Tomada de Preços. Forma: Presencial.** Objeto: contratação de empresa para serviços remanescentes de construção de quadra esportiva coberta localizada na Rua Doca da Ola, Alto dos Feitosas na Sede do Município de Tururu/CE. Termo de Homologação: A Prefeitura Municipal de Tururu/CE, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura, a senhor Francisco de Almeida Gomes, abaixo subscritos, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes nas Leis Federais nº 8.666/93, com suas alterações, Homologou o processo licitatório, de acordo com a classificação efetuada pelo Presidente da CPL Abraão Lincoln Barros Pereira, conforme segue: empresas vencedoras: MS Engenharia Projetos e Consultoria EIRELI, estabelecida na Avenida Santos Dumont, Nº 1510, Bairro: Aldeota, CEP: 60.150-161, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob Nº 22.045.869/0001-95, com o valor global de R\$ 180.737,17 (Cento e oitenta mil, setecentos e trinta e sete reais e dezessete centavos), Homologado dia 04/05/2023. **Tururu/CE, 16 de maio de 2023. Francisco de Almeida Gomes – Secretaria de Infraestrutura.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA DE VEREADORES DE CATUNDA – AVISO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS TP 001.2023-CMC.** A CPL da Câmara de Vereadores de Catunda/CE, através de seu Presidente torna público para conhecimento dos interessados o resultado do julgamento dos documentos de Habilitação, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados na área de advocacia e assessoria jurídica, compreendendo a elaboração de projetos de leis, decretos legislativos, portarias, projetos de resoluções, elaboração de pareceres jurídicos e demais matérias de interesse da Câmara Municipal de Catunda-CE, conforme termo de referência. **Empresas Habilitadas:** NAYRON BRAGA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e DAGER COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS. **Empresas Inabilitadas:** J P DE SOUSA NASCIMENTO; MARIA DO PERPETUO SOCORRO FARIAS PAIVA e NOVO CAMINHO CONSTRUTORA LTDA, por descumprimento de itens do edital, conforme edital de julgamento de habilitação. A partir desta publicação ficam franqueadas vistas aos interessados e iniciado o prazo recursal (art. 109, inciso I, letra a da Lei 8.666/93), caso não ocorra interposição de recurso fica marcado a abertura dos envelopes proposta de preços para o dia 26 de maio de 2023 às 13h00min: Catunda/CE, 16 de maio de 2023. Bruno Gomes da Costa - Presidente da CPL.



**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará - Aviso de Licitação - Leilão Público.** A Comissão de Licitação comunica que no próximo dia 02 de junho de 2023, às 10:00h, estará abrindo Licitação na modalidade Leilão Público na forma Presencial e ON Line Nº LP 01/2023-SEAG, cujo objeto alienação de veículos e bens inservíveis para a administração, no Auditório da EEF Monsenhor Carneiro da Cunha, Avenida Projetada, Loteamento Conviver 2, s/n, Bairro Igreja do Céu, Viçosa do Ceará/CE-(Presencial), Site: [www.pereiraileioesce.com.br](http://www.pereiraileioesce.com.br) - (ON Line), através do Leiloeiro Público Oficial, Sr. Francisco das Chagas Pereira Junior. O edital estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no site: [municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br](http://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br), [www.vicosa.ce.gov.br/licitacao](http://www.vicosa.ce.gov.br/licitacao), e no horário de 08:00 às 12:00h e das 14:00h às 17:00hs, na Rua José Joaquim de Carvalho, nº 473, Centro. **Viçosa do Ceará/CE, em 17 de maio de 2023.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Abaiara - Aviso de Julgamento de Recurso e Prosseguimento – Tomada de Preços nº 2023.03.31.1.** A CPL da Prefeitura Municipal de Abaiara/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, o Indeferimento do recurso interposto contra a fase de habilitação por parte da empresa R & A Assessoria Contabil, Serviços e Informática S/S LTDA, ficando mantido o julgamento inicial proferido pela Comissão de Licitação. Sendo assim a CPL torna público, que estará dando prosseguimento a referida Tomada de Preços, neste dia 22 de maio de 2023, às 14:00 (quatorze) horas, onde será aberto o envelope contendo a proposta comercial do licitante habilitado. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação ou pelo E-mail [licitaria2017@outlook.com](mailto:licitaria2017@outlook.com). **Abaiara/CE, 17 de maio de 2023. Maglionio Sampaio Araruna - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Ipaporanga - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 28/23/PE-SE.** O Pregoeiro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipaporanga comunica aos interessados que realizará no dia 31/05/2023 às 09h00min, Pregão Eletrônico nº 28/23/PE-SE, para a aquisição de computador e estabilizador destinados a atender aos alunos e professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ipaporanga, através do programa Pacto pela Aprendizagem, conforme especificações e quantidades máximas descritas em Anexo I do Edital, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, obedecendo ao disposto no art. 191 da Lei nº 14.133/2021, e conforme MP 1.167 de 31/03/2023. O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados nos sites [www.bncompras.org.br](http://www.bncompras.org.br); <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> e [www.ipaporanga.ce.gov.br](http://www.ipaporanga.ce.gov.br). **Ipaporanga, 17 de maio de 2023. Paulo Renato Barbosa de Souza - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Pacatuba – Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 12.003/2023- PERP.** Objeto: Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada no serviços de locação de “body cam”, câmera corporal, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança, Defesa Civil e Patrimonial de Pacatuba – CE. A Pregoeira de Pacatuba-CE torna público para conhecimento dos interessados que até o dia 31 de maio de 2023, às 08:00 horas (horário de Brasília), estará recebendo as propostas referentes a este Pregão, no endereço eletrônico “<https://novobbmnet.com.br>” Acesso Identificado no link – licitações públicas” O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico acima mencionado e também no site do [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes). Quaisquer informações serão prestadas pela Pregoeira, durante o expediente normal (08:00 às 14:00 horas). **Pacatuba - Ce, 17 de maio de 2023. Iara Lopes de Aquino - Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Tianguá - Aviso de Licitação.** A Prefeitura Municipal de Tianguá-Ce, por meio do Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados o Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico Nº. PE 04/2023-DIV, ID 1001920, que tem como objeto o Registro de Preços visando futuros e eventuais serviços de instalação e manutenção de ar condicionado, purificadores de água, bebedouros e geladeiras das diversas Secretarias do Município de Tianguá-CE. O Edital poderá ser obtido no site do Banco do Brasil através dos endereços eletrônicos: <http://www.licitacoes-e.com.br>, <https://tiangua.ce.gov.br/> e <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. O recebimento das propostas através do site do Banco do Brasil dar-se-á até às 08h30min do dia 31/05/2023. Abertura das Propostas: 31/05/2023 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 08h45min dia 31/05/2023 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico de e-mail: [licitacao@tiangua.ce.gov.br](mailto:licitacao@tiangua.ce.gov.br). **Deid Junior do Nascimento – Pregoeiro Oficial. Prefeitura Municipal de Tianguá, 17 de maio de 2023.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Jardim - Aviso de Julgamento – Pregão Eletrônico nº 2023.05.03.1.** O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Jardim/CE, torna público, que fora concluído o julgamento final do Pregão Eletrônico nº 2023.05.03.1 sendo o seguinte: Felix de Figueiredo & Cia LTDA, junto ao lote 01. A empresa se sagrou vencedora por ter apresentado proposta estando os preços compatíveis com o orçamento constante no Termo de Referência, sendo a mesma declarada habilitada por cumprimento integral às exigências do Edital Convocatório. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação, sito na Rua Leonel Alencar, nº 347, Centro, Jardim/CE, pelo telefone (88) 34817445, no horário de 08:00 às 12:00 horas ou ainda através da plataforma eletrônica [www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br). **Jardim/CE, 17 de maio de 2023. Francisco Arquimedes Soares Lucena - Pregoeiro Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Caucaia - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.03.08.01 - SEINFRA.** A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Caucaia – Ceará torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 31 de maio de 2023, às 08:30h (oito horas e trinta MINUTOS), através de endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) (Comprasnet), estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2023.03.08.01 - SEINFRA, critério de julgamento Menor Preço Representado pelo Maior Percentual de Desconto sobre as Tabelas de Preços, com fins Registro de Preços visando as futuras e eventuais contratações de empresa especializada na locação de máquinas e equipamentos pesados, com combustível e com operador, destinados a atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura do Município de Caucaia/CE, o qual encontra-se na íntegra na sede da Comissão, situada a Rua José Valdeci Pinto Lima nº 270, Padre Romualdo, Caucaia/CE. Maiores informações no endereço citado no horário de 08:00h às 12:00h ou pelo site <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Ingrid Gomes Moreira - Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Caucaia - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.05.12.02 - AMT.** A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Caucaia – Ceará torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 31 de Maio de 2023, às 13:30h (treze horas e trinta minutos), através de endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) (Comprasnet), estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2023.05.12.02 - AMT, critério de julgamento Menor Preço, com fins Registro de Preços visando a futura e eventual contratação de empresa especializada para execução dos serviços de gestão e monitoramento de vagas de estacionamento rotativo nas vias do Município de Caucaia, incluindo disponibilização de sistemas eletrônicos (web e app) para comercialização e ativação do Cartão Digital (CD); e monitoramento eletrônico embarcado e fixo com utilização de câmeras e analíticos de imagem, de interesse da Autarquia Municipal de Trânsito, o qual encontra-se na íntegra na sede da Comissão, situada a Rua. José Valdeci Pinto Lima nº 270, Pe. Romualdo, Caucaia/CE. Maiores informações no endereço citado no horário de 08:00h às 12:00h ou pelo site <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Ingrid Gomes Moreira - Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim - Aviso do Resultado de Julgamento de Habilitação - Tomada de Preços Nº 1703.01/2023-SMDU/TP.** Objeto: contratação de empresa especializada para execução de pavimentação em piso intertravado tipo tijolinho em diversas ruas no Município de Fortim-CE, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. A Presidente da CPL, comunica aos interessados o ato de julgamento da Habilitação: foram declarados Habilitados: Caldas & Furlani Engenharia LTDA; Pilastro Construção e Serviços LTDA. Inabilitados: Constram – Construções e Aluguel de Máquinas LTDA; Construtora Beija Flor LTDA; Estrutural Engenharia e Construção LTDA. Desse modo fica estabelecido o prazo do Art. 109, I, “a” da Lei nº 8.666/93. A Ata de julgamento encontra-se disponível nos sites: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/> - <https://www.fortim.ce.gov.br/>. **Maria Vanessa Lourenço Menezes – Presidente suplente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Porteiras - Aviso de Julgamento – Tomada de Preços nº 2023.04.14.1.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porteiras/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que concluiu o julgamento das fase de proposta de preços referente ao Certame Licitatório, na modalidade Tomada de Preços nº 2023.04.14.1, sendo o seguinte: Trash Coleta e Incineração de Lixo Hospitalar LTDA sagrando-se vencedora por apresentar preço compatível com o orçamento. Maiores informações: (88) 3557-1254 (R-211). **Porteiras/CE, 17 de maio de 2023. Alberto Pinheiro Torres Neto – Presidente da CPL.**



**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim – Extrato de Aditivo ao Contrato Nº 0209.01/2022-SMAG – (Alteração de Projeto para Melhor Adequação Técnica) 01º Aditivo Contratual - referente ao Processo Administrativo de Tomada de Preços Nº 1807.01/2022-SMAG/TP.** Partes: Município de Fortim, através da Secretaria de Planejamento, Gestão, Administração e Finanças; Objeto: Contratação de serviços de capacitação profissional com desenvolvimento institucional, análise de contingências passíveis de redução e diagnóstico de contribuições, nos temas de despesas de pessoal e encargos e repasses constitucionais, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão, Administração e Finanças do Município de Fortim – Ceará; Fundamentação Legal: Art. 65, inciso I, alínea “a” § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Ordenador de Despesas: José Lima da Silva Júnior - Secretário de Planejamento, Gestão, Administração e Finanças. **Fortim/CE, 17 de Maio de 2023.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Paraipaba.** A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados o resultado do Julgamento de habilitação da Concorrência Pública Nº 014.2023, cujo o objeto é a contratação de empresa para execução das obras de requalificação e pavimentação da avenida Flávio Granjeiro e requalificação da praça do skate no Município de Paraipaba-Ce. Empresas Habilitadas: Consorcio/Paraipaba/2, formado pelas empresas, Construtora Beija-Flor LTDA, e LC Projetos e Construções LTDA, Daterra Construções e Serviços LTDA, Construtora Borges Carneiro LTDA, Tecta Construções e Serviços LTDA, F R Arcanjo Matos LTDA, 3D Construções LTDA, O K Empreendimentos Construções e Serviços LTDA, F T S Serviços de Construções e Comercio LTDA, consorcio composto pelas empresas: Brimax Engenharia LTDA e GTM Engenharia LTDA. MSP Construções & Empreendimentos LTDA, Consbral Construções & Empreendimentos LTDA. Fica aberto o prazo recursal, previsto no artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93, e caso não haja interposição de recursos fica marcado o dia 29 de maio de 2023 às 10h00min, para abertura dos envelopes Propostas. **Paraipaba - CE, 16 de maio de 2023.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ - AVISO DE LICITAÇÃO.** Prefeitura Municipal de Pacujá, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta, para cadastramento de propostas de preços, a licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico que será realizada no dia 31 de Maio de 2023 às 10h:30min no portal <http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/> conforme especificado no Edital Nº 1605.01/2023 PE com o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS PROGRAMAS IGD-PAB, IGD – SUAS, E PSB VINCULADO A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PACUJÁ/CE.** O Edital encontra-se, Rua 22 de setembro, 325 - Centro, Pacujá - CE, no site <http://www.pacuja.ce.gov.br/>. Pacujá - CE, 17 de maio de 2023. Samuel de Castro Marques - Pregoeiro.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ – AVISO DE EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL.** A Presidente da Câmara do Município de Pacujá, subscrito, no uso de suas atribuições legais, e na conformidade do Art. 72, Inciso VIII da Lei 14.133, vem tornar público o **EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL** do contrato nº **01.2704-23-DL**, proveniente do procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, tombado sob o Nº **01.2704-23-DL**, nos termos do Art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, e ainda conforme os dados adiante com o objetivo de instruir o presente processo, firmado com a empresa **PREMIUM PUBLICIDADES & SERVIÇOS LTDA**, R\$ 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais), cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO, COM GRAVAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO NA INTERNET ABRANGENTE NO MUNICÍPIO DE PACUJÁ, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PACUJÁ.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA - EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 11.18.06.06.1 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.05.02.1-PP.** A Prefeitura Municipal de Guaramiranga através da Secretaria de Educação torna público o Extrato do 4º Aditivo ao Contrato de nº 11.18.06.06.1 firmado no dia 30 de dezembro de 2021, oriundo do PREGÃO PRESENCIAL Nº 2018.05.02.1-PP cujo objeto e a locação de veículos destinados ao transporte dos alunos do Ensino Fundamental, médio e ensino superior, de interesse da Secretaria de Educação do Município de Guaramiranga/CE, onde o prazo de execução foi prorrogado por 12 (doze) meses contados da data de assinatura. Signatários: – Mateus Magalhães Rodrigues dos Reis – da contratante e Pedro Mirialdo Marques Uchoa - da contratada. Guaramiranga/CE, 30 dezembro de 2021. Mateus Magalhães Rodrigues dos Reis - Secretário de Educação.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2023.05.17.1.** O Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público, que será realizado Certame Licitatório na modalidade Tomada de Preços, tombada sob nº 2023.05.17.1. Objeto: Contratação de serviços de engenharia para execução dos serviços de recomposição de pavimentação em pedra tosca e paralelepípedo, no Município de Várzea Alegre – CE, conforme termo de referência constante no Edital Convocatório. Data e horário da abertura: 05 de Junho de 2023, às 09h00min. Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação através dos endereços eletrônicos: [www.varzeaalegre.ce.gov.br](http://www.varzeaalegre.ce.gov.br) e [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br). Maiores informações: (88) 9 9839 – 7074. **Várzea Alegre/CE, 17 de Maio de 2023. Everton Clementino de Souza - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE - AVISO DE CREDENCIAMENTO - CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2023.** A Comissão de Chamamento Público da Secretaria de Saúde de Várzea Alegre/CE, torna público que no período de 26 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023, nos horários de atendimento ao público de 07hs00min às 13hs00min, na sede desta Secretaria, localizada na Avenida Vicente Alves Costa, Nº 1.294, Riachinho, CEP: 63.540-000 – Várzea Alegre/CE, receberá a documentação exigida no Edital de credenciamento de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde para realização de serviços de procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos clínicos diversos, da tabela SIGTAP – sistema de gerenciamento da tabela de procedimentos, destinados ao atendimento da secretaria de saúde do município de Várzea Alegre/CE, referente a chamada pública Nº 003/2023. O Edital poderá ser adquirido junto à Comissão de Chamamento Público desta Secretaria a partir da publicação deste aviso no endereço já citado, no horário de 07h00min às 13h00min no site oficial do município: [www.varzeaalegre.ce.gov.br](http://www.varzeaalegre.ce.gov.br). **Várzea Alegre/CE, 17 de maio de 2023. Emmanuel Abreu Pedreira, Presidente da Comissão de Chamamento Público.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTANEIRA - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.05.11.1.** O Pregoeiro Oficial do Município de Altaneira, Estado do Ceará, torna público, que estará realizando, na sede da Prefeitura, através da plataforma eletrônica <https://bllcompras.com>, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), certame licitatório, na modalidade Pregão nº 2023.05.11.1, do tipo eletrônico, cujo objeto é a Aquisição de equipamentos de informática e multimídia para atender o pacto pela educação, assim como sistema de câmeras de segurança destinado a atender das necessidades de monitoramento por vídeo, das escolas da rede de educação pública de Altaneira/CE, com abertura marcada para o dia 31 de Maio de 2023, a partir das 09:00 horas. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 19 de maio de 2023, às 09:00 horas. Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com>, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo e-mail [licitacao@altaneira.ce.gov.br](mailto:licitacao@altaneira.ce.gov.br) e [licitacao@altaneira.ce.gov.br](mailto:licitacao@altaneira.ce.gov.br). **Altaneira/CE, 16 de maio de 2023. Damião Malaquias de Sousa Junior – Pregoeiro Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Uruoca - Aviso de Resultado da Licitação - A Prefeitura Municipal de Uruoca-CE, por meio da CPL, torna público o Resultado de Licitação da Tomada de Preço nº 0051503.2023.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NA PRESERVAÇÃO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO DO SISTEMA VIÁRIO RURAL EM DIVERSAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE URUOCA-CE.** DESCLASSIFICAR, a seguinte empresa: MANDACARU CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS LTDA- CNPJ: 27.583.854/0001-02 (R\$: 358.156,22) E CLASSIFICAR, as seguintes empresas: COMPLETA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME- CNPJ: 17.411.277/0001-00 (R\$: 358.155,36); TECTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS- CNPJ: 20.160.697/0001-75 (R\$: 359.295,10). Ficando declarada VENCEDORA por apresentar menor valor dentre as empresas classificadas: COMPLETA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME- CNPJ: 17.411.277/0001-00 (R\$: 358.155,36). Concede-se, outrossim, o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis, conforme estabelecidos no art. 109, inciso I alínea b) da Lei 8.666/1993, para interposição de recursos em face deste ato a contar da data desta publicação. Os interessados, querendo terão vistas dos autos. Demais informações: [licitacao@uruoca.ce.gov.br](mailto:licitacao@uruoca.ce.gov.br). **Uruoca-CE, 16 de maio de 2023. Sonia Regia Albuquerque Silveira - Presidente da CPL**

\*\*\* \*\*





**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO – RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2023.02.23.3.** Objeto: Contratação de serviço de locação de veículo para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Crato/CE. A comissão permanente de licitação da PMC torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da fase de proposta de preço. Propostas classificadas: Jr Locações Ltda Me, Cnpj: 10.716.436/0001-35; W De S Lima Empreendimentos E Serviços Me, Cnpj: 43.067.451/0001-59. Terra Forte Locações Construções E Serviços Ltda, Cnpj: 41.637.238/0001-00. A comissão em comum acordo declara vencedora do certame por apresentar menor valor global a Empresa JR LOCAÇÕES LTDA ME, CNPJ: 10.716.436/0001-35. Em face do resultado, fica aberto o prazo recusal de 05(cinco) dias úteis, previsto no Art. 109, Inciso I, Alínea “B” da lei federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, contados a partir da publicação do presente aviso. maiores informações através do telefone (88)3521.9600 das 08h00min às 14:00 horas (horário local). **Crato-CE, em 17 de maio de 2023. Valéria Do Carmo Moura – Presidente da CPL/PMC.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAIMA** - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.05.04.01 - PE. O Pregoeiro do Município de Miraima - CE, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital do Pregão Eletrônico Nº 2023.05.04.01 - PE, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, SUPORTE, TREINAMENTO, GERENCIAMENTO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE (SAAS) DE PLATAFORMA DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA, ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO ESCOLAR, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRAIMA/CE, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos do Edital, sendo o Cadastramento das Propostas até o dia 31.05.2023, às 09:00hs (horário de Brasília); Abertura das Propostas no dia 31.05.2023, a partir das 09:00hs (horário de Brasília) e a fase da Disputa de Lances no dia 31.05.2023 a partir das 09:00hs (horário de Brasília). O Referido EDITAL poderá ser consultado no endereço eletrônico do compasnet: <https://www.gov.br/compras/pt-br> a partir da data desta publicação. Miraima - CE, 17 de Maio de 2023. Antônio Robson Alves dos Santos - Pregoeiro.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - AVISO DE CREDENCIAMENTO N.º 17050001/2023-** O SAAE DE LIMOEIRO DO NORTE, torna público que estará recebendo, a partir do dia 18 de maio de 2023, no horário de 07:30 às 12:00 até o dia 12 de junho de 2023 às 09h00min, a documentação para CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA/ESGOTO ADEQUADAS AO PADRÃO FEBRABAN DE ARRECAÇÃO, E OUTROS DOCUMENTOS EMITIDOS PELO SAAE DE LIMOEIRO DO NORTE - CE, PAGOS ATRAVÉS DE AGENTES ARRECADADORES, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, CASAS LOTÉRICAS, AUTO ATENDIMENTO EM CAIXA ELETRÔNICO, INTERNET E/OU MOBILE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme especificações contidas no Termo de Referência. Informações: Av. Dom Aureliano Matos, nº 1400, Centro, Limoeiro do Norte/CE ou (88) 3423.4200 de 07h30min às 13h00min. Maurilo Maia Freitas – Presidente da Comissão de Licitação.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2023.05.12.02.** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.03.31. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES GERENCIADAS PELO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CRATO – CPSMC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇO: EXPRESSO DISTRIBUIDORA LTDA-EPP, CNPJ Nº 25.179.741/0001-02, representada por Felipe Lima Soares. Valor Global: R\$ 46.190,63 (Quarenta e Seis Mil, Cento e Noventa Reais e Sessenta e Três Centavos). Prazo: 12 (doze) meses a partir de sua publicação. Crato/CE, 16 de maio de 2023.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2023.05.12.06.** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.03.31. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES GERENCIADAS PELO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CRATO – CPSMC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇO: LC COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ Nº 47.190.313/0001-13, representada por Luis Carlos Tomazelli. Valor Global: R\$ 812,32 (Oitocentos e Doze Reais e Trinta e Dois Centavos). Prazo: 12 (doze) meses a partir de sua publicação. Crato/CE, 16 de maio de 2023.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2023.05.12.01.** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.03.31. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES GERENCIADAS PELO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CRATO – CPSMC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇO: Comercial Rios Produtos De Limpeza, Descartáveis E Papelaria LTDA, CNPJ Nº 26.644.910/0001-09, representada por Vanilda Lúcia de Leo Rios. Valor Global: R\$ 79.565,66 (Setenta e Nove Mil, Quinhentos e Sessenta e Cinco Reais e Sessenta e Seis Centavos). Prazo: 12 (doze) meses a partir de sua publicação. Crato/CE, 16 de maio de 2023

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2023.05.12.04.** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.03.31. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES GERENCIADAS PELO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CRATO – CPSMC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇO: HSTORE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 40.083.056/0001-71, representada por Jordêlio Pereira Ladislau. Valor Global: R\$ 88.510,85 (Oitenta e Oito Mil, Quinhentos e Dez Reais e Oitenta e Cinco Centavos). Prazo: 12 (doze) meses a partir de sua publicação. Crato/CE, 16 de maio de 2023.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE AIUABA – EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.05.13.001 – SEDUC – CONTRATANTE:** Secretaria de Educação e Cultura. **CONTRATADA:** CONSDIL CONST E PROJ DIAS LTDA-ME, pelo VALOR GLOBAL de R\$ 234.556,57 (Duzentos e Trinta e Quatro Mil, Quinhentos e Cinquenta e Seis Reais e Cinquenta e Sete Centavos). **OBJETO** é a Contratação de empresa para a construção de uma areninha na localidade de Barra, no Município de Aiuaba, conforme PT Nº 1073371-96. **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:** Tomada de Preços Nº 2022.05.13.001 – SEDUC. **PRazo DE EXECUÇÃO:** 120 dias. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:** 0501.27.812.0601.1.005. **ELEMENTO DE DESPESA Nº:** 44.90.51.00. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Marcos Willian Alencar Almeida – Ordenador de Despesa da Secretaria de Educação e Cultura. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Alan Delbertt Dias. **DATA DA ASSINATURA:** 04/04/2023. **Joana Benicio Leitão – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA – RESULTADO DE HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023-TP** – A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados o Resultado da Habilitação, referente à Tomada de Preço Nº 003/2023-TP, cujo **OBJETO** é a Contratação de serviços especializado em engenharia e arquitetura, para elaboração e adequação de Projeto Básico Completo, laudos, fiscalização de obras e iluminação pública, junto as diversas Secretarias do Município de Itarema, Ceará. **EMPRESA HABILITADA:** 01- IBIAPINA SERVIÇOS & CONSTRUÇÕES EIRELI. **EMPRESAS INABILITADAS:** 02- ACS ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA ME; 03- FM CRUZ DE SOUSA ME; 04- FRANCISCO ANDERSON LÚCIO; 05- N. LANDY BOTO PORTEL A ME; 06- S&B ASSESSORIA E SERVIÇO; 07- ZUZA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS ME. Fica a partir desta data aberto o prazo recusal, previsto no artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei de licitações vigente. Depois de cumprido o prazo recusal, caso não haja manifestação de recurso, a Abertura da Proposta de Preço acontecerá no dia **29 de Maio de 2023, às 08h**. Maiores informações no E-mail: [licitacao@itarema.ce.gov.br](mailto:licitacao@itarema.ce.gov.br) e/ou no Telefone: (88) 3667-1133. **Itarema-CE, 18 de Maio de 2023. Inez Helena Braga – Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*



**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE AIUABA – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2023.05.18.001 – GM** – A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aiuaba, localizada na Rua Niceas Arraes, Nº 128, Bairro Centro, em Aiuaba - Ceará, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital da Tomada de Preços Nº 2023.05.18.001 - GM, cujo Objeto é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria em projetos visando à captação de recursos federais e estaduais e na elaboração de prestação de contas de recursos oriundos de Convênios, Contratos de Repasses, Termos de Ajustes, Termos de Compromissos, Programas de Ação Continuada e Instrumentos similares, junto às Unidades Admirativas Prefeitura Municipal de Aiuaba - CE**, que realizar-se-á no dia **05 de Junho de 2023, às 09h**. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08h às 12h ou no Site: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br>. **Aiuaba-CE, 18 de Maio de 2023. Joana Benício Leitão – Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 – O** Município de Granja, através de sua Comissão Permanente de Licitação torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital na Modalidade Pregão Eletrônico Nº 15/2023, cujo Objeto é o **Registro de Preços visando Futuras e Eventuais Aquisições de peças automotivas e prestação de serviços mecânicos destinados a atender a frota de veículos do Município de Granja/CE**, sendo o Cadastramento das Propostas até o dia **30 de Maio de 2023 às 08h45min (Horário de Brasília)**, com a Abertura das Propostas no dia **30 de Maio de 2023, às 09h (Horário de Brasília)**. O Referido Edital poderá ser adquirido no Site: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> conforme IN-04/2015, e na Plataforma de Licitações do Banco do Brasil: <https://www.licitacoes-e.com.br>, localizada na Praça da Matriz, S/Nº, Centro, Granja, no horário de 08h às 12h. **Granja-CE, 18 de Maio de 2023. William Rocha Costa – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MORAÚJO – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1605.01/2023** – A Prefeitura Municipal de Moraújo, através da Comissão de Pregão, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **31 de Maio de 2023, às 09h**, estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico Nº 1605.01/2023, cujo Objeto: **Aquisição de material permanente de áudio, vídeo e foto, com objetivo de aprimorar a educação municipal e diminuir os impactos nas áreas decorrentes da pandemia, através do Programa Pacto pela Aprendizagem no Município de Moraújo**. O Edital estará disponível nos Sítios: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) e <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/> ou nos dias úteis na Sala da Comissão de Licitação no horário das 08h às 12h, na sede da Prefeitura à Av. Prefeito Raimundo Benício, Nº 535, Bairro Centro. **Moraújo-CE, 18 de Maio de 2023. Francisco Higor Moreira Freire – Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Moraújo.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IPU – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0062023PEFMS** – Pelo o presente Aviso e cumprimento as Leis nº 10.520/2002 e 8.666, de 21/06/1993 e suas posteriores alterações e Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Ipu torna público que no dia **31 de Maio de 2023, às 09h**, será realizado o Pregão Eletrônico Nº 0062023PEFMS, cujo Objeto é a **Aquisição de Veículo Tipo Micro-Ônibus padrão Executivo Rodoviário 0KM ano modelo 2023 ou superior para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Ipu-CE**. Entrega das Propostas: a partir desta data; Abertura das Propostas: **31 de Maio de 2023, às 09h (Horário de Brasília)** no Sítio: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br). Informações Gerais: o Edital poderá ser obtido através do referido sítio ou junto ao Pregoeiro na Comissão de Licitação, sito a Praça Abílio Martins, S/Nº, Centro, CEP. 62.250-000, Ipu-CE. **Ipu-CE, 17 de Maio de 2023. Francisco Josemar Pereira Peres – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES FERREIRA – Título: AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO** – Unidade Administrativa: **Secretaria Municipal de Educação** – Processo Originário: **Tomada de Preços Nº TP/150322.01/SME** – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA DE VÁRIAS ESCOLAS EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE PIRES FERREIRA – CEARÁ**. – Espécie: **Adjudicação e Homologação do resultado do julgamento do respectivo processo licitatório** – Licitante: **PREMIERE LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ nº 22.280.521/0001-82 – Valor global: R\$ 1.045.746,63 (UM MILHÃO QUARENTA E CINCO MIL SETECENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E SESENTA E TRÊS CENTAVOS)**. Data da Homologação/Adjudicação: **16/05/2023** – Fundamentação Legal: **Inciso VI, art. 43, Lei Federal nº 8.666/93** – Secretário e Ordenador e de Despesa: **Rosa Ferreira Matias Macedo**.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 180523/TP01** – O Presidente da CPL do Município de Frecheirinha/CE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Tomada de Preços, tombado sob o Nº 180523/TP01, tendo como Objeto a **Contratação de serviços de desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento de corpo técnico de profissionais da administração, análise de contingências passíveis de redução e de diagnóstico de contribuições nos temas de despesas de pessoal e encargos da administração municipal e repasses constitucionais, junto à Secretaria de Administração do Município de Frecheirinha/CE, conforme Projeto Básico – Anexo I do Edital**. A Sessão de Abertura será realizada às **09h do dia 05 de Junho de 2023**, na Sala de Sessões da Comissão situada a Rua Joaquim Pereira, Nº 855, Bairro Centro, CEP: 62.340-000, Município de Frecheirinha-CE. O Edital na íntegra poderá ser adquirido no endereço acima mencionado, no horário de 08h às 12h. Fone: (88) 3655-1200. **Benedito Lusinete Siqueira Loiola – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA – AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA – PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2023. ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO – GEMAN/IJF. OBJETO:** CONSTITUI O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE VIDEOGASTROSCÓPIOS COMPATÍVEIS COM A PROCESSADORA EPKI DA MARCA PENTAX 70K, 90K OU SÉRIE 90i, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTA EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. **DO TIPO:** MENOR PREÇO. **DA FORMA DE FORNECIMENTO:** PARCELADO. O(A) Pregoeiro(a) da CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que a licitação referente ao PE 119/2023 – IJF foi declarada **FRACASSADA** (cancelada no julgamento por ausência de licitantes classificados). Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR**. Fortaleza – CE, 17 de maio de 2023. **ANDRÉ AUGUSTO FORTE MARTINS GENTILIN – Pregoeiro(a) da CLFOR.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES – AVISO DE LICITAÇÃO.** O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Milagres/CE, torna público, que estará realizando através da plataforma eletrônica [www.licitacoesmilagres.com.br](http://www.licitacoesmilagres.com.br) o certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 2023.05.17.2 – SRP, cujo objeto é o **Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das necessidades de diversas Secretarias do Município de Milagres/CE**. Datas e Horários: 1. Início de recebimento das propostas: a partir de 19/05/2023 às 16h00min; 2. Fim do recebimento de propostas: 01/06/2023 às 08h00min; 3. Início da sessão de disputa de preços: 01/06/2023 às 09h00min. Acesso ao edital nos endereços eletrônicos: [www.licitacoesmilagres.com.br](http://www.licitacoesmilagres.com.br) e [municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br](http://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 3553-1255 e através do e-mail [milagresceara@outlook.com](mailto:milagresceara@outlook.com). Milagres/CE, 17 de maio de 2023. Luan dos Santos Ferreira – Pregoeiro Oficial.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA – EXTRATO CONTRATUAL - TOMADA DE PREÇOS 01.052/2022-TP** - O Secretário de Obras, Transporte e Serviços Urbanos do Município de Ubará torna público o extrato do Instrumento Contratual resultante da **TOMADA DE PREÇOS 01.052/2022-TP; Unidade Administrativa:** Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos; **Dotação Orçamentária:** 0503.15.451.0285.1.017 - Construção, Pavimentação em Pedra Tosca e Restauração de Vias e Logradouros. **Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00. **OBJETO:** Contratação de empresa para execução dos Serviços de Pavimentação em Pedra Tosca na Rua Pedro Cunha e Bairro Monte Castelo no município de Ubará – CE, no âmbito do MAPP: 5480, da Superintendência de Obras Públicas (SPO-CE). **Vigência do Contrato:** 120 (cento e vinte) dias; **CONTRATADA:** PL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI; **Assina pela Contratada:** Jaderson Sena Eufrásio; **Assina pela Contratante:** Francisco Roginaldo Rocha; **Valor Global:** R\$ 96.215,46 (noventa e seis mil, duzentos e quinze reais e noventa e dois centavos). Ubará - CE, 01 de Fevereiro de 2023. Francisco Roginaldo Rocha. Secretário de Obras, Transporte e Serviços Urbanos.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES - AVISO DE LICITAÇÃO.** O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Milagres/CE, torna público que estará realizando através da plataforma eletrônica [www.licitacoesmilagres.com.br](http://www.licitacoesmilagres.com.br) o certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 2023.05.17.1, com critério de julgamento de MENOR PREÇO, cujo objeto é a **Aquisição de alimentação parenteral e suplemento nutricional, destinado aos pacientes em atendimentos oncológicos acamados, pessoas em deficiência e crianças em situação de subnutrição, através da Secretaria Municipal de Saúde de Milagres/CE.** Datas e Horários: 1. Início de recebimento das propostas: a partir de 19/05/2023 às 16h00min; 2. Fim do recebimento de propostas: 31/05/2023 às 08h30min; 3. Início da sessão de disputa de preços: 31/05/2023 às 09h00min. Acesso ao edital nos endereços eletrônicos: [www.licitacoesmilagres.com.br](http://www.licitacoesmilagres.com.br) e [municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/](http://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 3553-1255 e através do e-mail [milagresceara@outlook.com](mailto:milagresceara@outlook.com). Milagres/CE, 17 de maio de 2023. Luan dos Santos Ferreira - Pregoeiro Oficial.

\*\*\* \*\*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PACOTI - ESTADO DO CEARÁ - AVISO DE ADIAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2703.01.2023-PE.** A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Pacoti, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão de abertura do Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº: 2703.01.2023-PE cujo o objeto é **SELEÇÃO DA MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ULTRASSONOGRAFIAS DIVERSAS, ULTRASSONOGRAFIAS COM DOPPLER, ENDOSCOPIA, RESSONÂNCIA E COLONOSCOPIA DESTINADAS A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PACOTI/CE,** que seria realizado no dia 17/05/2023 às 14:00 horas, ficará remarcada para o dia **25/05/2023 às 14:00 horas**, por motivo de conveniência administrativa. Pacoti-Ce, 17 de maio de 2023. Márcia Tabosa Luz Barrozo – Pregoeira Municipal.

\*\*\* \*\*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PACOTI - ESTADO DO CEARÁ - AVISO DO QUARTO ADENDO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2703.01.2023-PE.** A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Pacoti, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados **QUARTO ADENDO** de atualização do Preâmbulo do edital convocatório cujo objeto é a **SELEÇÃO DA MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ULTRASSONOGRAFIAS DIVERSAS, ULTRASSONOGRAFIAS COM DOPPLER, ENDOSCOPIA, RESSONÂNCIA E COLONOSCOPIA DESTINADAS A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PACOTI/CE.** Motivo: adiamento da data de abertura, por conveniência administrativa. Fica adiada e retificada a data de abertura de 17.05.2023 as 14:00hs para o dia 25.05.2023 as 14:00hs. O Adendo encontra-se a disposição dos interessados na sede da CPL e pelos sites <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/> e <https://www.pacoti.ce.gov.br/licitacao.php> e [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br). Pacoti-Ce, 17 de maio de 2023. Márcia Tabosa Luz Barrozo – Pregoeira Municipal.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BANABUIÚ - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06.002/2023-SRP PE. OBJETO:** Seleção de melhor proposta para Registro de Preços visando futuras e eventuais Aquisições de Gêneros Alimentícios de Dieta Especial destinados a Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, de responsabilidade da Secretaria de Educação do Município de Banabuiú/CE. A partir do dia 18 de Maio de 2023, às 09:00 horas (horário de Brasília), através do endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) – “Acesso Identificado no link específico”, em sessão pública por meio de comunicação via internet, iniciará os procedimentos de recebimento das propostas de preços e que no dia **31 de Maio de 2023** às 08:30 encerra o procedimento de recebimento de proposta. E a partir das 09:00 horas dará início a abertura das mesmas, em seguida a partir das 14:00 horas iniciará a formalização de lances e documentos de habilitação da licitação. A íntegra do Edital poderá ser obtida junto ao site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no seguinte endereço: Av. Queiroz Pessoa, nº 435 - Bairro Centro, Banabuiú/CE, ou através do sítio eletrônico <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. Banabuiú/CE, 17 de Maio de 2023. **PAULO ROBERTO DA SILVA LOPES - Pregoeiro Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS.** A Comissão de licitação torna público o resultado da fase de julgamento das propostas de preços referente a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº SE-CP001/2022**, cujo objeto versa sobre a **REFORMAS E AMPLIAÇÕES DAS SEQUENTES ESCOLAS: EMEF SEBASTIANA CID FARIAS, DISTRITO DE MAJOR SIMPLÍCIO; EMEF MARIANO RODRIGUES DA COSTA, DISTRITO DE CANINDEZINHO; CRECHE SONHO FELIZ, LOCALIDADE DE PEREIRO; EMEF MANUELA DO NASCIMENTO FREITAS, DISTRITO DE LAGOA DE SÃO PEDRO E EMEF ZILMAR MENDES MARTINS, BAIRRO SÃO FRANCISCO, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS - CE. EMPRESA VENCEDORA: MANDACARU CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ Nº 27.583.854/0001-02), tendo apresentado menor preço na importância de R\$ 4.809.838,72 (quatro milhões, oitocentos e nove mil, oitocentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos). A íntegra da sessão encontra-se a disposição dos interessados no site [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br). Nova Russas/CE, 17 de maio de 2023 – Ivina Guedes Bernardo de Aragão Martins – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Ereré. O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ereré (Ce), em cumprimento a ratificação procedida pelo Secretário de Cultura e Turismo, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº I-01.2023-SECULT**, vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EXCLUSIVA (DA PRÓPRIA ATRAÇÃO), ATRAVÉS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DAS ATRAÇÕES ARTÍSTICAS “LAGOSTA BRONZEADA; FORRÓ REAL”, PARA REALIZAR-SE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2023, AO EVENTO DA FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ERERÉ CEARÁ, sendo LAGOSTA BRONZEADA** pelo valor de R\$ 60.000,00 (-SESSENTA MIL REAIS-) e **FORRÓ REAL** pelo valor de R\$ 65.000,00 (-SESSENTA E CINCO MIL REAIS-), Dotação Orçamentária: 10.01 13.392.1303.2.064.000 - PROGRAMA DE APOIO AS FESTIVIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO - Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. Fundamento Legal: artigo 25, inciso III da Lei nº 8666/93, Declaração de Inexigibilidade emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo Secretário de Cultura e Turismo do Município de Ereré - Ce.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Eusébio - Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 017/2023 - Pregão Eletrônico/Registro de Preços Nº 01.001/2023.** Órgão: Prefeitura Municipal de Eusébio - CNPJ Nº 23.563.067/0001-30, através da Secretaria Municipal de Governo e Desenvolvimento da Gestão. Fornecedores: Sol Nascente Comercio de Alimentos LTDA, inscrita no CNPJ Nº 15.839.938/0001-77, para o Item 10, perfazendo um valor total de R\$ 319.837,14 (trezentos e noventa mil e oitocentos e trinta e sete reais e quatorze centavos). S W de Lima Cardoso, inscrita no CNPJ Nº 20.375.092/0001-00, para o Item 08, perfazendo um valor total de R\$ 44.448,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e oito reais). Estimado para o período de Vigência da Ata de Registro de Preços. Data de Assinatura: 26 de abril de 2023. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico/Registro de Preços Nº 01.001/2023. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de água, gás e gêneros alimentícios para atender as necessidades das Secretarias do Município de Eusébio/CE. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços. Assinam pelos Fornecedores: Débora de Moraes Gois Falcão e Francisco Wagner Ferreira da Silva. Assina pela Prefeitura Municipal de Eusébio: O Gerenciador da Ata: Francisco Adailton Barbosa da Silva.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Graça - Aviso de Julgamento de Chamada Pública Nº 03.001/2023.** Objeto: contratação de leiloeiro para a prestação dos serviços de avaliação e alienação de bens móveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Graça/CE. O Presidente da CPL comunica aos interessados o ato de julgamento, foram declarados Credenciados: 1. Francisca Graças de Oliveira Medeiros, inscrita no CPF sob o nº. 192.595.733-00; 2. Francisco das Chagas Pereira Júnior, inscrito no CPF sob o nº 314.798.473-72; 3. Daniela de Souza Castelo, inscrita no CPF sob o nº. 017.781.153-65; 4. João Paulo Ferreira, inscrita no CPF sob o nº. 915.417.603-44; 5. Georgia de Souza Castelo, inscrita no CPF sob o nº. 930.526.853-68; e 6. Fernando Montenegro Castelo, inscrito no CPF sob o nº 098.455.773-34. A ata encontra-se disponível no site: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Fica aberto o prazo que determina o art. 109, da Lei nº 8.666/93. **Graça - CE, 17 de Maio de 2023. Karine Eduardo dos Santos - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**BRF S.A.**

CNPJ 01.838.723/0257-07

Torna público que recebeu da SEMAM, a Renovação da Licença de Operação nº 1083/2023, com validade até 29/07/2029, para comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, localizada na Rodovia BR 116, nº 14280, Km 22, bairro Jiboia, Iaitinga-CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMAM.



**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Barbalha – Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 2023.05.17.1 – SRP.** O Pregoeiro Oficial torna público, que estará realizando, na sede da Prefeitura, através da plataforma eletrônica <https://bllcompras.com>, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL), certame licitatório, na modalidade Pregão nº 2023.05.17.1 - SRP, do tipo Eletrônico, cujo objeto é o registro de preços para futuras e eventuais contratações de serviços a serem prestados na confecção e impressão de material gráfico, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Saúde de Barbalha/CE, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com abertura marcada para o dia 31 de maio de 2023, a partir das 08:30 horas. O início de acolhimento das propostas a partir do dia 19 de maio de 2023, às 09:00 horas. informações e editais no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com> e <https://licitacoes.tce.ce.gov.br>. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 3532-2459. **Barbalha/CE, 17 de maio de 2023. Gleyllson Fernandes de Oliveira – Pregoeiro Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Quixeré – Secretaria de Saúde.** A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Padre Zacarias, 332, Centro - Quixeré-Ce, comunica aos interessados o resultado da fase de habilitação da Tomada de Preços Nº 2704.01/2023, cujo objeto é a reforma e ampliação do imóvel para funcionamento da farmácia viva junto a Secretaria de Saúde do Município de Quixeré, as empresas Habilitadas: 01. Klebio Landim de Franca LTDA – 02. MV2 Serviços de Engenharia Limitada – 03. Zenedini Zidane Sampaio Cavalcante Construcões – 04. Eletrocampo Serviços e Construções LTDA – 05. T D da Costa – 06. Rafael Andrade de Sousa Veículos – 07. Empresa Limoeirense de Construção CIVIL LTDA – 08. Clezinaldo S de Almeida Construções LTDA. A Ata da sessão do julgamento ora anunciado encontra-se, na íntegra, à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação, no endereço acima indicado. Fica aberto o prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Quixeré – CE, 18 de maio de 2023. José Eucimar de Lima – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Pereiro – Aviso de Licitação.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pereiro, localizada na Rua Marta Silveira Maciel, nº 04, Centro, e-mail: [pmplcitapereiro@gmail.com](mailto:pmplcitapereiro@gmail.com), comunica aos interessados que no dia 30 de Maio de 2023, às 09h00min, estará abrindo licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 1705.01/2023-SRP, cujo objeto é o Registro de Preços destinado à aquisição de equipamentos permanentes, destinados a atender as necessidades da Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Município de Pereiro - CE, tudo conforme Anexo I. O edital completo estará disponível no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de atendimento ao público, de 07:00hs às 11:00hs, ou pelos os sites: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), ou pelo Portal das Licitações: <http://municipios.tce.ce.gov.br/tce-municipios/>. **Pereiro - CE, 17 de Maio de 2023. Ermilson dos Santos Queiroz – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Barbalha – Extrato de Inexigibilidade de Licitação.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barbalha, em cumprimento do Termo de Ratificação procedida pelo Sr. Isaac de Luna Ribeiro, Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, faz publicar o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 2023.05.17.01. Objeto: Contratação de Show Artístico do Artista/Cantor Felipe Amorim, a se realizar durante o evento alusivo a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio do Município de Barbalha/CE. Favorecida: Felipe Amorim & CIA Produções LTDA. Valor do Show: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais). Fundamento Legal: Artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pela Comissão Permanente de Licitação e Ratificada pelo Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Barbalha/CE, 17 de maio de 2023.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte – CPSMJN – Aviso de Julgamento de Recurso Administrativo.** O Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte, torna público para os interessados o Julgamento de Recurso Administrativo no Pregão Eletrônico nº 02/2023 CPSMJN que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, de forma contínua, para atender as necessidades da Policlínica João Pereira dos Santos e do Centro de Especialidades Odontológicas Dr. Ticiano Van Den Brulle Matos – CEO-R, através do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Juazeiro do Norte/CE. À vista do exposto, acolho a fundamentação deduzida pelo Pregoeiro do CPMJN, para no mérito julgar improcedente o presente recurso administrativo, ratificando-se a classificação da Licitante Soergo Seguranca Ltda. **Francisco Samuel da Silva. Publique-se. Barbalha-Ce, 17 de Maio de 2023.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Pereiro – Aviso de Revogação - Concorrência Pública Nº 26.04.01/2023 - Secretaria de Obras e Urbanismo.** A Comissão de Licitação, com Sede na Rua Marta Silveira Maciel, nº 04, Centro, Pereiro-CE E-mail: [pmplcitapereiro@gmail.com](mailto:pmplcitapereiro@gmail.com) - tel (88) 3527-1260, para conhecimento dos licitantes e de quem mais possa interessar que a licitação supramencionada, tendo por objeto a serviços de execução de pavimentação em paralelepípedo nas localidades do ST. Baixo dos Silvestres, ST. Chabocão, St. Pedra Branca, ST. Carvão, ST. Lagoa dos Marinheiros, ST. Crioulas, ST. Varrelo, ST. Lagoa Nova, ST. Torrões, ST. Cidade, ST. Conceição/ST. Caetano, ST. Trindade, ST. Cumbre, ST. Vila Côco, ST. Sítio Dos Lopes, Vila Agregados, Vila Cruz, Vila Nova, e ST Bela Vista Município de Pereiro/CE, conforme projeto e orçamento em anexo, parte integrante deste processo, foi revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. **Pereiro - Ce, 17 de maio de 2023. Ermilson dos Santos Queiroz - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Aurora – Resultado das Propostas de Preços.** A Comissão de Licitação comunica aos interessados o resultado da fase proposta de preços alusiva a Tomada de Preço Nº 2023.03.31.02, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços de manilhamento de passagem molhada em diferentes localidades no Município de Aurora/Ce, tudo conforme anexo I., dispondo do seguinte resultado: a empresa: Construtora Pedrosa LTDA – CNPJ Nº. 17.573.772/0001-15, apresentou menor entre as concorrentes classificadas, valor global de R\$ 804.278,89 (oitocentos e quatro mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos), tudo conforme Ata, e Mapa Comparativo de preço. A partir desta data fica aberto prazo recursal previsto no Art. 109, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. **Aurora – CE, 17 de Maio de 2023. Francisco Ramalho Meireles – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Itarema.** A Comissão de Licitação, vem informar aos interessados o resultado do julgamento dos documentos de proposta, referente a licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 2023.04.04.01-TP, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços especializado em assessoria de comunicação, marketing e assessoria de imprensa, junto ao Poder Legislativo Câmara Municipal de Itarema, conforme especificações contidas no Projeto Básico. Onde ficaram Classificadas as empresas: 01. Matheus Macedo lopes – ME, inscrita no CNPJ: Nº 34.676.038/0001-09, 02. Troia Assessoria e Serviços Técnicos, inscrita no CNPJ: Nº 26.387.303/0001-00, declarando-se vencedora a empresa Matheus Macedo LOPES – ME, inscrita no CNPJ: Nº 34.676.038/0001-09, por apresentar o menor valor, mais vantajoso para a administração, ficando aberto prazo estabelecido no artigo 109, inciso I alínea “b”. Maiores informações junto a comissão de contratação. **Itarema, 18 de Abril de 2023. Lívia Maria Ribeiro de Souza – Agente de Contratação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM – AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 2023.0515.01-TP.** A Comissão de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM, torna público que, às 10:00 horas do dia 15 de junho de 2023, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Praça José Severiano Morel, S/N, Altos, Centro, Ceará, receberá propostas em sessão pública da Tomada de Preços 2023.0515.01-TP para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, LICENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO LEGISLATIVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos junto à Comissão de Licitação no endereço já citado, a partir da publicação deste aviso, no horário de 08:00h às 12:00h. Camocim, 17 de maio de 2023. **Antônio Emanuel de Almeida Sousa - Presidente da Câmara Municipal de Camocim.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara – Aviso de Licitação.** O Município de Jijoca de Jericoacoara, por intermédio do Presidente da CPLP, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública Nº. 2023.05.11.01 CP, tipo Menor Preço Global, para a contratação de empresa especializada para pavimentação em piso intertravado de diversas vias públicas no Município de Jijoca de Jericoacoara-CE, com data de abertura em 21/06/2023, às 09:00h. O Edital está à disposição dos interessados na sala da C.P.L.P., situada à Rua Minas Gerais, 420 – Centro - Jijoca de Jericoacoara - Ceará - Brasil. **Jijoca de Jericoacoara (CE), 17 de maio de 2023. Francisco Leandro Silva Sales - Presidente da CPLP.**

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM – AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 2023.0511.01-TP.** A Comissão de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM, torna público que, às **10:00 horas do dia 22 de junho de 2023**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Praça José Severiano Morel, S/N, Altos, Centro, Ceará, receberá propostas em sessão pública da Tomada de Preços 2023.0511.01-TP para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO À OUVIDORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM**. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos junto à Comissão de Licitação no endereço já citado, a partir da publicação deste aviso, no horário de 08:00h às 12:00h. Camocim, 17 de maio de 2023. **Antônio Emanuel de Almeida Sousa** - Presidente da Câmara Municipal de Camocim.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM – AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 2023.0512.01-TP.** A Comissão de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM, torna público que, às **09:00 horas do dia 7 de junho de 2023**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Praça José Severiano Morel, S/N, Altos, Centro, Ceará, receberá propostas em sessão pública da Tomada de Preços 2023.0512.01-TP para **CONTRATAÇÃO DE SOFTWARES PARA ATENDER À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL**. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos junto à Comissão de Licitação no endereço já citado, a partir da publicação deste aviso, no horário de 08:00h às 12:00h. Camocim, 17 de maio de 2023. **Antônio Emanuel de Almeida Sousa** - Presidente da Câmara Municipal de Camocim.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM – AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 2023.0512.02-TP.** A Comissão de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE CAMOCIM, torna público que, às **12:00 horas do dia 07 de junho de 2023**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Praça José Severiano Morel, S/N, Altos, Centro, Ceará, receberá propostas em sessão pública da Tomada de Preços 2023.0512.02-TP para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE FERRAMENTA INFORMATIZADA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL, DE FORMA SISTEMATIZADA E PADRONIZADA, GERANDO RELATÓRIOS GERENCIAIS, JUNTO AO PODER LEGISLATIVO**. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos junto à Comissão de Licitação no endereço já citado, a partir da publicação deste aviso, no horário de 08:00h às 12:00h. Camocim, 17 de maio de 2023. **Antônio Emanuel de Almeida Sousa** - Presidente da Câmara Municipal de Camocim.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE – A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE/CE COMUNICA AOS INTERESSADOS O RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023-CMJN, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO PROJETO BÁSICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE/CE, DECLARANDO VENCEDORA A EMPRESA: ACS ENGENHARIA E SERVIÇOS - ME, INSCRITA NO CNPJ Nº 47.727.887/0001-88, COM VALOR GLOBAL DE R\$ 52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS). A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DECLARA ABERTO O PRAZO RECURSAL CONFORME PREVÊ O ART. 109, INCISO I, ALÍNEA “B”. JUAZEIRO DO NORTE - CE, 17 DE MAIO DE 2023. LUISA CARLA RIBEIRO MENDONÇA DINIZ - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 2809.01/2022** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Baturité/CE - torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 24 de maio de 2023 às 10h, na Sede da Prefeitura localizada à Travessa Cícero Segundo da Costa, S/N, Centro, Baturité/CE, será realizada a abertura das Propostas de Preços da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 2809.01/2022, com o seguinte objeto: **CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE COIÓ, NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO**. Para maiores informações dirijam-se a Sede da Comissão Permanente de Licitação, no horário de 08h às 12h. Nylmara Gleice Moreira de Oliveira – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR POMPEU.** A Comissão de Licitação torna público resultado da fase de proposta de preços referente à Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº SI-TP001/2023, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO EM DIVERSAS RUAS NAS LOCALIDADES DE KM 20, MANDACARÚ, RIACHO DO MEIO, CODIA, FORQUILHA E PATU, NO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU-CE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME PROJETO BÁSICO, PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO**. A empresa **ABRAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA – EPP**, é declarada vencedora da presente licitação, tendo apresentado menor preço global na importância de **R\$ 1.428.221,60 (um milhão quatrocentos e vinte e oito mil duzentos e vinte e um reais e sessenta centavos)**. Íntegra dos documentos na Sala de Licitações à Avenida Francisco França Cambraia, nº 265, Centro, Senador Pompeu/CE. Fica a partir desta publicação, aberto prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93. Senador Pompeu/CE, 15 de Maio de 2023 - José Higo dos Reis Rocha – Presidente da CPL.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR POMPEU.** A Comissão de Licitação torna público resultado da fase de proposta de preços referente à Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº SE-TP002/2023, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO, LOCALIZADA NO KM-27, ZONA RURAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU-CE**. A empresa **ABRAV CONSTRUÇÕES SERVIÇOS EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA – EPP**, é declarada vencedora da presente licitação, tendo apresentado menor preço global na importância de **R\$ 347.600,39 (trezentos e quarenta e sete mil seiscentos reais e trinta e nove centavos)**. Íntegra dos documentos na Sala de Licitações à Avenida Francisco França Cambraia, nº 265, Centro, Senador Pompeu/CE. Fica a partir desta publicação, aberto prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93. Senador Pompeu/CE, 17 de Maio de 2023 - José Higo dos Reis Rocha – Presidente da CPL.

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Secretaria do Trabalho e Assistência Social, Órgão Gerenciador, o Ordenador de despesas, Higor Batista Gomes. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 05/2023- PERP. Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresa especializada na prestação dos serviços de organização, planejamento, promoção de eventos, elaboração e fornecimento de infraestrutura no que se refere a preparo de espaço físico, com mobiliário necessário e adequado, fornecimento de layout ou design para estandes, compreendendo a montagem, desmontagem e serviços correlatos, para atender às necessidades de Diversas Secretarias do Município. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor Global da Ata de Registro de Preços: R\$ 4.749.993,50. Contratados: Argos Comércio e Prestação de Serviços Ltda, através de seu representante legal, o Sr. José Alan Ferreira de Aquino. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 03/04/2023.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara - Aviso de Julgamento de Propostas.** O Município de Jijoca de Jericoacoara/CE, por intermédio de seu Presidente da CPLP, torna público o resultado do julgamento da proposta referente a Tomada de Preço Nº. 2023.03.27.02TP, tipo menor preço Global por Lote, para a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria na área de planejamento e gestão do suas, bem como do controle social; capacitação para a implantação e/ou implementação dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais e do Sistema de Garantia de Direitos-SGD; bem como mentoria, monitoramento e avaliação, curso de formação empreendedor para o mundo do trabalho dos projetos sociais de captação externa junto à iniciativa privada, sob a responsabilidade de execução da Secretaria do Trabalho e Assistência Social de Jijoca de Jericoacoara-CE. Classificada e Vencedora: Fabio Moreira Dantas 83512853404-ME/CNPJ: (34.420.368/0001-20). Valor Global da Proposta: R\$ 327.240,00 (trezentos e vinte e sete mil, duzentos e quarenta reais). **Jijoca de Jericoacoara (CE), 17 de maio de 2023. Francisco Leandro Silva Sales - Presidente da CPLP.**

\*\*\* \*\*



Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Secretaria de Saúde, Maria Denise Lisboa da Silva. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 15.004/2023- PERP. Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material de alimentação - dieta enteral e leites para atender as necessidades de diversos setores. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor Global da Ata de Registro de Preços: R\$ 943.264,00. Contratados: Medical Center Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ: 07.032.320/0001-72, através de seu representante legal, o Sr. Raimundo José Moreira Santos; Distrimedica Comercio de Produtos Médicos e Odontológicos Ltda, CNPJ: 16.902.612/0001-00, através de seu representante legal, o Sr. Jose Ailton da Silveira Junior. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 18/04/2023.

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Secretaria de Saúde, Maria Denise Lisboa da Silva. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 15.003/2023- PERP. Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de insumo/ordem judicial e material médico hospitalar para atender as necessidades de diversos setores, junto a secretaria. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor Global da Ata de Registro de Preços: R\$ 515.537,40. Contratados: Forta Distribuidora Importação e Exportação de Medicamentos Ltda, CNPJ: 41.138.978/0001-00, através de seu representante legal, a Sra. Antônia Karlyanne Frota do Vale; Nort Med Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ: 74.068.008/0001-26, através de seu representante legal, a Sra. Thais Gomes de Sousa. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 19/04/2023.

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Secretaria de Saúde, Órgão Gerenciador, a Ordenadora de Despesas, Maria Denise Lisboa da Silva. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 06/2023 - PERP. Objeto: Registro de preço para futuras e eventuais aquisições de material de expediente e esportivo, para atender as necessidades das Diversas Secretarias do Município. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor Global da Ata de Registro de Preços: R\$ 3.476.511,75. Contratado: Papelaria Icoense Ltda, inscrita no CNPJ de nº 11.148.084/0001-21, a Sra. Josemeire Lima da Silva Teixeira, Comercial Soares NS Ltda, inscrita no CNPJ de nº 13.485.158/0001-40, o Sr. Nelson Soares, Max Eletro e Magazine Ltda, inscrita no CNPJ de nº 02.347.734/0001-77, o Sr. Jarbas Alves Gonzaga, Ferreira e Luna Comercio e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ de nº 32.043.610/0001-69, o Sr. Cicero Samuel de Sousa Luna, LJS Comercio e Indústria Ltda, inscrita no CNPJ de nº 48.348.052/0001-80, o Sr. Cristiano Rafael da Silva. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 13/04/2023.

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal Município de Icó - Contratante e signatário: Secretaria de Saúde, Éder Lima Aureliano. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 15.002/2023 - PERP. Objeto: Registro de preço para futuras e eventuais aquisições de recarga de oxigênio medicinal, ar comprimido, manômetros, fluxômetros, destinadas a atender as necessidades do Hospital Regional Do Vale Do Salgado Deputado Oriel Guimarães Nunes, UPA e SAMU (Serviço Móvel de Atendimento e Urgência). Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor Global da Ata de Registro de Preços: R\$ 1.646.290,00. Contratado: A C M Ferreira Ltda, inscrita no CNPJ de nº 31.746.576/0001-26, através de seu representante legal, o Sr. Leonardo Guedes Lima. B2G Cainfotec Comprime Ltda, inscrita no CNPJ de nº 34.239.627/0001-11, através de seu representante legal, o Sr. Cicero Antônio Bezerra Vieira. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 03/04/2023.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Acarape – Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico/Registro de Preços Nº 0504.03/2023.** O Município de Acarape, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que no dia 30 de maio de 2023, às 10:00h, estará realizando licitação na Modalidade Pregão Eletrônico/Registro de Preços, cujo objeto é a seleção de melhor proposta para Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de material didático estruturado para recomposição de aprendizado para o Ensino Fundamental I e II e material didático estruturado da Educação de Jovens e Adultos (EJA), através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude do Município de Acarape/CE, poderá ser adquirido pelo portal do TCE-CE: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> e Portal de compras: <https://www.bll.org.br>. **Acarape - CE, 17 de maio de 2023. Francisco Torres de Moura - Pregoeiro Oficial.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Alcântaras - Aviso de Licitação – Edital de Tomada de Preço Nº 2004.01/2023 - Adendo Nº 01.** A Prefeitura Municipal de Alcântaras, por intermédio de seu presidente, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Tomada de Preço Nº 2004.01/2023, cujo objeto é contratação de empresa especializada para manutenção corretiva e preventiva das Unidades Básicas de Saúde-UBS do Município de Alcântaras-CE, conforme Projeto Básico. Pelos termos do adendo que hora se publica, fica alterado os seguintes termos e itens do edital: 1) Fica alterado o Item 1.3 e 7.4.3 do edital de Licitação e Projeto Básico do Edital de Licitação, que passa a constar (Novo projeto Básico) e integrar o processo junto com o presente adendo. Outrossim, tendo em vista que a alteração influencia na elaboração da proposta, determina-se a reabertura do prazo inicialmente estabelecido. Destarte, fica alterada a data da licitação para o dia 05 de Junho de 2023, às 09:00 horas. Maiores informações poderão ser adquiridas junto a Comissão de Licitação do Município, ou através do portal de licitações do TCM –Tribunal de Contas do Estado do Ceará no link: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. **Alcântaras, 18 de Maio de 2023. Charllys Alcântara Soares - Presidente.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Orós - Extrato do Instrumento Contratual.** A Secretaria de Educação, Esporte e Juventude do Município de Orós - CE, torna público o Extrato do Instrumento Contratual de nº. 2023.03.16.02-02 resultante do Pregão Eletrônico Nº 2023.03.16.02-SRP: Objeto: Registro de Preços destinado à aquisição de livros didáticos, destinados a diversos projetos educacionais junto a Secretaria de Educação, Esporte e Juventude do Município de Orós-Ce, incluindo treinamento e capacitação dos professores da Rede Municipal de Ensino, tudo conforme Anexo I. Dotação Orçamentária: Órgão 08 - Sec. Uni. da Educação, Esp, e Juventude Unidade Orçamentária. 02 - FUNDEB - Fundo de Desenv. da Educação e Dotação: 12 361 0173 2.043 - Funcionamento da Rede de Ensino Fundamental FUNDEB 12 366 0175 2.046 Funcionamento da Rede Pública de Ensino Jovens e Adultos FUNDEB-Elemento: 3.3.90.30.00. Empresa: CENE - Central de Negocios Editoriais e Comercio de Livros e Revistas LTDA Endereço: Avenida Santos Dumont, 1343-Letra 04, Aldeota, Fortaleza-CE. CNPJ Nº: 15.390.730/0001-13. Valor Global: R\$ 582.141,15 (quinhentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e um reais e quinze centavos). Vigência do Contrato: da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2023. Assina pela Contratada: Edmilson Alves Junior. Assina pela Contratante: José Adailson Barbosa de Oliveira. **Orós/CE, 17 de maio de 2023. José Klériston Medeiros Monte Junior - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Eusébio - Aviso de Julgamento das Propostas de Preços.** A Prefeitura Municipal de Eusébio, CE, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado de julgamento das Propostas de Preços da Concorrência Pública n.º 05.013/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação em pedra e intertravado de diversas ruas no Município do Eusébio/CE, com o seguinte resultado: Classificar as seguintes empresas: Concórdia Construtora EIRELI – CNPJ Nº 00.578.619/0001-88. Desclassificar as seguintes empresas: Copa Engenharia LTDA – CNPJ Nº 02.200.917/0001-65; VAP Construções LTDA – CNPJ Nº 00.565.011/0001-19; Construtora Impacto Comercio e Serviços EIRELI – CNPJ Nº 00.611.868/0001-28; Consórcio - WSC Empreendimentos e Construções – CNPJ Nº 03.231.417/0001-53 & MVP Engenharia e Construção LTDA – CNPJ Nº 19.503.944/0001-00; CONSTRAM – Construções e Aluguel de Maquinas LTDA – CNPJ Nº 72.432.727/0001-59; Athos Construções LTDA – CNPJ Nº 08.237.585/0001-70. Fica a partir desta publicação aberto o prazo recursal previsto na Alínea “a”, Inciso I, Art. 109, da Lei nº 8.666/93. O relatório de julgamento da Comissão encontra-se a disposição dos interessados na Sede da Comissão de Licitação. **Eusébio, 17 de maio de 2023. Raylse Rafaelle Jerônimo Lima - Presidente da Comissão.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Boa Viagem - Extrato de Contrato Nº 2022.11.17.002 - Concorrência Pública Nº 2022.11.17.002. Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos.** Objeto: execução dos serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ nas diversas localidades do Município de Boa Viagem/CE, conforme Contrato de Repasse Nº 934949/2022/MDR/CAIXA, junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Município de Boa Viagem/CE. Dotação Orçamentária: 0901.26.782.0015.1.036. Elemento de Despesas: 44.90.51.00. Vigência do Contrato: Até 180 dias. Contratada: PMG Construção e Locação LTDA, Assina pelo(a) Contratado(a): José Randal de Mesquita NETO. Assina pelo(a) Contratante: Gleyrisson Vieira Mendes. Valor Global: R\$ 10.120.782,89 (dez milhões cento e vinte mil setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos), Data de Assinatura do Contrato: 15 de Maio de 2023. **Boa Viagem, 15 de maio de 2023. Gleyrisson Vieira Mendes - Ordenador de Despesas da Secretaria de infraestrutura e Recursos Hídricos.**

\*\*\* \*\*



**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Boa Viagem - Aviso de Adjudicação e Homologação – Concorrência Pública nº 2022.11.17.002.** Considerando haver a Comissão de Licitação cumprido todas as exigências do procedimento de licitação, cujo objeto é a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ nas diversas localidades do Município de Boa Viagem/CE, conforme Contrato de Repasse nº 934949/2022/MDR/CAIXA, junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Município de Boa Viagem/CE, conforme projeto(s) em anexo, parte integrante deste processo, o ordenador(a) de despesas vem, adjudicar e homologar o presente processo administrativo de licitação Concorrência Pública Nº 2022.11.17.002, em favor da empresa: PMG Construção e Locação LTDA, pelo valor global de R\$ 10.120.782,89 (dez milhões cento e vinte mil setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos). **Boa Viagem/Ce, 15 de Maio de 2023. Gleyrison Vieira Mendes - Ordenador (a) de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE de Ipuera - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2504003-PE-23-SAAE.** O(A) Serviço Autônomo de Água e Esgoto, através do(a) seu(ua) Pregoeiro(a), torna público que realizará às 10:00h, do dia 31 de maio de 2023, no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, Pregão Eletrônico nº 2504003-PE-23-SAAE. Objeto: contratação de serviços para manutenção de motores submersos e bombeadores (incluindo peças e serviços) junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Ipuera – CE. O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos <https://compras.m2atecnologia.com.br/>. Informações pelo telefone: (88) 3685- 1193 ou no endereço: Rua Camaral Rodrigues Moreira, 136- Centro - Ipuera - Ceará. **Ipuera/CE, 18 de maio de 2023. Jose Gerardo da Silva Moreira - Pregoeiro(a).**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Horizonte - Aviso de Alteração de Edital com Adiamento de Licitação - Pregão Eletrônico N.º 2023.04.19.1-PE.** A Pregoeira Oficial do Município de Horizonte/CE, comunica aos interessados a Alteração do Edital do Pregão Eletrônico N.º 2023.04.19.1-PE, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final por incineração de resíduos sépticos (lixo hospitalar) provenientes da Rede Pública Municipal de Saúde de Horizonte/CE. Retifica-se no Edital o item 8.18, alínea “b” c/c “b1”, bem como no Anexo I - Termo de Referência o item 6.18, alínea “b” c/c “b1”. Em virtude das modificações procedidas no Edital, fica Adiado, O prazo de cadastramento das Cartas Propostas e abertura para análise das propostas será até às 08h30min do dia 31 de maio de 2023, com abertura para análise das propostas às 08h30min. A íntegra do Edital retificado e demais informações poderão ser obtidas nos endereços eletrônicos [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), [www.horizonte.ce.gov.br](http://www.horizonte.ce.gov.br) e [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br) a partir da data desta publicação. **Horizonte/CE, 17 de maio de 2023. Francisca Jorangel Barboza Almeida - Pregoeira Oficial.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Novo Oriente.** A Comissão de Licitação torna público que no próximo dia 05 de Junho de 2023 às 09:00 horas, estará abrindo licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 04.001/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada visando à prestação dos serviços de assessoria e consultoria técnica para recuperação de créditos financeiros e econômicos juntos a contribuintes presentes no cadastro econômico tais como; licenciamentos diversos atrelados a empresas de telefonia compreendendo; a execução de estudos técnicos e apuração de débitos fiscais de taxas de licença e funcionamento e demais licenciamentos, proporcionando a efetiva recuperação dos referidos créditos tributários eventualmente devidos ao Município de Novo Oriente/CE e o incremento da arrecadação municipal para atender as necessidades da Secretaria de Administração/Finanças. O edital completo poderá ser adquirido na sala de licitações, nos dias úteis após esta publicação, no horário de atendimento ao público das 08:00 às 12:00 horas. **Novo Oriente/CE, 18/05/2023. Paulo Sérgio Andrade Bonfim - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Gabinete da Prefeita, Órgão Gerenciador, Ordenador de Despesas, Arthur Bezerra Barros. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 10/2023- PERP. Objeto: Registro de preço para contratações de serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias e serviços de veículos terrestres para atender as necessidades de Diversas Secretarias do Município. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor Global da Ata de Registro de Preços: R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), sendo o percentual desconto do Lote 1 - 20,60%. Contratados: Sandra S de Lima, através de seu representante legal, a Sra. Sandra Souza de Lima. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 09/05/2023.

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Quixadá. Contratante e signatário: Secretaria de Administração, Roberta Glicya de Sá Felix. Extrato das Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 005/2023-PERP: Ata Nº 005/2023-A-SRP, Valor global: R\$ 583.532,50 CONTRATADA: Mariage Flore Café LTDA, através de sua representante legal, a Sra. Marina da Silva Alves. Ata Nº 005/2023-B-SRP, Valor global: R\$ 1.199.970,00 Contratada: Prisma Produção Musical LTDA, através de seu representante legal, o Sr. José Vandemilson Fernandes dos Santos. Objeto: Registro de preços visando a futura e eventual contratação de serviços de buffet (refeição, lanche e coffe-break) para atender as necessidades das diversas secretarias do município. Prazo de vigência: 12 (doze) meses contados a partir de suas assinaturas. Data da assinatura das Atas de Registro de Preços: 08/05/2023.

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Secretaria de Saúde, Maria Denise Lisboa da Silva. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 15.005/2023 - PERP. Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material traumatológico destinado ao Hospital Regional do Vale do Salgado Oriel Guimarães Nunes. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor Global da Ata de Registro de Preços: R\$ 2.124.000,00. Contratado: SKX Business Representações Ltda ME, inscrita no CNPJ de nº 43.005.687/0001-60, representado pelo Sr. Simon Kildare Araújo da Silva. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 10/05/2023.

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Secretaria de Educação, Patrícia Augusto Brasil Barbosa. Extrato do Contrato Nº 13.004/2023-02. Objeto: Contratação de serviços de transporte escolar para os alunos da rede pública de ensino do município. Prazo de vigência do contrato: O contrato terá prazo de vigência por 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura do contrato. Valor Global do Contrato Nº 13.004/2023-02: R\$ 2.046.528,00. Dotação Orçamentária: 13.02.12.362.0241.2.040.0000; 13.02.12.368.0235.2.041.0000; 13.03.12.361.0231.2.043.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00. Contratado: Safety Car Locações & Serviços de Transportes Eireli ME, através de seu representante legal, o Sr. Pedro Henrique Maia de Melo. Data da assinatura do contrato: 05/04/2023.

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Secretaria de Saúde, Órgão Gerenciador, Ordenador de despesas, Éder Lima Aureliano. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 02/2023 - PERP. Objeto: Registro de preço para futuras e eventuais aquisições de ar-condicionado, para atender as necessidades das Diversas Secretarias do Município. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor Global da Ata de Registro de Preços: R\$ 1.569.000,00. Contratado: Gelar Refrigeração Comercial Eireli, CNPJ Nº 11.805.967/0001-67; através de seu representante legal, o Sr. Antônio Renan Vieira e Silva. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 15/03/2023.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Graça – Aviso de Licitação.** A Presidente da Licitação deste Município torna público que no dia 05 de Junho de 2023 às 14:00 horas, estará abrindo licitação na modalidade Tomada de Preço Nº 04.005/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para construção e perfuração de poço profundos em diversas localidades do Município de Graça/ CE. O Edital estará disponível, no horário de atendimento ao público de 07:30 às 11:30h e <http://www.graca.ce.gov.br/>. Informações pelo fone: 0\*\*88 – 3656 1255, ou no endereço à Av. José Cândido de Carvalho, 483 - Centro, **Graça - CE, 17 de Maio de 2023. Karine Eduardo dos Santos - Presidente.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Morrinhos – Aviso de Anulada de Licitação.** A Prefeitura Municipal de Morrinhos comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico Nº. 2804.01/2023, cujo objeto é a aquisição de itens diversos para utilização no Projeto Reconecte e Projeto Piloto Família na Escola junto a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Morrinhos, fica Anulada após a publicação desse aviso. Maiores informações Rua José Ibiapina Rocha, S/N, Centro, **Morrinhos – CE, 15 de Maio de 2023. Jorge Luiz da Rocha – Pregoeiro.**





Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Secretaria de Educação, Patrícia Augusto Brasil Barbosa. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 13.005.2023 - PERP. Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de produtos de higiene pessoal diária, para atender as necessidades dos matriculados da rede municipal de ensino. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor Global da Ata de Registro de Preços: R\$ 727.679,50. Contratados: GB Comercio e Distribuição Ltda, através de seu representante legal, o Sr. Adriano Holanda Ferreira. Luck Comércio de Papelaria e Confeções Eireli, através de seu representante legal, o Sr. Iago dos Santos Nunes. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 28/03/2023.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Campos Sales - Extrato do Contrato Nº 001-2023.01.13.04 - Tomada de Preços Nº 2023.01.13.04-TP-FME.** Partes: o Município de Campos Sales, através da Secretaria de Políticas para a Educação e a empresa Sun Light Brasil EIRELI. Objeto: contratação de empresa para realização dos serviços de construção de uma quadra escolar poliesportiva, coberta e com vestiário (modelo 2) na Escola Vicente Alexandrino de Alencar no Município de Campos Sales - CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total do Contrato: R\$ 806.519,19 (oitocentos e seis mil, quinhentos e dezenove reais e dezenove centavos). Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias. Vigência do Contrato: até 31/12/2023. Signatários: Maria Gonçalves de Oliveira e Jose Antonio Nunes Junior. Data de Assinatura do Contrato: 16 de maio de 2023.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cascavel - Aviso de Licitação.** A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 05 de junho de 2023, às 10:00h, estará abrindo licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2023.05.04.001/TP, cujo objeto: contratação de empresa para prestação dos serviços técnicos de acompanhamento mensal das informações utilizadas para cálculo do Índice de Participação Municipal, aplicado na distribuição da Receita Tributária do ICMS, pertinente ao Município de Cascavel - CE. O edital completo está à disposição dos interessados, no endereço da Prefeitura à Av. Chanceler Edson Queiroz, nº 2650, Rio Novo, Cascavel - Ceará, Cep: 62.850-000. Nos sítios: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> e <https://www.cascavel.ce.gov.br/>. **Cascavel, em 17 de maio de 2023. Sara Wânia de Menezes Pedrosa Leite - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Morrinhos.** O Pregoeiro do Município de Morrinhos, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se Aberta para Cadastramento de Propostas de Preços e documentação para a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico Nº 1605.01/2023, que será realizado no dia 31 de Maio de 2023, às 08h00min, (Horário de Brasília), com o seguinte Objeto contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos pesados para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura do Município de Morrinhos - CE, o qual encontra-se na íntegra no Comissão de Licitação, no endereço eletrônico acima, bem como site: [municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/](http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/). **Morrinhos - Ce, 16 de Maio de 2023. Jorge Luiz da Rocha - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Morrinhos.** O Pregoeiro do Município de Morrinhos, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se Aberta para Cadastramento de Propostas de Preços e documentação para a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico Nº 1705.01/2023, que será realizado no dia 31 de Maio de 2023, às 09h30min, (Horário de Brasília), com o seguinte Objeto contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia que compreendem manutenção viária e saneamento de diversas ruas do Município de Morrinhos com orçamento e demais Itens de acordo com a Tabela da SEINFRA/CE ou SINAPI Vigente, o qual encontra-se na íntegra no Comissão de Licitação, no endereço eletrônico acima, bem como site: [municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/](http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/). **Morrinhos - Ce, 17 de Maio de 2023. Jorge Luiz da Rocha - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA** - A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Avenida Pedro Sampaio, nº 385, Bairro Divino Salvador, torna público o **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0505.01/2023**, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ARQUITETURA, COMPREENDENDO ESTUDOS, PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS GOVERNAMENTAIS EM BRASILIA-DF, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE MERUOCA-CE**, que realizar-se-á no dia 07.06.2023, às 09:00 horas. Referido edital poderá ser adquirido no endereço acima, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 14:00 horas e no sítio <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Meruoca-CE, 18 de maio de 2023. Francisco Aldir Lima Pereira - Presidente da CPL.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA** - A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Avenida Pedro Sampaio, nº 385, Bairro Divino Salvador, torna público o **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0305.01/2023**, cujo objeto é a **CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ COMPACTAÇÃO MECÂNICA NA SEDE E DIVERSAS LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE MERUOCA-CE**, que realizar-se-á no dia 12.06.2023, às 09:00 horas. Referido edital poderá ser adquirido no endereço acima, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 14:00 horas e no sítio <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Meruoca-CE, 18 de maio de 2023. Francisco Aldir Lima Pereira - Presidente da CPL.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 01.052/2022-TP. OBJETO:** Contratação de empresa para execução dos Serviços de Pavimentação em Pedra Tosca na Rua Pedro Cunha e Bairro Monte Castelo no Município de Ubajara - CE, no âmbito do MAPP: 5480, da Superintendência de Obras Públicas (SPO-CE). **PROCESSO ADJUDICADO E HOMOLOGADO EM FAVOR DO PROPONENTE: PL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ nº 33.056.057/0001-61**, no valor global de **R\$ 96.215,46 (noventa e seis mil, duzentos e quinze reais e noventa e dois centavos)**. Ubajara - CE, 31 de Janeiro de 2023. Francisco Roginaldo Rocha. Secretário de Obras, Transporte e Serviços Urbanos.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES - AVISO DE RETIFICAÇÃO E REABERTURA DE PRAZO - TP Nº 2023.05.05.1.** A Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados no processo em referência, cujo objeto é a contratação de serviços a serem prestados na execução de roçada manual das estradas vicinais em diversas localidades do Município de Milagres/CE, que em razão da RETIFICAÇÃO do valor do Orçamento Geral, a data inicialmente marcada para a entrega dos envelopes que seria até às 09h00min horas do dia 25 de maio de 2023, passará para até às **09h00min do dia 06 de junho de 2023**, no mesmo horário e local. Maiores informações sobre a licitação através dos endereços eletrônicos: [milagres.ce.gov.br](http://milagres.ce.gov.br) e [municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br](http://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br). Milagres/CE, 17 de maio de 2023 - Luan dos Santos Ferreira - Presidente da CPL.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI - RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023-SEINFRA/CELOS** - A Prefeitura Municipal de Aracati comunica aos interessados o Resultado de Julgamento das Propostas de Preços da Tomada de Preços Nº 01/2023-SEINFRA/CELOS, cujo **OBJETO:** Construção do Cemitério Municipal. Foi declarada **VENCEDORA** a Proposta, por Menor Valor Global, da empresa: **CONSTRUPLAN CONSTRUÇÕES LTDA**, com o **VALOR GLOBAL de R\$ 637.857,88** (Seiscentos e Trinta e Sete Mil Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais e Oitenta e Oito Centavos). **Aracati-CE, 17 de Maio de 2023. Cíntia Magalhães Almeida - Presidente da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.**

\*\*\* \*\*

Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Secretaria do Trabalho e Assistência Social, O Ordenador de Despesas, Higor Batista Gomes. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 19.005/2023 - PERP. Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de cestas básicas. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Valor Global da Ata de Registro de Preços: R\$ 2.106.000,00. Contratado: C Neudivan da Silva Representações, através de seu representante legal, o Sr. Cicero Neudivan da Silva. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 22/03/2023.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Morrinhos - Aviso de Adiamento - Tomada de Preços Nº 0805.01/2023.** Objeto: contratação de empresa para elaboração de projetos básicos de engenharia e arquitetura para atender as necessidades das Diversas Secretarias do Município de Morrinhos - CE. O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Morrinhos comunica aos interessados o Adiamento da Tomada de Preços Nº 0805.01/2023, para o dia 05 de Junho de 2023, às 09h00min. **Morrinhos - CE, 17 de Maio de 2023. Jorge Luiz da Rocha - Presidente da Comissão de Licitação.**

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI – RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS – TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023-SEINFRA/CELOS** – A Prefeitura Municipal de Aracati comunica aos interessados o Resultado de Julgamento das Propostas de Preços da Tomada de Preços Nº 02/2023-SEINFRA/CELOS, cujo **OBJETO**: Construção da drenagem da fãlesia da Praça dos Pescadores em Canoá Quebrada. Foi declarada **VENCEDORA** a proposta, por Menor Valor Global, da empresa: **CONSTRUPLAN CONSTRUÇÕES LTDA**, com o **VALOR GLOBAL DE R\$ 901.703,34** (Novecentos e Um Mil Setecentos e Três Reais e Trinta e Quatro Centavos). **Aracati-CE, 17 de Maio de 2023. Cíntia Magalhães Almeida – Presidente da Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES - Aviso de Julgamento (Propostas de Precos).** O Município de Milagres/CE, através da CPL torna público que concluiu o julgamento da Fase de Propostas de Preços, referente ao processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 2023.03.30.1, sendo o seguinte: a empresa **SUSTINERI ENGENHARIA LTDA**, sagrou-se vencedora da presente licitação, com proposta no valor global de R\$ 189.600,00 (cento e oitenta e nove mil e seiscentos reais). Maiores informações na sede da CPL, sito na Rua Helena Mendonça Figueiredo nº 200 - Centro, no horário das 7:30hs às 13:30hs ou ainda através do e-mail: milagresceara@outlook.com. **Milagres/CE, 17 de maio de 2023. Luan dos Santos Ferreira - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023-TP** – A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia **05 de Junho de 2023, às 10h**, estará abrindo Licitação na Modalidade Tomada de Preços Nº 03/2023-TP, cujo Objeto é a **Contratação de empresa para reforma da Sede da Prefeitura no Município de Caridade/CE, conforme Projeto Básico Anexo I**. O Edital completo estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h às 12h, no endereço da CPL à Rua Dr. Plácido Pinto, S/Nº, Bairro Centro, Caridade e no Site: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Caridade-CE, 17 de Maio de 2023. José Ribamar Leitão Arruda – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA – EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº TP-006/2023 – OBJETO:** Contratação de obras e serviços de engenharia para executar o projeto de revitalização do canteiro central da Rua Gervásio Holanda, na sede do município, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Iracema. O Município de Iracema, torna público o Extrato de Termo de **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** em favor de: **LRS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, (CNPJ 30.566.030/0001-20), no **VALOR GLOBAL DE R\$ 151.213,87** (Cento e Cinquenta e Um Mil Duzentos e Treze Reais e Oitenta e Sete Centavos). **Iracema-CE, 17 de Maio de 2023. Francisco Solon Magalhães – Gestor da Secretaria de Infraestrutura e Meio e Ambiente.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO SPU Nº P246727/2023 – ADENDO À TOMADA DE PREÇOS Nº TP23009 – SEINFRA – ADENDO Nº 01** – Central de Licitações. **NOVA DATA DE ABERTURA:** 06/06/2023 às 09h (Horário de Brasília). **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução da urbanização do Parque do Jordão, distrito de Jordão, no município de Sobral - CE. **JUSTIFICATIVA:** Retificação no edital e data de abertura. **VALOR DO EDITAL:** Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: <http://licitacoes.sobral.ce.gov.br> e à Rua Viriato de Medeiros, Nº 1.250, 4º andar. **Fone:** (88) 3677-1157 e 1146. **Sobral-CE, 17 de Maio de 2023. A COMISSÃO – Karmelina Marjorie Nogueira Barroso – Presidente.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO SPU Nº P237047/2023 – EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE23026 – SMS (SRP) (BB Nº 999786)** – Central de Licitações. **INÍCIO DA DISPUTA:** 31/05/2023 às 09h (Horário de Brasília). **OBJETO:** Registro de Preço para Futuras e Eventuais Aquisições de medicamentos da atenção básica II destinados às unidades de saúde da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações constantes no Termo de Referência. **VALOR DO EDITAL:** Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: <http://licitacoes.sobral.ce.gov.br> e à Rua Viriato de Medeiros, Nº 1.250, 4º andar. **Fone:** (88) 3677-1157 e 1146. **Sobral-CE, 17 de Maio de 2023. A Pregoeira – Mikaele Vasconcelos Mendes.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA – AVISO DE ADIAMENTO.** O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Ubajara, torna público para conhecimento dos interessados o **ADIAMENTO** do Processo Licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 01.028/2023-TP**, cujo o objeto é a **Contratação de serviços de assessoria e consultoria de dados do E-SUS AB com disponibilidade in loco de dois profissionais na área de informática e outro na área da saúde, junto a Secretaria de Saúde do Município de Ubajara - CE**, com abertura prevista para o dia **22.05.2023, às 10:00hs**, para o dia **23.05.2023, às 10:00hs**. **Ubajara/CE, 17 de Maio de 2023. João Paulo Miranda Albuquerque - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Quixeré.** A Secretaria de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que no período 18/05/2023 à 19/06/2023, no horário de 07:00 às 13:00 horas, estará realizando Chamamento Público nº 1805.01/2023, para o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de realização de exames laboratoriais de análises clínicas junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quixeré. O Edital e seus anexos encontram-se na íntegra, à disposição de todos os interessados, na sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Padre Zacarias, nº 332, bairro Centro, ou em meio eletrônico através do Portal de Licitações dos Municípios do TCE/CE ([www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes)). Maiores informações pelo telefone: (88) 2172.1092. **Quixeré/CE, 18/05/2023. Secretaria de Saúde.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Irauçuba - Aviso de Licitação.** A Prefeitura Municipal de Irauçuba comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº. 2023.04.28.01, do tipo Menor Preço (Por Lote), para o Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura e eventual Aquisição de Derivados de Petróleo, destinados ao abastecimento da frota de veículos oficiais para suprir as necessidades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Irauçuba/CE, com abertura para o dia 31 de maio de 2023, às 09h00min, no Centro Administrativo Municipal (Sala de Certame), situada a Rua Walmar Braga, Nº. 507, Centro. Informações: [licitacao@irauçuba.ce.gov.br](mailto:licitacao@irauçuba.ce.gov.br). **Irauçuba/CE, 17 de maio de 2023. Francisco Antonio Rodrigues Silva Junior – Agente de Contratação – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Deputado Irapuan Pinheiro.** O Pregoeiro da do Município de Dep. Irapuan Pinheiro torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 05 de Junho de 2023 às 09:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, Av. dos Três Poderes, 75, Centro, Deputado Irapuan Pinheiro – CE, estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial de Nº 2023.05.16.2, cujo objeto é o Registro de Preço visando a futura e eventual aquisição de material esportivo de interesse da Secretaria Municipal de Governo e Esportes do Município de Deputado Irapuan Pinheiro/CE, o qual se encontra disponível no endereço acima no horário de 08:00h às 12:00h ou pelo portal do TCE-CE: <http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Deputado Irapuan Pinheiro-CE, 16 de Maio de 2023. Antonio Lucas Feitoza de Sousa – O Pregoeiro do Município de Deputado Irapuan Pinheiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cascavel - Aviso de Licitação.** A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Cascavel torna público que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tombado sob o Nº 01.02.05.2023-PE, do tipo Menor Preço, tendo como objeto o Registro de Preços visando a aquisição de material esportivo para atender as necessidades das Escolas Municipais junto a Secretaria de Educação do Município de Cascavel – CE, o edital disponível no endereço eletrônico: [www.bl.org.br](http://www.bl.org.br) e [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br), com o prazo de Cadastramento das Propostas até o dia 30 de maio de 2023 às 07h30min, abertura das propostas às 08h00min e a fase da disputa de lances às 09h00min (Horário de Brasília). Maiores informações no endereço citado ou pelo Fone: (85) 3334-2840. **Cascavel – CE, 17 de maio de 2023. Vânia de Souza Pinheiro - Pregoeira Oficial.**

\*\*\* \*\*

O INSTITUTO EDUCACIONAL MAR torna pública a aprovação e registro de certificação do aluno, Marcus Vinicius Silva Martins, no ensino médio, modalidade de jovens e adultos, na turma com vigência de 04 de Outubro de 2021 a 08 de Abril de 2022, sob o Parecer 0056/2023.



Prefeitura Municipal de Icó - Contratante e signatário: Secretaria de Educação, Patrícia Augusto Brasil Barbosa. Extrato do Contrato Nº 13.004/2023-01. Objeto: Contratação de serviços de transporte escolar para os alunos da rede pública de ensino do município. Prazo de vigência do contrato: O contrato terá prazo de vigência por 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura do contrato. Valor Global do Contrato Nº 13.004/2023-01: R\$ 2.242.587,60. Dotação Orçamentária: 13.02.12.362.0241.2.040.0000; 13.02.12.368.0235.2.041.0000; 13.03.12.361.0231.2.043.0000. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00. Contratado: Prime Transportes Eireli, através de seu representante legal, o Sr. Antônio Guimarães Lima Neto. Data da assinatura do contrato: 05/04/2023.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Morrinhos - Aviso de Revogação de Licitação.** A Prefeitura Municipal de Morrinhos comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico Nº. 2806.01/2022, cujo objeto é aquisição de equipamento e material permanente para a unidade de atenção especializada em saúde, hospital municipal de morrinhos com recursos do Ministério da Saúde conforme Proposta Nº 11407.938000/1220-01, junto a Secretaria de Saúde do Município de Morrinhos – CE, fica Revogada após a publicação desse aviso. Maiores informações Rua José Ibiapina Rocha, S/N, Centro. **Morrinhos – CE. 02 de Maio de 2023. Jorge Luiz da Rocha – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Tururu - Extrato de Contrato nº 2305050002-INF.** Contratante: Secretaria de Infraestrutura de Tururu/CE. Valor Global: R\$ 180.737,17 (Cento e oitenta mil, setecentos e trinta e sete reais e dezessete centavos). Objeto: contratação de empresa para serviços remanescentes de construção de quadra esportiva coberta localizada na Rua Doca da Ola, Alto dos Feitosas na Sede do Município de Tururu/CE. Contratado: MS Engenharia Projetos e Consultoria EIRELI, CNPJ Nº 22.045.869/0001-95. Origem: 001/2023-TP-INF Modalidade: Tomada de Preços. Forma: Presencial. Vigência: 05/05/2023 à 04/08/2023. Data da Assinatura: 05/05/2023.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Aquiraz - Aviso de Licitação – Tomada de Preços Nº 2023.05.15.001.** A Presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Aquiraz, torna público que no dia 06 de junho de 2023 às 09:30hs dará início à licitação tomada de preços, com objeto a contratação de empresa para serviços de consultoria e assessoria técnica jurídica junto às Comissões Permanentes e Temporárias, e na pesquisa de proposições legislativas no âmbito das esferas Municipal, Estadual e Federal da Câmara Municipal de Aquiraz, conforme especificações no termo de referencia. Maiores informações serão obtidas junto à Comissão de licitação de Aquiraz das 08h00 às 12h00min, **Aquiraz, CE. 16/05/2023 - Presidente.**

\*\*\* \*\*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIRETAMA/CE** - torna-se público que fará realizar **LEILÃO PÚBLICO ONLINE** de bens e veículos considerados inservíveis para uso útil, através da Leiloeira Público Oficial do Estado do Ceará, **GEORGIA DE SOUZA CASTELO**, a realizar-se-á no dia 02 de Junho de 2023 às 10:00 hs – Informações no site [www.montenegroleiloes.com.br](http://www.montenegroleiloes.com.br) ou (85) 3066.8282. Editais explicativos e demais informações poderão ser obtidos no Escritório da Leiloeira ou na Prefeitura Municipal de Potiretama/CE.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Morrinhos – Aviso de Anulação de Licitação.** A Prefeitura Municipal de Morrinhos comunica aos interessados que a Tomada de Preços Nº. 2004.01/2023, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços de técnicos especializados a serem prestados como consultoria técnica junto a Secretaria de Assistência Social do Município de Morrinhos, fica Anulada após a publicação desse aviso. Maiores informações Rua José Ibiapina Rocha, S/N, Centro. **Morrinhos – CE, 10 de Maio de 2023. Jorge Luiz da Rocha – Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Câmara Municipal de Jaguaruana.** A Câmara Municipal de Jaguaruana torna público o Extrato do Contrato nº 0505.01/2023-CMJ; Contratada: Fenix Transportes e Serviços LTDA; prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contratados a parti da data de assinatura, conforme cláusula do instrumento contratual; Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de veículo destinado a Câmara Municipal de Jaguaruana em tempo integral; Processo: Pregão Presencial nº 002/2023-CMJ. **Ordenador de Despesas: José Melo Mota.**

\*\*\* \*\*

# AVISO

Informamos que, a venda do Diário Oficial do Estado é feita exclusivamente na Casa do Cidadão, no endereço abaixo:  
Casa do Cidadão do Shopping Benfica: Av. Carapinima nº2200 - Benfica.

## MAIORES INFORMAÇÕES

PELOS TELEFONES: (085) 3101-2252 / 3101-2250 (**Benfica**)  
3466-4025 / 3466-4911 (**Casa Civil**)

Horário de atendimento: 09h às 12h  
13h30 às 15h



## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)

### ASSINATURA E/OU PUBLICAÇÃO

Local: Casa Civil – Coordenadoria de Atos e Publicações Oficiais (COAPO)

Endereço: Palácio da Abolição

Av. Barão de Studart, 505 - Meireles

CEP 60120-000

Fortaleza-CE

### HORÁRIO DE ATENDIMENTO

9h às 12h e 13h00 às 15h.

### EXEMPLARES AVULSOS

POSTOS DE VENDAS: CASA DO CIDADÃO – SHOPPING BENFICA

VALOR DO EXEMPLAR

R\$ 21,97

### VALOR DA ASSINATURA

ASSINATURA TRIMESTRAL DIRETA	R\$ 1.180,78
ASSINATURA TRIMESTRAL POSTADA	R\$ 1.729,98
ASSINATURA SEMESTRAL DIRETA	R\$ 2.361,56
ASSINATURA SEMESTRAL POSTADA	R\$ 3.432,50
ASSINATURA ANUAL DIRETA	R\$ 4.530,90
ASSINATURA ANUAL POSTADA	R\$ 6.370,72

O Diário Oficial do Estado está disponível na Internet, sendo possível ler e fazer o download dos últimos Jornais. O Acesso pode ser feito através do seguinte endereço: <http://www.ceara.gov.br>



**DESTINADO(A)**

--